

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

CHRISTIANNE DE MENEZES GALLY

**Construção e circulação das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil
no século XIX: o *Tratado de Língua Vernácula* de Brício Cardoso**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Christianne de Menezes Gally

**Construção e circulação das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil
no século XIX: o *Tratado de Língua Vernácula* de Brício Cardoso**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

São Paulo
2013

Banca Examinadora

GALLY, Christianne de Menezes. 2013. *Construção e circulação das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil no século XIX: o Tratado de Língua Vernácula* de Brício Cardoso. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. 246p.

RESUMO

Considerando a gramática como um bem cultural – objeto construído pelo homem com finalidades social e culturalmente construídas, esta investigação, depois de propor critérios de análise, sob o ponto de vista da Nova História Cultural (ou história das ideias linguísticas), que usa os conceitos de apropriação e representação, tem como objetivo compreender, por meio da gramática *Tratado da Língua Vernácula*, escrita por Brício Cardoso, as relações estabelecidas entre o texto, o objeto que lhe serve de suporte, as práticas específicas que o produziu e as configurações culturais e conceituais inscritas em seu tempo. Com essa análise, pretende-se afirmar que as gramáticas produzidas são todas elas importantes artefatos culturais de seu tempo e, por isso, fonte histórica que apresenta indícios de experiências singulares. Em outras palavras, uma gramática é construída com um determinado objetivo para atender a um determinado público; exigida por uma determinada escola, quase sempre escrita por professores eminentes em seu meio social que se apropriavam de outros modelos selecionados, conforme sua bagagem cultural, sua utensilagem mental.

Palavras-chave: *Tratado da Língua Vernácula*, Brício Cardoso, História das ideias linguísticas, Nova História Cultural, gramática (construção), livros didáticos.

GALLY, Christianne de Menezes. 2013. *Construction and movement of Portuguese Language grammars in Brasil in XIX century: Tratado da Língua Vernácula* of Brício Cardoso. Dissertation (Doctor's Degree in Portuguese). São Paulo: Pontifical Catholic University of São Paulo – PUCSP/ Program of Graduate Studies in Portuguese Language). 246p.

ABSTRACT

Considering grammar as a cultural object – object built by man for socially and culturally constructed – this investigation, after proposing criteria for analysis, from the point of view of the new Cultural history (or history of linguistic ideas), uses the concepts of ownership and representation, whose goal is to understand, through the *Tratado da Língua Vernácula*, written by Brício Cardoso, the relations established between the text, the object which supports specific practices that produced conceptual and cultural settings and entered in his time. With this analysis, It is intended to assert that the grammars produced are all important cultural artifacts of their time and, because of that, historical source that presents evidence of unique experiences. In other words, a grammar is built with a specific goal to meet a specific public, required for a particular school, almost always written by eminent teachers in their social environment that if other apropriavam selected models as their cultural baggage, your mental utensilagem.

Keywords: *Tratado da Língua Vernácula*, Brício Cardoso, History of linguistic ideas, New Cultural history, grammar (construction), textbooks.

Àquele que me empurrou no abismo. Na queda, clamei
aos céus. Enviaram-me anjos. Minhas asas foram
reconstruídas. E eu voei.

Aos meus filhos, sempre: Christinilton, Marianne e Antônio! Encantos de minha alma,
marcas de minha existência, inspirações de força, fé e luz!

Ao meu pai, Antônio Lima Gally (*in memoriam*), cujo sonho era de ver um filho doutor.
Ao meu grande mestre de Língua Portuguesa João Costa (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

(aos anjos que vieram em meu socorro)

À professora Dra. Leonor Lopes Fávero, minha orientadora, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela confiança em mim depositada, pelo incentivo, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo do trabalho. Minha mais profunda gratidão e respeito, admiração e carinho sempre!

À professora Márcia Molina, a quem muito admiro, por sua minuciosa leitura no momento da qualificação e por me incentivar, por meio de seu exemplo, a continuar neste caminho árduo da profissão docente.

À professora Dieli Vesaro que, desde nosso primeiro contato, apontou-me caminhos menos íngremes na jornada teórica, além de ser exemplo de profissionalismo, rigor acadêmico, compromisso e, concomitantemente ao mundo científico, expressão de elegância e gentileza – obrigada por fazer parte de meu caminho e por participar de minha qualificação.

À professora Neusa Maria Bastos, por quem nutro profundo carinho e admiração, por motivos que vão desde o largo sorriso com o qual nos recebe em sala de aula, à oportunidade dada de viajarmos na história das gramáticas e nos problemas educacionais atuais e ao encorajamento profissional.

Aos professores Jarbas Nascimento, Vanda Elias e João Hilton por me receberem sempre de braços abertos e por acreditarem em meu trabalho;

à professora Lílian Ghiuro Passarelli, cheia de luz solar e sorrisos, que me deu oportunidade de trabalhar ao seu lado, de conhecer outros caminhos profissionais e de conviver com uma equipe competente formada por pessoas unidas por sua força e solidariedade;

aos meus ex-professores da graduação (UFS) e do mestrado (UFS), por partilharem seus conhecimentos e me permitirem chegar aqui;

a Luiz Antônio Cardoso, por me contar as façanhas pessoais de Brício Cardoso e de toda a família, além de me dar o nome da editora para conseguir a primeira edição do Tratado da Língua Vernácula, de 1932;

à minha amiga linda Lurdes Scaglione (Barbie), minha irmã paulistana, pelas palavras sempre de luz e pelos abraços de força e carinho (muitas noites passamos conversando, rindo, chorando, dançando e compartilhando nossas dores e alegrias!...);

às minhas não menos importantes amigas Ana Albertina (pós-graduação em Crítica Literária) por me acompanhar nesta luta, sempre solícita, sempre me falando da fé em Deus e comigo partilhando a presença dEle em nossas vidas; Betinha Adânia (bonequinha de louça) que acreditou em meu trabalho e me abraçou como a uma irmã; Vera (menina sorridente e de voz sexy), por “quebrar muitos galhos”;

ao meu mais nobre (e chic!!) amigo Agnaldo Martino, meu irmão loiro de olhos lindamente azuis, que me abraçou nesta terra gélida e solitária e me mostrou que a solidariedade, a amizade pura e sincera, o carinho e a ternura ainda existem;

a Emerson Salino, meu mais doce irmão – que é só sorriso e emoção (e muito trabalho!) –, pelo carinho, admiração e paixão com os quais fui nutrida ao longo desse período;

a Márcio Cano, meu mais solene amigo de olhos verdes, que, por acreditar em mim e por ter um coração lindo, apresentou-me ao seu grupo de amigos, dando-me a oportunidade de fazer parte da equipe de correção do vestibular da PUC-SP;

às minhas amigas que conquistei nas salas de aula, durante essa jornada: Luscelma Cinachi, Leila Mendes, Cheila Bragadin, Maria Helena Matei, Mylene Abud, Adriana Farias, Andrea Coccaro, Mônica Maucione, Ana Terra, Mônica Vicente, Anaíza, Nelci e Micheline Pandovani (e tenho ainda a sensação de que estou esquecendo alguns nomes importantes...);

a Itamar Freitas, não só por fazer parte da minha vida, mas também por me dar férias de mãe quando era possível, por se tornar meu melhor amigo intelectual e por ter me servido de exemplo profissional;

a Jeová Santana, meu eterno amigo e irmão secular, para quem a poesia é necessária, que me recebeu em seu apartamento e me ensinou como sobreviver em São Paulo, e me ofereceu ombro e ouvidos, quando sofri por causa da distância, da separação, do desencanto e da solidão;

aos meus amigos Carlos Héric, Maria Amália Berger (minha irmã de alma), Karina Oliveira, Priscila Goes e Tatá Erê por encherem minha casa de alegria;

ao meu fiel escudeiro Jonh Jonh que, pacientemente, digitou a gramática de Brício Cardoso e que me encheu de palavras encorajadoras;

às ex-alunas especiais que adotei como minhas filhas de alma: Jeane Santos (sempre cheia de sorriso), Shirley (encanto de menina); Fernanda Quaranta (apaixonada pela gramática tradicional) e Ive Rodrigues (meu denço que comigo divide as angústias e as alegrias de estar distante dos outros amigos e familiares);

a Cleber Santana, meu anjo protetor, que comigo chorou pelas madrugadas sem fim e que juntos superamos vários obstáculos e vencemos muitas lutas;

a Carlos de Andrade, meu amigo “virtual”, que me ensinou a ver quanticamente a vida e comigo passou noites afora conversando para diminuir minha solidão;

a Aldemir, por me lembrar que a música é também necessária e que a força da vida sempre existirá quando as chances forem dadas;

aos meus ex-alunos (UNIT/SE, UFSE, SENAC/SP; Central de Concursos/SP; UNIESP) que, por meio do *facebook*, mandaram-me mensagens de carinho, gratidão e força, gerando em mim a certeza de que estou no caminho certo;

a Reinaldo, pela confiança e pelo cuidado com meus originais;

a Lúcia, que me deu suporte doméstico, arrumando, limpando, e torcendo para que eu terminasse o “meu trabalho”;

a Sandro, por estar sempre à disposição para me ajudar a vencer distâncias na correria dessa agitada cidade;

à equipe da *Corpus Perdizes* (Marco, Cristiano, Eduardo, Alexandre, Mariana, Gerson, Flávio, Osmar) por me ajudar a retirar os excessos de gordura depositados ao longo desses 4 anos e me incentivar a ser plena (corpo são = mente sã);

aos amigos do Arouche, com quem me diverti muito no ABC Bailão, aliviando meu fardo cotidiano;

ao espaço Alpha Lux, por me proporcionar momentos de encontro com a divindade, por meio da meditação e canalizações;

a minha mãe, por ter sido uma grande mãe, sempre perto de mim, sempre me dando força, sempre me ajudado financeiramente e sempre me lembrando de que era necessário caminhar, seguir em frente, toda vez que eu pensava em desistir (sua presença em minha vida me fez crescer muito em todos os sentidos);

à minha irmã Christimeyre, por tantas coisas que nem sei por onde começar... talvez, pela lição do bordado (ela me foi muito útil e muito encorajadora), depois por me fazer companhia durante todo esse tempo, ora me aconselhando, ora me dando broncas, ora me elogiando, me chamando a atenção para minha missão, ora me fazendo rir muito, ora

interpretando meus sonhos, mas, acima de tudo, me amando e me fazendo acreditar que meu caminho é de luz (meu amor por você é eterno);

ao meu irmão, Christinaldo, pelas risadas e pelos almoços maravilhosos;

à minha segunda mãe, dona Pureza, que me recebeu em sua vida como a uma filha querida e que sempre me deu forças para não desistir, mesmo sabendo que doía a separação;

aos meus sobrinhos, Gabriela (minha doce menina) e Diego (meu nobre rapaz); e a Ivan Freitas, meu mais divertido ex-cunhado;

à minha prima-irmã Dirlene Moraes, por me receber em sua casa, em Itapecerica da Serra, como quem recebe uma princesa! Além de diminuir minha solidão e “rejuntar” parte da minha família materna, deu-me a oportunidade de me sentir em casa e de oferecer aos meus filhos uma casa de vó (vó Di). Afinal de contas, se não fosse uma mamadeira de mingau de maisena feita por você, quando eu era recém-nascida, eu não teria chegado aqui tão bem;

ao meu primo Rogério que, além de diminuir minha solidão, apresentou-me uma nova Chris, quando me convenceu de que a vaidade faz parte de toda mulher, inclusive das intelectuais;

aos meus primos Sira Barreto, Eduardo Barreto e Ivan Barreto, pelo carinho, pelo zelo e pela solicitude;

à minha prima Emília Mendonça, por me mostrar que é possível ser linda e forte, sorridente e guerreira, mesmo quando estamos longe de toda a nossa família;

aos primos lindos todos que tenho e que me ajudaram com palavras super fortalecedoras da alma: Ana Anísia, Cecília Mendonça, Simaria Gally, Micheângela Gally, Michelliny e Gutemberg Ribeiro, Maria do Carmo Ribeiro, Maristela Gally, Robson Santana, Dinorá Menezes e Maria Cristina Menezes;

e, não menos importante, à CAPES, por me contemplar com uma bolsa integral.

De todo o escrito só me agrada aquilo que uma pessoa escreveu com o seu sangue. Escreve com sangue e aprenderás que o sangue é espírito. (...). Eu aprendi a andar; por conseguinte corro. Eu aprendi a voar; portanto não quero que me empurrem para mudar de lugar. Agora sou leve, agora voo; agora vejo a mim mesmo por baixo de mim, agora dança em mim um Deus.

Friedrich Nietzsche

Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida. Ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o!

Friedrich Nietzsche

Sumário

	Pág.
Introdução	20
Capítulo 1- O percurso da história das ideias	26
1.1. História: conceito	27
1.2. De um lado, a escola metódica; do outro, o marxismo.....	31
1.3. A terceira via, ou o relativismo histórico.....	33
1.3.1. História-problema e fonte histórica.....	35
1.3.2. As fases da escola dos <i>Annales</i>	36
1.4. História das mentalidades e História das ideias	40
1.5. História cultural.....	45
1.6. A Nova história Cultural de Chartier: apropriação e representação.....	52
1.7. A história das Ideias Linguísticas	55
Capítulo 2- A gramática: construção e circulação	62
2.1. O processo de publicação dos livros no Brasil.....	63
2.1.1. As tipografias e as livrarias.....	65
2.1.2. As instâncias de aprovação e a autoria.....	73
2.2. O papel das instituições escolares na construção e circulação das gramáticas no Brasil.....	78
2.3. As gramáticas publicadas no Brasil oitocentista.....	84
2.4. O <i>Tratado da Língua Vernácula</i> : um percurso <i>sui generis</i>	97
Capítulo 3- Gramática: discursos filosóficos, linguísticos e pedagógicos	109
3.1. A construção teórica das gramáticas.....	110
3.1.1. Os discursos filosóficos em circulação no final do século XIX.....	113
3.1.2. Os discursos linguísticos em circulação no final do século XIX.....	126
3.1.3. Os discursos pedagógicos em circulação no final do século XIX.....	139
Capítulo 4- O <i>Tratado da Língua Vernácula</i>: estrutura interna	151
4.1. O conteúdo de o <i>Tratado da Língua Vernácula</i>	152
4.1.1. Prolegômenos.....	156
4.1.2. A segunda parte: ortoepia.....	182
4.1.3. A terceira parte: etimologia.....	186
4.1.4. A quarta parte: sintaxe.....	192
4.1.5. A quinta parte: ortografia e pontuação.....	201
4.2. A hibridação como método.....	201
4.2.1. As referências teóricas gramaticais.....	204
4.2.2. Os escritores dão o suporte.....	219
4.2.3. As referências generalizadas.....	221
4.2.4. As contestações.....	225
Conclusão	229
Referências Bibliográficas	233

Lista de gráficos

	Pág.
Gráfico 1: Número de livrarias e impressoras no século XIX no Rio de Janeiro.....	69
Gráfico 2: Local de publicação das gramáticas no Brasil – séc. XIX	92

Lista de tabelas

	Pág.
Tabela 1: Gramáticas publicadas no Brasil no século XIX, por autor.....	87

Lista de quadros

	Pág.
Quadro 1- Proposta de critérios de análise.....	24
Quadro 2- Comparação entre textos publicados em jornal e em formato livro.....	105
Quadro 3- Modificação entre textos publicados em jornal e em formato livro.....	106
Quadro 4- Os discursos predominantes na construção das gramáticas.....	110
Quadro 5- Representantes da Filosofia Moderna.....	114
Quadro 6- Os discursos científicos e religiosos em o <i>Tratado da Língua Vernácula</i>	124
Quadro 7- Fases do progresso da linguagem.....	158
Quadro 8- Teoria de Rousseau e apropriação de Cardoso (1944).....	159
Quadro 9- Comparação entre os discursos de Cardoso (1944) e Barbosa (1875).....	160
Quadro 10- Periodização da Língua Portuguesa, conforme Cardoso (1944).....	164
Quadro 11- Uso dos galicismos: argumentos	170
Quadro 12 - Linhas de precaução	171
Quadro 13- A gramática é arte e é ciência	176
Quadro 14- Divisão da gramática, conforme o <i>Tratado da Língua Vernácula</i> (1944)...	179
Quadro 15- Divisão dos assuntos da <i>Gramática Filosófica</i> e do <i>Tratado de Língua Vernácula</i>	181
Quadro 16- Quadro sinóptico da primeira parte de o <i>Tratado de Língua Vernácula</i>	182
Quadro 17- Definições e caracterização de vocábulo, palavra, termo, voz e expressão.	184
Quadro 18- Partes do discurso	187
Quadro 19- Emprego do pronome SE	191
Quadro 20- Sintaxe e construção	193
Quadro 21- Diferença entre os elementos da gramática e da retórica.....	197
Quadro 22- Classificação dos gêneros, conforme Cardoso (1944).....	198
Quadro 23- Caracterização das escolas literárias.....	199
Quadro 24- Comparação entre as citações contidas no <i>TLV</i> e na <i>Gramática Filosófica</i> ..	207
Quadro 25- Referências teóricas de o <i>Tratado da Língua Vernácula</i>	212
Quadro 26- Referências generalizadas	222

Lista de figuras

	Pág.
Figura 1: Capa da obra <i>Tratado da Língua Vernácula</i> , publicada em 1932.....	98
Figura 2: Capa da obra <i>Tratado da Língua Vernácula</i> , publicada em 1944.....	100
Figura 3: Excerto de o <i>Jornal do Aracaju</i> (01/11/1873)	102

Introdução

A gramática é um instrumento derivado da tecnologia intelectual e do saber metalinguístico. Essa é a definição concebida por Auroux (1992) para explicar a segunda revolução tecnológica¹: a gramatização. A expressão “instrumento”, usada nessa acepção, quer dizer meio para se alcançar um fim – o de sistematização de uma língua. Assim, a análise do instrumento gramática estaria circunscrita aos princípios que a regem, às normas que apresenta ou aos conceitos nela embutidos.

Para Auroux (idem), são vários os motivos que agiram sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos e, conjuntamente, atuando sobre os outros; eles vão desde a administração dos grandes Estados, literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional à luta pelo purismo e exaltação da identidade nacional.

O aparecimento da imprensa é, sem dúvida, o “motor decisivo para a gramatização² e a standardização dos vernáculos europeus” (AUROUX, 1992, p.29). No Renascimento, ainda consideram-se os contatos linguísticos, que, nesse momento, foram determinantes dos saberes linguísticos codificados. Daí a gramática assumir destaque como forma de se conhecer as línguas.

Em 1492, aparece a primeira sistematização de uma língua românica: é a *Gramática Castellana* de Elio Antonio de Nebrija. O século XVII foi o tempo das gramáticas filosóficas que se preocupavam em associar as categorias de pensamento às unidades da língua. É a partir deste século que “se forma, na França, a noção de regra associada à noção de uso, visando à elaboração de uma gramática capaz de fornecer os modelos legítimos do bem falar e do bem escrever a língua francesa”. (BEZERRA, 1985, p. 30). A obra modelar de como atuar sobre a língua surge na França, em 1647, do gramático Claude Favre de Vaugelas. Dessa fase também faz parte a Gramática de Port-Royal (1660) (*Gramaire générale et raisonnée de Port-Royal*), de inspiração cartesiana, que exerceu forte influência sobre os gramáticos da época. São nomes importantes dos estudos da linguagem desse período em Portugal: Amaro de Roboredo, Álvaro Ferreira de Véra e Ioam Franco Barreto. (Cf. BASTOS, 1981; BASTOS & PALMA, 2004; FÁVERO, 1996).

¹ A primeira revolução, segundo Auroux (1992), foi a escrita.

² “Processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje as palavras do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. (AUROUX, 1992, p. 65).

Esse método logicista gramatical “ganha espaço escolar, com a proliferação de gramáticas, como a de Buffier, seguida da de Du Marsais, Beauzée, Diderot e outras”. (BEZERRA, 1985, p. 36). A maior expressão, contudo, de gramática portuguesa no gênero é a *Gramática filosófica da língua portuguesa* (1782) de Jerônimo Soares Barbosa³ que, pelo menos, teoricamente segue os postulados da Gramática de Port-Royal⁴.

No Brasil, foram construídas, no século XIX, com orientação filosófica, gramáticas como as de Sotero dos Reis, Frei Caneca, Costa Duarte, Machado Bittencourt, Grivet e Soares Passos (Cf. FÁVERO, 2000), e atravessaram as décadas seguintes do século XIX, convivendo com as novas propostas do método histórico-comparativo de Bopp – método que norteou a remodelação e o plano de ensino de preparatórios, especialmente elaborados por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II, no final do século XIX.

Apropriando-se dos estudos de Max Müller, como também de Charles Darwin e Ernst Haeckel, Fausto Barreto elaborou o programa de línguas que serviu de estímulo à produção gramatical nesse período. João Ribeiro, Maximino Maciel e Alfredo Gomes, por exemplo, construíram suas respectivas gramáticas para atenderem às exigências desse programa, apropriando-se dos estudos de Adolfo Coelho, Émile Littré, Michel Bréal, Frederic Diez e Whitney, principalmente. Também, nesse momento, os estudos lexicográficos e fraseológicos tornaram-se imperiosos, seguindo os passos da geografia linguística de Gillérion.

Toda essa produção gramatical, no Brasil, foi investigada, descrita, analisada e interpretada por diversos pesquisadores ligados a áreas do conhecimento diversas – Educação, História, Linguística, Filologia e Língua Portuguesa – sob perspectivas também diversas: historiografia linguística, história das ideias linguísticas, história dos intelectuais (gramáticos e professores), etc. Inúmeros, portanto, são os trabalhos sobre a história do instrumento de sistematização de uma língua – a gramática.

Neste trabalho, entretanto, ampliar-se-á a noção de “instrumento”, passando a considerar a gramática, não somente como um meio para atingir um fim, mas como um bem cultural, ou seja, um objeto produzido pelo homem com finalidades social e

³ A gramática de Soares Barbosa “incorpora variados critérios normativos: o racional ou lógico (razão ou as leis universais do pensamento como norma) (...), o bom uso (o uso da corte, dos grandes escritores ou de pessoas cultas como norma) (...), e a autoridade do gramático (o saber que o gramático tem da língua funciona também como norma)”. (SUASSUNA, 1995, p. 24).

⁴ As gramáticas filosóficas tiveram como antecedentes as teorias da Gramática de Port-Royal, construída sob a égide do racionalismo de Bacon e Descartes. Sobre esse assunto, ver Nef (1995), Fávero (1996), Cagliari (1995), Renauro (2003).

culturalmente construídas, que apresenta não só um saber específico, mas um lugar de onde se pode perceber a própria história do conhecimento linguístico.

A gramática é capaz de refletir as preocupações, tanto em relação aos aspectos históricos – sob o ponto de vista político e econômico –, filosóficos, artístico-literários, educacionais (focando a legislação, as políticas de ensino e os métodos de ensino), quanto aos aspectos linguísticos específicos – responsáveis pela representação de um determinado grupo social. Para compreendê-la, portanto, é necessário analisar a maneira pela qual o autor se apropriou dos mais diferentes saberes, interpretando-os conforme o lugar social que ocupava para construir sentidos em seu objeto.

O objeto específico de análise desta investigação é o *Tratado da Língua Vernácula*, escrito, por Brício Cardoso⁵, entre os anos 1873 e 1874, publicado, inicialmente, em jornais sergipanos – prática social, cuja finalidade era a de, além de divulgar determinado trabalho, expô-lo à apreciação de outros estudiosos para ser criticado, promovendo sua seleção e depuração (Cf. VENTURA, 1991) – e posteriormente, no formato livro, em 1932 (primeira edição) e em 1944 (segunda edição).

Os sentidos são historicamente produzidos, ou seja, em cada momento histórico, constroem-se significações várias e diferenciadas para um determinado fato (acontecimento) e artefato histórico, ou para um determinado documento. Grupos de intelectuais, como os filósofos, os linguistas e os gramáticos apreenderam a realidade, construindo suas significações a partir de sua utensilagem mental, ou seja, seu universo cultural, sua filiação intelectual, e a representaram, perpetuando a existência de seus grupos.

As práticas de apropriação distinguem-se a partir das diferentes maneiras de apreensão de um conjunto de códigos culturais, permitindo que comunidades distintas de usuários sejam definidas e que os usos dos objetos e modelos culturais que lhe são impostos sejam configurados. Em outras palavras, as práticas sociais são constituídas de apropriações dos bens materiais em circulação que, a partir de usos diferenciados, são ressignificadas, gerando uma pluralidade de maneiras de compreensão das representações do real e a liberdade de criação de seus agentes.

O historiador busca atuar e interpretar a obra no tempo e inscrevê-la no cruzamento de duas linhas de força: uma vertical, diacrônica, pela qual ele relaciona um texto ou um

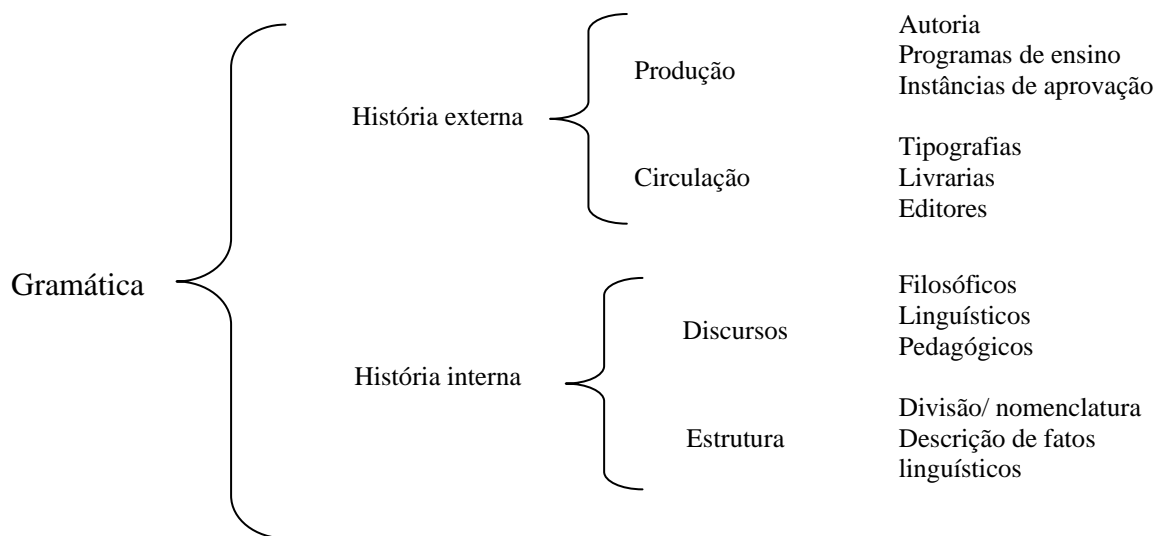
⁵ Brício Cardoso nasceu em Estância/SE e dedicou-se ao ensino secundário no Atheneu Sergipense desde 1873, aposentando-se no início do século XX.

sistema de pensamento a tudo o que os precedeu em um mesmo ramo de atividade cultural; a outra, horizontal, sincrônica, pela qual o historiador estabelece uma relação entre o conteúdo do objeto intelectual e o que se faz em outras áreas na mesma época (SCHORSKE, 1981 *apud* CHARTIER, 2002, p. 57).

Ler um texto ou decifrar um sistema de pensamento consiste, pois, em “manter juntas essas diferentes questões que constituem, em sua articulação, o que se pode considerar como o objeto mesmo da história intelectual” (CHARTIER, 2002, p. 57).

Esta tese, portanto, tem como objetivo analisar o *Tratado da Língua Vernácula*, considerando as relações estabelecidas entre o texto, o objeto que lhe serve de suporte, as práticas específicas que o produziu e as configurações culturais e conceituais inscritas em seu tempo a fim de compreender a maneira pela qual uma dada representação teórica impõe ao artefato construído sua aceitação, ou não, no meio social e cultural no qual está inserido. Em outras palavras, entender o processo de legitimação, ou não, de uma gramática em determinado momento, a partir da apropriação dos discursos que circulavam e que permitiam a esse objeto ser considerado autêntico ou apenas uma mera compilação de fatos linguísticos já obsoletos. Na produção gramatical, são os textos impressos que darão as fontes para a análise, uma vez que permitem entrever as estratégias de interpretação e de apropriação.

Ao considerar a gramática um artefato cultural, foram aqui sugeridos os seguintes critérios de análise, observando a história externa e a interna, já proposta por Fávero (2006):

Quadro 1: Proposta de critérios de análise

Enquanto a história externa refere-se à análise do contexto social e cultural em que determinado artefato foi criado e difundido, a história interna diz respeito à análise dos discursos constitutivos desse artefato e da estrutura de seleção e organização desses discursos.

A política de produção e da circulação das gramáticas, no século XIX, foi pautada principalmente, pela política educacional que exigia materiais didáticos para as escolas. Houve, então, uma construção massiva de gramáticas por todo o território brasileiro. É necessário, portanto, analisar e interpretar a) as relações sociais, políticas ou intelectuais de seu autor que lhe permitiram participar de determinado grupo legitimado; b) a legislação educacional vigente a fim de perceber as implicações da imposição dos programas de ensino e, conseqüentemente, a construção de manuais didáticos para subsidiar a aprendizagem; c) e as vantagens oferecidas pelo Estado para que os professores construíssem seus manuais.

Ainda contemplando a história externa, surgem alguns questionamentos, como: de que maneira essas gramáticas eram publicadas? Quais os interesses das tipografias e das livrarias, e qual a importância que davam aos livros escolares, didáticos, considerados de menor valor? De que precisavam essas obras para que fossem aprovadas e publicadas? Qual o papel da escola na produção e circulação dessas gramáticas? De que maneira os autores publicavam suas gramáticas quando não eram elas encaminhadas para as

tipografias? Quem eram os autores das gramáticas no século XIX e qual a formação intelectual era necessária?

Os modelos que serviam à construção das gramáticas explicam, em grande parte, as ideias sustentadas pelo autor em relação ao seu objeto de trabalho. Qual referência buscar? De que maneira buscar suas fontes e organizá-las? Quem decidia sobre qual corrente linguística adotar: o autor, a instituição onde lecionava, ou o programa imposto pelo colégio Pedro II, que, no século XIX, servia de modelo para a educação brasileira? O método de ensino preconizado pela instituição refletia na abordagem teórica gramatical? De que maneira o gramático conciliava as concepções de língua e de nacionalidade com as inovações linguísticas?

Quando se trata da história interna, interessam as representações do mundo social que traduzem as posições dos autores e permitem, ao mesmo tempo, entrever a maneira pela qual essa sociedade é dada a ver por esse sujeito. Em o *Tratado da Língua Vernácula*, Brício Cardoso reúne discursos filosóficos, linguísticos e pedagógicos a fim de legitimar sua obra. A seleção e organização desses discursos, na verdade, dão sentido ao gesto individual de produção que, por sua vez, expressa a maneira pela qual são apropriados, conforme sua utensilagem mental.

Também faz parte da história interna a análise da estrutura gramatical proposta pelo autor e a organização dada por ele. A partir de seus interesses e de suas expectativas, o autor busca as referências que melhor atendem as suas exigências, autores e citações que legitimem seu texto.

Assim, esta tese foi dividida em quatro capítulos: no primeiro, discute-se o ponto de vista adotado e os critérios para a análise do objeto de pesquisa: a gramática; no segundo, a produção e a circulação das gramáticas no Brasil oitocentista, com especial atenção para a maneira *sui generis* da divulgação e circulação de o *Tratado de Língua Vernácula*; no terceiro capítulo, encontra-se um panorama dos discursos filosófico, pedagógico e linguístico que circulavam naquele momento e de que maneira foram eles apropriados pelo autor de o *Tratado da Língua Vernácula*; e no quarto e último capítulo, foram analisadas a estrutura da gramática em seu contorno propriamente linguístico, e as referências que serviram de suporte para a sua legitimação, ou seja, analisam-se as referências e a maneira pela qual as “compilações” dos clássicos, tanto gramaticais quanto literárias foram incorporadas à obra.

Capítulo 1

O percurso da história das ideias

Escolher uma linha teórica para analisar um objeto de pesquisa não é tarefa fácil. Construir a história desse objeto, então, torna-se ainda mais difícil, uma vez que o conhecimento histórico foi traduzido de diversas formas, considerando-se a sociedade na qual foi construído e o tempo em que foi produzido.

A História pode ser vista sob duas grandes perspectivas, ou melhor, dois grandes paradigmas: o historicista – representado pelas obras de Leopold von Ranke (1886)⁶, Droysen (2009), ambos alemães – e o cientificista, na qual o fundamento do conhecimento histórico encontra-se, principalmente, na possibilidade de extração das leis que regem os acontecimentos.

No modelo historicista, também considerado romântico, o historiador deve observar o individual, os eventos e as pessoas em seu contexto, tentando **compreender** os fatos dentro de sua especificidade; no modelo cientificista, também considerado naturalista a função mais importante é a de **explicar** os acontecimentos.

A Escola Metódica, o marxismo e os *Annales* apresentam notas particulares de um e outro modelo. A escola metódica defende a história como ciência fundada no método da crítica histórica, mas condena a ideia de explicação mediante Leis. Os textos narrativos de Marx, por outro lado, guardam elementos do historicismo – o exame das fontes, a contextualização etc. – e do cientificismo – a extração das leis da história.

Os *Annales*, em sua primeira fase, por exemplo, tinha, nos estudos de Marc Bloch, o uso dos pressupostos do historicismo. Na segunda fase, com Braudel, e, na terceira fase, representada pela história serial, mentalidades e história cultural, há mesclas tanto do historicismo quanto do cientificismo, como veremos adiante.

Na contemporaneidade, a representação do conhecimento histórico, para alguns autores, encontra-se fragmentada; para outros, em crise; e há, ainda, aqueles que acreditam que esteja apenas se “moldando” às novas exigências inerentes à realidade social, cultural, filosófica, econômica e política na qual está inserida.

⁶ Sobre esse assunto, ver Holanda (1974; 1979).

Para compreender as propostas da “nova” História, é necessário saber a que escola histórica “antiga” se contrapôs e dela se diferenciou, gerando uma ruptura de paradigmas.

1.1. História: conceito

De origem grega, a palavra história significa investigação, informação e foi empregada, pela primeira vez, por Heródoto, considerado, na tradição ocidental, o pai da História. O conceito de História, porém, mudou conforme o tempo e a sociedade na qual foi construída⁷, trazendo consigo uma discussão recorrente em todos os movimentos e escolas: é, ou não, a história uma ciência? Para Besselaar (1979, p.53), por exemplo, representante da escola metódica, a história é “a ciência dos atos humanos do passado e dos vários fatores que neles influíram vistos na sua sucessão temporal”, ou seja, é uma ciência moral que, opondo-se às ciências físicas, ocupa-se da consciência, cultura e sociedade humanas.

Os alemães, no início do século XIX, foram os primeiros a quererem classificar a História como ciência, em reação ao Idealismo, inaugurado por Hegel – que estabeleceu uma nova atitude filosófica frente ao conhecimento, ao mostrar que o “o conhecimento não é absoluto, mas se constitui como um movimento, o movimento dos contrários (lei da dialética: tese, antítese e síntese)”. (BORGES, 1981, p. 33). Em outras palavras, eles queriam que a história fosse a mais objetiva possível, assim como as ciências exatas o

⁷ O aparecimento da história como explicação para os fatos esteve ligado diretamente à filosofia grega. Os filósofos, a exemplo de Heródoto, tentavam entender um momento histórico concreto, por meio de uma narração temporal cronológica, abandonando, assim, em parte, o mito, quando se buscou a explicação dos fatos nos fatores humanos e não em causas sobre-humanas. Havia também uma preocupação explícita com a verdade. Embora a História fizesse parte das artes liberais – gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia – cuja função era dar uma formação enciclopédica aos futuros filósofos, e de ser ela uma arte auxiliar da gramática, ela não possuía o estatuto de arte, na concepção moderna do termo. Arte, na Grécia, indicava uma habilidade prática, regras técnicas rígidas que podiam ser ensinadas. Em Roma, a história seguiu o modelo grego, mas sua função era muito mais voltada para a propaganda dos grandes feitos da dominação romana no ocidente. Com o cristianismo, a história da humanidade foi vista como um plano divino, cujo marco inicial foi a vinda de Cristo à Terra. Durante toda a Idade Média, a história, apesar de continuar com a visão do tempo linear, volta a uma explicação sobrenatural, semelhante ao mito. No renascimento, o racionalismo começou a se impor. Buscou-se a exatidão dos textos antigos e de documentos a fim de reconstituir o passado. No século XVIII, os iluministas tentaram mostrar a história como progresso da humanidade. Com a Revolução Francesa, surgiram os historiadores liberais – geralmente estadistas envolvidos na ação política e, por isso, produziram obras de caráter político-partidário. No século XIX, principalmente, por causa dos inúmeros conflitos nacionais, muitos países começaram a criar sociedades de pesquisa para levantar documentação referente ao seu passado, como foi o caso da Alemanha. Como a visão era nacionalista, esses historiadores fizeram parte do movimento “romântico”, também conhecido como idealismo alemão. (Cf. BESSELAAR, 1957; 1979 e BORGES, 1981).

eram. Dessa forma, era necessário elaborar métodos e leis que promovessem a objetividade na história, alcançando, assim, a verdade universal. Com este intuito, o historiador, além de criticar as fontes, deveria fazer um levantamento criterioso dos fatos.

No início do século XX, Febvre e Bloch, fundadores da Revista *Annales*, propuseram uma nova história, reafirmando seu caráter científico, apesar de a considerarem uma ciência em construção. Assim também acredita Cardoso (1988), pois o objeto da história abrange estruturas globais passíveis de regularidades, como o aspecto econômico e as estruturas sociais.

Existem, contudo, outras posições teóricas paralelas a essa definição de História. **A História é interpretação**, e, por isso, o fato histórico deve ser questionado. O que distingue um fato histórico de um não histórico? Além da exatidão dos fatos básicos—condição necessária ao historiador, mas não essencial—, a escolha desses fatos não está numa qualidade que lhe seja própria, mas numa decisão do historiador. “O fato fala apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1976, p.14). Dessa forma, estabelecer um fato como histórico dependerá de uma interpretação dada pelo historiador. Os documentos, depositários legítimos dos fatos, também são alvo de questionamentos, pois o documento diz “aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar” (idem, p.18). Isto significa que os fatos e os documentos, por si mesmos, não constituem a história.

Por chegarem os fatos até os leitores através da mente de quem os registra, é necessário que também se pergunte sobre o historiador que os selecionou e os interpretou, pois ele pertence a sua época e a ela está relacionado por sua própria condição de existência humana. Em outras palavras, o historiador, homem que vive numa determinada sociedade, também faz parte da história que está vivendo, por isso, escreve sua história historicamente situado, ou seja, “numa determinada época, dentro de condições concretas de sua classe, sua instituição de ensino ou pesquisa, etc. Seu trabalho será condicionado tanto pelo nível de conhecimento então existente, como pelos interesses que ele possa estar defendendo, mesmo que inconscientemente” (BORGES, 1981, p. 61).

Mas, então, como garantir a objetividade em história? O dever do historiador está em, além de verificar a exatidão dos fatos por ele selecionados, procurar os fatos que são conhecidos e importantes para ajudá-lo na interpretação a que se propôs. A leitura e a

escrita são auxiliares nessa busca pela objetividade: à proporção que o historiador escreve sobre os fatos que leu, compreende melhor o sentido e a relevância daquilo que está escrevendo e busca outras leituras. Ao avaliar “o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos”. (CARR, 1976, p.28).

História é narrativa com personagens reais, na concepção de Paul Veyne (1982, 1983). Para ele, o historiador não poderá atingir a cientificidade porque a História é um conjunto de acontecimentos que, apesar de cada um ser determinado e somente alguns serem objetos de ciência, é, na sua totalidade, percebido como um caos. Somente por meio da narrativa é que esse caos poderá ser organizado e os acontecimentos compreendidos. Furet (1975, p. 81) também afirma que a história “é filha da narrativa. Não se define por um objeto de estudo, mas por um tipo de discurso (...). Fazer história é contar uma história”.

A História está mais próxima da concepção moderna de Arte, pois é um gênero literário. O historiador faz, a um só tempo, ciência e arte, pois, além de representar “o que aconteceu, por que e como aconteceu” por meio de operações investigativas, ele também seleciona um modelo verbal, “na forma de uma narrativa, de modo a explicar o processo de desenvolvimento que conduz de uma situação a uma outra situação recorrendo às leis de causalção”. (WHITE, 1992, p.27). Usando os tropos para “entender as operações pelas quais os conteúdos de experiência que resistem à descrição em representações não ambíguas em prosa podem ser prefigurativamente compreendidos e preparados para a apreensão consciente” (idem, p.46-8), White distingue três tipos de estratégias usadas pelos historiadores para “explicar” a história: explicação por argumentação formal, explícita ou discursiva – formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo; explicação por elaboração de enredo – romanesca, tragédia, comédia e sátira; e, explicação por implicação ideológica – anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo. Ele conclui que “a exigência de cientificização da história representa apenas a declaração de uma preferência por uma modalidade específica de conceptualização histórica cujas bases são ou morais ou estéticas, mas cuja justificação epistemológica ainda está por estabelecer”. (idem, p.14). Um estilo historiográfico, portanto, “...representa uma combinação particular de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica” (idem, p.43).

Cada historiador, portanto, imbuído de suas experiências e concepções metodológicas, imprime seu modo de definir a História, construí-la e de escrevê-la. Isso

não significa, porém, que, por fazer parte de um determinado contexto histórico, o historiador acompanha as tendências daquele momento. As escolas históricas agregam os historiadores que comungam de uma mesma maneira de conceber a história, mas longe está de formarem grupos estanques no tempo e no espaço. A escola marxista, difundida no século XIX e início do XX, por exemplo, apesar das investidas da História Nova Cultural, sobre a qual se discorrerá adiante, e de sua explosiva produção no ocidente, é representada, no século XXI, por Hobsbawm, para quem “a concepção materialista da história de Marx é, de longe, o melhor guia para a história” (HOBSBAWM, 1998, p.9).

Apesar das várias concepções de História e das várias escolas de pensamento acerca do conhecimento histórico, existe um elemento comum que as une e, ao mesmo tempo, as diferencia: o tempo.

Bloch (1997, 2002), um dos fundadores dos *Annales*, afirma que a História é a ciência dos homens no tempo; Furet (1975), que a história narrativa é a reconstrução de uma experiência vivida no eixo do tempo.

O tempo é a peça fundamental para distinguir a História das Ciências Sociais, ou seja, sua preocupação com a

duração, com a mudança e com as resistências a mudança, com as transformações e as permanências ou sobrevivências. [...]. Mesmo quando analisa processos estritamente atuais, o historiador o faz com a preocupação de situá-los numa perspectiva de temporalidade, e em especial no quadro da longa duração, o que lhes permite atingir um conhecimento diferente em muitos aspectos dos que habitualmente se encontram em obras de Sociologia, Ciência Política, etc.” (CARDOSO, 1988, p. 121-2).

É a representação do tempo histórico que diferencia as diversas escolas e programas históricos, tese sustentada por Reis (2000) para explicar, principalmente, a diferença entre a história filosófica e literária, as escolas histórica, metódica, historicista, marxista e dos *Annales*. Como o conhecimento histórico só é possível no interior de uma concepção do tempo histórico, o tempo é o elemento-chave na definição da História e será a reconstrução do tempo histórico a responsável pela renovação teórica, proposta sob a perspectiva da longa duração, da escola dos *Annales* em relação à história tradicional. “O que era impensável em história, a repetição, a permanência, a quantificação de movimentos reversíveis e regulares, a longa duração, enfim, torna-se a direção principal do olhar do historiador. Uma outra história começa a ser pensada, o que refletirá sobre a história que se produz”. (REIS, 2000, p. 21).

1.2. De um lado, a escola metódica; do outro, o marxismo

A história dominante, no final do século XIX, é a construída pela escola metódica, por ela mesma denominada, de maneira imprópria, como positivista⁸. Essa escola, constituída pelos membros da *Revue historique*, lançada por Gabriel Monod em 1876, que pretendia fundar uma ciência positiva, no sentido baconiano, ou seja, uma ciência calcada no objetivismo. O historiador, para alcançar a objetividade e se afastar das teias das teorias filosóficas, deveria submeter as fontes à criticidade a fim de comprovar a autenticidade e a veracidade dos fatos.

Os historiadores, nesse momento, foram influenciados fortemente pelo manual de Langlois e Signobos (1946)⁹, representantes da escola metódica, que professava, no tocante à metodologia, uma síntese das posições positivistas e historicistas. Seu método é definido com a publicação da *Introdução aos estudos históricos*, em 1898, considerado como manifesto dessa escola: “em primeiro lugar, o historiador deve reunir os documentos e classificá-los. No segundo momento, procede à crítica interna dos mesmos. Depois, por dedução, analogia, esforça-se para encadear os fatos, para preencher as lacunas, enfim organiza os fatos em uma construção lógica” (DOSSE, 2003, p.62).

Com os historiadores da escola metódica, os documentos eram “sacrário do templo dos fatos” (CARR, 1976, p.18). Além de ser escrito, era prova incontestável da verdade e, por isso, bastaria submetê-lo à crítica externa – para julgar a sua autenticidade – e interna – para examinar sua veracidade. Eles, por si só, já representavam o conhecimento da história e os historiadores não precisavam, portanto, interpretá-los, bastaria coletá-los e agrupá-los para então descrevê-los.

Autores também importantes dessa história historicizante foram Ernest Lavisse (*apud* DOSSE, 2003) para quem a história tem a função de revitalizar o sentimento de

⁸“É muito comum confundirmos o positivismo, a escola histórica seguidora de Comte, com a escola metódica: o que se convencionou chamar de positivismo é, na realidade, a escola metódica, influenciada pelo pensamento do filósofo alemão Leopold von Ranke, que supervalorizava o documento e defendia a objetividade na história. A escola metódica teve seu auge no final do século XIX, defendida, sobretudo, pelos historiadores franceses Langlois e Signobos, que pregavam uma História narrativa, política, com forte caráter nacionalista. O positivismo, propriamente dito, por outro lado, buscava estudar a História a partir do estabelecimento de leis que regulassem o desenvolvimento humano, seguindo assim a proposta de Comte para a elaboração de leis nas ciências sociais”. (SILVA & SILVA, 2010, p. 190).

⁹ Sobre esse assunto, ver FREITAS (2006).

orgulho nacional e Fustel de Coulanges (1888), que afirma ter o discurso historiográfico um valor científico, pois apoia-se nos documentos para fugir ao subjetivismo.

Esse historicismo, em grande parte, é influenciado pela escola historiográfica alemã de Leopold von Ranke, cuja linha de pensamento, contrária à história moralizante de sua época, influenciou o positivismo histórico, escola que primava pela tradução objetiva da verdade a fim de sustentar a ideia de História como ciência e não como matéria-prima da Sociologia, como propôs a classificação de Comte. A maior parte dos pressupostos de Langlois, Seignobos, Lavissee e Fustel encontra-se na filosofia de Ranke: “a recusa de toda reflexão teórica, a redução do papel da história à coleta de fatos, a afirmação da passividade do historiador diante do material com que trabalha”. (DOSSE, 2003, p.66).

Entretanto, enquanto o objetivismo manifestava-se no método da crítica externa e interna, de forma rigorosa a serviço do estabelecimento dos fatos, a subjetividade, própria do historicismo, manifestava-se na síntese histórica, na construção de textos e explicações de tais fatos.

A História tornou-se disciplina acadêmica no final do século XIX, apoiada muito mais sob esse discurso historicista do que sob o foco marxista – leia-se, materialista¹⁰ – simultaneamente, antagônico e aliado aos paradigmas dos *Annales*.

O marxismo constituiu um sistema racionalista de interpretação da realidade, grosso modo, baseado nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, cuja teoria fundamenta-se no princípio de que, para se pensar a história, deve-se considerar alguns aspectos importantes: a economia, a divisão do trabalho e a organização social a que ela está vinculada. Marx, de fato, “elaborou uma teoria histórica que privilegiava as forças produtivas (...), cujo desenvolvimento se daria de modo autônomo em relação ao restante das relações sociais” (SILVA & SILVA, 2010, p. 269).

O materialismo histórico, termo que costuma designar a teoria marxista, permite conceber certo determinismo social, ou seja, independentemente de suas vontades, os indivíduos estabelecem relações sociais e produzem sua existência sob condições determinadas e necessárias.

¹⁰ “Eu uso (...) o termo [materialismo histórico] para designar aquela concepção do curso da história que busca a causa última e a grande força que movimenta todo os eventos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações do modo de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas e nas lutas dessas classes uma contra a outra”. (ENGELS, 1950 *apud* FERNANDES, 1983, p. 112).

Para os jovens *annalistas*, entretanto, nem a história historicizante que privilegiava a política, os eventos e os indivíduos, nem o determinismo econômico como explicação da sociedade eram suficientes para a construção da história.

1.3. A terceira via, ou o relativismo histórico

Nascida em 1929, ano da grande crise econômica mundial, a revista dos *Annales* beneficiou-se da necessidade de deslocamento de uma história política para uma história preocupada com aspectos econômicos e sociais imposta naquele momento, embora o aspecto econômico tenha aparecido em vários movimentos políticos nos anos 20. Como a economia foi o baluarte da sociedade dos anos 1920 e 1930, a revista de história econômica e social de Bloch e Febvre encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento e sucesso. Além disso, houve o período anterior marcado pela guerra (1914-1918) que impôs a conclusão de que a história-batalha em nada contribuiu para impedir a deflagração da guerra, por exemplo. Além de rejeitar a história política, a revista criticou a história que se preocupava com os fatos singulares, sobretudo com os fatos políticos, militares e diplomáticos.

Era, então, uma proposta de se fazer uma história nova, que levasse em consideração outros aspectos, que não somente o político. Para Le Goff (2005, p. 61), a História Nova foi definida pelo “aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história (...) e, principalmente talvez, pelo aparecimento no campo da história de novos objetos, em geral reservados, até então à antropologia...”. Mas, essa renovação também contou com a influência de outras ciências, como foi o caso das Ciências Sociais que, nesse momento, questionava o evolucionismo, a ideia de progresso, levando os historiadores a buscar respostas em outras áreas do conhecimento.

As novas ciências sociais marcam esse período, como a linguística, a psicanálise, a antropologia e, sobretudo, a sociologia, com a escola de Durkheim, que tenta unificar as ciências humanas sob o argumento da causalidade social, empurrando a História para algo semelhante a um ramo da sociologia. Mais tarde, Durkheim será considerado por Bloch como um dos padrinhos da escritura dos *Annales*. Ante a ofensiva dos sociólogos, Seignobos lança, em 1901, o *Método Histórico aplicado aos estudos sociais*, que considera

os historiadores como os únicos federalistas. Dessa disputa do controle do mesmo campo do saber, pelos sociólogos e historiadores, os *Annales* extrairão as propostas de Simiand em relação à história-problema e à promoção de pesquisas coletivas, “sem esquecer a construção de modelos, (...) em benefício de uma história federalista e não da sociologia” (DOSSE, 2003, p. 48). Simiand é também o precursor “de uma história econômica baseada em um aparelho estatístico, que permite delimitar os ciclos regulares em ação nos movimentos de conjunto que envolvem toda a sociedade” (idem, p.106).

Outro aspecto que impulsiona o sucesso dos *Annales* é a geografia proposta por Vidal de La Blache, cuja sistematização do objeto geográfico servirá de modelo. Ela “pretende eliminar o acontecimento, o político, e fixar-se no tempo atual e interessa-se por tudo que se mantém no presente, pelas permanências que formam a trama das paisagens...” (idem, p.49). O objeto da geografia vidalina, incidentalmente, é o homem, pois está atrelado muito mais aos lugares, às paisagens, aos efeitos visíveis sobre a superfície terrestre, dos diversos fenômenos naturais e humanos.

Além dessa guerra particular com a escola durkheimiana, os historiadores desse período contaram com a força da *Revista de Síntese Histórica*, de Henri Berr, em 1900, lançada por François Simiand, que se atém aos princípios propostos na obra de Charles Seignobos. São eles que pedem aos historiadores que abandonem seus “ídolos da tribo”, metáfora de Bacon: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Henri Berr era um dos ferozes críticos da história política. Sua intenção era “a de encorajar historiadores e colaborar com outras disciplinas, especialmente com a psicologia e a sociologia, na esperança de produzir o que ele chamava de ‘psicologia histórica’ ou ‘coletiva’” (BURKE, 1992, p.22).

Considerando a história como a “ciência das ciências” e de natureza estritamente psicológica, Berr defende uma história nova a partir do combate à idolatria do fato histórico e o reducionismo da escola metódica e preconiza “a história-síntese, a história global que levaria em consideração todas as dimensões da realidade, dos aspectos econômicos às mentalidades, em uma perspectiva científica”. (DOSSE, 2003, p. 68).

A Escola dos *Annales*, como ficaram conhecidos os membros da Revista, foi vista por vários historiógrafos como um “grupo monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método, determinista em suas concepções, hostil ou, pelo menos, indiferente à política e aos eventos”. (BURKE, 1992, p.12). Entretanto, por seus representantes apresentarem divergências entre si e por modificar alguns de seus

propósitos durante os mais de 60 anos de existência, Burke (1992) prefere falar de um movimento dos *Annales*, não numa escola. Ainda assim, a maioria dos trabalhos no Brasil refere-se à escola e não a movimento, posição também acatada neste trabalho.

1.3.1. História-problema e fonte histórica

As ideias veiculadas na revista dos *Annales* promoveram uma nova história (Ver DOSSE, 2003; REIS, 2000; VAINFAS, 1997), pois propunham substituir a história tradicional, calcada na narrativa de acontecimentos, por uma história-problema; em construir uma história que alcançasse todas as atividades humanas e não somente a política; considerar o fato histórico como construção teórica; alargar a noção de fontes históricas e colaborar com outras disciplinas, como a geografia, a economia, a sociologia, a linguística, promovendo, assim, a interdisciplinaridade. Além desses aspectos, os historiadores dos *Annales* mantinham uma posição a-política, pois “sendo cientista, o pesquisador não precisa defender causas públicas e assumir posições políticas” (REIS, 2000, p. 68).

Se para a escola historicista, não havia história sem documentos, para os *Annales*, não havia história sem problema. Os fatos não estavam à disposição para serem colecionados, empilhados pelo historiador, como se estivessem presentes de forma bruta nos documentos, como acreditavam os metódicos. Era necessário interrogar o passado (problema), com base em hipóteses e conceitos e, a partir daí, buscar a documentação para comprovar ou refutar as hipóteses. O texto histórico, então, passa a ser o resultado de uma “explícita e total construção teórica e não o resultado de uma narração objetivista de um processo exterior organizado em si pelo final” (REIS, 2000, p.25).

Ao se oporem à narração dos fatos tal qual eles se passaram, os *Annales* propõem uma pesquisa histórica baseada na verificação de respostas-hipóteses possíveis aos problemas construídos anteriormente pelo historiador, explicitando, para isso, as técnicas e métodos utilizados, e o lugar social e institucional de onde ele fala. O fato histórico passou a ser entendido como algo construído pelo historiador, e o documento, algo que deveria ser questionado, inclusive sobre sua autoria. Era necessário, portanto, levar em conta todos os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, filosóficos ligados à construção ou à criação deste documento, para, além de questioná-los, interpretá-los.

A pesquisa assim conduzida garantia a reconstrução temporal promovida pelos *Annales*. A história deixava de ser representada numa linha linear temporal em direção ao progresso e passou a ser representada por múltiplas temporalidades. As periodizações portanto, ao invés de obedecerem ao esquema cronológico, seguiam temas definidos pelo problema construído pelo historiador.

O conceito de documento se ampliou para fonte histórica, ou seja, “tudo aquilo que é produzido pela humanidade no tempo e no espaço (...) que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (SILVA & SILVA, 2010, p. 158). Daí, a imagem, a literatura, o cinema, e todos os artefatos culturais são considerados fontes históricas. Atualmente, os termos mais recorrentes são “vestígios e registros”, apontando para uma nova concepção de história em pesquisa, principalmente, sobre a cultura e o cotidiano.

1.3.2. As fases da escola dos *Annales*

A Escola dos *Annales* apresenta três fases distintas: a primeira que vai de 1920 a 1945, inaugurada por Febvre e Bloch e caracterizada por refutar a história tradicional, a história política e a de eventos; a segunda, que apresenta o método serial e a concepção do tempo de longa duração, inaugurada por Braudel; e a terceira, que se inicia em 1968, quando Le Goff assume a direção da Revista, revitalizando a história das mentalidades, embora tenha recebido inúmeras críticas, inclusive a de fragmentação do movimento (Cf. DOSSE, 2003; REIS, 2000), do qual trataremos mais tarde.

A primeira fase, representada por seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch¹¹, combatia a história historicizante que vinha sendo praticada na França até então, como já se afirmou anteriormente. Ainda combatia não só a história que se pretendia científica, ao buscar a veracidade dos fatos por meio de documentos considerados autênticos e verdadeiros, mas também a falta de diálogo entre a história e as outras disciplinas das

¹¹ Apesar de serem Febvre e Bloch considerados os precursores da “revolução francesa historiográfica”, como denomina Burke (1992), não foram eles os primeiros a contestarem a história política e a de eventos. Os iluministas já o faziam quando fizeram uma história da sociedade, preocupando-se com “as leis e o comércio, a moral e os costumes”, temas presentes, por exemplo, em Voltaire. Com os seguidores de Ranke, porém, a história deu maior ênfase às fontes dos arquivos, e a história da sociedade foi marginalizada, método sistematizado por Langlois e Signobos. No início do século XX, porém, as críticas à história política já eram bastante prolíferas. Alguns historiadores, como James Harvey Robinson e Ernest Lavisse que escreveu a História da França em 10 volumes, já haviam inserido, em suas obras, temas como a cultura, artes, política das artes, etc. Para Burke (1992, p.21), portanto, “é inexato pensar que os historiadores profissionais desses período estivessem, exclusivamente, envolvidos com a narrativa dos acontecimentos políticos”.

ciências humanas, como a antropologia, a psicologia, a linguística, etc. (Cf. FEBVRE, 1952).

“Contra a tal história historicizante, Febvre e Bloch opunham uma assim chamada *história nova*, uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar”. (VAINFAS, 1997, p.130). Além disso, ainda se opunham à história que colocava o fator econômico como determinante do aspecto social e propunham uma história totalizante, construída a partir de fatos em série e através da interdisciplinaridade.

Os *Annales* da primeira fase defendiam uma concepção relativista do discurso histórico e apropriaram-se de outro saber: o estudo das mentalidades que provinha dos estudos da etnologia e da psicologia.

A primeira fase, então, foi caracterizada, principalmente, por um combate à história tradicional e uma proposta de se construir uma nova história. Foi uma fase de inovação que durou cerca de 30 anos. Entre 1930 e 1940, Febvre escreveu a maioria de “seus ataques aos especialistas canhestros e empiricistas, além de seus manifestos e programas em defesa de ‘um novo tipo de história’ associado aos *Annales*, postulando por uma pesquisa interdisciplinar, por uma história voltada para problemas, por uma história da sensibilidade etc.” (BURKE, 1992, p. 38). Bloch, por sua vez, defendia que os fenômenos históricos teriam de ser explicados por meio de seu tempo, e não em função do tempo passado.

A segunda fase é inaugurada por Braudel quando ele assumiu a direção da Revista depois da morte de Febvre, em 1956. Ele já era um historiador muito importante com a obra *Mediterrâneo*, onde transformou as noções de tempo – dividindo-o em tempo histórico, geográfico e social – e de espaço – “subvertendo as fronteiras tradicionais da história econômica quando deixa de lado as categorias de ‘agricultura’, comércio’, etc., e a substitui por ‘vida diária, o povo e as coisas, alimentos, vestuário, etc’...” (BURKE, 1992, p. 60). Braudel acreditava que a contribuição especial do historiador às Ciências Sociais seria a consciência de que todas as ‘estruturas’ estariam sujeitas a mudanças, mesmo que lentas. Ele “era impaciente com fronteiras, separassem elas regiões ou ciências. Desejava ver as coisas em sua inteireza, integrar o econômico, o social o político e o cultural na história total” (idem, p. 36).

Com a influência da geografia vidalina, Braudel “aprofundou o estudo sobre as relações entre o meio ambiente e a vida material, chegando mesmo, no limite, a sugerir uma espécie de determinismo geográfico na estrutura e na dinâmica das sociedades”

(VAINFAS, 1997, p. 134). Em relação ao tempo, Braudel desenvolveu o conceito sobre os diversos tempos que cruzam a história das sociedades: o de longa duração – retrata a relação entre o homem e o meio geográfico –, o de média duração – a história das conjunturas econômicas, sociais e políticas – e o tempo de curta duração: o tempo dos acontecimentos. O *homo economicus* oferece-lhe, portanto, “uma temporalidade intermediária, conjuntural, cíclica, indispensável para reinsuflar os movimentos significativos entre as profundezas insondáveis e a espuma dos dias” (DOSSE, 2003, p. 215). Apesar de considerar a economia um pilar importante na história, Braudel situa o capitalismo no nível da troca, da circulação, diferente dos economistas marxistas, que o veem na produção, no mercado de trabalho.

Para Burke (1992), entretanto, foi com ele, inclusive, que o marxismo começou a fazer parte dos estudos do grupo dos *Annales*. A história geográfica e socioeconômica veiculada na *Revista*, nos anos 60, “faziam uso abundante dos métodos quantitativos, não só para estudar as flutuações de preços, as taxas de nascimento, casamento e mortalidade, mas também as tendências na distribuição da propriedade, na produtividade agrícola, etc” (BURKE, 1992, p. 77).

A era Braudel, dessa forma, caracterizou-se “pela produção de grandes obras de história total, histórias sintéticas, ainda que recortadas monograficamente, com grande ênfase nos aspectos socioeconômicos e suas relações com o meio geográfico” (VAINFAS, 1997, p.135). Por conta disso, a história das mentalidades ficou afastada neste período.

O desenvolvimento do movimento *Annales*, porém, não pode ser explicado apenas pelo carisma e a contribuição de Braudel¹². Entre 1950 e 1970, a história assistiu ao nascimento da história quantitativa e, depois, da história serial, colocando Labrousse, um historiador econômico, em um dos lugares mais influentes no *Annales*.

Braudel também manteve uma acirrada disputa com a antropologia de Levi-Strauss e a ascensão dessa disciplina no meio universitário. “Observar, classificar, comparar, isolar são as grandes operações cirúrgicas praticadas por Fernand Braudel” (DOSSE, 2003, p.167), cuja proposta resume-se na palavra “reciprocamente”, uma vez que considera que tudo influi sobre tudo.

A história braudelina, para consolidar sua autonomia diante da antropologia pretendeu ser antes de tudo síntese – como propunha a antropologia –, mas com a

¹² Para Dosse (2003, p. 182), Braudel é, antes de tudo, “um construtor de impérios, ourives da matéria de organização e preocupa-se, sobretudo, com a consolidação e a ampliação do território do historiador”.

superioridade dos aspectos espaço-temporais. A duração do tempo, então, foi a grande contribuição nesse sentido, pois não se apresentaria mais como um dado, mas como uma construção.

A terceira fase dos *Annales* introduziu o discurso da antropologia histórica, rendendo-se à influência da etnologia e abrindo-se, nos anos 1970, aos estudos das sensibilidades e da cultura material, ao mesmo tempo em que abandonara os aspectos econômicos braudelianos, sociais e a mudança.

Inaugurada sob a presidência de Le Goff, ex-aluno de Braudel, essa fase é caracterizada pela “redescoberta da história das mentalidades, tentativa de empregar métodos quantitativos na história cultural e reação contrária a tais métodos – quer tomem a forma de uma antropologia histórica, um retorno à política ou o ressurgimento da narrativa”. (BURKE, 1992, p.80). A expressão ‘do porão ao sótão’ diz respeito às investigações de alguns historiadores dos *Annales* que foram transferidos da base econômica para a superestrutura cultural.

As mentalidades ganharam forte impulso nessa fase, vista como objeto ideal que tem por fundamento “o nível inconsciente das práticas sociais, o pensamento coletivo e automático de uma época ou de um grupo social” (DOSSE, 2003, p.255). Le Goff contribuiu para a volta da história das mentalidades quando “sofisticou as generalizações de Febvre, elas mesma um pouco imprecisas, e discutiu o conflito entre as concepções do Clio e a dos mercadores” (BURKE, 1992, p.86). Sua maior contribuição para a história das mentalidades foi a publicação de *La naissance du Purgatoire*, uma história das mudanças de representações da vida depois da morte. Vários nomes fazem parte dessa terceira geração, como Ariès, Chartier, Vouelle, Le Roy etc.

Além dessa descontinuidade¹³, a de uma história geoeconômica braudelianiana para uma história das mentalidades, existem outras apontadas por Dosse (2003, p. 370-3): “o

¹³ Para Cardoso (1988), apesar de os membros do grupo durante as quatro décadas (entre 1929 e 1969) terem sido heterogêneos, é possível verificar alguns pontos comuns entre eles, como “1) a passagem da história-narração para a história-problema, implicando o uso de hipóteses explícitas pelos historiadores; 2) a crença no caráter científico da história, mesmo tratando-se de uma ciência em processo de constituição; 3) o contato e debate permanentes com as outras ciências sociais, incluindo a importação de problemáticas, métodos e técnicas de tais ciências para uso dos historiadores (inclusive grande número de técnicas de quantificação); 4) a ampliação dos horizontes da ciência histórica, que tem a pretensão de abarcar numa síntese estrutural global todos os aspectos da vida social: ‘civilização material’, poder e mentalidades coletivas; 5) a insistência nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos de preferência aos geográficos, individuais e ‘episódicos’: daí a ênfase na História demográfica, econômica e social; 6) a utilização de todos os tipo de documentos disponíveis – vestígios arqueológicos, tradição oral (...) –, acabando com a excessiva fixação só em fontes escritas; 7) a construção de temporalidades múltiplas em lugar de limitar-se o historiador ao tempo simples e linear característico da historiografia tradicional; 8) o reconhecimento da ligação indissolúvel e necessária

homem não é mais o horizonte primeiro do trabalho histórico (...); “... passa-se de uma história, ciência da mudança para uma história quase imóvel...”; abandona-se “toda a dialética entre passado/presente e futuro”; e a mais importante “...situa-se na decomposição do saber histórico, o fim de toda perspectiva globalizante, não mais a história, mas as histórias”.

1.4. História das mentalidades e história das ideias

Apesar de a história das mentalidades ser extremamente criticada por muitos historiadores, seja por se afastar da tradição dos *Annales*, seja por dela herdar seus defeitos, contraditoriamente, representa ainda um campo de estudos profícuo. Considerada como irmã da Nova História, em parte porque se preocupa com os modos de sentir e de pensar, preocupação dos intelectuais dos *Annales*, a história das mentalidades teve um percurso peculiar, pois também rompeu, em parte, com as temáticas valorizadas por Febvre, Bloch e Braudel.

No início do século XX, no Ocidente, a palavra mentalidade designava os comportamentos e as atitudes coletivas. Embora usada na antropologia com sentido pejorativo para indicar comportamentos primitivos, na historiografia, foi usada para denominar “as atitudes mentais de uma sociedade, os valores, o sentimento, o imaginário, os medos, o que se considera verdade, ou seja, todas as atividades inconscientes de determinada época. As mentalidades são aqueles elementos culturais e de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem”. (SILVA & SILVA, 2010, p. 279).

Apesar de Lucien Febvre e March Bloch serem considerados os pioneiros dos estudos sobre as mentalidades por fazerem delas seu objeto de investigação histórica, já existia essa preocupação nos trabalhos de Johan Huizinga e Norbert Elias. Todos eles “reconheciam à história em domínio diverso daquele a que estivera limitado, o das atividades conscientes, voluntárias, orientadas para a decisão política, a propagação das ideias, a conduta dos homens e dos acontecimentos”. (ARIÈS, 2005, p.208). A história era

entre presente e passado no conhecimento histórico, contra qualquer concepção que negue as responsabilidades sociais do historiador” (CARDOSO, 1988, p. 42-43).

vista, nos *Annales*, sob o ponto de vista da evolução psicológica, considerando os comportamentos e atitudes mentais coletivas¹⁴.

Febvre propôs o conceito de “*ouillage mental*”, ou “aparelhagem mental”, inspirado pelo conceito de mentalidade primitiva ou pré-lógica de Lévy Bruhl, para designar “todas as formas de percepção, expressão, ação, as técnicas e a língua de uma sociedade, abarcando, dessa forma, o conjunto de elementos usados pelos indivíduos para se expressarem e interagirem em sociedade” (SILVA & SILVA, 2010, p. 280).

Bloch usou o conceito de “representações coletivas” para indicar o estudo das formas de sentir e pensar de determinado período, influenciado pelas teorias sociológicas de Durkheim. A preocupação com as mentalidades esboçou-se em Bloch, quando examinou as “crenças populares no poder curativo do toque real desde a Idade Média ao séc. XVIII, comparando as monarquias francesa e inglesa” (VAINFAS, 1997, p.132).

A história das mentalidades, na primeira geração dos *Annales*, era apenas uma faceta da história social ou da história econômica e social. Depois passou a ser vinculada à história demográfica, pois contribuía para o entendimento das atitudes diante da vida, da idade, da doença, etc. “Séries numéricas na longa duração revelaram modelos de comportamento de outro modo inacessíveis e clandestinos. Assim, as mentalidades surgiam ao cabo de uma análise das estatísticas demográficas” (ARIÈS, 2005, p.24).

A história das Mentalidades utiliza as abordagens da etnologia, técnica da Antropologia que descreve a comunidade estudada, sem se preocupar com sua historicidade, e da Psicologia, no tocante ao inconsciente coletivo, à estrutura mental, ou seja, aos traços mentais que os indivíduos, numa determinada sociedade, num determinado tempo, têm em comum sem que percebam. Usando a técnica da Etnologia, o historiador, ao escolher um determinado contexto histórico, tenta descrevê-lo em todos os seus aspectos, tanto os relacionados à economia quanto às formas de sentir e agir. Essa preocupação conduziria a História a cumprir uma das metas propostas pelos *Annales*: a história total.

Quando Braudel assumiu o controle dos *Annales*, houve certo apagamento da preocupação com a mentalidade para problematizar o espaço e o tempo na construção da história. Com a aposentadoria de Braudel, assumiu Le Goff o controle e, com ele, a história das mentalidades passou novamente a ser construída. Abriu-se, assim, o caminho para que a produção historiográfica francesa fosse do porão ao sótão, “metáfora então usada para exprimir a mudança de preocupação da base socioeconômica ou da vida material para os

¹⁴ Para Swingers (1997), essa noção refere-se ao clima de opinião.

processos mentais, a vida cotidiana e suas representações”. (VAINFAS, 1997, p. 136). Foi a partir da década de 1960, então, que as mentalidades tomaram novo impulso com os trabalhos de Philippe Ariès (1971), Le Goff (1993;1994) e Georg Duby, principalmente tratando da Idade Média francesa.

Além da ampliação das fontes, as mentalidades também agraciaram novos temas. Com os exemplos do imposto (Marcel Mauss), do tempo (Le Goff), do espírito maligno (Febvre) e da contracepção, o conceito de mentalidade provocou ou implicou uma maior abrangência no território do historiador. Os temas mais recorrentes na história das mentalidades foram “a vida no trabalho, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura”. (ARIÈS, 2005, p.227). Vainfas (1997) propõe uma classificação desses temas em quatro grupos: aqueles ligados à religiosidade; à sexualidade; aos sentimentos coletivos e à vida cotidiana. Em relação ao estilo, a narração e a descrição são a tônica, afastando-se da explicação globalizante.

É difícil, entretanto, delimitar o campo e o objeto desta história. Geralmente afirma-se que é a história “a mais aberta possível à investigação dos fenômenos humanos no tempo, sem excluir a dimensão individual e mesmo irracional dos comportamentos sociais, e procurando resgatar os padrões menos cambiantes da vida cotidiana, mormente o universo de crenças ligadas ao nascimento, à morte, aos ritos de passagem, ao corpo, aos espaços e ao tempo”. (VAINFAS, 1997, p.138). Além disso, é a história das mentalidades afeita à interdisciplinaridade e à quantificação dos dados.

Vovelle (1991), por sua vez, vincula a história das mentalidades à ideologia, traçando, portanto, uma relação intrínseca com os pressupostos marxistas no que se refere à dominação de classe. Mas a história das mentalidades não deve ser confundida com a ideologia, porque a ideologia “sugere uma dependência das formas de pensamento para com a realidade concreta econômica, assim como pode ser também uma forma de representar as condições de vida de determinada classe, ao passo que a mentalidade é um conceito mais amplo, que abrange formas de pensamento independentemente da classe social” (SILVA & SILVA, 2010, p. 281).

Ginzburg (1987) é também um historiador das mentalidades e um dos expoentes da micro-história que, a partir da cosmologia de um moleiro chamado Menocchio, tenta apreender as relações entre um sistema de crenças e de valores frente ao seu pertencimento social. Outros historiadores não franceses também estudaram as mentalidades, como é o

caso de Natalie Davis (1990), que se preocupou com as implicações da Reforma protestante na vida das mulheres e dos trabalhadores comuns do início da França moderna, e Robert Darnton (1990, p. 231), para quem a história das mentalidades é uma “história intelectual de não-intelectuais, uma tentativa de reconstruir a cosmologia do homem comum ou, em termos mais modestos, de entender as atitudes, os pressupostos e as ideologias implícitas de grupos sociais específicos”.

Ao considerar apenas a historiografia sobre as mentalidades na França, Vainfas (1997) indica três variantes da história: 1) uma herdeira da tradição dos *Annales*, seja na valorização da aparelhagem mental, seja na crença de que o estudo mental só faz sentido se articulado a totalidades explicativas, como a produzida por Le Goff, Duby, Le Roy Ladurie; 2) uma marxista, que relaciona os conceitos de mentalidade à ideologia, no caso de Vovelle, e 3) uma preocupada em descrever e narrar épocas ou episódios do passado, sem considerar a explicação e a diferença entre narrativa literária e narrativa histórica, gerando micro-campos, como a vida privada, história de gênero e história da sexualidade, além da micro-história – a exemplo de Ginzburg (1987), em o *Queijo e os Vermes*.

A história das mentalidades, geralmente, é confundida, por assim dizer, com a história das ideias. Para Silva & Silva (2010, p. 281), a História das Ideias dela se distingue por “abordar as inovações e ideias revolucionárias no campo da política, da ciência ou da religião, pouco se preocupando com o que o povo pensa”. Falcon (1997), entretanto, adverte os leitores para a pluralidade de conceitos por causa dos efeitos de sentido que a palavra “ideias” carrega.

Para Chartier (2002), a história das ideias não existe nem como noção, mas a historiografia francesa contempla uma espécie de história social das ideias, a história das mentalidades. Nesse caso, história das ideias tem o mesmo sentido de história das mentalidades quando à palavra “ideias” sobrepõe-se a palavra “social”. O fato é que cada historiografia nacional apresenta um conceito diferente para a história das ideias. Uma delas é a de Ehrard (1974 *apud* CHARTIER, 2002, p.24) para quem a história das ideias engloba três histórias: “história individualista dos grandes sistemas do mundo, história dessa realidade coletiva e difusa que é a opinião, e história estrutural das formas de pensamento e de sensibilidade”.

Darnton (1990, p.188), por sua vez, aponta 4 disciplinas onde as ideias são estudadas sob a perspectiva conceitual vertical – num dos extremos, estuda-se a ideia contida nos sistemas filosóficos; noutro, examinam-se as atitudes e rituais dos iletrados:

“a) a história das ideias propriamente ditas- o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as ideias geralmente expostas em tratados filosóficos, contra a qual Febvre trava um combate; b) história intelectual- o estudo do pensamento informal, climas de opinião, movimentos literários; c) a história social das ideias- estudo das ideologias e da difusão das ideias; d) história cultural- estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades”.

Para Krieger (*apud* FALCON, 1997), entretanto, existem duas tendências básicas: a historicista – que reúne o modelo marxista, o modelo norte-americano da história das ideias associado a Lovejoy e parte do modelo proposto por Norbert Elias – e a sociointelectual – que reúne o modelo francês de mentalidade de Febvre e Bloch, a abordagem de Warburg em termos de tradição e parte também de Norbert Elias. Nessa tendência, dá-se prioridade ao popular e seus historiadores “identificam as ideias e as atitudes como produtos de uma função social distinta, reconhecendo certa autonomia ao papel histórico das ideias e a necessidade de métodos históricos específicos para sua compreensão (...)” (FALCON, 1997, p.118). Os principais historiadores deste grupo são os franceses da “terceira geração” dos *Annales*, como Chartier, Revel e Furet; o norte-americano Robert Darnton e o inglês Peter Burke. Ainda fazem parte Foucault, Norbert Elias, Geertz, Bourdieu, Certeau e Ginzburg, com algumas ressalvas.

Tanto a história das ideias quanto a história das mentalidades refugiaram-se na denominação História Cultural que se caracteriza pela rejeição do conceito de mentalidades por considerá-lo vago e impreciso quando se refere à relação entre o mental e o social. Em alguns casos, para evitar ser confundida com a antiga história da cultura, disciplina acadêmica que visava estudar as manifestações oficiais ou elitizadas da cultura de uma determinada sociedade, a história cultural apresenta-se como Nova História Cultural. Além de se preocupar com as classes sociais, com os conflitos entre classes, pretende também ser uma história múltipla, apresentando múltiplos caminhos para a investigação histórica.

Com essa nova designação, para evitar os entraves conceituais, Chartier propõe uma história preocupada não com a prática cultural popular, até porque a identificação dos níveis culturais ou intelectuais a que pertencem determinados objetos ou práticas não é tarefa fácil, mas com a representação e a apropriação dessas práticas. Os documentos são vistos como textos, como “um sistema construído segundo categorias, esquemas de

percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção” (CHARTIER, 2002, p. 56).

Como se pode ver, é difícil, senão quase impossível, dissociar a história das ideias da história cultural.

1.5. História cultural

Para definir história cultural, deve-se levar em consideração, no mínimo as várias abordagens, não só internas – aquelas que dizem respeito aos problemas da própria disciplina –, quanto externas, as que se referem ao vínculo existente entre a ascensão da própria história cultural com o momento em que foi gestada.

Os próprios historiadores, ao tentar defini-la, descrevem seu trabalho em termos de uma procura de significado, outros focalizam as práticas e as representações. Alguns veem seu objetivo como essencialmente descritivo, ou acreditam que a história cultural, como a história política, pode e deve ser apresentada como uma narrativa. Para Burke (2005, p.10), “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”. Para Falcon (2002, p.15), no panorama historiográfico, as relações entre história e cultura, com suas variações (história social da cultura, história cultural, nova história cultural, etc), revelam a “essencialidade de certas questões respeitantes à conexão entre o social e o cultural – o conceito de representação, a importância dos processos simbólicos, a linguagem, os discursos, o texto, a oralidade”.

As diferentes nacionalidades também influem nas diferentes histórias culturais. A tradição francesa, por exemplo, evita a palavra “cultura”, preferindo os termos “história das mentalidades, sensibilidades ou representações coletivas, para a geração de Marc Bloch e Lucien Febvre; história da cultura material (civilização material), para a de Braudel; e história das mentalidades (mais uma vez) e imaginação social para a geração de Le Goff.

Para Burke (2005), a história cultural pode ser dividida em quatro fases: a) a fase clássica; b) a fase da história social da arte; c) a história da cultura popular e d) a nova história cultural.

A fase clássica recobre um período entre 1800 a 1950. As obras clássicas são *A cultura do Renascimento na Itália* (1860) de Burckardt, *Outono da Idade Média* (1919) do

holandês Johan Huizinga e *Victoria England* (1936) e G. M. Young. Este período é chamado de clássico porque os historiadores preocupavam-se com as relações entre os diferentes cânones da arte. Para Huizinga, por exemplo, o principal objetivo do historiador cultural era “retratar padrões de cultura, em outras palavras, descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte” (BURKE, 2005, p. 18-19).

Ainda neste período, tem-se a contribuição de Max Weber, sociólogo que publicou *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904), em que analisou as raízes culturais do sistema econômico dominante na Europa para explicar a mudança econômica, e de Norbert Elias, seguidor de Weber, que publicou *O processo civilizador* (1994), essencialmente cultural, em que analisa o desenvolvimento gradual do autocontrole ou do controle sobre as emoções nas cortes da Europa Ocidental, utilizando as argumentações de Sigmund Freud em *O Mal estar da civilização* (1930).

Outro nome também importante na fase clássica é o de Aby Warburg que se preocupou em apreender os esquemas ou as fórmulas culturais e perceptivas, os gestos que expressam emoções particulares a fim de verificar as transformações sofridas pela tradição clássica. Associados às suas ideias, estavam Ernest Cassirer e Panofsky, que se exilaram mais tarde nos EUA onde conheceram o movimento da “nova história” com a publicação de Charles e Mary Beard *The rise of american civilization* (1921) e a história das ideias com o grupo de Arthur Lovejoy que fundou o *Jornal da Historia das Ideias* em 1940.

A proximidade dos exilados permitiu que os historiadores britânicos e norte-americanos se preocupassem mais com a relação entre a cultura e a sociedade. Daí, então, a segunda fase da História cultural inicia-se com as publicações de Karl Mannheim, Arnold Hauser e Frederick Antal. Eles faziam parte de um grupo cujo líder era Gerog Luckàcs. A cultura popular, que inaugura a terceira fase da história cultural, teve sua ascensão ligada a um grupo de historiadores a partir da década de 1960. A *História social do jazz* (1959) de Eric Hobsbawn, ilustra essa fase. A mais importante, porém, publicação foi a de Edward Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, em 1963, em que “examina o lugar da cultura popular” nas mudanças econômicas e políticas na formação de classe. (cf. BURKE, 2005, p.30).

Alguns problemas, porém, foram apontados nesse fazer histórico, tanto em relação às fontes – seria necessário criticá-las –, quanto aos métodos – para não ser impressionista, poder-se-ia adotar a história serial, a análise de conteúdo, a abordagem quantitativa ou a

análise do discurso – e às suposições (ideia de unidade ou homogeneidade cultural, sem levar em conta, por exemplo, a distinção entre cultura erudita e popular).

A própria noção de cultura foi questionada e os historiadores culturais apropriaram-se da noção antropológica na última geração, a era da antropologia histórica e da nova história cultural. Antes empregada para referir-se à alta cultura, o termo cultura passou a ser entendido como cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida, aproximando, assim, os historiadores dos antropólogos.

Na antropologia histórica, destacam-se os trabalhos de Marcel Mauss, Mary Douglas, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss. O mais influente foi Geertz (1989, p. 76) para quem a cultura é “um padrão historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida”.

O impacto da obra de Geertz (1989) reflete-se, por exemplo, na obra de Robert Darnton, *O grande massacre de gatos* (1984), para quem se pode interpretar um ritual ou uma cidade do mesmo modo que um conto folclórico ou um texto filosófico. O que interessa é capturar a alteridade. Tanto Ladurie e Daniel Roche, na França; Natalie Davis e Lynn Hunt nos EUA; Carlo Ginzburg, na Itália quanto Hauss Medick na Alemanha, se consideram como historiadores sociais.

Do final da década de 1960 em diante, voltaram-se para a antropologia em busca de “uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura, como o glacê do bolo” (BURKE, 2005, p.56).

A década de 1970 foi palco de um novo gênero histórico: a micro-história associado, principalmente, a Carlo Ginzburg. No final da década de 1980, o termo Nova História Cultural (NHC) foi utilizado por Lynn Hunt. A palavra cultural “distingue-se da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamento”. (BURKE, 2005, p.69).

Quatro teóricos foram fundamentais para os historiadores da NHC: a) Mikhail Bakhtin – com os conceitos de carnavalização, linguagem do mercado e realismo grotesco; b) Norbert Elias – conceitos de fronteira da vergonha e da repugnância, pressão social pelo autocontrole, competição, *habitus* e figuração; c) Michel Foucault – descontinuidades e rupturas culturais, sistemas de classificação como expressões de uma dada cultura e ao

mesmo tempo forças que lhe dão forma, práticas discursivas ligadas à microfísica do poder; e d) Pierre Bourdieu – conceitos de campo, a ideia de reprodução cultural, a noção de distinção e a teoria da prática, onde se encontra o conceito de *habitus*.

Esses quatro teóricos foram os responsáveis por levarem os historiadores a se preocuparem com as práticas e representações, os dois aspectos característicos da Nova História Cultural, segundo um de seus líderes, Roger Chartier. Além da história das práticas culturais, como a da leitura, e a história das representações, como a história da musicologia e a história da memória (algumas vezes descrita como memória social ou memória cultural), existem, ainda em pouca escala, a história da cultura material e a história do corpo.

O conceito, entretanto, de representação foi contestado por alguns historiadores porque parecia significar que imagens e textos refletiam ou imitavam a realidade social. Daí, preferiram usar termos como “construção” ou “produção” da realidade por meio das representações. Não somente Foucault definiu os discursos como práticas que, sistematicamente, constroem os objetos de que falam, como também Certeau (2000) contribuiu para o conceito de construção na história através da obra *A invenção do cotidiano*, onde escreveu sobre os usos, a apropriação e especialmente a utilização (*re-emploi*). Para ele, as pessoas comuns faziam seleções a partir de um repertório, criando novas combinações entre o que selecionavam e, igualmente, importante, colocando, em novos contextos, aquilo de que haviam apropriado.

Ainda conta-se com Hayden White para quem o próprio passado é visto como uma construção. Ao estudar os clássicos do século XIX (Jules Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt), White afirmou que “cada um dos quatro historiadores modelou sua narrativa ou enredo segundo um gênero literário relevante” (BURKE, 2005, p.106). A ideia de construção também é fundamental para Hobsbawn que usou o termo invenção para designar sua obra *A invenção da tradição*, que obteve ótima recepção entre os historiadores, para quem de forma genérica, todas as tradições foram inventadas. Essa noção fora expandida para as nações e o nacionalismo.

Outro aspecto importante para a Nova História Cultural é a construção de identidade, havendo um interesse maior em “documentos-ego”. Ainda existem os estudos sobre a *performance* e o ocasionalismo – diferentes ocasiões (momentos, locais) ou em diferentes situações, na presença de diferentes pessoas, o mesmo indivíduo comporta-se de modo diverso.

Como a história social hoje se relaciona de forma problemática com a história cultural, as distinções entre as noções social e cultural são necessárias. O termo cultural deveria servir, por um lado, para “a história dos fenômenos que parecem naturais, como os sonhos, a memória e o tempo. Por outro lado, como a linguagem e o humor são artefatos culturais, parece ser mais apropriado empregar o termo social para se referir a uma abordagem particular de sua história” (BURKE 2005, p. 147-8).

As instâncias sociais e culturais aproximaram-se muito e tornaram-se preocupações primeiras entre os historiadores a partir dos estudos produzidos pela História Social inglesa e a História das Mentalidades francesa. As várias “Histórias”, como a micro-história, a história vista de baixo ou a história dos dominados, etc., constituem variações ou casos particulares de História Social e Cultural. Trata-se, na verdade, de “variantes ou variações que apenas revelam ou sublinham a essencialidade de certas questões respeitantes à conexão entre o social e o cultural – o conceito de representação, a importância dos processos simbólicos, a linguagem, os discursos, o texto, a oralidade” (FALCON, 2002, p. 15).

Na historiografia do século XIX, uma das atitudes mais importantes do historiador era a de formular princípios e métodos para realizar a crítica histórica. Com as discussões de Foucault, Barthes e Hayden White, o conceito de verdade foi relativizado, pois a verdade é uma “figura auto-referenciada pela linguagem” (idem, p.30). Como, do ponto de vista epistemológico, não há como representar o passado, deve-se considerar os “discursos históricos como representações, mas, neste caso, tais representações são as do historiador e, como interpretações que na verdade são, elas são infinitas e teoricamente se equivalem, embora, na prática, o poder e a ideologia tendam sempre a hierarquizá-las ou até suprimir algumas delas.” (*ibidem*).

Em relação ao campo da história da cultura, o conceito de cultura é a chave de entendimento: cultura “conjunto ou sistema de aspectos ou manifestações ditas culturais (práticas e representações, segundo Chartier), sempre esteve presente, de uma forma ou de outra, na tradição historiográfica ocidental” (FALCON, 2002, p.34), tanto como objeto quanto como pressuposto inerente ao próprio ato de historiar.

Foi na historiografia metódica, que esse ato se compartimentalizou em saberes acadêmicos-institucionais, e as manifestações culturais tornaram-se objeto de historiografias particulares, “incomunicáveis entre si e sempre elaboradas em forma de genealogias cronologicamente organizadas, meramente descritivas, factuais, ancoradas nas

tradicionais noções de sucessão, influência, escolas e eras ou períodos históricos mas que de fato nada tinham a ver com a história propriamente dita” (idem, p. 43).

Essa história cultural fragmentada, de forma compartimentada, ou reduzida a epifenômeno do econômico-social, foi desconsiderada, pois, para o historiador metódico, o importante continuava a ser a defesa do território da sua disciplina contra os perigos do contágio de outras disciplinas, a começar pela Filosofia e a Sociologia. Com os *Annales*, os temas culturais tiveram lugar de destaque juntamente com os aspectos “mentais”, o espírito ou visão de mundo de cada época e a utensilagem mental. Tratava-se, então, de buscar, em toda e qualquer circunstância, a presença do homem na sociedade.

Os historiadores da “cultura” nem sempre discutiram seu conceito. Às vezes, conforme a análise de Chartier sobre as obras de Norbert Elias, cultura “designa as obras e os gestos que, em uma sociedade, estão ligados ao julgamento estético ou intelectual” ou “refere-se às práticas ordinárias sem qualidades que tecem a trama das relações cotidianas e exprimem a maneira como uma comunidade, em um determinado tempo e lugar, vive e reflete sua relação com o mundo e a história”. (FALCON, 2002, p. 59). Como o historiador não possui o instrumental adequado para defender este ou aquele conceito de cultura, ele poderá utilizar duas concepções básicas em relação aos aspectos culturais: práticas – em que a cultura é objetivada por meio de um conjunto de obras, realizações e instituições “que conferem originalidade e/ou autenticidade à vida de um grupo humano, inclusive seus usos e costumes, nem sempre imediatamente dados” (idem, p.60) – e representações – lugar em que a cultura se apresenta como “resultante de algum tipo de ação (mental, espiritual, ideológica...) das práticas culturais sobre o respectivo grupo humano considerado (nas práticas), quer em seus aspectos coletivos, quer eventualmente pelo menos, em seus componentes culturais” (idem, p. 61).

Apesar de nem sempre os historiadores da cultura fazerem a distinção entre história da cultura e história cultural, existem dois pontos de vista: um que privilegia uma história da cultura voltada para o recorte e a análise de objetos específicos culturais e outro que se preocupa com a forma de abordagem propriamente dita, concebendo o cultural em termos de representações e das práticas a estas associadas, como em Chartier.

Em termos da abrangência do campo da história cultural, podem existir duas definições básicas, conforme o conceito de cultura adotado: em sentido restrito, a história cultural é vista como “história da cultura intelectual ou desinteressada, voltada para as coisas do espírito, sinônima de história intelectual e muito próxima de história das ideias.

Seria uma história basicamente voltada para as manifestações textuais, sendo plausível admitir-se que tal história identificar-se-ia bastante com a chamada cultura dominante” (FALCON, 2002, p.78); em sentido amplo, a história cultural compreende tanto a cultura intelectual quanto a material, a erudita e a popular; a cultura científica, filosófica e artística, mas também a cultura cotidiana e, enfim, a alta cultura (ciências, filosofia, artes e literatura) e a cultura cotidiana ou do senso comum. A tendência, entretanto, na contemporaneidade, é “investigar categorias propriamente culturais (letrados e iletrados; religiosidade e laicismo etc) em suas relações com os diversos níveis sociais, mas sem quaisquer formas de mecanismo ou reducionismo” (ibdem).

Existem, entretanto, alguns problemas com os quais se defronta a história cultural, como os de ordem conceitual, os relacionados à história social e os que se referem à sua tripla origem. A História cultural, para Falcon (2002, p. 79), “não é (...) uma entre as muitas outras disciplinas históricas especializadas e definidas em função das respectivas temáticas. (...)” – pois constitui um campo multi e interdisciplinar; “não é um certo tipo de enfoque ou de abordagem (...)” e, “(...) não é apenas um espaço ou uma dimensão do real como algo distinto ou separado ou até situado em termos hierárquicos, e definido em relação a outros espaços/regiões (ou níveis) desse mesmo real”. A História cultural é “algo que tem a ver muito mais com uma ideia plural de cultura do que propriamente com a sua idealização genérica” (p. 81).

Em relação aos aspectos sociais, Chartier (2002, p. 33), relendo Norbert Elias, afirma que o maior desafio ao historiador é o de “ligar a construção discursiva do social à construção social do discurso”. Trata-se, portanto, de “buscar as diferenças entre as formas e as práticas culturais, entre as obras como proposição/criação e sua recepção/decifração – ou seja, os esquemas mentais e afetivos (Elias) inscritos em estruturas fundamentais –, quer dizer, os constrangimentos que são os do social”. (FALCON, 2002, p 89-90).

Como a História Cultural é concebida como um campo de múltiplos temas e saberes, “ora é pensada como um leque disciplinar, ora como área de investigação interdisciplinar ou mesmo metadisciplinar, capaz de dar conta de todas as práticas e representações sociais” (idem, p. 105).

1.6. A Nova História Cultural de Chartier: a apropriação e representação.

A partir da necessidade de se responder “à insatisfação frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70 entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa”, Chartier propõe a revisão de conceitos, métodos e objetos para inserir as noções de representação e apropriação. Como a história fora desafiada pelas novas disciplinas, como a linguística, a sociologia e a psicologia na década de 60, novos objetos foram incorporados às questões históricas, como “as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidades, ...”(CHARTIER, 1990, p.14).

Essa nova abordagem traduz um retorno ao conceito de utensilagem ou aparelhagem mental usado pelos primeiros fundadores dos *Annales* para fazer a história das mentalidades, que foi construída

aplicando a novos objetos os princípios de inteligibilidade utilizados na história das economias e das sociedades, como sejam a preferência dada ao maior número, logo à investigação da cultura tida como popular; a confiança nos números e na quantificação; o gosto pela longa duração; a primazia atribuída a um tipo de divisão social que organizava imperativamente a classificação dos fatos de mentalidade. (CHARTIER, 1990, p.15).

A tentativa de conciliar os novos domínios de investigação com os postulados da história social traduzia, na verdade, era uma espécie de estratégia para que a própria disciplina fosse legitimada diante de seus pares. Para se entender, porém, os desafios e afrontamentos de qualquer disciplina, é necessário que se verifiquem “os legados interiorizados e as posturas partilhadas que constituem o cerne de sua especificidade”. (CHARTIER, 1990, p. 15).

Assim, as evoluções e oposições intelectuais, sob o ponto de vista do *habitus* – expressos nas disciplinas que “regularam a relação da história cultural francesa com outros campos do saber, próximos mas muitas vezes ignorados: a história literária, a epistemologia das ciências, a filosofia” (CHARTIER, 1990, p. 16) – são os objetos de estudos propostos por Chartier. Essa abordagem é, explicitamente, baseada nos pressupostos da sociologia, mais especificamente, em Norbert Elias.

Para Chartier (1990, p. 16-7), a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

social é construída, pensada, dada a ler”. Para isso, é necessário analisar “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (idem, p.17). Essas categorias são variáveis conforme a classe social ou o meio intelectual e são partilhadas por um determinado grupo de forma estável, criando, assim, “as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado“. (ibdem).

O mundo social, portanto, é construído por meio de representações que “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. (CHARTIER, 1990, p.17).

A maneira pela qual se percebe o social é traduzida em discursos não neutros, ou seja, os discursos, ao serem construídos na produção de estratégias e práticas, impõem uma autoridade em detrimento de outros discursos. Dessa forma, legitimam um determinado projeto e, ao fazê-lo, justificam-no, para os próprios indivíduos, em relação as suas escolhas e condutas. Para analisar essas representações, então, é necessário se levar em consideração que elas se encontram em um campo de concorrências e de competições, “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. (ibdem).

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou delimitações (...) consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p.17).

Assim, a história cultural do social tomaria por objetivo compreender as formas e os motivos, ou melhor, as representações do mundo social, que, independentemente da atuação de seus atores, “traduzem as suas posições e interesse objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (idem, p.19).

A noção, portanto, de **representação** para Chartier é a pedra angular da abordagem da história cultural. Isto porque ela permite “articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar

simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (...) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”. (CHARTIER, 1990, p.23).

Outro conceito chave é o da **apropriação** que tem como objetivo “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. (p.26). Compreender a apropriação dos discursos é compreender “a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo”. (CHARTIER, 1990, p.24). Mais uma vez, a história cultural pode ser definida, por um lado, como a “análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço”, e por outro lado, como “o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”. (p.27). Daí, “a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”. (p.28).

Os sentidos são historicamente produzidos diferencialmente; em cada momento histórico, constroem-se significações. Grupos de intelectuais, como os filósofos, os linguistas e os gramáticos apreenderam a realidade, construindo suas significações a partir de sua utensilagem e a representaram, perpetuando a existência de seus grupos. Os discursos sobre esta realidade são apropriados, conduzindo os leitores a uma nova compreensão do fato abordado.

A apropriação, portanto, equivale à história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais), e inscritas nas práticas específicas que a produzem. A História cultural proposta por Chartier pode ser entendida tanto como a análise do trabalho de representações, isto é, das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço, quanto como um estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.

1.7. A História das Ideias Linguísticas

Essa síntese da trajetória da História como saber introduzido na universidade nos últimos 120 anos apresentada, bem como a ênfase concedida aos estudos que compreendem a História como campo de estudo das representações no tempo, justificam-se neste trabalho pela necessidade de situar o campo da história das ideias linguísticas no Brasil, uma vez que sua trajetória está relacionada à história cultural.

Uma das propostas de narrativa sobre o gênero foi feita por Auroux (1999)¹⁵. Sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico? Essa é a primeira indagação a que Auroux (1992) pretende responder em sua obra *A revolução tecnológica da gramatização*, cujos pressupostos iniciaram os estudos das ideias linguísticas. No Brasil, essa proposta foi trazida por Eni Puccinelli Orlandi, sob a perspectiva, como veremos adiante, da análise do discurso pecheteana, e desenvolvida, posteriormente, por Leonor Lopes Fávero, sob a perspectiva da Nova História Cultural.

Antes, porém, de descrever as duas perspectivas, é necessário conhecer o projeto de Auroux, no tocante à gramatização – ou seja, ao processo que “conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje as palavras do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65) –, conceito-chave de sua investigação.

Depois de classificar os trabalhos produzidos sobre a história dos conhecimentos linguísticos em três categorias – a) os que constituem uma base documentária para a pesquisa empírica; b) os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam; e c) aqueles que têm papel fundador, ou seja, se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea –, Auroux (1992) volta sua atenção para o último aspecto, questionando, inicialmente, os trabalhos de Mounin, Robins, Coseriu, que propuseram fazer a história da linguística, concebendo-a como ciência. O autor evidencia a transitoriedade da estruturação do saber das ciências da linguagem, contrariando, assim, a noção de estabilidade da organização e das propriedades formais do saber linguístico propostas pelos historiadores da linguística.

Os princípios norteadores para o seu projeto foram o da definição do objeto; o da neutralidade epistemológica e o do historicismo moderado.

¹⁵ Outra proposta foi feita por Swiggers (1997).

Contrariamente a alguns estudiosos que acreditam que fazer história de uma ciência é, antes de tudo, ter uma visão definida do seu objeto, Auroux define o objeto a ser trabalhado nas ciências da linguagem: os saberes que se constituíram sobre a linguagem humana tal como ela se realizou na diversidade das línguas.

Em relação ao segundo princípio, o da neutralidade epistemológica, ele adverte sobre a utilização da palavra ciência, que “pode ser uma palavra normativa em nossa linguagem-objeto, mas em nossa metalinguagem será apenas uma palavra descritiva” (idem, p.14). Assim, a palavra linguística como substantivo será evitada, excetuando quando estiver se referindo ao séc. XIX, usando-a como adjetivo para expressar “o que se refere à linguagem”.

Quanto ao último princípio, Auroux (idem) posiciona-se como historicista, pois todo saber é um produto histórico. Esse historicismo, entretanto, será moderado apenas pelo realismo metodológico “que concede consistência ao saber e independência aos fenômenos”. (idem, p.15). Daí a importância do valor de um saber que é uma causa, ele mesmo, em sua história, ou seja, o valor interfere nas causas que produzem a produção do conhecimento. Diferentemente de Foucault, Auroux afirma que, na história das ciências da linguagem, deve-se levar em conta o acúmulo de investigações e de resultados empíricos, e não a sua descontinuidade.

É através da escrita que se fez a história das representações linguísticas. Apesar de ser um processo de objetivação da linguagem, seu aparecimento não é a origem do saber linguístico, entendido aqui como “desenvolvimento e transmissão de um saber metalinguístico codificado, ligado às artes da linguagem” (idem, p.21). Isto porque ela não produz espontaneamente uma reflexão, nem um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias. É a alteridade a palavra-chave para a reflexão linguística do ponto de vista da escrita. A gramática, instrumento derivado da tecnologia intelectual e saber metalinguístico, surge da necessidade de aprender a escrita para utilizá-la.

Mas, quais as causas que agiram sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos? São várias e conjuntamente atuando sobre as outras, que vão desde a administração dos grandes Estados, literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional à luta pelo purismo e exaltação da identidade nacional. O aparecimento da imprensa é, sem dúvida, para Auroux (idem, p. 29) o “motor decisivo para a gramatização e a standardização dos vernáculos europeus”. Além disso, no Renascimento, ainda se devem

considerar os contatos linguísticos, que, neste momento, foram determinantes dos saberes linguísticos codificados. Daí a gramática assumir destaque como forma de se conhecer as línguas e, como consequência, o processo de construção massiva deste artefato.

A essa gramatização massiva a partir da tradição greco-latina Auroux (idem) chamará de a segunda revolução (não no sentido de Kuhn) técnico-linguística que criará uma rede homogênea de comunicação centrada, inicialmente, na Europa. A primeira revolução científica do mundo moderno foram as ciências da linguagem.

A partir da imprensa e da standardização – processo pelo qual a escrita é padronizada –, é a ortografia a preocupação central. Assim, “os primeiros tratados sobre a ortografia dos vernáculos europeus precedem a confecção de suas primeiras gramáticas” (idem, p.65).

Geralmente as gramáticas apresentam uma estrutura rígida em sua construção. Nelas existem: a) uma categorização das unidades (termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada); b) exemplos (núcleo da língua normatizada e testemunhas de certa realidade linguística); e c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (que podem ser encaradas como prescrições ou como descrições). Além disso, seu conteúdo geralmente apresenta ortografia/fonética, partes do discurso, sintaxe e figuras de construção.

Eni Puccinelli Orlandi entrou em contato com as ideias difundidas por Silvain Auroux, que tratavam da história do conhecimento metalinguístico e de conceitos como gramatização, hiperlíngua, acontecimento discursivo, contribuindo para a construção de um método de pesquisa.

A História proposta pelo grupo do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, inicialmente, teve como objetivo “estabelecer e difundir estudos sistemáticos que tocassem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001, p.9).

Em 1987, no projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, o objetivo era relacionar discursos distintos sobre a produção de brasilidade ou da construção da identidade nacional quanto à “língua, à cultura chamada popular (...), aos seus aspectos jurídico-políticos (...) e suas determinações religiosas (...), relatos (...), relação língua/literatura, imigração, colonização, migrações, discursos sobre o Brasil”, etc. A partir da reunião desses tantos materiais pesquisados, três temas dominantes foram analisados: “a) formas institucionais do discurso e a determinação dos seus processos de significação

(...); b) formas do discurso lúdico (...); e, c) formas de identificação linguística e cultural” (idem, p.10).

Em 1989, foi a questão da constituição da cidadania o foco das pesquisas linguísticas. Diferentemente da França, o Brasil, por ser um país colonizado, apresenta uma relação intrínseca entre a constituição da Nação e a construção de uma identidade linguística. Assim, o grupo do IEL/UNICAMP aliou a história da constituição da língua brasileira, considerando-a língua nacional, com a história de produção e conhecimento sobre ela. Partindo desses pressupostos, o grupo relaciona Língua e Estado, uma vez que a independência e a institucionalização da sociedade brasileira se dão ao mesmo tempo em que a questão de língua nacional é apresentada.

Em relação à constituição das línguas nacionais e dos saberes linguísticos, três modelos foram apontados: construção de uma língua literária, como o provençal; construção de uma língua comum pelo desenvolvimento hegemônico da burguesia, como é o caso do alemão; e construção de uma língua nacional pela vontade de um Estado forte, como é o caso da França. No Brasil, entretanto, a língua instrumentalizada foi imposta e ainda contou com a presença de outras competências linguísticas sobre o mesmo território.

Assim, a história das ideias linguísticas no Brasil deveria ser construída levando-se em conta os gestos históricos, que são diferentes dos demais países, a constituição de instrumentos linguísticos específicos, as competências dos sujeitos que definem a configuração do território brasileiro, as políticas públicas, o ensino e a normatividade.

A história da produção de ideias linguísticas constrói-se por meio de instrumentos linguísticos, como as gramáticas e dicionários, considerando-os em sua discursividade, como objetos históricos vinculados à sociedade e às instituições que os legitimam. A partir de conceitos da análise do discurso pechatiana, portanto, – arquivo, memória, interdiscurso, intertextualidade e acontecimento discursivo –, Orlandi e seu grupo propuseram compreender o processo de construção dos sentidos de uma identidade nacional linguística num país colonizado, caso específico do Brasil, uma vez que, no Brasil, particularmente, as gramáticas e dicionários representam lugares de construção e representação de uma identidade nacional. Os temas tratados estão relacionados com os seguintes aspectos: a) gramatização da língua portuguesa, centrando a atenção sobre o aparecimento das primeiras gramáticas no Brasil, escritas por brasileiros; b) conteúdo da gramática, seus títulos, os prefácios, das diferentes edições, etc.; c) comentários sintáticos, semânticos e lexicais feitos pelos próprios gramáticos; d) função dos dicionários no Brasil

e em Portugal; e) filiações a que as gramáticas estavam vinculadas; f) instrumentos de jurisdição da língua, aspectos da oficialização de seu ensino, de regulamentação, etc.; g) processo de alfabetização e da relação da escrita com a oralidade; h) línguas africanas e línguas indígenas no Brasil e i) processos linguísticos elaborados pela imigração.

Além desses instrumentos prioritários, também foram eleitos outros objetos, como catecismos, fragmentos de textos didáticos, inscritos em relatos, listas de palavras, ensaios, textos científicos, diversos periódicos, enfim, tudo o que pudesse concorrer “para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional, falando sobre sua pureza, sua natureza, etc.”. (idem, p.17).

Orlandi (2001), ao fazer história das ideias linguísticas, considera a relação existente entre os instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) e o ensino de língua portuguesa. Uma das justificativas diz respeito ao pressuposto de que, por serem, esses instrumentos linguísticos, objetos de conhecimento construídos sócio-historicamente, a constituição desse saber se deu, no Brasil, na instituição escola.

O período mais pesquisado em relação à gramatização brasileira é o século XIX, pois “é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania” (idem, p. 8).

Mas, outro grupo também se destaca nessa linha de pesquisa: o de Leonor Lopes Fávero, desde a década de 1980. Para ela, fazer a história das ideias linguísticas é fazer a história de “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita”. (FÁVERO & MOLINA, 2006, p.24). Em outras palavras, não só as instituições onde os saberes linguísticos eram construídos, como também toda a tradição gramatical poderá ser analisada. A gramática aqui não é vista apenas como instrumento linguístico, como em Orlandi e Auroux, mas como objeto cultural que, conforme Chartier, “expressa uma materialidade, um espaço de relações, que interessa reconstruir.” (*apud* FÁVERO & MOLINA, p. 14).

Considerando-se os pressupostos da História Nova Cultural, propõe-se pensar a história como representação, ou seja, “como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse.”(idem, p. 23).

Mas, algumas dificuldades são impostas à pesquisa. A primeira dificuldade está no fato de não poder reunir “todas” as fontes possíveis para análise, ou seja, não há como alcançar a exaustividade. Tem-se apenas que “recolher os fios que constituem o saber [que possui um horizonte de retrospectão e um de projeção] identificá-los, esticá-los para atá-los às diferentes áreas”. (idem, p.26). A segunda delas consiste na busca das fontes que nem sempre estão à disposição do pesquisador e nem são facilmente selecionáveis quando se tem, por exemplo, centenas de edições de um mesmo objeto. Outra dificuldade está relacionada ao estudo da documentação. É necessário interpretá-lo dentro do contexto em que está inserido, levando-se em consideração as distâncias de tempo e de espaço entre o criador e o objeto criado e tomando cuidado para não cometer anacronismo.

Para os idealistas, “o que importa (...), tanto quanto a ideia, e talvez ainda mais, é a sua encarnação e suas significações, ou melhor, estudar sua circulação, reconstruir o que está visível e o que está imerso, identificar as divisões e relações que constroem o objeto de estudo”. (idem, p. 24).

O historiador das ideias linguísticas, segundo Fávero & Molina (idem, p. 29), portanto, “mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual”.

Assim, antes de enumerar gramáticas e analisá-las, do ponto de vista sincrônico, faz-se necessário verificar de que maneira ela foi gestada, considerando os aspectos históricos, filosóficos, educacionais e culturais. Na verdade, é um estudo mais aprofundado da maneira pela qual o sujeito se apropria de diversas fontes do conhecimento científico e as representa em seus artefatos culturais.

Para interpretá-las, porém, há de se entender a sua materialidade que também diz respeito às práticas nas quais se insere em um determinado momento numa dada sociedade. De que maneira essas gramáticas eram publicadas? Como e onde circulavam? Quais as políticas culturais que permitiam, no caso desta investigação, no século XIX, que essas gramáticas tivessem livre acesso às escolas? No caso de o *Tratado da Língua Vernácula*, qual o motivo pelo qual só foi publicado em livro quase três décadas depois? Por que se escreviam gramáticas em diversos pontos do Brasil, mesmo sabendo que era difícil publicá-las em formato livro? Qual a alternativa encontrada por alguns professores de língua

portuguesa para fazer circular suas ideias no meio intelectual? Essas questões serão discutidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A Gramática: produção e circulação

As gramáticas eram publicadas, no Brasil oitocentista, depois de serem aprovadas pelas instâncias censoras do Império. Mas, sua circulação dependia, em grande parte, das exigências do ensino a que elas estavam atreladas, das relações que mantinham com o poder educacional e do interesse dos editores. A maioria dos seus autores eram professores do ensino público que, por não haver livros didáticos à sua disposição, eram pressionados, de alguma forma, a construir sua própria gramática, quase sempre destinada apenas aos seus alunos.

O percurso, porém, dessa publicação exigia do autor não só reconhecimento, como também, em muitos casos, disponibilidade de verba para arcar com a impressão e distribuição de sua obra. Uma das saídas era buscar o apoio do Estado e, imprimir, na contracapa, uma dedicatória indicando esse apoio, ou ainda, participar de concursos patrocinados pelo Governo como uma forma de suprir essa necessidade.

Havia também outro grande obstáculo: a censura que acabava incentivando livreiros e editores a responsabilizarem-se pelos protocolos necessários à publicação dos livros didáticos.

O mercado do livro didático foi muito rentável no século XIX. A produção de gramáticas atingiu números elevados, comparando-se a períodos anteriores. Esse processo de gramatização intensificou-se, dentre vários motivos, por causa da necessidade em se instrumentalizar a língua escrita a fim de salvaguardá-la¹⁶. No Brasil, apesar da censura, das poucas tipografias existentes, de um público seletivo e falta de incentivos do governo, ver-se-á que a produção de gramáticas nesse período obedeceu ao crescimento econômico, ao desenvolvimento cultural e, mais tarde, aos ideais republicanos de educar para civilizar.

O *Tratado da Língua Vernácula*, escrito por Brício Cardoso, objeto desta investigação, faz parte da história da construção e circulação das gramáticas no Brasil do século XIX. A sua publicação, entretanto, apresenta um percurso diferenciado da maioria das gramáticas que circulavam nas escolas brasileiras nesse período. Seria possível, então,

¹⁶Para Fávero & Molina (2006, p. 47), “inúmeros fatores contribuíram para o processo de gramatização, dentre eles, a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, a política de uma língua dada, organizando e regulando seu uso literário, e o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo”.

afirmar que esse processo diferenciado de publicação poderia ser o de outras gramáticas em outros Estados brasileiros, principalmente, os mais distantes das tipografias e livrarias?

2.1. O processo de publicação dos livros no Brasil

De base predominantemente agrícola, o Brasil, durante o período colonial, não oferecia as condições necessárias para desenvolver o mercado livreiro. “Na verdade, durante grande parte desse período, a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta, que a indústria impressora não era administrativamente necessária nem economicamente possível”. (HALLEWELL, 1985, p. 5). A escassez de livros justificava-se não só pela ignorância do povo na Colônia, mas também pelo medo da Inquisição, pelas barreiras da censura literária e pela falta de livrarias, somados, para Rizzini (1988), à sujeição da diminuta gente letrada à cultura dos jesuítas.

Várias obras cujos conteúdos tratavam de pesquisas e observações feitas no Brasil foram confiscadas em Portugal, pois não havia interesse da Coroa em revelar as riquezas brasileiras, embora algumas obras literárias e de história circulassem livremente, como as de Rocha Pita, Bento Teixeira e Basílio da Gama. O custo das tipografias, a grande distância entre metrópole e colônia, e o custo das licenças de censura foram fatores que impuseram a segregação, ou o seu esquecimento em arquivos oficiais, a muitas obras de valor artístico e científico produzidas nesse período.

No século XVIII, as Academias – a dos Esquecidos (1724), a dos Felizes (1736), a Brasílica dos Renascidos (1759), a Científica do Rio de Janeiro (1771) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1789) – exerceram papel importante não só para a luta contra o regime absolutista, como também para as primeiras tentativas de criação de oficinas tipográficas. (Cf. BARBOSA, 1900). Nesse período, já havia muitos estudiosos de botânica, geologia, etc. e literatos, que eram brasileiros e viviam no Brasil, como o dicionarista Moraes Silva, os naturalistas Arruda Câmara e Bittencourt Accioli, entre outros – muitos deles responsáveis pela fomentação de ideias republicanas –, mas suas obras ficavam à mercê da vontade da Coroa Portuguesa para publicação.

Criada em 1808, sob a direção de uma junta formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e Silva Lisboa, com a chegada da comitiva de D. João VI ao Brasil, a

Imprensa Régia era a responsável pela publicação, principalmente, de documentos oficiais, obras ligadas a assuntos relativos à administração do Estado e manuais para atender os cursos criados por D. João VI.

Até 1822, a Imprensa Régia, conforme o primeiro levantamento sistemático feito por Cabral (1881), publicou mais de 1000 trabalhos entre sermões, editais, obras científicas e literárias¹⁷. Em relação ao número de publicações impresso neste estabelecimento, há várias informações divergentes, por causa da falta de elementos comprobatórios. Em relação, por exemplo, às obras literárias, apesar de Cabral (idem) ter afirmado serem 26 títulos ali impressos, a casa teria dado à luz apenas 12. (Cf. ABREU, 2010).

Também são divergentes as informações acerca da relação oferta/demanda dos livros no período colonial. Para alguns pesquisadores, como Hallewell (1985) e Rizzini (1988), poucos títulos¹⁸ foram publicados para um público seletivo; para outros, entretanto, ao considerar o número de leitores, como é o caso de Araújo (1999), as publicações, tanto brasileiras, quanto importadas, apresentavam um crescente consumo, embora ainda não considerado massivo.

Não só a atuação da oficina da Imprensa Régia é importante: também são importantes os responsáveis pela seleção dos títulos e pelo financiamento das publicações. Um dos primeiros editores no Brasil foi Paulo Augusto Martin (filho) que, além de investir na publicação de folhetos políticos, poemas, orações fúnebres, ocupava-se de obras literárias, como *Marília de Dirceu*, publicada em três volumes.

¹⁷ Apesar de Rubens Borba de Moraes afirmar que foram mais de 1250 obras, Hallewell (1985, p. 37) descobriu apenas 1173: “trinta e oito [obras] em 1808, sessenta e dois em 1809, noventa e nove em 1810, setenta e um em 1811, sessenta e dois em 1812, trinta em 1813, vinte e quatro em 1814, quarenta e quatro em 1815, quarenta e nove em 1816, quarenta e seis em 1817, quarenta e um em 1818, quarenta e quatro em 1819, quarenta e dois em 1820, duzentos e quarenta e três em 1821, e duzentos e noventa e seis em 1822 – e mais um de data desconhecida.”

¹⁸ A Imprensa Régia produziu algumas obras científicas e literárias “dignas de memória: em 1808, as *Observações sobre o comércio franco do Brasil* de Silva Lisboa (duas das três partes). Em 1809, *Elementos de Álgebra* de Euler e os *Elementos de Geometria* e o *Tratado da trigonometria* de Legendre, estes traduzidos por Araújo Guimarães. Em 1810: dois opúsculos de Arruda Câmara sobre jardins e linho; o *Ensaio sobre a Crítica* de Pope, na tradução do conde de Aguiar; a *Marília de Dirceu*; o *Preâmbulo do Ensaio Filosófico e Político sobre o Ceará* de Silva Feijó; o *Roteiro e Mapa* do Maranhão ao Rio de Janeiro de Silva Berfor; o *Tratado da Aritmética* de Lacroix, tradução de Silva Torres; e o *Tratado Elementar de Física* do abade Haüy. Em 1811: várias traduções da literatura francesa, de Bocage; o *Compêndio da Obra da Riqueza das Nações* de Adam Smith, vertida por Bento da Silva Lisboa (os vols. II e III foram tirados em 1812); os *Ensaio Morais* de Pope, traduzidos pelo conde de Aguiar; e o *Uruguai* de Basílio da Gama, 2ed. Em 1812: *Elementos de Geometria descritiva*, extraídos da obra de Monge por José Vitorino dos Santos e Sousa; *Extractos* das obras de Burke por Silva Lisboa; *Indagações Filosóficas sobre a vida e a morte* de Bichat, tradução de Rocha Mazarém; *Obras Poéticas* de Garção; e *Tratado Elementar de Mecânica* de Francouer, vertido por José Saturnino da Costa Pereira. Em 1813: *preleções filosóficas* de Silvestre Pinheiro Ferreira; *Tratado da óptica* de La Caille, tradução de André Pinto...” (RIZZINI, 1988, p.320-1).

Em 1821, o monopólio da Imprensa Régia chegou ao fim e, com ele, o surgimento e criação de várias tipografias particulares. Essa foi, na verdade, uma das condições básicas para o surgimento da produção de livros escolares, inclusive, das gramáticas. Mas, por trás dessas publicações, havia as exigências do editor que se vinculavam, quase sempre, à política de censura do Governo, o respaldo intelectual dos autores e a aceitação das instituições que aprovavam essas obras didáticas para posterior circulação¹⁹.

2.1.1. As tipografias e as livrarias

Instalado em 1747, a primeira oficina tipográfica²⁰ de que se tem notícia em terras brasileiras é a de Isidoro da Fonseca²¹, considerado por Veríssimo (1890), o patriarca da imprensa no Brasil. Durou muito pouco, porém, pois “mandou a Corte aboli-la e queimá-la para não propagar ideias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado. Não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil; desejando conservar essa Colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas e da ignorância” (AZEVEDO, 1865, p.173).

Depois dessa tipografia, somente aparecerá outra, em 1808, com a Imprensa Régia, dirigida por Rodrigues de Souza Coutinho e Frei Veloso, antigo proprietário da Oficina da Casa Literária do Arco do Cego em Lisboa. Apesar de se ter permissão para a instalação da Oficina Régia, ainda não era possível o estabelecimento de outras tipografias uma vez que a publicação dos documentos e livros era exclusividade dessa casa oficial, garantindo-lhe, assim, o monopólio da impressão no Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1817, a Imprensa Régia passou a denominar-se Real Oficina Tipográfica, mais tarde simplificada para Régia Tipografia no início de 1821. Meses depois desse mesmo ano, com a política dos liberais que estavam no poder em Portugal, o nome “real” passou a ser “nacional”, tornando-a Tipografia Nacional.

¹⁹Para Bittencourt (2004), o livro didático é submetido a uma complexa rede de interferências do Estado, além do editor e autor.

²⁰“Por muito tempo supôs-se que, durante o domínio holandês em Pernambuco, fora estabelecida no Recife uma tipografia, graças à iniciativa do príncipe Maurício de Nassau, que governou este Estado de 1637 a 1644, e que nela foram impressos dois folhetos escritos em holandês, como a Bolsa do Brasil, que figura ter sido publicada em 1647. Graças, porém, a dois ilustres investigadores, os Srs. Visconde de Porto Seguro e Dr. Higyno Duarte Pereira, não há motivo mais para sustentar-se tão errônea suposição”. (BARBOSA, 1900, p. 239).

²¹Sobre as discussões que destacam a tipografia de Isidoro da Fonseca como a primeira instalada no Brasil, ver Azevedo (1865), Martins (2002), Rizzini (1988) e Bragança (2010).

Durante seu funcionamento, a Imprensa Régia teve seu volume de trabalho ampliado, à proporção que o país se desenvolvia economicamente. Várias encomendas eram-lhe feitas tanto oficiais, quanto particulares e comerciais. Presume-se que esse aumento somado à política de liberalização tenha provocado a quebra de seu monopólio. Em 1821, foram instaladas, no Rio de Janeiro, a Nova Oficina Tipográfica e a Tipografia de Moreira e Garcez. Em 1822, a de Silva Porto e Cia., de Felizardo Joaquim da Silva Morais e do português Manuel Joaquim da Silva Porto; a de Santos e Sousa, oficina dos Anais fluminenses, de José Vitorino dos Santos e Sousa; a do *Diário*, de Zeferino Vito de Meireles; e, a de Torres e Costa, de Inocêncio Francisco Torres e Vicente Justiniano da Costa. Às vésperas, portanto, da Independência, no Rio de Janeiro, existiam cerca de sete tipografias.

Além desses estabelecimentos, outros estados brasileiros, nas primeiras décadas do século XIX, fundaram suas oficinas tipográficas: a de Manuel António da Silva Serva, na Bahia (1811); a de Ricardo Rodrigues Catanho, em Recife (1815), que só funcionou em 1817, durante a revolução; a instalada no Maranhão pelo governador Bernardo da Silveira, em 1821; a de Daniel Garção de Melo, em Belém do Pará, em 1821; a tipografia Patrícia e a Provincial, em Vila Rica, Minas Gerais, em 1822.

Depois da independência, as diversas províncias passaram a contar com tipografias ali instaladas: o Ceará, em 1824, Paraíba, em 1826; São Paulo e Rio Grande do Sul, em 1827; Goiás, em 1830; Santa Catarina e Alagoas, em 1831; Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe, em 1832; Espírito Santo e Mato Grosso, em 1840; Paraná, em 1849; e Amazonas, em 1852. (Cf. RIZZINI, 1988).

A primeira província a implantar sua própria tipografia foi a Bahia. Em 1811, foi inaugurada a Tipografia de Manoel António da Silva Serva com a publicação do periódico *Idade d'Ouro do Brazil* no dia 13 de maio. Um ano depois, ele lançou a primeira revista brasileira *As variedades ou Ensaios de Literatura* cuja duração foi de janeiro a março de 1812 com apenas três números publicados.

A atividade tipográfica na Bahia continuou com a criação da Associação Tipográfica Baiana, criada em 1871, com o objetivo de formar profissionais na área editorial, promover a mobilização cívica e estimular as atividades culturais. (Cf. TAVARES & ROSA, 2010). Também de importante contribuição foi a Tipografia Moderna de Cincinnato José Mechiades que, depois de trabalhar em oficinas gráficas em Cachoeira (BA), foi à capital para instalar seu próprio negócio. Aprendiz nas oficinas do

jornal *A Ordem*, teve a tarefa de editar a *Revista Popular*, dedicada às discussões científicas e culturais.

A editora Serpa publicou, durante sua existência, cerca de 176 títulos, geralmente voltados para assuntos ligados à religião, medicina e direito. Com a morte de Silva Serpa, em 1819, a província da Bahia deixou de ser uma das mais importantes no ramo editorial e foi, conforme Hallewell (1985, p. 61), “eclipsada pelo Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais (...), até Belém do Pará produziu mais livros que a Bahia durante os últimos anos do Império”.

Depois da Bahia, um dos mais importantes centros impressores entre as províncias do Nordeste foi Recife. O processo de autorização para instalar uma oficina tipográfica começou em 1815, quando Ricardo Fernandes Catanho, depois de importar da Inglaterra um prelo e os tipos, solicitou ao governo real a licença necessária para seu funcionamento. O governador da província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, incumbido de dar o parecer sobre o assunto, deu-lho favoravelmente, pois acreditava na disseminação do conhecimento como arma contra a ignorância. Apesar de concedida a licença, a oficina não chegou a funcionar, talvez, segundo Bernardes (2010), por falta de profissionais. Em 1817, porém, a oficina serviu à revolução de 1817, que destituiu o governador. Com a derrota da revolução, a licença da oficina foi cassada e todo o seu material enviado para o Rio de Janeiro.

Após a Independência, as empresas tipográficas voltaram a funcionar, publicando, não só periódicos, mas também romances, ensaios políticos e livros didáticos – impulsionadas, em grande parte, pelos estabelecimentos de ensino elementar e secundário, como o Seminário de Olinda. Ainda, em 1821, quando os liberais tomaram o governo da província, a tipografia passou a se denominar Oficina do Trem Nacional cuja concorrente era a tipografia de Manuel Clemente do Rego Cavalcante. Em 1823, outro impressor se estabeleceu em Recife: Antônio José de Miranda Falcão, posteriormente, gerente da Nova Tipografia Nacional. Três outras tipografias também foram criadas nesse período: a Tipografia Fidedigna de Manuel Zeferino dos Santos que funcionou de 1827 a 1840, a Tipografia do Cruzeiro, criada em 1829, e a Pinheiro Faria e Companhia, de Manuel Figueiroa de Faria, em meados de 1831.

Na Paraíba, as atividades tipográficas começaram com a Nacional da Paraíba, sob a direção de Francisco João de Azevedo. Entre os anos de 1828 e 1829, foi responsável pela impressão da *Gazeta Paraibana*, de Antonio Borges da Fonseca. Uma das mais

importantes, porém, foi a Tipografia do Beco da Misericórdia de José Rodrigues da Costa, de iniciativa privada, criada em 1830. Além de publicar o jornal *Correio da Paraíba*, leis, documentos oficiais, como os relatórios dos presidentes da província, eram publicadas, revistas, obras literárias e didáticas. Nas últimas décadas do século XIX, dois nomes também se destacaram nessa área: o de Jayme Seixas e o de Manoel Henrique de Sá. (Cf. BARBOSA, 2010).

No Pará, por causa, principalmente, do desenvolvimento econômico gerado pela produção da borracha, a instalação de oficinas gráficas e a editoração de várias obras, incluindo as didáticas, foram expressivas. Apesar de João Francisco Madureira ter fabricado seu próprio prelo e equipamentos, faltou-lhe capital para colocar a tipografia em funcionamento. Quando solicitou o apoio financeiro do governo, uma missão já tinha sido enviada a Portugal, chefiada por Alberto Petroni Martins Maciel para adquirir uma impressora. A Imprensa Liberal, resultado dessa missão, em 1822, imprimiu *O Paraense*, primeiro jornal da província.

Apesar dos esforços de muitos proprietários dessas tipografias, não havia uma grande demanda nas províncias, até porque a vida intelectual girava em torno da capital, tornando a viabilidade de edições locais muito difícil. Na década de 1840, as atividades tipográficas eram predominantes no Rio de Janeiro e permaneceu incontestemente até meados de 1880. Ainda em 1883, “o catálogo da casa Garraux, livraria de São Paulo, apresentava quatrocentas obras impressas na província carioca, ou mais ou menos 11% de todos os títulos então existentes no país”. (HALLEWELL, 1985, p. 55).

Mas, não só as tipografias eram importantes no processo de produção editorial; as livrarias, com seus respectivos livreiros que, quase sempre, eram também editores, divulgavam e vendiam os produtos saídos dessas oficinas.

Em 1799, tem-se notícia do primeiro livreiro no Rio de Janeiro: Paulo Martin. A livraria de Martin, conforme Hallewell (1985, p. 26), “não pode ter sido um estabelecimento comercial muito próspero em seu início”. Vários depoimentos de viajantes nesse período afirmam que tanto a importação ultrapassava a procura dos livros, o que obrigava os livreiros a leiloá-los, quanto os títulos referentes à medicina ou religião eram de pouco interesse aos poucos leitores que aqui existiam²².

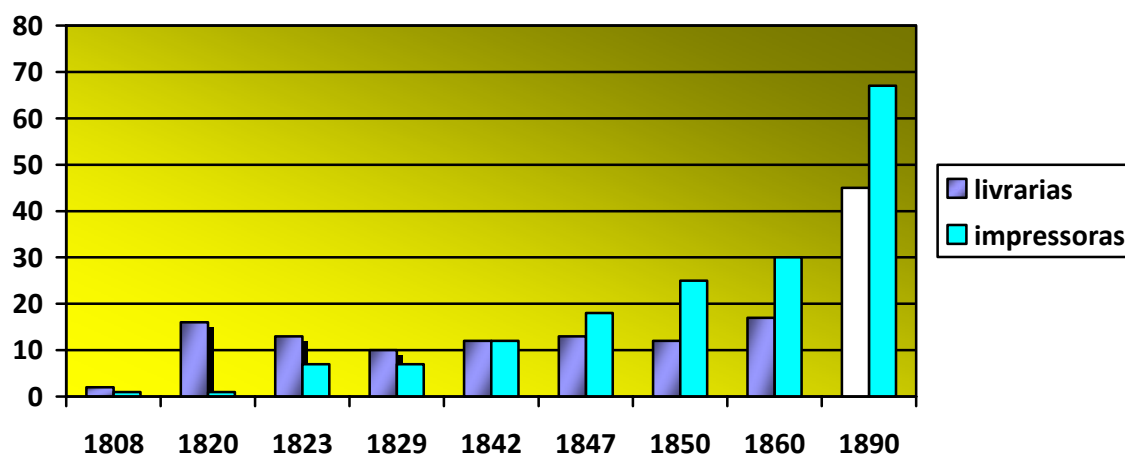
²² Uma das fontes que mostram quais os livros eram lidos é o inventário de bens, que relacionava todos os títulos juntamente com os bens patrimoniais dos homens letrados desse período. Um dos trabalhos de descrição e interpretação dessas fontes, no período colonial, a fim de traçar o perfil do leitor brasileiro é o de Araújo (1999).

Paulo Martin, tanto tomava decisões sobre as obras a ser publicadas, quanto se responsabilizava pelos trâmites necessários para que elas fossem impressas e colocadas à venda em suas livrarias. Enquanto Paulo Martin publicava no Rio de Janeiro e mandava para Portugal, Dalbin, também livreiro instalado no Rio de Janeiro, recorria às tipografias de Paris para imprimir seus livros e trazê-los ao Brasil, tornando-os mais caros.

Zeferino Vito Meirelles também foi um editor que usou os prelos da imprensa Régia, depois de obter a autorização para imprimir diversas obras. Como não era somente livreiro, Zeferino, além de selecionar os títulos, obter autorizações e financiar as impressões, negociava com os mercadores de livros para fazê-los circular. Mais tarde, ele lançou o seu próprio jornal, o *Diário do Rio de Janeiro*.

Considerando a vinda de D. João VI para o Brasil e as consequentes mudanças no campo intelectual e material da cidade do Rio de Janeiro, o número de livrarias não se expandiu, até porque a censura sobre o comércio legítimo e a proibição de entrada dos livros importados ainda dificultavam o comércio livreiro. O aumento do número de livrarias foi muito lento no Rio de Janeiro, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Número de livrarias e impressoras no século XIX no Rio de Janeiro



Fonte: HALEWELL (1985).

A maioria das obras publicadas pela Imprensa Régia era relacionada à economia política, geografia, agrimensura, filosofia, medicina e saúde pública. Mas, o “mais importante no desenvolvimento das publicações brasileiras foi que a Imprensa também executou uma quantidade apreciável de trabalhos para a Paulo Martin e outras livrarias, bem como diretamente por encomenda dos autores” (HALEWELL, 1985,p. 40).

Raramente, porém, se pode saber “quando a iniciativa para uma determinada publicação partiu do livreiro, da Impressão ou do autor (...)” (idem). Em alguns casos, existem as certezas, como a de Rubens Borba de Moares que afirma peremptoriamente que muitos livros eram vendidos em sua loja, juntamente com os folhetos políticos, orações fúnebres, etc.

Somente depois da Independência, então, é que se assistiu a uma expansão de tipografias, aumentando, também, o número de publicações e de livrarias; principalmente, motivados pelo crescente interesse dos leitores por assuntos relacionados à política atrelada à luta pela independência do Brasil. Em 1823, a livraria de Paulo Martin era uma das mais importantes, acompanhada pela livraria de Silva Porto que também possuía sua própria tipografia.

Nas províncias, algumas livrarias destacaram-se, como a Livraria Clássica, inaugurada em Belém no ano de 1855, cujo proprietário era a firma Viana & Silva – passando, depois, para as firmas M.F. da Silva & Cia e J.B. dos Santos & Cia – que chegou a lançar cerca de vinte títulos de livros escolares (Cf. COELHO, *online*) e a Livraria Catilina, na Bahia, fundada por Carlos Pongetti, em 1835.

Um dos mais importantes editores do século XIX foi, sem dúvida, Baptiste Louis Garnier, cuja firma, de origem francesa, realizou suas atividades entre os anos 1844 e 1934 na rua do Ouvidor no Rio de Janeiro. Para Hallewell (1985, p. 128), ao que parece, ele foi o primeiro “editor brasileiro a encarar a impressão e a edição como atividades completamente separadas”. Geralmente, ele imprimia as obras e os periódicos em Paris, não só por causa de sua ligação com a França, mas porque o papel no Brasil era de péssima qualidade.

A preferência pela impressão feita em Paris devia-se, em parte, à origem da firma, embora a partir de 1864 Baptiste utilizasse frequentemente tipografias que não estavam ligadas ao estabelecimento de seus irmãos. O apelo esnobe exercido por tudo que fosse francês era também um fator importante, especialmente no caso dos livros mais caros, aos quais se podia somar o atrativo adicional de uma encadernação francesa. Um exemplo disso é sua revisão da tradução que António Pereira Figueiredo fizera da *Vulgata*, ilustrada com trinta cópias de velhos mestres gravadas em ação e editada em dois volumes, em 1865. A expressão ‘nitidamente impressa e suntuosamente encadernada em paris’ aparecia constantemente nos anúncios publicitários da época. (HALLEWELL, 1985, p. 129).

O êxito de Garnier, entretanto, não está somente na qualidade de seus serviços, mas no investimento de direitos autorais – que os pagava regularmente, tanto aos tradutores

quanto aos autores brasileiros. Ele apostou na popularidade dos romances publicados em folhetim, e depois em formato livro – prática francesa, adotada no Brasil de forma gradual –, como as obras de José de Alencar, *Cinco minutos* e *O Guarani*, e as de Machado de Assis.

Além de reconhecer reais talentos literários, Garnier empregava redatores-revisores qualificados a fim de preparar os originais tanto das obras em prosa quanto das de poesia. O seu grande filão, porém, estava concentrado na publicação de livros didáticos.

Os primeiros manuais escolares foram publicados pela Impressão Régia, mas eram voltados principalmente para o ensino superior. Muitas eram as reclamações dos estabelecimentos de ensino elementar e secundário, como se verá adiante, em relação à falta de livros didáticos que fossem produzidos no Brasil e adaptados à realidade brasileira.

Garnier, ao perceber essa procura no mercado livreiro, investiu na publicação de manuais de várias áreas do conhecimento, principalmente os destinados ao ensino secundário de História, Gramática e Literatura, a partir de 1857, correndo um “risco comercial por sua própria iniciativa” (HALLEWELL, 1985, p. 144). O principal autor de livros didáticos de Garnier foi, sem dúvida, Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho – autor de *Elementos de Gramática portuguesa* (1880), *Seleção de autores modernos* (1881), *Exercícios de língua portuguesa* (1883), entre outros – que, mais tarde, passou a publicá-los pela firma de Francisco Alves, considerada, por Bittencourt (2008), como a primeira grande editora de livro didático no Brasil.

Em termos gerais, Francisco Alves, para ampliar os negócios e monopolizar o mercado da literatura didática, comprou não só a editora dos irmãos Laemmert, responsáveis pela publicação dos primeiros livros de História e Geografia e manuais de Matemática, como também a livraria da Viúva Azevedo, para adquirir os direitos da obra *Antologia nacional* de Fausto Barreto, adotada por muitas escolas nesse período. Além dessas aquisições, Francisco Alves ainda comprou a *Biblioteca do povo e da escola* de David Corazzi, os direitos da tradução de Júlio Verne e da série de Dicionários de José Joaquim Ferreira Lobo. Para Bittencourt (2008, p. 73), Francisco Alves “soube elaborar e articular uma eficiente política de aproximação com o poder constituído, notadamente durante a República, quando a literatura escolar passou a sofrer uma vigilância mais estreita das autoridades dos Estados”.

A maioria das editoras que desenvolviam atividades ligadas à publicação de livros didáticos concentrava-se no Rio de Janeiro, por ser o lugar das decisões políticas e, por

isso mesmo, centro cultural do país. Nas províncias, havia as editoras de pequeno porte, como mencionado, cujas origens ligavam-se às tipografias e livrarias, que enfrentavam os mais diversos problemas: falta de capital para aquisição de equipamentos, tintas e papel – geralmente, importado – dependência dos editores com a política partidária e com as autoridades da área da educação²³. Apesar disso, a produção de manuais escolares, nas províncias, foi regular e destinada, principalmente, ao ensino elementar.

A comercialização desses livros, em particular, concentrava-se no espaço escolar público, principalmente entre os anos 1869 e 1889 que, de 125 mil alunos do ensino elementar e secundário, passou para 266 mil, aproximadamente. Esse crescimento explica os investimentos nessa área, considerados à época como um dos mais seguros. Eram raros os livros didáticos com apenas uma edição quando publicados sob a responsabilidade dos grandes editores, como Garnier e Francisco Alves.

O livro didático tornou-se, rapidamente, texto impresso de maior circulação atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas, comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e, até certo ponto, privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. (BITTENCOURT, 2008, p. 83).

Além do aparato oferecido pela instrução pública – o Estado era o principal comprador dos livros didáticos –, os editores ainda faziam acordos comerciais com livrarias dos principais centros urbanos para difundir suas publicações. Para divulgá-las, os editores elaboravam catálogos que vinham no corpo dos próprios livros didáticos – às vezes na orelha do livro ou na última capa. Os jornais e revistas também eram um suporte privilegiado para a divulgação dessas obras. Uma das revistas mais importantes foi a *Revista Pedagógica*²⁴, editada pela Livraria Clássica de Alves & Cia, que trazia em seu final um catálogo das obras que estavam à venda, acompanhadas de endereços para a respectiva compra.

²³ “A produção de obras didáticas nas províncias era realizada sob as mesmas condições de instabilidade política e mais do que outras obras impressas necessitava do aval do poder educacional para sobreviver, pois dependia da aprovação das autoridades educacionais para a circulação e adoção nas escolas. Autores e editores de obras didáticas tiveram de se submeter às imposições governamentais, tendo, ainda, o agravante de ser o governo o principal consumidor dessa literatura”.(BITTENCOURT, 2008, p. 76).

²⁴ Para Bittencourt (2008, p. 87), a *Revista Pedagógica*, “era encarregada, dentre outras tarefas, de publicar o catálogo do matéria e livros aprovados para uso das escolas públicas primárias que, em princípio, eram renovados no início de cada ano letivo. Misturavam-se, assim, os interesses da empresa editorial com o Estado”.

O percurso, portanto, das atividades de produção livreira não era restrito às tipografias e às livrarias. Pensar em ter uma tipografia para imprimir uma obra e uma livraria para vendê-la era não considerar os outros fatores da divulgação e circulação desses livros. Existiam muitos atores nesse processo, além de editores com tino comercial e boas relações políticas. O principal deles era o autor de cujo punho saíam os textos adequados ao programa escolar a fim de atender às exigências do mercado livreiro.

2.1.2. As instâncias de aprovação e a autoria

Com um número expressivo de tipografias²⁵ e, por conseguinte, de folhetos e periódicos em circulação, o governo introduziu, além de uma censura prévia – os originais deveriam ser encaminhados à Imprensa Régia depois de serem liberados pelos censores régios e pelo Desembargo do Paço –, a obrigatoriedade da autoria expressa, proibindo o anonimato. Aqueles que

desejavam imprimir qualquer manuscrito apresentava-o antes com um requerimento à junta diretora, e só depois do despacho é que podia imprimi-lo; se o manuscrito dizia respeito à religião, à legislação ou à política, era a junta autorizada mandá-lo rever por pessoas de profissão competente, dirigindo-lhes para esse efeito ofício em nome de Sua Alteza Real, e exigindo seu juízo e aprovação por escrito, à vista da qual se mandava imprimir com as correções necessárias, precedendo licença da Secretaria de Estado. AZEVEDO, 1865, p. 179).

A imprensa Régia foi instalada, sob a direção de uma junta formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e Silva Lisboa, cujo regimento previa que a essa junta competia-lhe, “afora a gerência da oficina, ‘examinar os papeis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes’. Era a censura prévia, a que logo se daria feição adequada” (RIZZINI, 1988, p. 317).

Uma comissão fora criada com o intuito também de examinar todos os documentos e livros a serem impressos e garantir o respeito à religião, ao governo ou à moral. Mais tarde, foi nomeada uma junta de censores – composta por frei Antônio Arrábida, Luís José de Carvalho e Melo, Pe. João Manzone e José da Silva Lisboa –, subordinada à Mesa do

²⁵“Ao que tudo indica, ao longo do Império, desenvolve-se uma intensa atividade editorial nas províncias mais ricas do país; na Corte, evidentemente, mas também na Bahia, no Maranhão e no Grão-Pará. Pernambuco é também uma delas. (GALVÃO & BATISTA, 2003, p.173).

Desembargo do Paço, que tinha o objetivo de examinar os manuscritos que pretendiam chegar à Imprensa Régia.

Durante o período colonial, então, havia as proibições da censura tríplice, exercida pela Inquisição, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço. Por causa disso, muitos livros circulavam de forma ilegal e penetravam nas colônias vindas nas bagagens das pessoas autorizadas a lê-los. O contrabando, na verdade, responsabilizou-se em fazer circular os escritos de livres-pensadores, principalmente, os franceses. As bibliotecas coloniais estavam cheias de livros proibidos, algumas delas, inclusive, descobertas com a devassa de Vila Rica.

Em 1821, o príncipe regente d. Pedro ordenou que cessasse a revisão prévia das obras que se imprimissem “obedecendo-se nesse sentido o decreto das cortes gerais, extraordinárias e constituintes da Nação, e do art. 6º da lei do regulamento da imprensa que determinava, por todas as obras impressas nos estados portugueses, no caso de abuso, fossem responsáveis os autores, editores ou impressores” (BARBOSA, 1900, p.66).

Apesar dessa suposta liberdade de expressão, a Junta Diretora da Imprensa Régia publicou uma declaração em 01 de setembro de 1821, recomendando ao administrador da Imprensa Régia, agora Tipografia Nacional, “que não fizesse imprimir manuscrito ou impresso algum, sem ser assinado pelo autor, com o nome reconhecido pelo tabelião” (idem).

Quando, em 1822, o monopólio da Imprensa Régia chega ao fim, as tipografias particulares ganham força, e mais obras didáticas começaram a ser produzidas. Era a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte a responsável por “rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-las e fazê-las corrigir e substituí-las quando necessário”. Além disso, esse órgão convocava o Conselho de Instrução Pública para “examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como designar e rever os compêndios utilizados na escola”. (TEIXEIRA, *online*).

Na República, a direção do ensino e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária, sob a responsabilidade do Ministério da Instrução Pública, era exercida por um Inspetor geral, um Conselho diretor e inspetores escolares dos distritos.

O inspetor geral, cargo que exigia dedicação exclusiva, presidente nato do conselho diretor, era nomeado pelo governo por decreto. Sua função era o de inspecionar por si, com auxílio do Conselho diretor ou por meio dos inspetores escolares do distrito, as escolas

normais e todos os estabelecimentos de instrução primária e secundária, dentre outras atribuições.

O conselho diretor do Distrito Federal era composto de onze membros: o inspetor geral (presidente); dois reitores do Ginásio Nacional; o diretor da Escola Normal; o diretor do *Pedagogium*; o diretor do Museu Nacional, um professor primário do primeiro grau; um professor primário do segundo grau; um lente do Ginásio Nacional; dois lentes de cursos superiores, um da Escola de Medicina e outro da Escola politécnica. O Conselho tinha inúmeras funções, dentre as quais, destacam-se:

organizar definitivamente os programas de ensino primário, secundário e normal, assim como as instruções para exames e modelos e formulários estatísticos; e resolver sobre a educação de todo o material escolar e aprovar ou mandar compor livros e quaisquer trabalhos adquiridos do ensino Primário, secundário e normal, favorecendo com prêmios a publicação de obras de grande merecimento (...). (MOACYR, 1941a, p. 58-9).

A censura, portanto, era um dos primeiros obstáculos a ser vencido pelos autores de livros didáticos. Em termos gerais, eles precisavam construir textos que não ferissem a moral e os bons costumes, que respeitassem e até enaltescessem a religião católica e seus dogmas e que imprimissem em seus leitores o amor à pátria, principalmente no período republicano, momento em que se fomenta um sentimento de identidade nacional.

Como os livros didáticos destinados aos alunos das escolas públicas eram submetidos à aprovação do Conselho Superior da Instrução pública, alguns critérios deveriam ser observados para que eles fossem aprovados, a exemplo dos propostos Veríssimo (1890):

1. Que seja composto com clareza, correção, precisão e método;
2. Que seja feito de acordo com as lições mais aceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em prática nos povos mais adiantados que nós;
3. Que estejam de conformidade com os nossos programas de ensino, ou que a eles se possam adaptar sem dificuldade;
4. Que sejam impressos em bom papel, com tipo graúdo, segundo as preocupações da higiene escolar;
5. Sempre que for possível, sejam copiosamente ilustrados com boas gravuras finas, nítidas e de acordo com o texto;
6. Que o seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a apreciação do preço máximo que ficará;

7. Que sejam sempre postos à venda cartonados e brochados.

No final do Império e no início da República, muitas dessas exigências eram, particularmente, dirigidas às editoras, como se pode observar nos itens 4, 5, 6 e 7, tornando-as participativas no processo de elaboração do próprio texto. As editoras, por sua vez, adotavam uma política que consistia em exigir do autor a impressão do texto antes mesmo da sua autorização para apresentá-lo às autoridades a fim de ter a certeza de sua adoção nas escolas. Essa obrigatoriedade está presente na legislação de 1885 da Corte²⁶. Assim prevaleceu “a publicação de uma primeira edição que era submetida ao controle estatal e na edição seguinte surgia, na página de rosto, a confirmação da aprovação oficial”. (BITTENCOURT, 2008, p. 55).

Não só editores, mas também autores buscavam meios para que seu livro didático obtivesse o *referendum* oficial e, assim, ser adotado nas escolas públicas. Uma das estratégias era dedicar sua obra a alguma autoridade, “tecendo elogios, como ‘o mais acrisolado protetor das letras na mesma província’ e, às vezes, acompanhava carta com pedidos de aprovação” (idem). Apesar de todas essas precauções e estratégias, nem todas as obras eram aprovadas e nem sempre conseguiam o êxito do qual dependiam para serem reeditadas.

Mas quem eram os atores referendados de livros didáticos a quem as tipografias e livrarias ofereciam algumas vantagens e, em alguns casos, chegavam a pagar direitos autorais? Quem eram os sujeitos que se submetiam a obediência dos critérios impostos pela censura para a aprovação de suas obras?

Para Bittencourt (2004, p. 479), em princípio, um autor de livro didático deveria ser “um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional”. Além de acatar as exigências da censura, esse autor deveria estar atento às novidades “pedagógicas”, aos discursos científicos de sua área e, ainda assim, compatibilizar todo esse saber num livro destinado para um público de ensino elementar ou secundário.

Inicialmente, os autores de livros didáticos eram pessoas de confiança das autoridades dos Conselhos de educação, que podiam ser professores, ou juízes, advogados, jornalistas, historiadores, etc. A maioria dos autores de gramáticas, no século XIX, por

²⁶ “2º a aprovação será requerida ao Inspetor pelo autor ou editor ou solicitada ex-officio por qualquer membro do Conselho diretor; para se resolver sobre a aprovação, deverão ser entregues na Inspetoria 12 exemplares da obra a fim de serem distribuídos pelos membros do Conselho. Os exemplares ficarão arquivados”. (MOACYR, 1939, v. 2, p. 532).

exemplo, exercia, além da função de gramático, e, às vezes, simultaneamente, a de professor, historiador ou jornalista, posições intelectuais múltiplas.

Depois, com a expansão do ensino elementar e com a necessidade de manuais para esses alunos em larga escala, como se verá no próximo tópico, muitos professores que não faziam parte da elite intelectual começaram também a ser convocados para escreverem seus compêndios, até porque os autores famosos, aqueles que participavam do poder não escreviam muito. Autorizaram-se, então, os professores públicos e foram eles considerados capacitados para realizar tal empreitada.

Para incentivá-los, a instrução pública, entre outras atitudes, oferecia vantagens e, às vezes, prêmios:

o reitor de qualquer membro do magistério que escrever compêndio sobre doutrinas professadas no Ginásio terá direito à impressão de dois mil exemplares do seu trabalho por conta do Governo, se o Conselho Diretor julgar essa obra valiosa e de grande utilidade para o ensino. No caso de mérito excepcional da obra terá ainda direito a uma gratificação nunca inferior a um conto de réis. (MOACYR, 1941a, p. 98).

Muitos professores, então, construíam suas obras, desejando, muitas vezes, obter o prêmio²⁷.

A produção de livros didáticos foi se avolumando, e seus autores diversificando-se. Para Bittencourt (2004, p. 479-80), houve, pelo menos, no século XIX, dois grupos de intelectuais “que se sujeitaram às imposições do poder educacional e das editoras”: o primeiro que inicia sua produção com a Imprensa Régia, a partir de 1827 que se preocupava com a organização do ensino secundário no Império; o segundo grupo apresenta um perfil diferenciado que começa a se delinear por volta dos anos 1880, “quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de cidadão brasileiro...”.

Os autores da primeira geração faziam parte da elite intelectual e política nacional. Seu interesse concentrava-se, principalmente, em atender às necessidades políticas atreladas à política educacional cujo objetivo era a formação moral dos indivíduos. Esses autores possuíam ligações com o poder institucional responsável pela política educacional e, geralmente, eram membros do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e

²⁷ “Mais do que consumidores passivos, destes objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para utilização das escolas (...), seja produzindo tais compêndios. (TEIXEIRA, *online*).

também eram professores do Pedro II ou da Escola Militar do Rio de Janeiro, “lugar institucional responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios dedicados ao ensino das disciplinas formadoras da nacionalidade (...)” (BITTENCOURT, 2004, p.482).

Mesmo sendo parte da elite intelectual, os autores não tinham liberdade de escrever o que quisessem. Eles precisavam respeitar as exigências, de um lado, dos editores, tipógrafos e livreiros, e, de outro, dos programas de ensino para o qual se destinavam suas gramáticas.

2.2. O papel das instituições escolares na construção e circulação das gramáticas no Brasil

À instituição escolar²⁸ associam-se a construção e circulação de livros didáticos, ou manuais escolares, não só no Brasil, como também em vários países europeus, como a França²⁹.

A instrução pública no Brasil, na primeira metade do século XIX, apresentava-se de forma desorganizada e desagregada. Havia uma série de dificuldades que iam desde a falta de recursos financeiros ao não reconhecimento, no caso do ensino secundário³⁰, das aprovações conferidas pelos liceus provinciais para o ingresso nos cursos superiores.

Entre 1834 e 1856, fundaram-se estabelecimentos primários, como o Colégio das Educandas e a Escola de Ensino Mútuo³¹, mas os assuntos políticos eram ainda a maior preocupação do novo Reino. Em relação ao ensino secundário, não havia planos nem

²⁸“A origem do livro didático está vinculada ao poder instituído. A articulação entre a produção didática e o nascimento do sistema educacional estabelecido pelo Estado distingue essa produção cultural dos demais livros, nos quais há menor nitidez da interferência de agentes externos em sua elaboração” (BITTENCOURT, 2008, p. 23).

²⁹Sobre o papel específico da escola na difusão dos equipamentos intelectuais de base da cultura escrita, ver Chervel (1990, 1992, 1992a); Hébrard (1990) e Julia (2001).

³⁰“O ensino secundário (...) não tem a acepção de um simples nível, mas a de um tipo de ensino, aquele tipo ministrado em instituições que, entre nós, têm sido chamadas de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus, e cujo currículo tem concretizado uma conciliação, mais ou menos bem sucedida, entre a tradição pedagógica anterior ao século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno”. (SILVA, 1969, p. 198).

³¹O sistema de ensino Mútuo, introduzido no Brasil neste período foi propugnado pelos liberais que desejavam levar a educação a grandes massas, uma vez que “200, 300 crianças ou mais poderia, receber a instrução primária suficiente, sem que houvesse necessidade de mais que dois ou três professores” (ALMEIDA, 1989, p.60). O professor apenas supervisionava a atuação dos monitores, alunos mais avançados, que ficavam à frente de um círculo de crianças, durante as horas de aula. Ainda sobre esse assunto, ver Bittencourt (2008), Haidar (1972) e Silva (1969).

organização das cadeiras de Latim e de outras matérias, resumindo-se apenas aos cursos preparatórios³² para a matrícula nas Faculdades.

A função atribuída aos estudos secundários, encarados no Império, quase que exclusivamente, como canais de acesso aos cursos superiores, os reduziu, de fato, aos preparatórios exigidos para a matrícula nas Faculdades. Consubstanciando os requisitos mínimos necessários ao ingresso nos estudos maiores, os conhecimentos requeridos nos exames de preparatórios constituíram o padrão ao qual procuraram ajustar-se os estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário”. (HAIDAR, 1972, p. 47).

Com o intuito de atenuar as queixas contra o desrespeito tanto dos professores – que, muitas vezes, não compareciam às aulas –, quanto dos examinadores – considerados inescrupulosos –, e contra as irregularidades do próprio sistema, o governo impôs os programas e os compêndios a serem adotados nas aulas secundárias da Corte e tornou obrigatório o concurso para selecionar os professores.

Ainda nesse período, o Colégio Pedro II fora fundado. Inicialmente, concedia título de Bacharel em Letras àqueles que o frequentavam, “título que garantia a matrícula nas Academias do Império independentemente da prestação dos exames preparatórios” (HAIDAR, 1972, p.101).

Apesar de se saber que o Colégio Pedro II fora criado com o intuito de promover um ensino secundário para formar a elite dirigente do país e para servir de padrão para as províncias, ele também tinha outra função: a de reunir em um só espaço as aulas espalhadas pelo império. Em outras palavras, ele surgiu “como reunião, organização e complementação de aulas ou cadeiras preexistentes (...)” (SILVA, 1969, p. 191). O colégio Pedro II foi consagrado por seu esforço em oferecer cadeiras variadas que iam das ciências às línguas modernas, tornando-se padrão ideal, “já que o padrão real era dado pelos exames preparatórios e parcelados”. (NUNES, 2000, p.40).

O ensino secundário promovido era do tipo clássico,

com predominância dos estudos literários e adaptado menos às condições especiais do meio do que às tradições morais e intelectuais do país. O ensino da língua pátria, reduzida a um ano de gramática geral e nacional (1º ano) e a dois de retórica e poética, não chega a dar um colorido nacional a esse plano de estudos fortemente europeizante; e os estudos científicos acumulados na última parte do curso, de atropelo com os de

³²Algumas críticas foram tecidas em relação ao interesse de se preparar o aluno, no ensino secundário, apenas para os exames preparatórios: “Também o ensino, no lugar de ser um fim em si mesmo, desceu paulatinamente de sua dignidade e acabou por se tornar apenas uma preparação para os exames: o que devia ser um fim é apenas um meio. O professor só vale na medida em que prepara o aluno para responder às questões do examinador”. (ALMEIDA, 1989, p.108).

línguas clássicas e modernas, mal poderiam ultrapassar os limites de mera ‘informação’ e de erudição livresca. (AZEVEDO, 1963, p.572).

Mas, funções e objetivos à parte³³, o Colégio Pedro II impôs, em seus estatutos, os compêndios que deveriam ser adotados por seus professores e, conseqüentemente, por todos os professores das outras Províncias. Essa imposição, entretanto, só se verificará no estatuto de 1889, quando haverá a política de equiparação dos exames preparatórios. Em 1862, no regimento do Liceu Sergipense, por exemplo, consta uma relação de compêndios adotados³⁴ que difere completamente dos livros adotados no Colégio Pedro II, neste mesmo período³⁵. Ainda no final do Império,

apesar do esforço de centralização e uniformização do ensino secundário, tanto o currículo como os compêndios adotados no Colégio Pedro II não eram plenamente seguidos por todos os estabelecimentos. (...) Quanto aos livros didáticos, apesar do aval oficial e da notoriedade que circundavam uma adoção no Pedro II, não havia garantia de sua indicação nos outros estabelecimentos públicos (Cursos anexos e Liceus provinciais) ou particulares. (RAZZINI, 2000, p.53).

A maioria das publicações, principalmente no período imperial, era tradução e/ou adaptação de obras estrangeiras. Quando não havia obras nacionais que suprissem determinadas cadeiras, adotavam-se livros de outras nacionalidades. Para o estudo das ciências físicas e naturais, da história e geografia e da filosofia, por exemplo, eram os livros franceses que serviam de apoio didático. Em 1956, era possível encontrar alunos do ensino secundário estudando as particularidades do solo parisiense e das formações subapeninas, na cadeira de geologia, e não o solo brasileiro. (Cf. HAIDAR, 1972; NUNES, 2000). Precisava-se de manuais escolares para servir de apoio às diversas Cadeiras, não

³³ Apesar de ser evidenciada a importância desse estabelecimento para a estruturação do ensino secundário, não fora reconhecida assim por toda a população. “Houve dissensões no Senado e na imprensa, porém essas manifestações foram pouco divulgadas. O jornal Aurora Fluminense tornou-se porta-voz daqueles que discordavam da determinação governamental”. (MOISES, 2007).

³⁴ Para a cadeira de Língua inglesa, a obra “Mestre inglês” de Francisco Solano Constâncio; para tradução, “história da Inglaterra”, de O’Sullivan, “Ilíada”, de Alex Pope e “Estações” de James Thompson; para a língua italiana, a Gramática de Antonio Prefumo; para tradução, “Mie Prigioni” e “I Doveri dell’uomo” de Silvio Pellico, “Gerusalemme liberata” de Torquato Tasso e a “Divina Comédia” de Dante; Aritmética, as obras de C. Ottoni e Bordou; para a cadeira de Álgebra, a obra de C. Ottoni; para Partidas Dobradas, “Aritmética comercial” e “La tennue des livres” de Desgranges; Gramática filosófica, a “Gramática universal” de Harris; para a de Retórica, as obras de Andrieux, Blair, a “Arte poética” de Horácio e Boileau e os cursos de literatura de Villemain e La Harpe; para a cadeira de Filosofia, o curso completo de filosofia racional e moral de Barbe; Geografia, as obras de Pompeu Brasil; para a cadeira de Botânica, as obras de Lindley traduzidas por Ildelfonso Gomes; Química, Girardim; Física, Ganot; e Desenho, as obras de Felipe José Alberto (Cf. MOACYR, 1939).

³⁵ Para as aulas de Retórica adotou-se a “Nova Retórica Brasileira” de Antonio Marciano da Silva Pontes e “Curso Elementar de Literatura Nacional” do Cônego Fernandes Pinheiro; para a cadeira de Gramática Filosófica, cujo professor era o Cônego Fernandes Pinheiro, as obras de sua autoria. (Cf. RAZZINI, 2000).

somente do Colégio Pedro II, como também de todos os liceus, ateneus e instituições privadas. Além disso, os manuais dedicados aos professores do Império eram quase inexistentes. “Poucos eram os compêndios pedagógicos em língua portuguesa e nas escolas de primeiras letras era comum o uso de cartas manuscritas e debuxos feitos pelo próprio professor”. (SOUZA, 2003, p. 231).

Esse problema, entretanto, apresenta-se desde o século XVIII, quando Pombal, depois de expulsar os jesuítas, tentou substituir seus métodos de ensino. Não havia compêndios apropriados para as aulas régias, muito menos professores aptos a segui-los. Ainda que os houvesse, as edições portuguesas³⁶ esgotavam-se rapidamente e gastava-se muito tempo para uma reimpressão e posterior envio para a Colônia.

Na primeira metade do século XIX, os livros escolares eram raros e somente poucos alunos poderiam adquiri-los por causa do alto custo. Depois de Gonçalves Dias, em relatório apresentado ao Imperador em 1852, apontar os principais defeitos da instrução naquele momento – inexistência de métodos de ensino, má formação dos professores, exames que facilitam a entrada de alunos mal preparados, falta de frequência dos alunos os estabelecimentos, distribuição irregular das matérias por diferentes anos (“cada aluno estuda o que quer e como quer concluindo s seus estudos no tempo em que pode”), o ensino secundário reduzido aos preparatórios, falta de unidade no sistema e de constância nos princípios –, chama a atenção para o maior deles: a falta de compêndios. “... No interior por que os não há, nas capitais por que não há escolha, ou foi mal feita; por que escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades”.

Em Sergipe, por exemplo, na fala do presidente à Assembleia Legislativa, em 1847, apontavam-se deficiências e atraso no ensino que se referiam tanto aos mestres inábeis, quanto aos exames sem seriedade e à falta de compêndio e material escolar.

Na província da Bahia, em relatório do Presidente da Província, abalizado pelo então diretor da instrução pública, Abílio César Borges, a falta dos livros escolares era também um problema enfrentado: “... faltam-nos ainda bons compêndios para o uso escolar e livrinhos escolhidos, manuais práticos de todos os ramos de indústria para o povo; e também um jornal de instrução pública para os professores e comissários...” (MOACYR, 1939, p. 102).

³⁶ “O livro escolar aparecia, no final do século XVIII, como principal instrumento para a formação do professor, garantindo, ao mesmo tempo, a veiculação e conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido”. (BITENCOURT, 2008, p.28).

Uma das soluções propostas foi a de fornecer “prêmios vantajosos aos autores de compêndios; e os melhores e mais resumidos manuais práticos de instrução, e de ciências e artes aplicadas, quer originais, quer traduzidos, segundo o programa formulado pelo Conselho de Instrução Pública”. (idem).

Essas publicações, portanto, eram incentivadas pelo governo por meio da garantia de prêmios àqueles que compusessem compêndios para uso escolar e aos que traduzissem as obras de língua estrangeira. Apesar de estar previsto na regulamentação do Decreto 1331, de 10 de fevereiro de 1854, “a abertura de concursos para a confecção de livros não foi uma prática muito comum, e pudemos constatar denúncias quanto à discriminação na distribuição dos prêmios (...)” (BITENCOURT, 2008, p. 31).

Contava-se ainda com a obrigatoriedade imposta pelos programas para os exames gerais de preparatórios em todo o Império. Em 1870, através do decreto 4.468 de 1º de fevereiro de 1870, o programa implantado nesse estabelecimento dava sinais de declínio da formação tradicional, com nova queda do latim e da Retórica.

Com um novo currículo adotado, não somente foi a leitura dos autores clássicos expressamente recomendada, como também a ele foi acrescido o estudo histórico da língua portuguesa. Esse método norteava “a remodelação e o plano de ensino de preparatórios, especialmente elaborados por Fausto Barreto. Catedrático do Colégio Pedro II, constitui esse professor o centro irradiador das modernas ideias...” (BECHARA, 2007, p. 30).

O programa ainda definiu que toda gramática estrangeira ensinada no Pedro II (latina, grega, francesa, inglesa e alemã)³⁷ deveria ser sempre comparada com a da língua portuguesa. É também a partir de 1870 que as críticas aos manuais estrangeiros traduzidos aumentaram:

São os escritores estrangeiros que, traduzidos, transladados ou quando muito, servilmente imitados, fazem a educação de nossa mocidade. (...) Cumpre que ele [o livro de leitura] seja brasileiro, não só feito por brasileiro (...), mas brasileiros pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores transladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. (VERÍSSIMO, 1890, p.54-5).

Além da necessidade de se traduzirem os livros estrangeiros e construírem manuais específicos das cadeiras do ensino secundário, havia também as exigências dos programas, responsáveis, em grande parte, pela construção da maioria das gramáticas na segunda

³⁷ Apesar dessa exigência, as gramáticas de línguas estrangeiras postas obrigatoriamente nas mãos dos alunos do Colégio D. Pedro II, escrita em língua portuguesa, apresentavam “só fatos gramaticais, na aparência bizarros e incoerentes, às vezes inexatos; (...)”. (ALMEIDA, 1989, p. 103).

metade do século XIX³⁸. Quem estivesse interessado em obter êxito nos exames, deveria estudar nesta ou naquela gramática apontada pelo próprio programa. Os próprios autores, como discutido anteriormente, construíam suas gramáticas baseando-se nos programas de cujo processo de seleção também, às vezes, faziam parte, apontando para a necessidade de os alunos estudarem sua obra: “...é a nossa Grammatica a unica grammatica por onde se possa preparar um alumno para enfrentar com o actual programa de exames³⁹”.(RIBEIRO, 1887).

Apontado como um dos fatos decisivos no processo de gramatização brasileira⁴⁰, o Programa de Português para os Exames Preparatórios foi organizado por Fausto Barreto em 1887, um positivista comteano, influenciado não só pelas ideias de Max Müller, como também de Darwin e Haeckel. Ao tentar aplicar o método positivo das ciências ao estudo da língua, elaborou o programa de línguas para o Pedro II cuja orientação, baseada em estudos de Adolfo Coelho, Littré, Bréal, Diez e Whitney, serviu de estímulo à produção gramatical desse período. João Ribeiro, Pacheco e Lameira, Maximino Maciel e Alfredo Gomes construíram suas gramáticas para atenderam às suas exigências, apropriando-se também das teorias revolucionárias do positivismo e do evolucionismo. É também nesta época que os estudos lexicográficos e fraseológicos tornam-se imperiosos, seguindo os passos da geografia linguística de Gillérion. Esses autores visavam a romper com a tradição das gramáticas filosóficas, em relação ao conteúdo e a difundir as novas doutrinas científicas no ensino secundário.

Alguns estabelecimentos particulares de ensino também imprimiam seu próprio material didático, como foi o caso de Abílio César Borges em seus colégios e de J.J. Menezes Vieira que fundou, em 1875, o primeiro Jardim de Infância, segundo o método Froebel. Para as aulas dadas em seu estabelecimento, Menezes Vieira escreveu e traduziu “diferentes livros de instrução primária, entre os quais podemos mencionar: Manual para os jardins da Infância, Noções de Gramática, um pequeno atlas das províncias do Brasil e

³⁸ “A ênfase no papel dos manuais didáticos para a efetivação do programa de ensino partia do conceito que vigorava entre os franceses do período da Revolução: um livro lido é um livro apropriado que induz a novos hábitos”. (BITTENCOURT, 2008, p.26).

³⁹ Esse comentário de Júlio Ribeiro talvez tenha sido feito porque ele “estivesse defendendo seu compêndio da concorrência, pois ainda em 1887 foram publicadas duas gramáticas que seguiam o programa de Fausto Barreto: a Gramática da Língua Portuguesa de Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade, e a Gramática Analítica de Maximino Maciel, ambas adotadas no Colégio Pedro II”. (RAZZINI, 2000, p.53).

⁴⁰ “O processo de gramatização brasileiro é fortemente marcado, de um lado, pela relação que o Brasil teve com as ideias filosóficas e científica de outros países diferentes de Portugal e, de outro, pela instituição escolar brasileira que foi posta em funcionamento a partir da fundação do Colégio Pedro II”. (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p.24).

um outro atlas de mapas inacabados para serem completados pelos alunos”. (ALMEIDA, 1989, p. 170).

As gramáticas eram publicadas em grande número não só porque eram necessárias para atenderem aos programas dos exames preparatórios, mas também porque eram a base ou “instrumento principal e quase único, às vezes, do ensino do português em nossas escolas” (ALMEIDA, 1989, p. 159). A quantidade de publicações desse artefato cultural, ou livro didático, destinados ao ensino secundário denota a preocupação em divulgar e contribuir com o processo civilizatório brasileiro, projeto político-educacional mais notório a partir da segunda metade do século XIX.

2.3. As gramáticas publicadas no Brasil oitocentista

A instalação de tipografias, o surgimento das livrarias, dos livreiros e editores, a publicação de jornais por todo o país e o aumento de escolas, grosso modo, provocaram uma produção em larga escala de livros didáticos no século XIX. Os compêndios de gramática da língua portuguesa foram publicados ao longo desse período, ora baseando-se em modelos portugueses, ora apropriando-se de ideias revolucionárias para a época, como as evolucionistas.

Apesar de ser a segunda metade do século XIX o momento em que novas ideias filosóficas e linguísticas europeias encontraram terreno fecundo entre os intelectuais brasileiros⁴¹, assunto a ser discutido no capítulo 3, a construção de livros didáticos já era uma prática recorrente desde a chegada da comitiva imperial ao Brasil.

Geralmente, algumas gramáticas publicadas nesse período apresentavam problemas com a impressão no tocante a erros ortográficos e, às vezes, com o conteúdo, quase sempre constituído por “frias e estéreis nomenclaturas de regras ou definições, um formulário ou

⁴¹ “Com Tobias Barreto e a Escola de Recife, toma forma um ideário que sobreviveria até os princípios do século XX. É toda uma geração que começa a escrever por volta de 1875-1880 e afirmar o novo espírito crítico, aplicando-o às várias faces da nossa realidade: Capistrano de Abreu no trato da História; Sílvio Romero, cobrindo com sua fortíssima paixão intelectual a teoria da cultura, as letras, a etnografia e o folclore; Araripe Jr e José Veríssimo, voltados de modo intenso para a crítica; Clóvis Bevilacqua, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Lessa, juristas de sólida doutrina e gosto pelo fenômeno literário; Miguel Lemos e Teixeira Freitas, apóstolos do Positivismo sentido como ‘religião da Humanidade’; enfim, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que exprimiram superiormente a vida social brasileira dos fins do século passado e dela participaram não só como escritores, mas também como grandes homens públicos de estirpe liberal’. (BOSI, 1980, p. 275).

resumo mais ou menos exato dos preceitos que os alunos devem reter” (ALMEIDA, 1989, p.159).

Algumas delas eram apontadas como exceções, a exemplo das obras do cônego J.C. Fernandes Pinheiro⁴², professor de Retórica do Colégio Pedro II, de Abílio César Borges – Barão de Macaúbas, famoso educador proprietário-diretor de dois estabelecimentos de instrução primária e secundária, um, no Rio de Janeiro e outro, em Barbacena, Minas Gerais – a de Sotero dos Reis, Grivet, Júlio Ribeiro, Noronha Nápoles Massa e da gramática de João Ribeiro – “consagrada pela popularidade, livro no qual os professores têm muito a aprender e que será, se já não for, o *vade-mecum* dos escritores, dos oradores, dos literatos que querem escrever e falar a língua portuguesa” (idem, p.160).

Esses são apenas alguns nomes que marcaram a produção gramatical brasileira do século XIX. Por meio de um levantamento não exaustivo⁴³ dos compêndios e manuais didáticos de língua portuguesa, considerando-se apenas as obras publicadas no Brasil entre 1808 e 1899, verificou-se que muitas das gramáticas encontradas circularam apenas no local onde foram impressas ou, talvez, nas escolas nas quais o autor ensinava. O certo é que, somente um elenco de autores privilegiados foi alvo de pesquisas; muitas gramáticas ainda não foram sequer descritas do ponto de vista histórico, pois algumas delas são vistas como compilações por alguns pesquisadores.

Os dados foram obtidos, principalmente, em *Historiografia gramatical* (CARDOSO (S), 1994) que traz uma lista das gramáticas cujas cópias estão arquivadas em bibliotecas de Portugal e/ou na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Com certeza, inúmeras gramáticas no Brasil circularam nessa época sem que uma cópia fosse para essas instituições. Daí, ter-se, apenas, uma visão aproximada em relação à quantidade dessas publicações. Por isso, os acervos do Real Gabinete Português de Leitura, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Banco de dados LIVRES/USP, da Biblioteca Nacional, da Fundação Casa de Rui Barbosa, da Academia Brasileira de Letras e da

⁴² “O Cônego J.C. Fernandes Pinheiro (...) deixou duas gramáticas: uma, intitulada Gramática da Infância, está escrita com clareza e simplicidade; os alunos aprendem e a compreendem facilmente e os institutores estão satisfeitos. Os exercícios que seguem cada parte do discurso são bem feitos. A única coisa que se estranha é o inútil aumento da tecnologia dos tempos dos verbos. A outra gramática, chamada Gramática Teórica e Prática da língua Portuguesa foi escrita sob o ministério do Conselheiro Paulino e é destinada aos alunos dos cursos secundários. É um livro bom e útil, mas já não está em harmonia com os métodos de ensino de Gramática. Nas mãos de institutores e professores inteligentes, as gramáticas do falecido Cônego Fernandes Pinheiro podem trazer grandes serviços à juventude brasileira”. (ALMEIDA, 1989, p. 159).

⁴³ Para Fávero, a exaustividade é uma das dificuldades com as quais se depara um historiador. “Quanto maior o inventário, mais esfumada a noção de exaustividade...” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p.26). Ainda sobre esse assunto, ver Fávero (1996).

Academia de Ciência de Lisboa foram também consultados, além do dicionário bibliográfico sergipano de Armindo Guaraná (1925).

Alguns critérios foram utilizados no levantamento da produção gramatical do século XIX: a. gramáticas com registro de publicação nas tipografias brasileiras no período entre 1808 e 1899; e b. manuais cujos títulos fossem “gramática”, “epítomes”, “exercícios”, “postilas” da língua portuguesa. As edições, mesmo quando inúmeras, não foram relacionadas, pois o interesse maior está nos vários títulos que circularam nesse período. Apesar de serem encontrados títulos de dicionários e antologias, eles foram aqui omissos por, neste momento, não contribuírem com o objetivo deste trabalho.

Se levássemos em consideração as gramáticas que serviram de apoio pedagógico nas escolas públicas, publicadas em Portugal e para cá trazidas nos vapores, essa relação aumentaria em torno de 30%. Gramáticas, portanto, como as de Antônio José Baptista *Compêndio de gramática e ortografia portuguesa*, impressa na Viúva Neves, em 1816; as de Francisco Júlio Caudas Aulete, *Gramática Nacional (curso elementar) adotada pelo Conselho Geral de instrução pública*, impressa na Tipografia da Sociedade Tipográfica Franco-portuguesa, em 1864 e amplamente utilizada em terras brasileiras, foram descartadas da relação apresentada a seguir:

Tabela 1: Relação aproximada das gramáticas publicadas no Brasil, no século XIX, por autor.

Autor	Título	Local	Editora	Ano
A. E. Bandeira	Gramática portuguesa prática	Rio de Janeiro		1897
A. Estevão da Costa e Cunha	Manual do examinando de português: repertório filológico gramatical e literário da língua materna.	Rio de Janeiro	Livraria Acadêmica de J. de Azevedo	1883
A. Estevão da Costa e Cunha	Novo método teórico-prático de Análise sintática.	Rio de Janeiro	?	1874
Adriano Grivet	Gramática analítica da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1865
Adriano Grivet	Nova gramática analítica da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1881
Alexandre José de Melo Morais	Gramática analítica da língua portuguesa, ensinada por meio de quadros analíticos, método fácilimo para aprender a língua.	Rio de Janeiro	?	1869
Alfredo do Nascimento e Silva	Gramática Portuguesa elementar.	Rio de Janeiro		1888
Alfredo Gomes	Gramática portuguesa ⁴⁴	Rio de Janeiro	J. G. de Azevedo	1895
Antônio Alves Pereira Coruja	Compêndio da Gramática da língua nacional, dedicado à mocidade rio-grandense	Porto Alegre	?	1835
Antônio Alves Pereira Coruja	Compêndio da Gramática da língua nacional, dedicado à mocidade rio-grandense	Rio de Janeiro	Tipografia Francisco	1847
Antônio da Costa Duarte (Pe).	Compêndio de gramática portuguesa para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos, por... ⁴⁵	Maranhão	?	1829
Antônio de Morais Silva	Epítome da gramática portuguesa	Recife		1821
Antônio de Morais Silva	Epítome de gramática da língua portuguesa	Rio de Janeiro	Tipografia de Silva Porto & Cia	1824
Antônio José dos Reis Lobato	A arte da gramática da língua portuguesa	Rio de Janeiro		1812
Augusto Freire da Silva	Compêndio da gramática portuguesa para uso dos alunos de Humanidades, que frequentam a aula de português.	São Paulo	Jorge Seckler & Comp.	1883
Augusto Freire da Silva	Novo método de ensinar a ler a escrever	São Paulo	Jorge Seckler & Comp	1874
Augusto Freire da Silva	Rudimentos da gramática portuguesa: para uso dos alunos de primeiras letras	São Paulo	Jorge Seckler & Comp	1888
Batista Caetano de Almeida Nogueira	Rascunhos sobre a gramática da língua portuguesa	Rio de Janeiro		1881
Cirilo Dilermando da Silveira	Compêndio de gramática da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1855
Cirilo Dilermando da Silveira	Exercícios de análise lexicografia ou gramatical e de análise sintática e lógica	Rio de Janeiro		1870
Domiciniano (Cônego) H. Perdigão Cardoso	Compêndio de gramática portuguesa	Pará	Tavares Cardoso & Cia	1889
Emílio Achilles Monteverde	Nova arte da gramática portuguesa para uso das escolas de instrução primária	Rio de Janeiro		1857
Emílio Allain	Novo método de análise	Rio de Janeiro		1881
Ernesto Carneiro Ribeiro	Gramática portuguesa filosófica	Bahia		1881
Ernesto Carneiro Ribeiro	Serões gramaticais ou nova gramática portuguesa	Bahia		1890
F. M. Raposo de Almeida	Elementos de gramática portuguesa (1ª).	Pernambuco	?	1866
Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	Exercícios de língua portuguesa, correspondentes à gramática elementar. (4ed) ⁴⁶	Rio de Janeiro	Livraria Clássica Alves & Cia	1896

Continua...⁴⁴ A sétima edição é de 1897.⁴⁵ A segunda edição foi impressa em 1840 e a terceira, em 1853.⁴⁶ Há também a quinta edição, publicada também no Rio de Janeiro em 1899.

...continuação

Autor	Título	Local	Editores	Ano
Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	Elementos de gramática portuguesa para uso dos alunos de instrução primária.	Rio de Janeiro	Livraria Clássica Alves & Cia.	1896
Filipe José Alberto Júnior	Gramática eletivo-rudimentária da língua portuguesa (5ª)	Bahia	?	1858
Filipe Pinto Marques	Gramática elementar da língua portuguesa, extraída dos melhores autores e coordenada por... (2ed)	Pará	C. Seidl	1875
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Gramática portuguesa... (curso superior)	Pará	Tipografia de Pinto Barbosa e Cia.	1895
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Primeira gramática da infância	Pará	Tipografia de Pinto Barbosa e Cia	1897
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Segunda gramática da infância	Pará	Tipografia de Pinto Barbosa e Cia	1897
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Compêndio de análise moderna, lexicologia e sintática	Pará	Tipografia do diário Oficial	1895
Francisco José das Chagas Soares	Arte da gramática portuguesa, composta e oferecida à sociedade promotora da instrução na corte do Brasil.	Rio de Janeiro	Tipografia fluminense de Brito & Cia	1835
Francisco Julio Caldas Aulete	Gramática nacional	Rio de Janeiro	?	1875
Francisco Silveira d'Avila Pimentel	Breves noções de gramática para se aprender praticamente a ler, a escrever e a analisar o português- fonologia	Rio de Janeiro	?	1870
Francisco Sotero dos Reis	Gramática portuguesa, acomodada aos princípios gerais da palavra, seguidos de imediata aplicação prática.	Maranhão	Tipografia de Bellarmino de Matos	1866
Francisco Sotero dos Reis	Postilas de gramática geral, aplicadas à língua portuguesa pela análise dos clássicos. Dedicadas ao Sr dr Pedro Nunes Leal ⁴⁷ .	Maranhão	Tipografia de Bellarmino de Matos	1863
Frederico Adão Carlos Hoefel.	Resumo da Gramática da língua nacional adequado ao ensino metódico dos principiantes.	Porto Alegre	Tipografia do Jornal Deutsche Zeitung	1863
Frederico Carlos da Costa	Exercícios de análise portuguesa, lexicologia e sintática. Precedidos de estudos indispensáveis à análise sintática.	Rio de Janeiro	?	1888
Guilherme Antônio Lopes.	Língua Portuguesa. Resumo explicativo de gramática portuguesa para uso das escolas de instrução primária.	Rio de Janeiro	Tipografia do G. Globo	1845
H. C.Taylor	Gramática da língua nacional. Compendio adaptado ao ensino nas aulas de instrução primária.	Recife	Tipografia de Santos & Cia.	1871
I. J. Cordeiro	Nova gramática da língua portuguesa ou arte de falar e escrever com propriedade...	Rio de Janeiro	?	1844
Inácio Felizardo Fortes (Pe).	Arte de gramática portuguesa, que para uso dos seus discípulos compôs, etc.	Rio de Janeiro	Impressão Régia	1816
Isidoro José Lopes	Compêndio de gramática da língua portuguesa, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos.	Rio Grande	?	1834
Jerônimo Soares Barbosa (e outros)	Compêndio de gramática portuguesa extraídos de suas obras. Aprovado para uso do antigo Liceu e atualmente das escolas públicas da província.	Recife	?	1876
João Alexandre da Silva Paz	Gramática elementar e metódica da língua portuguesa.	Rio de Janeiro	?	1836

Continua...

⁴⁷ A segunda edição é de 1868.

...continuação.

Autor	Título	Local	Editora	Ano
João de Veiga Murici	Gramática geral	Bahia	Tipografia Constitucional de França Guerra	1864
João Fernandes de Lima Cortes	Resumo da gramática portuguesa	Rio de Janeiro	Livraria de J. J. de Azevedo	1888
João Ribeiro	Gramática portuguesa. Curso médio. 2º ano de português	Rio de Janeiro	Livraria Clássica	1888
João Ribeiro	Gramática portuguesa. Curso superior. 3º ano de português.	Rio de Janeiro	Livraria Clássica	1888
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro	Gramática da infância: dedicada aos senhores professores de instrução primária. (3ed)	Rio de Janeiro	B. L. Garnier/Paris, Tipografia Portuguesa Simão Raçon & Cia.	1864
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro	Gramática teórica e prática da língua portuguesa	Rio de Janeiro	Tipografia Francisco Alves de Sousa	1870
Joaquim do Amor Divino Caneca	Breve compêndio de Gramática portuguesa ⁴⁸	Recife	Tipografia Mercantil	1875
Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubin	Novo método da gramática portuguesa composto em verso rimado, aprovado e adotado para as aulas da província do Ceará pelo conselho diretor da instrução pública da mesma província.	Rio de Janeiro	Tipografia cearense	1860
José Alexandre de Passos	Compêndio da gramática portuguesa pelo método analítico, etc.	Rio de Janeiro	Tipografia de M. A. da Silva Lima	1848
José Alexandre de Passos	Da gramática, etc	Rio de Janeiro	Tipografia Nacional	1863
José Antonio Pessoa de Barros	Ensaios gramaticais da língua portuguesa (2ed)	Maranhão	Tipografia de Ramos d'Almeida e Cia.	1894
José Bernardino de Sena	Lições de gramática portuguesa, destinadas ao uso dos alunos de ambos os sexos, que frequentam...	Recife	?	1847
José de Noronha Nápoles Massa ⁴⁹	Gramática analítica da língua portuguesa, composta e oferecida aos brasileiros...	Rio de Janeiro	H. Lombaerts	1888
José Joaquim Alencastro	Resumo das quatro partes da gramática portuguesa.	Rio de Janeiro	?	1828
José M. Ortiz e Pardal	Gramática analítica e explicativa da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1871
José Ventura Boscoli	Gramática portuguesa. (2ed)	Rio de Janeiro	Livraria Alves	1899
José Ventura Boscoli	Gramática portuguesa: estudo raciocinado segundo os princípios hodiernos da ciência da linguagem	Rio de Janeiro	Livraria Alves	1894
Júlio Ribeiro	Gramática portuguesa ⁵⁰	São Paulo	Tipografia Jorge Sekler	1881
Laurindo José da Silva Rabelo	Elementos de gramática portuguesa. Adotados nas escolas regimentais do Exército. Terceira edição revista e melhorada por Felix Ferreira.	Rio de Janeiro	Feliz Ferreira & Cia	1872
Laurindo José da Silva Rabelo	Compêndio de gramática da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1872
Leopoldo da Silva Pereira	Sintaxe da língua portuguesa.	Rio de Janeiro	?	1898

Continua...

⁴⁸ Para Fávero (1999, p. 89), essa gramática “tem o mérito de ter sido uma das primeiras, senão a primeira, gramática pedagógica escrita por um brasileiro”.

⁴⁹ Foi o sétimo pároco da Paróquia Catedral do Divino Espírito Santo/RS entre 1855 e 1864.

⁵⁰ Em 1885, saiu a 2ª edição “reformulada e muito aumentada” impressa pela tipografia Teixeira & irmãos.

...continuação

Autor	Título	Local	Editora	Ano
Lourenço Trigo de Loureiro.	Gramática razoável da língua portuguesa, composta segundo a melhor doutrina dos gramáticos antigos e modernos de diferentes idiomas.	Rio de Janeiro	Tipografia Imperial e nacional	1828
Luís da Silva Alves de Azambuja Susano	Compêndio da gramática portuguesa para uso das escolas primárias.	Rio de Janeiro	Tipografia de Laemmert	1851
Manuel Domingos de Carvalho	Elementos de gramática portuguesa para uso dos alunos do mesmo estabelecimento	Bahia	Tipografia Poggetti	1863
Manuel Olímpio Rodrigues da Costa	Gramática Portuguesa	Rio de Janeiro	Tipografia da Escola	1887
Manuel Olímpio Rodrigues da Costa	Gramática portuguesa destinada ao curso do 1º ano do Imperial Colégio de Pedro Segundo	Rio de Janeiro	?	1876
Manuel Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade	Noções de gramática portuguesa de acordo com o programa oficial para os exames de preparatórios do corrente ano	Rio de Janeiro	?	1887
Manuel Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade	Gramática da língua portuguesa para uso dos ginásios, liceus e escolas normais...	Rio de Janeiro	Livraria Clássica de Alves	1894
Manuel Soares da Silva Bezerra	Compêndio de gramática filosófica por... (do liceu nacional).	Ceará	Tipografia Social	1861
Maximino de Araújo Maciel	Gramática analítica baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do atual programa...	Rio de Janeiro	Tipografia central	1887
Maximino de Araújo Maciel	Gramática descritiva baseada nas doutrinas modernas/ por.... língua portuguesa.	Rio de Janeiro	?	1895
Meneses Vieira	Noções de gramática	Rio de Janeiro	?	1897
Miguel Alves Feitosa	Gramática das escolas, dedicada à província de São Paulo sobre o plano de P.Larousse	Campinas	Gazeta de Campinas	1883
Olímpio Rollemberg de Oliveira Chaves	Resumo da Gramática Portuguesa ⁵¹ .			
P. S.	Livro de exercícios para aprender os elementos da gramática portuguesa.(3ed0	Porto Alegre	L. P. Barcelos & Cia.	1898
Paulo Perestrelo da Câmara	Gramática das Gramáticas da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1850
Pedro José de Figueiredo	Arte da Gramática portuguesa, ordenada em método breve, fácil e claro, oferecido a sua alteza real o ser.mo ser. D. António, príncipe da Beira.	Bahia		1817
Policarpo José Dias Cruz	Compêndio de gramática portuguesa	Rio de Janeiro	?	1865
Policarpo José Dias Cruz	Postilas de gramática portuguesa	Rio de Janeiro	?	1859
Raimundo Câmara Bettencourt	Epítome da gramática filosófica da língua portuguesa	Rio de Janeiro	Editores E. & H. de Laemmert	1862
Salvador Henrique de Albuquerque	Compêndio de Gramática portuguesa ⁵²	Recife	Tipografia Universal	1858
<i>Sem autor</i>	Gramática pitoresca, ou, o Sistema gramatical explicado pela árvore da ciência; mapa apenso aos preliminares de gramática da escola brasileira.	Rio de Janeiro		1864
Zillah do Paço Mattoso Maia	Gramática da língua portuguesa	Rio de Janeiro	?	1899

⁵¹ Apesar de não ter encontrado um exemplar dessa gramática, consta na bibliografia de seu autor que “apesar do título desprezioso desta obra, o autor estendeu-se bastante no desenvolvimento do assunto”. (GUARANÁ, 1925, p. 445).

⁵² Esse compêndio também foi publicado no Rio de Janeiro em 1874. Levei em consideração apenas a que corresponderia à primeira edição.

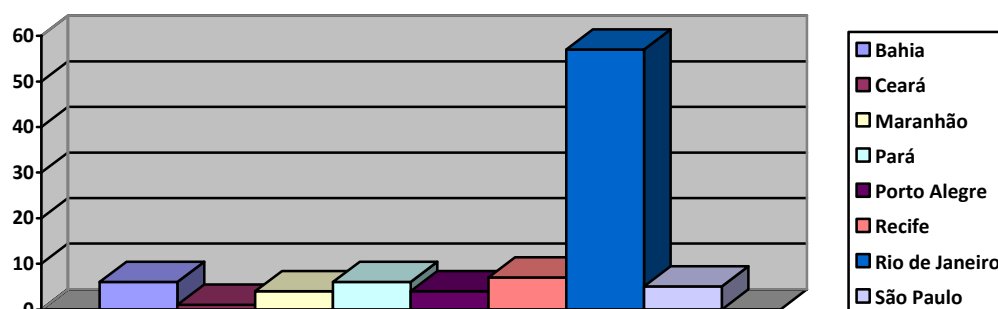
No século XIX, como se pode notar, houve uma intensa produção gramatical, reflexo de uma política linguística que tentava não só organizar e regular o uso da língua literária, como também sistematizar o saber linguístico (conhecimento metalinguístico) a fim de educar para civilizar. Foram 90 obras, entre compêndios, gramáticas, ensaios, exercícios etc., publicadas no Brasil no século XIX. Esse número, porém, não corresponde à quantidade real das gramáticas publicadas nesse período. Muitas delas, como as de Olímpio Rollemberg de Oliveira Chaves, Manuel Joaquim de Oliveira Campos, em 1839, Juvêncio de Siqueira Montes, Joaquim Maurício Cardoso, de cujas notícias se têm em dicionários biobibliográficos, não foram encontradas em nenhum acervo oficial. Além disso, há também a imprecisão das datas das primeiras edições, uma vez que nem sempre estão disponíveis nas instituições de pesquisa. Se as datas das primeiras edições fossem conhecidas, ter-se-ia uma ideia mais exata da produção desses compêndios por ano e depois poder-se-ia cruzar esses dados com as exigências das políticas educacionais. Entretanto, fica a pequena contribuição para pesquisas posteriores.

Outro problema diz respeito às tipografias onde foram impressas essas gramáticas. As referências, quando as há, não apresentam, muitas vezes, o nome da tipografia ou do editor. Como se pode observar na tabela, em quase 40% das gramáticas listadas, não se tem informação sobre a tipografia responsável por sua impressão. Muitas ressalvas, portanto, precisavam ser feitas antes de apresentar os gráficos que pretendem apenas facilitar a visualização dos dados obtidos.

Local de publicação

Para visualizar melhor os dados relativos ao local, um gráfico foi construído. Isso possibilitou verificar que a sede do Império/capital da República⁵³ não era o único centro difusor da produção gramatical. Algumas províncias – e, mais tarde, Estados – também o fizeram. Estimulados pela política educacional em seus territórios, ou ainda, pela necessidade de valorização e respeitabilidade de seu trabalho diante de seus pares, professores, gramáticos e filólogos dos Estados da Bahia, Ceará, Campinas, Maranhão, Pará, Pernambuco, São Paulo e, em maior número, do Rio de Janeiro, editaram suas gramáticas, principalmente voltadas para o ensino, assunto discutido anteriormente.

⁵³ No período analisado o Rio de Janeiro até a proclamação da República era a sede do Império, depois passou a ser capital do Brasil republicano.

Gráfico 2: Local de publicação das gramáticas no Brasil- séc. XIX

Ano de publicação

Poder-se-ia analisar essa produção também sob o viés do ano de publicação, caso houvesse dados sobre as primeiras edições de cada gramática. Apesar disso, considerar-se-á a data de algumas edições – algumas delas, quando presentes nas referências, estão indicadas entre parênteses na tabela – dessas gramáticas apenas para se ter uma ideia aproximada de quantas obras foram publicadas antes e depois de 1870. Essa data foi escolhida por ser considerada por alguns estudiosos um período de plena expansão do mercado de livros didáticos, incluindo aí, as gramáticas.

Além dos motivos relacionados diretamente às políticas educacionais, ainda se pode a eles somar a necessidade em se construir um ideário positivista capaz de revolucionar o próprio sistema político brasileiro através da educação. Acreditava-se que, se o material didático fosse reorganizado, se escrevessem suas próprias apostilas e se propusessem atividades que condissessem com a realidade brasileira, estariam dinamizando a educação, para com isso, eliminar o analfabetismo e valorizar a cultura nacional através dos estudos sistemáticos de sua própria língua.

Apesar de exigirem muitos esforços e dedicação por parte dos professores, quando as Instituições escolares colocaram em prática aqueles programas e outros ainda, puderam constatar que muitos dos seus conteúdos neles incluídos eram amontoados de noções desconexas, às vezes complicadas, às vezes resumidas demais por descabidos propósitos que mais confundiam os estudantes do que lhes forneciam bons ensinamentos. (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 41).

Em conformidade com os dados apresentados na tabela, foram 39 gramáticas publicadas entre 1808 e 1869; e 51, de 1870 a 1899. A circulação de tantas gramáticas, principalmente, na década de 1880, coincide com a publicação da gramática de Júlio

Ribeiro em 1881 que introduziu o método histórico-comparativo no Brasil. A partir daí, deduz-se que os estudiosos linguísticos sentiram-se mais incentivados a produzir suas obras. Esses fatores aliaram-se também à expansão das tipografias e aos investimentos dos livreiros e editores nesse tipo de publicação, cujo mercado era garantido.

Em relação às tipografias, a dificuldade foi bem maior em obter essa informação. Das 90 gramáticas listadas, 41 não apresentavam o nome da responsável por sua impressão, ou seja, quase a metade. As outras 49 gramáticas foram impressas em várias tipografias. A Tipografia Pinto Barbosa e Cia (3), a Livraria Clássica (5) e a Tipografia Jorge Seckler & Cia (4) foram as que imprimiram mais gramáticas. Esses dados, porém, não condizem com as informações obtidas sobre as tipografias no Brasil. Nesse sentido, há de se considerar a falta de pesquisas das publicações das tipografias para se ter um panorama mais seguro ou mais próximo da realidade.

Depois de verificar esses dados, os títulos das gramáticas também se mostram atrativos para a pesquisa. Sem querer empreender uma análise discursiva, nem relacionar o nome ao objetivo a que se propuseram – até porque não foram reunidas todas estas obras para verificar seus conteúdos –, registra-se, apenas, que o nome “Gramática” foi largamente utilizado, acompanhado pelos “compêndios”.

Essas denominações – gramática, nova gramática, compêndio, epítome, resumo, etc. – indicavam, na maioria das vezes, objetivos distintos. O compêndio

relaciona-se ao tipo de livro formado por uma compilação de textos de vários autores, não uma produção original(...). O termo compêndio parece ter sido mais comum em Portugal: os livros portugueses produzidos com finalidade escolar no século XIX eram identificados por seus títulos, que utilizavam os termos resumo, noções (geralmente para o ensino primário) e manual ou compêndio (para o secundário). No Brasil, essa terminologia também foi utilizada no século XIX e início do século XX. (GASPARELLO, 2004, p. 21-2).

As “postilas”, segundo Freire (1944), eram “cadernos de explicações manuscritas para uso dos estudantes ou explicação ditada pelo professor e escrita pelo aluno”; o tratado, “obra em que trata de uma arte, de uma ciência, de qualquer matéria particular” e epítome “resumo de um livro de ciência ou história em que se incluem as partes mais importantes e substanciais”. Cada autor, então, buscava modalizar sua obra, apontando, já no próprio título, o caráter que queria imprimir em suas páginas.

Às vezes, seus autores, como era muito comum no século XIX, compilavam, adaptavam e “traduziam” as gramáticas portuguesas, como as de João de Barros e de

Jerônimo Soares Barbosa, visando a adequar sua obra aos programas de ensino e/ou aos alunos de um determinado ciclo (ensino elementar, secundário, curso de preparatórios) ou de uma determinada faixa etária.

Todas essas obras, entretanto, possuíam um denominador comum: a de sistematizar a língua e, ao mesmo tempo, oferecer aos discípulos um material didático adequado. Os estudos sobre a língua filiavam-se, inicialmente, aos estudos filológicos. Daí porque Antenor Nascentes (1939), ao analisar a sua história, dividiu-os em três períodos: embrionário – começa com os primeiros estudos sobre a cultura brasileira até a publicação da gramática de Coruja em 1835; o empírico – que vai de Coruja a Júlio Ribeiro com a publicação de sua gramática em 1881; e o gramatical – que vai de 1881 até 1939, data da Fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Silvio Elia (1975), por sua vez, propõe, baseando-se na periodização de Antenor Nascentes, apenas dois períodos: o vernaculista, de 1820 – data aproximada da independência política brasileira – até 1880, momento em que Júlio Ribeiro publica sua gramática; e o período científico, de Júlio Ribeiro até 1960. Para falar, entretanto, de período científico da gramática brasileira⁵⁴, é necessário considerar que o termo “científico” apenas estabelece um período em que as ideias positivistas e evolucionistas entraram em cena na vasta produção gramatical brasileira a partir do último quartel do século XIX.

O período vernaculista caracteriza-se pelo nacionalismo, reflexo das ideias européias românticas. Para Elia, é “uma fase de contradição entre as preocupações puristas e classicizantes de alguns espíritos conservadores e retardatários e as reivindicações reformistas, senão mesmo revolucionárias, de representantes de uma geração ansiosa de afirmações autonomistas e até separatistas.” (ELIA, 1975, p. 117). Apesar das divergências entre eles, a vernaculidade era o ponto em comum, ou seja, ambos defendiam a não corrupção da linguagem e a legitimidade das formas de dizer. É também um período marcado pelas polêmicas, dentre as quais se citam a que se instalou entre José de Alencar e Pinheiro Chagas em 1870 e entre Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet em 1880.

O período científico, então, é inaugurado com a *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro em 1881. Ainda para Elia (1975, p. 121), esse período divide-se em duas fases: a primeira reflete um momento de transição, mas que “as forças de renovação prevalecem

⁵⁴ Durante uma aula proferida no dia 12/05/2009, da disciplina Percursos gramaticais – Brasil e Portugal, a profa. Dra. Leonor Lopes Fávero alertou sobre o fato de considerar este período científico sem, contudo, referir-se ao período anterior como pressupostamente não científico.

sobre as de conservação...”. A segunda fase vai de 1900 a 1960, momento em que os estudos filológicos ganham notoriedade e, como consequência, inicia-se um combate à base normativa da direção vernaculista. Este último período, entretanto, extrapola o recorte temporal privilegiado neste trabalho.

Sob uma abordagem histórica, Guimarães (1996) também propôs uma periodização da produção gramatical no Brasil, baseada em dois critérios: político e institucional. São considerados quatro períodos: o primeiro vai de 1500, data da descoberta, até a primeira metade do século XIX, quando as polêmicas entre brasileiros e portugueses são desencadeadas e caracteriza-se pela ausência de estudos acerca da língua portuguesa no Brasil. Nesse período, as ideias no Brasil se dão por influência de outros países, como a França (na literatura e na filosofia), Inglaterra (parlamentarismo e modelo de monarquia) e Alemanha (filosofia e ciência). Palco de mudanças econômicas e sociais a partir da década de 1850, o Brasil abriga também mudanças na ordem intelectual, causando reflexões acerca da nacionalidade e da identidade brasileira.

O segundo período inicia-se, então, com as polêmicas de José de Alencar e Pinheiro Chagas, de Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, e a de Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, com a publicação de gramáticas – a exemplo da gramática de Júlio Ribeiro – e com a fundação da Academia Brasileira de Letras e vai até a década de 1930, quando surgem as primeiras faculdades de Letras no país. Vê-se aqui a preocupação com a diferença entre o português de Portugal e o do Brasil.

O terceiro período vai do final dos anos 1930 até meados da década de 1960, quando a linguística se torna disciplina obrigatória nos cursos de Letras. Com a implantação das Faculdades de Letras, as pesquisas sobre a linguagem, sobre os padrões literários começam a surgir com maior intensidade. É nesse período que haverá o acordo ortográfico de 1943, a decisão sobre o nome da língua falada no Brasil – língua portuguesa –, a publicação de *História da língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto, relacionando a história da língua à história política e cultural do Brasil, a obra de Mattoso Câmara e a NGB.

O quarto, e último período, vai da obrigatoriedade da disciplina Linguística no currículo dos cursos de Letras e da abertura dos cursos de Pós-Graduação em Linguística até os dias atuais. Caracteriza-se pelos inúmeros trabalhos desenvolvidos nesses cursos, como os trabalhos gramaticais numa perspectiva estrutural, funcional ou gerativa;

trabalhos de semântica, de sociolinguística, de linguística histórica, de pragmática e de análise do discurso.

Considerando a historicidade, não baseada no tempo, mas na produção de sentidos, Guimarães (1996, p. 134-5) chama a atenção para as duas preocupações que atravessam os três últimos períodos: a posição a favor da especificidade do português brasileiro, que “coloca na nossa história das ideias linguísticas a necessidade de que a língua escrita do Brasil se pautar pela língua oral brasileira e não pela escrita portuguesa”; e a posição que defende o modelo clássico, como o único capaz de estabelecer a unidade linguística.

Ainda se pode estabelecer outro recorte: a produção gramatical que não apresenta um aporte teórico definido – trabalhos como os de Cândido de Figueiredo e de João Ribeiro – e a que apresenta, como os de Serafim da Silva Neto e Mattoso Câmara.

Para Guimarães (idem, p.137), o processo de gramatização no Brasil – diferentemente do processo europeu cujo objetivo era o de conhecer e dominar o mundo –, levando em consideração a sua periodização, se faz a partir do segundo período e se caracteriza por estar “ligada a uma militância a favor da especificidade do português do Brasil ou contra isso e a favor do classicismo, do purismo” e por esta ligada à luta pela independência de Portugal, por uma constituição do português como língua única e nacional na legitimação da identidade brasileira.

Também Cavaliere (2002) propõe uma periodização cujos critérios baseiam-se nas fontes teóricas e nas obras que representam as rupturas dos estudos linguísticos brasileiros. Assim, têm-se quatro períodos: a) embrionário - das origens até 1802, ano em que foi escrita a obra *Epítome da Grammatica Portugueza*, de Antônio Morais e Silva; b) racionalista – de 1802 a 1881, cujo maior representante é Sotero dos Reis; c) científico, subdivida em fundadora – 1881 a 1920, que se inicia com a obra de Júlio Ribeiro – e legatária – 1920 a 1941, período em que a maior preocupação é com o fato em língua vernácula; e d) linguístico, que compreende duas fases: estruturalista (1941 a 1980, tendo como maior representante Mattoso Câmara Júnior) e diversificada (1980 até os dias atuais).

Outras periodizações⁵⁵ são propostas da mesma forma que são vários os critérios utilizados para o estabelecimento dos períodos. Em todas as periodizações, porém, um fato é concordante: Júlio Ribeiro foi o responsável pela introdução do método histórico-comparativo no Brasil, sendo, assim, o divisor de águas da produção gramatical brasileira.

⁵⁵ Sobre outras propostas de periodização, ver Azevedo Filho (2000 *apud* Fávero & Molina, 2006).

A orientação anterior a Júlio Ribeiro pautava-se no modelo das gramáticas filosóficas, influenciadas pelos princípios logicistas de Condillac, Port-Royal e dos Enciclopedistas, a exemplo da gramática de Jerônimo Soares Barbosa⁵⁶. No Brasil, foram influenciados pela orientação filosófica Sotero dos Reis, Frei Caneca, Costa Duarte, Machado Bittencourt, Grivet e Soares Passos (Cf. FÁVERO, 2000), e, perdurou nas décadas seguintes do século XIX.

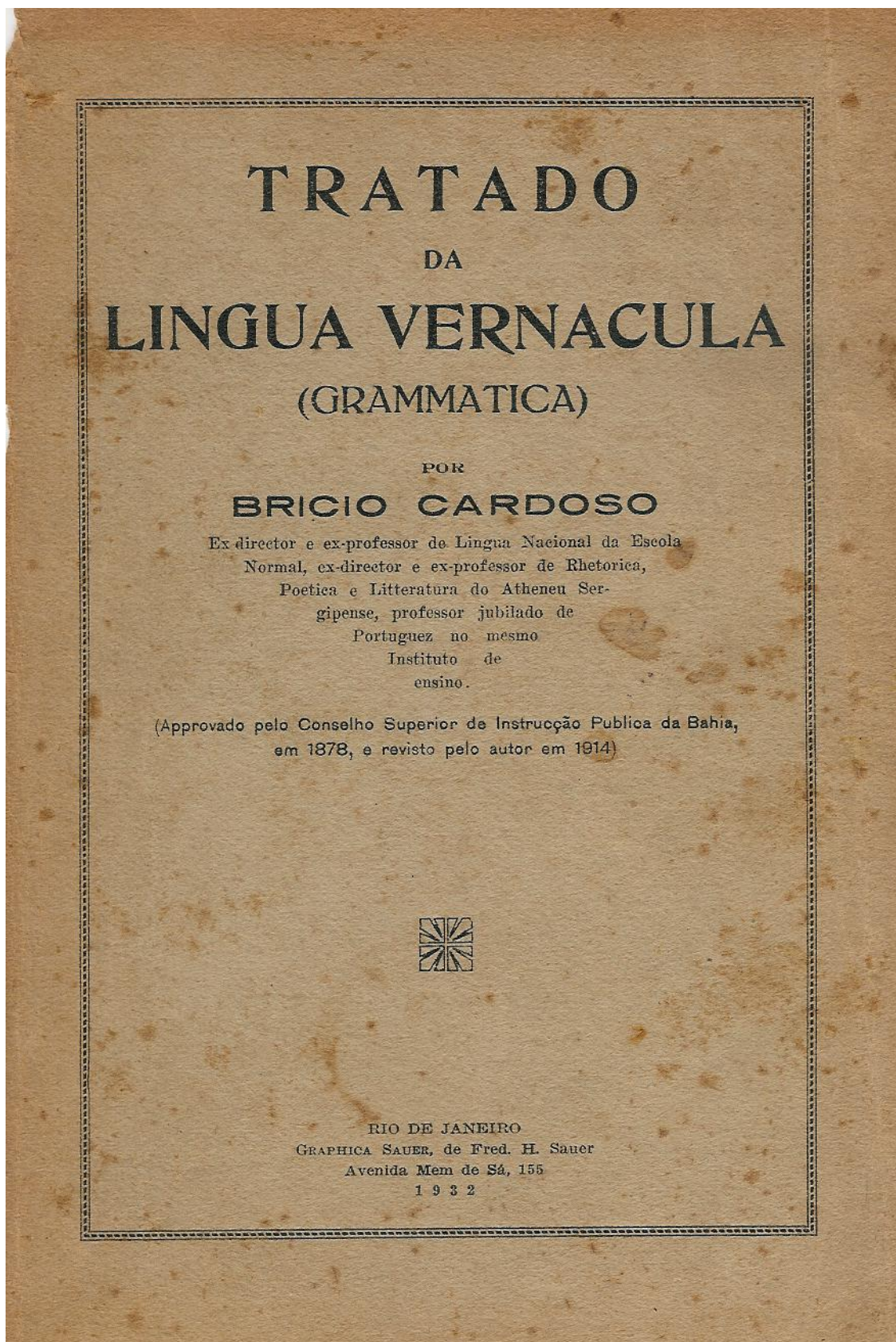
Como se pode ver, os critérios de periodização, em sua maioria, estão centrados no modelo de sistematização das gramáticas. Não se deve, entretanto, ver qualquer uma dessas periodizações como algo estanque: muitas gramáticas, mesmo sendo publicadas, por exemplo, no início do século XX, apresentavam os modelos da gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa, escrita no século XVIII. Outro viés dessas divisões são as polêmicas instauradas pelos intelectuais envolvidos com os estudos da língua. Dividir a produção gramatical, porém, requer uma reestruturação na forma de classificá-las: quantas delas foram compilações de autores prestigiados dessa época? Quantas foram construídas a pedido das editoras que se lhe nomeavam, apenas com o intuito de didatizar as leis gramaticais? Existem, portanto, vários fatores que influenciaram essas gramáticas e que deveriam ser levados em consideração numa proposta de periodização, mais um assunto a ser debatido entre pesquisadores da área.

2.4. O *Tratado da Língua Vernácula*: um percurso *sui generis*

Escrito em 1875, aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia em 1878 e revisado pela última vez pelo autor em 1914, o *Tratado da Língua Vernácula (Gramática)* foi somente impresso pela Gráfica Sauer, de Fred H. Sauer, no Rio de Janeiro, em 1932, oito anos depois da morte de seu criador, Brício Cardoso.

⁵⁶ Com Jerônimo Soares Barbosa, percebe-se a preocupação em romper com a tradição latina gramatical: “esta gramática, porém, é mais um sistema analógico, de regras e exemplos, do que lógico; e posto que reforme muitos abusos das antigas gramáticas, segue com tudo a mesma trilha... e desamparando os princípios luminosos da gramática geral e arzoada, multiplica em demasia as regras eu poderia abreviar mais reduzindo-as a ideias mais simples e gerais”. (BARBOSA, 1875, p.XIII).

Figura 1: Capa da obra *Tratado da Língua Vernácula* publicada em 1932



Essa primeira edição esgotara-se rapidamente, conforme informações obtidas na apresentação da segunda edição, mas não há registros sobre o número de exemplares publicados. Sabe-se que, por conta da aceitação dessa obra nos meios culturais, era impossível encontrá-las “quer nas livrarias mais notórias, quer entre bibliófilos especializados na revenda de raridades publicitárias”, conforme a apresentação do *Tratado da Língua Vernácula*.

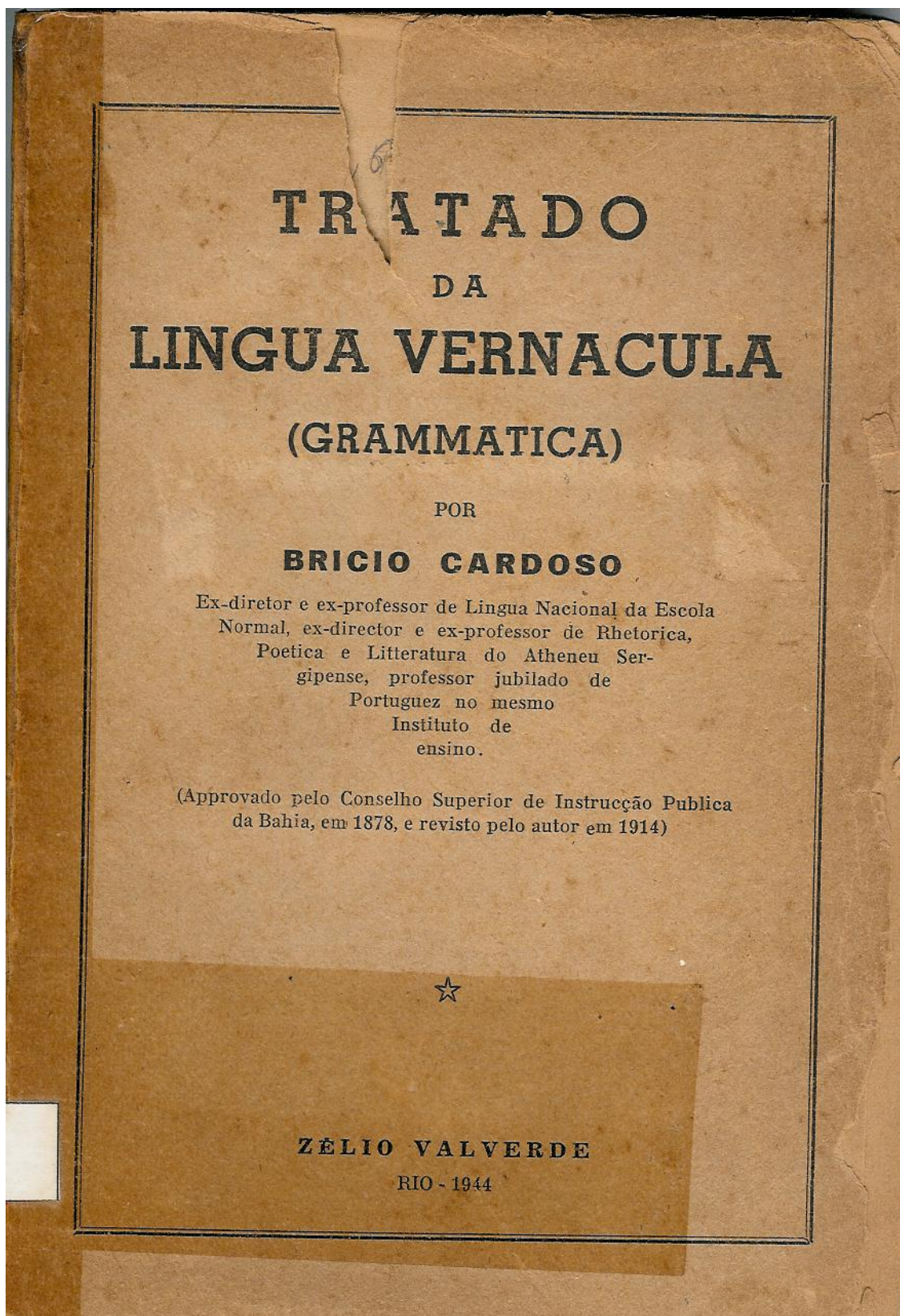
Depois de 12 anos da primeira edição, em 1944, foi realizada uma reimpressão a fim de homenagear os cem anos do nascimento do “ex-diretor e ex-professor de Língua nacional da Escola Normal, ex-diretor e ex-professor de Retórica, Poética e Literatura do Atheneu Sergipense, professor jubilado de português no mesmo Instituto de ensino” (currículo do frontispício da obra) e membro da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o professor Brício Cardoso.

Seus filhos – Maurício Graccho Cardoso, Eleyson Cardoso e Hunald Santaflor Cardoso – foram os responsáveis pela apresentação dessa edição e a Livraria Valverde, no Rio de Janeiro, pela impressão. O apoio financeiro foi dado pelo interventor do Estado de Sergipe, Maynard Gomes “em atenção à obra educacional de Brício Cardoso na formação de várias camadas da juventude sergipana, no momento em que, por iniciativa da Imprensa local e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, se vai comemorar o centenário do catedrático que o compusera por meio de um acurado labor intelectual, e da experiência acumulada em vários lustros de benemérita atividade magisterial”⁵⁷.

Por ser póstuma, talvez, a segunda edição em nada difere da primeira. Não houve alterações, nem acréscimos, nem cortes.

⁵⁷ Apresentação do *Tratado da Língua Vernácula*.

Figura 2: Capa da obra *Tratado da Língua Vernácula* publicada em 1944



Antes, porém, de construir sua gramática, Brício Cardoso já publicava no *Jornal do Aracaju* as *Apostillas de Grammatica (aos meus discípulos)*, futuros capítulos que integrariam a sua única obra desse gênero, o *Tratado da Língua Vernácula*. A construção, portanto, dessa obra está vinculada diretamente ao ensino da disciplina “Língua Portuguesa” na escola onde seu autor lecionava. Claro está que as apostilas eram direcionadas aos seus alunos, isto é, seus discípulos.

As apostilas de gramática foram publicadas no período que antecedeu à sua admissão no estabelecimento oficial do ensino secundário de Sergipe– Atheneu Sergipense –, ou seja, no período que se estende de 22 de outubro de 1873 a 14 de abril de 1874⁵⁸, período em que era professor do ensino primário superior na cidade de Estância/SE.

Apesar de afirmar no prólogo da gramática que a escrevera não só para “os meus filhos, os filhos dos meus filhos e os filhos dos filhos dos meus filhos” (CARDOSO, 1944, p. 15), mas também para “a dourada intelectualidade dos guapos moços e das formosas moças do meu torrão natal (...)” (idem), suspeita-se que Brício Cardoso publicou suas apostilas metodicamente a fim de ser indicado para a cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense e não somente para “ensinar” aos filhos e discípulos.

Essa hipótese justifica-se pelo fato de somente, entre os anos de 1872, 1873 e início de 1874, haver ele se preocupado com a publicação nos jornais de assuntos relativos à gramática. Depois do ano de 1874, não foram encontradas publicações em jornais locais de suas apostilas. Somente em 1879, ele publicou “Linhas precursoras da próxima publicação da minha gramática nacional” na *Gazeta de Aracaju* e “Gramática nacional”, nome dado, provisoriamente ao seu *Tratado da Língua Vernácula*.

Não se sabe ao certo por que Brício Cardoso não publicara em livro neste período, uma vez que existiam tipografias – como a Typografia do Jornal do Aracaju – em Sergipe, que poderiam imprimi-lo. Talvez por razões financeiras ou políticas ou apenas porque não era sua prioridade naquele momento... Outra hipótese é a de que ele não via a necessidade de imprimir sua obra em formato livro apenas porque existiam os jornais, veículo de comunicação primordial no século XIX.

⁵⁸ O discurso inaugural da cadeira de Retórica e Poética foi pronunciado a 15 de maio de 1874.

Figura 3: Excerto de o *Jornal do Aracaju* (01/11/1873)

LITTERATURA		
Apostilla de Grammatica (AOS MEUS DISCIPULOS.)		
II (Continuação do n. 422)		
<p>As exiguas vacancias que me—sobeição de minhas occupaões professionaes emprego-as com o maior desvelo em manusear os livros uteis, ciborios preciosos das puras ambrosias dos engenhos levantados, no intuito de opulentar o pequeno capital de conhecimentos constitutor do patrimonio litterario que devo transmittir áquelles que de minhas mãos inhabeis recebem a diurna eucharistia intellectual.</p> <p>E' que intento desempenhar o meu magisterio como uma tarefa sagrada, em nada igual a essas tantas industrias, que a humana cobiça no unico designio de saciar a sua <i>sacra fames</i>, explora ainda com imminente risco de morte; é que desejo honrar a minha consciencia em todos os actos de minha vida; é que ambiciono vêr sempre de cõllo erguido, sem temer as lanceadas da critica mais pungente e injusta a minha dignidade pessoal, que corre parêlhas com a minha propria conservação.</p> <p>Os prismas que outrora me fascinavam com as suas esplendentes louçanias, com as suas galas fallazas, ferão-se com esse monotono <i>ir-se-ndo</i> das primaveras que alveja as cabeças, com o desoucantar d'essa formosa princeza chamada juventude, que dormia, uas</p>	<p>ticulados, interjuições monosyllabias, arruidos imitativos e outras queijandas parcadices; vindo depois a linguagem a formar-se por combinações e convenções imperfeitas e grosseiras na passagem d'aquelle estado para o de sociedade.</p> <p>Tomando, porem, em muita consideração a celebre regra de Descartes—de jamais receber alguma coisa como verdadeiro, sem que o seja evidentemente—não posso deixar de insurgir-me contra assoverações d'esta ordem, embõra tragão a estampilha de espiritos magnates nas sciencias.</p> <p>Não sou, nem fui o primeiro, o muito me honraria se me conviesse semelhante dito.</p> <p>Dos estudos que fiz, tenho razões valiosas para rejutar como insustentavel e evitada de erro a desagradavel doutrina que nos quizerão fazer aceitar constrangidamente.</p> <p>Para sustental-a grandes philosophos quebrarão lanças suadindo que a humanidade teve mais de um tronco, brotou, como diz certo author que os impugna, espontaneamente da terra a maneira dos cogumelos, que houve tribus errantes de homens selvagens nas florestas do mundo, vindo Caim, á casarse com uma moça d'essas tribus.</p> <p>Taes falsidades os leverão a dizer que a prohibição de Deus de matar-se a Caim referia-se aos authopomorphos, aos gorillos, aos chimpanzes, aos pongos, aos mandrillos, aos arang-outangos, etc, que Rousseau suppõe serem os antyros, os faunos e os sylvanos da mythologia.</p> <p>No desespero de fazerm triumphar</p>	<p>represento; porque o homem não pensa sem fallar, e não diz o que pensa, sem pensar no que pretenda dizer.</p> <p>O pensamento é um discurso interno; a palavra é esse mesmo discurso exteriorizado. O pensamento é um producto interior da razão; a palavra é esse mesmo producto tornado exterior. O pensamento precisa da palavra, como a palavra do pensamento. Este não vive sem aquella, são ligados como a alma com o corpo, mas sua ligação é ainda mais intima, pois que pensamento e palavra se podem confundir.</p> <p>Quem poderá negar que o pensamento é uma necessidade physiologica no homem?</p> <p>Se o pensamento é uma necessidade physiologica no homem, que concluir, se não que elle é filho d'aquelle que creou a physiologia do corpo humano?</p> <p>O homem no simples estado de natureza não podia crear uma lingua para fallar; porque no simples estado de natureza não dava signaes de razão, como os meninos encontrados entre os lobos e os ursos, eram idiota, e o idiota é incapaz de tudo; porque, sendo universalmente reconhecido que a sociabilidade é o seo estado natural, devia ter trazido á vida todas as facultades necessarias ao commercio e mantimento da vida social, que consiste em uma eterna permuta de ideas, de verdades, de auxilios, de sacrificios, de energias, de amor, figurando assim no primeiro lugar entre essas facultades a linguagem, primeiro vehiculo, motor indispensavel de todos os cambios e relações humanas; porque o pensamento é an-</p>

Os jornais possibilitavam, na maioria das vezes, um retorno, quase imediato, de que os autores precisavam para definir suas teorias antes de lançá-las em livro. As críticas, as réplicas e tréplicas, as conferências e anúncios, tudo era matéria de importância no mundo dos intelectuais daquele período. Escrever para os jornais⁵⁹, portanto, era exercer seu poder de influência, era uma oportunidade de expor sua erudição a fim de legitimar-se diante de seus pares.

⁵⁹ No dia 10 de setembro de 1808 foi publicado o primeiro jornal brasileiro oficial: a *Gazeta do Rio de Janeiro* que trazia notícias sobre a natureza europeia, documentos oficiais, as virtudes da família real, enfim, divulgava pontos a favor da família real e suas origens. Para fazer antagonismo com este tipo de notícia, em paralelo criaram-se os jornais não oficiais. O *Correio Brasiliense* ou *Armazém literário*, de Hipólito José da Costa, maçônico foragido que redigia o jornal na Inglaterra e exportava por meio de contrabando para o Brasil, tinha mais de 100 páginas. Era vendido, em média, uma vez por mês. A imprensa sempre atuou como ferramenta para mudanças políticas, e o Brasil, de mesma forma, teve um grupo jornalístico que causou mudanças significativas no cenário social brasileiro. Como exemplo cita-se o jornal *A República*, surgido no Rio de Janeiro, em 1870, que ficou famoso pela publicação do manifesto republicano. Em São Paulo, o *Correio Paulistano* agitava a opinião pública sobre a abolição e a República. Nessa época, já havia jornais espalhados por todo o país.

Era nos jornais, principalmente, que Brício Cardoso expunha não só suas preocupações, suas crenças, seus métodos e projetos de ensino, como também seus conhecimentos acerca dos variados assuntos dos quais era autoridade. As questões abordadas envolviam desde as discussões sobre a origem da linguagem às propostas de melhoria na instrução pública sergipana.

Para ele, o jornal era o livro dos livros, o livro-biblioteca. Em suas colunas, “encontram-se todos os mergulhos humanos nos profundos mares, onde há que descobrir; ali nas suas páginas, todos os dramas e comédias do teatro universal do globo, todas as lições científicas, todas as notícias comerciais, a narração de todos os crimes e ridículos dos bastardos protagonistas da vida e todas as informações de que precisamos” (CARDOSO, Brício *apud* CARDOSO, Hunald, 1944). O jornal, portanto, era um livro de tudo, uma espécie de escola-universidade, “uma vela barata para todos os espíritos”. (idem).

Por pensar assim, talvez, Brício Cardoso tenha usado esse meio de comunicação para veicular todas as informações das quais dispunha a fim de evidenciar sua erudição, sua posição política, suas ideias filosóficas, suas produções literárias. Conforme depoimentos de amigos, ele era capaz de escrever em até três jornais ao mesmo tempo e ser redator único de alguns deles: “Vi-o muitas vezes trabalhar seis horas seguidas sem cansaço, fazer ele só todo o jornal do dia seguinte, escrever um artigo de fundo e ditar a outrem o noticiário, sem falha da inspiração, sem repetir o vocabulário (...) e, sobretudo, sem quebrar em um só ápice aquele inimitável estilo que só em Frei Luiz de Souza encontraria modelo. (MONTEIRO, 1944).

Seu caso, entretanto, não era o único, era apenas “modelar”⁶⁰. Brício Cardoso foi redator único dos jornais *O Republicano* (1890-1898), órgão oficial do governo e do *Jornal de Aracaju* (1894). Foi também ele redator não só da *Gazeta de Aracaju* (1879-1899), como também o foi de *A Notícia* (1896-1898) e de *O Estado de Sergipe* (1898-1904). Em sua maioria eram publicadas produções magisteriais e políticas e, algumas vezes, produções literárias. Além dos periódicos em Sergipe, ele também foi editor de jornais na

⁶⁰ Nesse período, era comum aos intelectuais a dedicação intensiva aos labores da escrita. Veja-se, por exemplo, Coelho Neto coetâneo de Brício, que escrevera e publicara, num mesmo ano, em 1898, onze livros. Além disso, ainda era um dos mais “assíduos colaboradores da imprensa diária e das revistas mundanas, mestre de cerimônias de festas oficiais e semi-oficiais, paraninfo preferencial dos formandos da cidade e conferencista de sucesso garantido”.(SEVCENKO, 1985, p. 103).

Bahia⁶¹. Em alguns deles, Brício Cardoso usou pseudônimos, como dr. Langrado, na *Bahia Ilustrada*; Calliopo em *O Farol* e Insciens na seção Pinceladas em *A Colmeia*.

Outros jornais também receberam a colaboração desse escrito: *Correio de Alagoinhas* (1908), *Sul de Sergipe* (1870-1871), *Jornal do Comércio* (1877-1878), *O Guarany* (1878-1879); *O Tempo* (1898-1899), *Correio de Aracaju* (1906-1918), *O Farol* (1907-1908), *A Colméia* (1909), *A Cruzada* (1918-1922), *Phenix* (1870), *Jornal dos Caixeiros* (1870) e *A Notícia* (1896-1988).

Para Brício Cardoso, era necessário encaminhar as ideias, publicá-las, tão logo chegassem, pois como ninguém as fazia ou as criava, não podia também estorvar-lhes. As ideias possuíam seu próprio tempo e nada as impedia de chegar, nada as podia deter. Aqueles que se lhes opunham, caíam esmagados. Então, era necessário que as manifestasse, dando-lhes vida.

Suas ideias referentes aos estudos da linguagem, portanto, deram à luz *O Tratado da Língua Vernácula* que é, na verdade, a síntese, ou o agrupamento de suas *Apostilas de Gramática*, devidamente revisadas, às vezes, alteradas e, em muitos casos, completamente modificadas para atender ao formato que ele quis imprimir à sua obra, somente finalizada em 1875.

No dia 03 de março de 1874, o *Jornal do Aracaju* publicou “Apostila de gramática. A meus discípulos”, que trata do pronome “se”, assinado por Brício Cardoso, explicitando, neste caso, o público para o qual se voltava. Como já discutido anteriormente, a maioria das gramáticas neste período eram direcionadas aos alunos da instrução pública e privada, e suas lições serviam de apoio didático para outros professores.

As diferenças entre o texto publicado no jornal e o texto revisado para ser impresso em formato livro, às vezes, são substanciais. Geralmente, porém, o autor suprime apenas a invocação “meus amiguinhos”, presente no jornal, como se vê a seguir e permuta “apostila” por “lição”:

⁶¹ Sobre as atividades jornalísticas de Brício Cardoso na Bahia, consultar Gally (2004).

Quadro 2- Comparação entre textos publicados em jornal e em formato livro

<i>Jornal do Aracaju</i>	<i>Tratado da Língua Vernácula</i>
Meus amiguinhos , ocupa-se nossa apostila de hoje, de uma questão que não há muito travou um certame renhido os doutos professores de gramática filosófica residentes na Bahia.	Ocupa-se nossa lição de hoje, de uma questão que não há muito travou em certame renhido os doutos professores da gramática filosófica residentes na Bahia. (p. 126).
Não serei eu, meus amiguinhos , que nunca me hei de ir (permitam-me usar de uma palavra do Visconde Almeida Garret) às filagramas e arrendados de finíssimo lavor gótico da língua inimitável de Frei Luiz de Souza, e quebrá-las.	Não serei eu, que nunca me hei de ir (permitam-me usar de uma palavra do Sr. Visconde Almeida Garrett), às filigranas e arrendados de finíssimo lavor gótico da língua inimitável de Frei Luiz de Souza, e quebrá-las. (p. 129).

Outras vezes, ele suprime boa parte da introdução de sua “postila” para se amoldar ao formato de gramática, como ele a compreende:

É tempo agora de passar-me à construção da proposição ou frase em o nosso moderno latim: visto que o encadeamento do meu discurso de ontem chama a postos semelhante matéria para objeto da apostila que começa.

Sob [*ilegível*] de prévias clarezas essenciais à boa inteligência da doutrina que intento expender, não pretendo, meus amiguinhos, atordoar-vos as orelhas com os tranituosos (sic) arremessos da baldada artilharia dos períodos asiáticos, os quais, na verdade, se alguma causa provam, é simplesmente um vivo desejo de brilhar sem discernimento nem critério, uma pletora de excessos bombásticos em mui desregrada imaginação.

O luxo vicioso da palavra, meus amiguinhos, eu o comparo às galas de preço que escondem os herpes corrosivos da cantoneira desenvolta.

Vosso obscuro e consciencioso mestre, não é do número dos que solícitos catam conjunção para dizerem em linguagem puritana, e ainda não ouvida, aquelas mesmas causas já proferidas por todos naturalmente e com simplicidade, nem tão pouco se sente morrer de amores pelas intumescências pedantescas, falsos brilhantes, afetadas delicadezas e impoladas puerilidades.

Livre-o Deus sempre de semelhantes pecados literários; pois que não quer parecer-se com esses homúnculos apontados por Quintiliano, os quais alçavam-se o mais possível nas pontas dos pés, para fingirem-se grandes.

Cada qual de nós não deve querer outra estatura senão a sua própria.

Não é de hoje, nem de ontem, que esta minha desabusada franqueza: simplicidade, clareza, correção, energia, que mais quero? Que mais pode querer um mestre sensato? Que outra origem mais liberal, mais ampla de elevação? Que outro sináculo mais legítimo de merecimento?

Engana-se em mal quem quiser.

Demais, bem ou mal, foram já estreados na apostila de ontem, que se deve considerar como o proêmio desta de hoje, nossos pródramos e exórdios os mais convenientes.

Voam as horas⁶², meus amiguinhos, convém, portanto, não despendê-las em palestras infrutíferas.

Construção e sintaxe, atendei bem, são palavras cujos sentidos muito se aproximam, embora a índole de cada uma lhes faça ter a apresentar notáveis divergências. (Enxerto do texto “Apostila de gramática” publicado, no *Jornal do Aracaju* em 11 de abril de 1874). (grifo meu).

⁶² Neste momento, Brício Cardoso dá a ideia de estar falando diretamente com seu aluno em sala de aula; dá a impressão de que essas apostilas eram aulas que foram transcritas no jornal e não escritas para o jornal.

Toda essa introdução presente no jornal foi substituída, no *Tratado da Língua Vernácula* –, na lição “Da sintaxe e construção” – por outra de menor rebuscamento, além de ausentar-se do texto, talvez para dar maior imparcialidade à gramática.

Nas lições anteriores foi-nos ensinado o segredo da composição e decomposição da palavra em seus elementos, o segredo da quantidade e acentuação dos mesmos elementos e, finalmente, o da natureza, origem e derivação, não dos elementos das palavras, mas das próprias palavras.

Convém recordar nesta altura que as palavras são os signos representativos de nossas ideias e de suas relações, para que se possa Ter azo de dizer que os signos das ideias e de suas relações não podem por aí andar ao abandono e ao acaso, se queremos que a linguagem expresse toda a infinidade de nossos pensamentos.

Dáí a necessidade de concordar, reger e colocar as palavras, segundo os princípios da gramática geral e o uso ao vivo de nosso moderno latim; isto é, a necessidade da sintaxe e da construção.

Digamos alguma cousa de uma e de outra.

Construção e sintaxe são palavras cujos sentidos muito se aproximam, embora a índole de cada uma as faça ter e apresentar notáveis divergências. (CARDOSO, 1944, p. 207).(grifo meu)

No momento em que ele retoma o texto escrito para o jornal, ou apenas transcrito, ele faz modificações significativas:

Quadro 3- Modificação entre textos publicados em jornal e em formato livro

<i>Jornal do Aracaju</i>	<i>Tratado da Língua Vernácula</i>
Construção e sintaxe, atendei bem (1), são palavras cujos sentidos muito se aproximam, embora a índole de cada uma lhes (2) faça ter a apresentar (3) notáveis divergências.	Construção e sintaxe são palavras cujos sentidos muito se aproximam, embora a índole de cada uma as (2) faça ter e apresentar (3) notáveis divergências.
Sintaxe é palavra de origem grega, composta de sin , juntamente, e tassô , pôr em ordem; amontoar, edificar, vindo struo do grego steréos , sólido, firme.	Sintaxe é a (4) palavra de origem grega, composta de sin , juntamente, e tassô , pôr em ordem; construção é palavra de origem latina, construo , ere , (5) amontoar, edificar, vindo struo do grego stereos , sólido, firme.

Há uma marca enunciativa evocando o leitor, ou seu discípulo em sala de aula (1), que foi suprimida no texto da gramática. Substitui-se o complemento indireto (2) pelo complemento direto a fim de atender à correção gramatical. É notável, porém, a substituição do “a” (3) pelo “e”, acarretando a “perda” do “a” de “apresentar”. Talvez tenha sido um erro gráfico no momento em que foram os textos transcritos para o formato livro. Existem também os acréscimos, como o artigo “a” (4), com o intuito de definir melhor seu objeto; e , ampliando a definição da palavra construção em termos etimológicos (5).

Muitos outros exemplos podem ser dados, mas fogem ao que se propôs neste capítulo. As análises são vastíssimas, principalmente se se considerarem os múltiplos caminhos, como a análise do discurso, a teoria da enunciação ou até mesmo a linguística textual. Esse, porém, não é o objetivo deste trabalho.

O fato é que o *Tratado da Língua Vernácula* foi “ensaiado” nos jornais antes de se tornar um livro. É possível que outras gramáticas tenham tido o mesmo percurso, principalmente em regiões onde as tipografias não existiam ou, se existiam, não davam prioridades à impressão de livros didáticos porque não havia público para consumi-los.

O Atheneu Sergipense já recebia alguns alunos do ensino secundário, mas, neste período, Brício Cardoso era professor do ensino primário superior da cidade de Estância. Em outras palavras, ele não fazia parte, ainda, do quadro de catedráticos do Atheneu. Essa é também uma das hipóteses para que sua gramática não tenha oferecido interesse aos impressores, nem aos de Aracaju, muito menos ainda, aos do Rio de Janeiro, capital do Império.

Publicar nos jornais também pode ter sido uma saída para fazer-se reconhecido em seu meio. Não se sabe, contudo, se as aulas eram antes dadas para depois serem publicadas, ou se ele as escrevia e publicava antes para usar o texto escrito em suas aulas. Os livros didáticos não circulavam com facilidade e nem existiam à mancheia... Era uma forma de suprir, então, essa lacuna? Talvez sim.

Apesar de ter sido publicada em livro em 1932, o *Tratado da Língua Vernácula* não se encontra entre as gramáticas do período científico. Essa é mais uma prova de que uma periodização requer critérios diferenciados, além de mapear e descrever as gramáticas publicadas no Brasil, atividade que exige projeto de integração entre pesquisadores da história das ideias linguísticas no Brasil.

A gramática de Brício Cardoso foi gestada no século XIX, num momento de transição nas ciências de modo geral: na História, havia, de um lado, o historicismo alemão e a escola metódica; do outro, o positivismo comteano e as inovações de Henri Berr. As teorias de Darwin e Spencer projetaram uma revolução nas ciências, uma quebra de paradigmas, na concepção de Kunh (1991). O positivismo de Comte fez das Ciências Sociais a ciência que governa todas as outras, modificando o viés político para o social.

Na linguística, a partir de meados de 1870, segundo Bastos, Brito & Palma (2006, p. 64), começavam a tomar corpo as ideias novas, importadas da Europa: “modificações sociais, tecnológicas e culturais, as novas ideias linguísticas que traziam as primeiras

manifestações do critério filológico e do método histórico-comparativo, aplicados ao ensino de línguas, deixando para trás grande mobilidade existente nos estudos de Língua Portuguesa”.

Na gramática de Brício Cardoso, então, estão representados todas as inquietações de seu tempo, de acordo com sua utensilagem mental. Esse aspecto, portanto, é o que será analisado no próximo capítulo.

Capítulo 3

Gramática: discursos filosóficos, linguísticos e pedagógicos

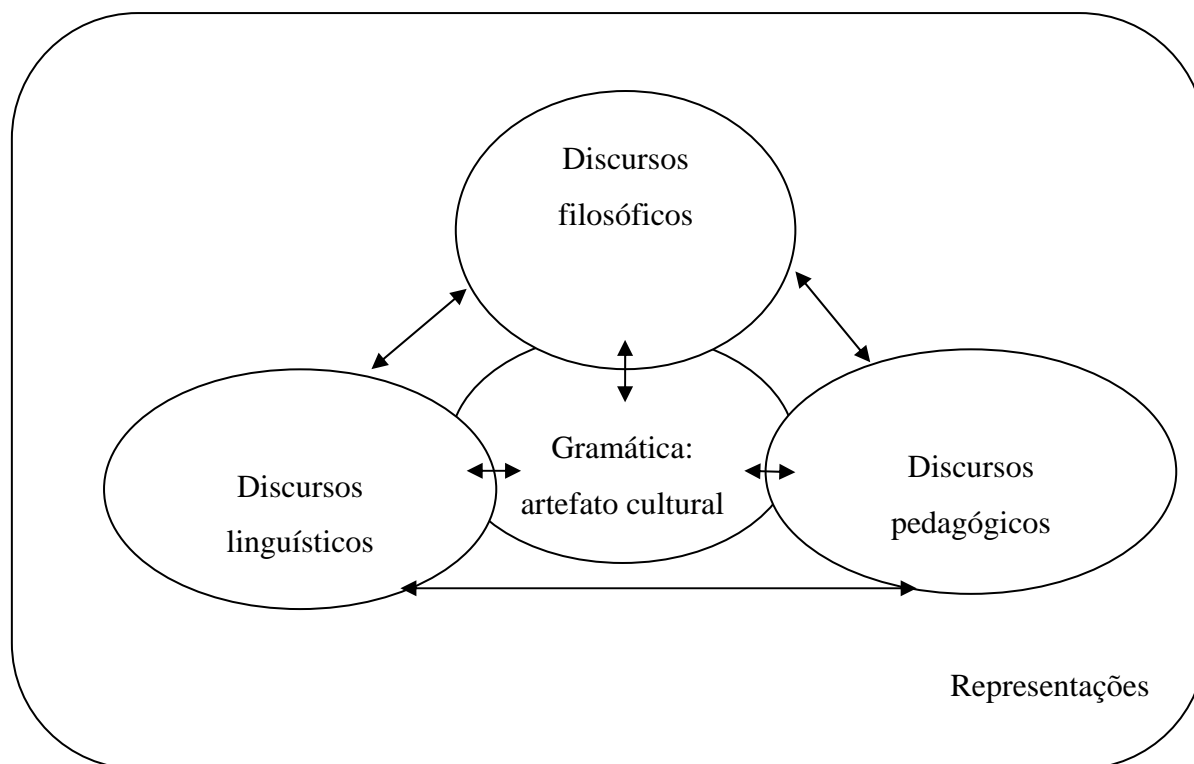
Ler a gramática requer identificar, não só os princípios nela contidos, mas as noções partilhadas por um determinado grupo, que deram formas e sentidos a gestos individuais de produção. Por ser historicamente produzido, o sentido será construído de forma diferenciada dependendo de cada época, de cada lugar social e dos sujeitos históricos que a constroem.

A gramática, vista como um artefato cultural, permite uma análise dos empregos diferenciados dos mesmos textos⁶³ e das mesmas ideias que circulavam numa determinada época, ou seja, permite que se perceba a maneira como essas ideias foram apropriadas por um indivíduo a partir de suas crenças, de seus valores e de seus princípios, geralmente construídos no meio educacional. Além disso, a atitude em si de se construir/escrever uma gramática é, na verdade, uma prática cultural, também fruto de seu tempo, que não pode desconsiderar os aspectos políticos, econômicos e culturais que a constituíram.

Os discursos produzidos na gramática expressam a posição de quem e para quem os proferiu. Para Chartier (2002), as representações do mundo social traduzem as posições e interesses dos sujeitos sociais ao mesmo tempo em que permitem entrever a maneira pela qual a sociedade é dada a ver por esses sujeitos a partir de sua percepção do social.

Assim, na busca de legitimação de seu discurso, o sujeito social se apropria dos discursos que atendem aos seus interesses, reinterpretando-os, conforme suas expectativas, suas condições intelectuais, construindo sentidos pelo desvio, pela resistência, pelos distanciamentos. Esse processo pode ser melhor visualizado no quadro a seguir:

⁶³ O texto é visto aqui como “um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura”. (CHARTIER, 2002, p. 56).

Quadro 4: Os discursos predominantes na construção das gramáticas

Neste capítulo, serão discutidos os conceitos e concepções apresentados em o *Tratado da Língua Vernácula*, que sugerem a apropriação dos diversos discursos que circulavam naquele momento a fim de perceber as estratégias e práticas produzidas pelo autor com o intuito de legitimar alguns discursos em detrimento de outros ou de justificar suas escolhas, seu *modus operandi*.

3.1. A construção teórica das gramáticas

Como produto histórico que é, a gramática não surgiu por um encanto místico, nem por uma mente brilhante, aspecto já visto anteriormente. Ela é o reflexo das crenças de seus autores, da apropriação que fazem das leituras realizadas, das escolhas a partir de suas experiências, de sua utensilagem mental, ou ainda, o reflexo da mentalidade do qual faziam parte seus autores e seus leitores. Por isso mesmo, é que, a partir do estudo da construção de uma gramática, é possível perceber os milhares de fios culturais (para não dizer ideológicos, considerados determinantes para a corrente marxista) que a teceram.

O *Tratado da Língua Vernácula*, como produto de seu tempo – escrito entre os anos de 1873-1874 –, também não explicita as referências nas quais foi teoricamente embasado. Mas, seu autor, adverte aos estudantes que sua gramática não fora escrita pela inspiração, mas compilada de vários autores, assunto a ser tratado no próximo capítulo.

A prática da compilação era comum nesse período. Os gramáticos e filólogos faziam usos de obras consideradas tradicionais ou respaldadas pelos programas de ensino, mas nem sempre explicitavam as referências. A compilação, entretanto, não diminuía o valor da obra, pois, na verdade, o uso que se fazia das fontes é um processo de re-criação, de apropriação, de ressignificação. As escolhas, por exemplo, dos autores tanto para exemplificar os fatos gramaticais quanto para explicá-los, são formas de representação realizadas a partir do lugar social e histórico em que o sujeito-autor se encontra.

No *Tratado da Língua Vernácula*, algumas fontes de natureza vária foram compiladas, outras parafraseadas, mas apontando, de forma direta ou indireta, as obras ou seus autores, como se verá mais detidamente, no próximo capítulo.

Os investigadores pacientes, ao lado do que é propriamente meu e de minhas teorias, encontrarão subsídios valiosíssimos de Bauzeé, Dumarsais, Condillac, Balmés, Jeronymo Soares, Blair, Latino Coelho, Freire de Carvalho, Bento José de Oliveira, Caldas Aulette, Sotero dos Reis, Alexandre Passos, Silva Tullio, Padre Duarte, Cônego Fernades Pinheiro, Dr. Guilherme Rabello, Dr. Carneiro, e também do autor da gramática de L'École Mutuelle. (CARDOSO, 1944, p. 17).

Apesar de esclarecer explicitamente sobre as filiações gramaticais, nas 311 páginas, percebem-se outras filiações, como as pedagógicas e as filosóficas, que são mais veladas. Em toda a construção da obra, um aspecto chama a atenção: trata-se de um conflito, talvez, característica de seu tempo: como aceitar a ciência, sob a égide das teorias iluministas, sem abdicar das explicações bíblicas? Em vários momentos da exposição dos conteúdos, o autor sempre chama a atenção de que o homem nada seria sem o consentimento divino. Era Deus o criador, o conhecedor de todas as coisas. Era inconcebível, por exemplo, acreditar que Deus fosse uma “hipótese necessária”, conforme pregava a teoria de Laplace. Para ele, os filósofos Diderot, Voltaire, Rousseau e Condillac, através da “mórbida fantasia de aspirar ao simples estado de natureza – utopia que nunca existiu –, armaram-se com ela à maneira de uma clava para derrocar a fé de nossos pais, a religião venerada e santa que abraçamos entre os primeiros sorrisos da infância”. (CARDOSO (B), 1873).

Essas posturas, com certeza, eram partilhadas por um grupo de intelectuais e representavam a tradição, que, por sua vez, construía a representação do mundo social,

determinado pelos interesses dos grupos que a forjaram. A relação, então, dos discursos, neste momento, do século XIX, considerado aqui como momento de transição, traduz a posição de onde se fala, ou de quem os utiliza. Para Chartier (1990, p. 17), “as percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Cardoso (1944), em um dos seus vários artigos publicados nos jornais aracaJuanos⁶⁴, deixa claro que ele era um homem positivo⁶⁵, um homem que experimentava, um homem que pesquisava nos livros fontes outras de sabedoria. Para ele, que “formava” sua reputação como intelectual e “zelava” por ela, os livros tinham grande importância: os livros “que ensinam, aos livros que dão vida, aos livros que edificam, as minhas curtas tardes hibernais, as minhas longas noites de estio. Mas que livros ele lia? De que maneira ele se apropriava das ideias neles contidas e as recriavam a partir de suas crenças, de seus valores – que via na fé o único caminho e, por isso, bania as novas concepções científicas?

Sem adentrar na epistemologia da ciência propriamente dita, far-se-á, apenas, uma pequena incursão não só sobre o pensamento filosófico que deu suporte, principalmente, aos ideários de ruptura entre o saber religioso e o saber científico a fim de melhor entender essa transição observada no *Tratado da Língua Vernácula*, como também sobre os estudos linguísticos que contribuíram para o fomento de uma gramática com bases científicas, impondo, assim, a exclusão das gramáticas tradicionais⁶⁶.

⁶⁴ Trata-se aqui do artigo “Apostila de gramática”, publicado no *Jornal do Aracaju*, em 01 de novembro de 1873.

⁶⁵ O próprio autor de o *Tratado da Língua Vernácula* afirma que era um positivista. Gally (2004), ao tratar sobre a posição intelectual de Brício Cardoso, chama atenção para a observância do emprego da expressão “vida positiva” em “Entrei na vida positiva há já bons anos...”.(CARDOSO,(B) 1944, p. 12). Apesar de acreditar que o autor se referia aos pressupostos de Francis Bacon, a autora admite que o pensamento positivista comteano é apropriação dos discursos do método indutivo baconiano.

⁶⁶ A gramática tradicional é aqui definida como "um corpo organizado de princípios linguísticos" cujas características são fruto da adequação ou resposta a acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais. No século XVI, por exemplo, as características da gramática eram a) preocupação dos gramáticos com a semelhança entre a gramática portuguesa e a latina; b) autoritarismo gramatical; c) estudo cada vez mais profundo do léxico; d) sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa. No século XVII, Roboredo construiu sua gramática com a finalidade de "fornecer modelos (literários) àqueles que já possuem à língua padrão; ela é ao mesmo tempo o reflexo e o resultado de uma organização social e ferramenta da classe dominante, uma força ativa de sua ideologia, para manutenção desta dominação: o gramático, talvez sem perceber, desempenha o papel ideológico de exclusão do saber (e do poder) das camadas que não constituem a elite". No século XVIII, Verney publicou a obra *Verdadeiro Método de Estudar*, que representa "não só um corte com as tendências cartesianas vigentes entre os estrangeirados da primeira metade do

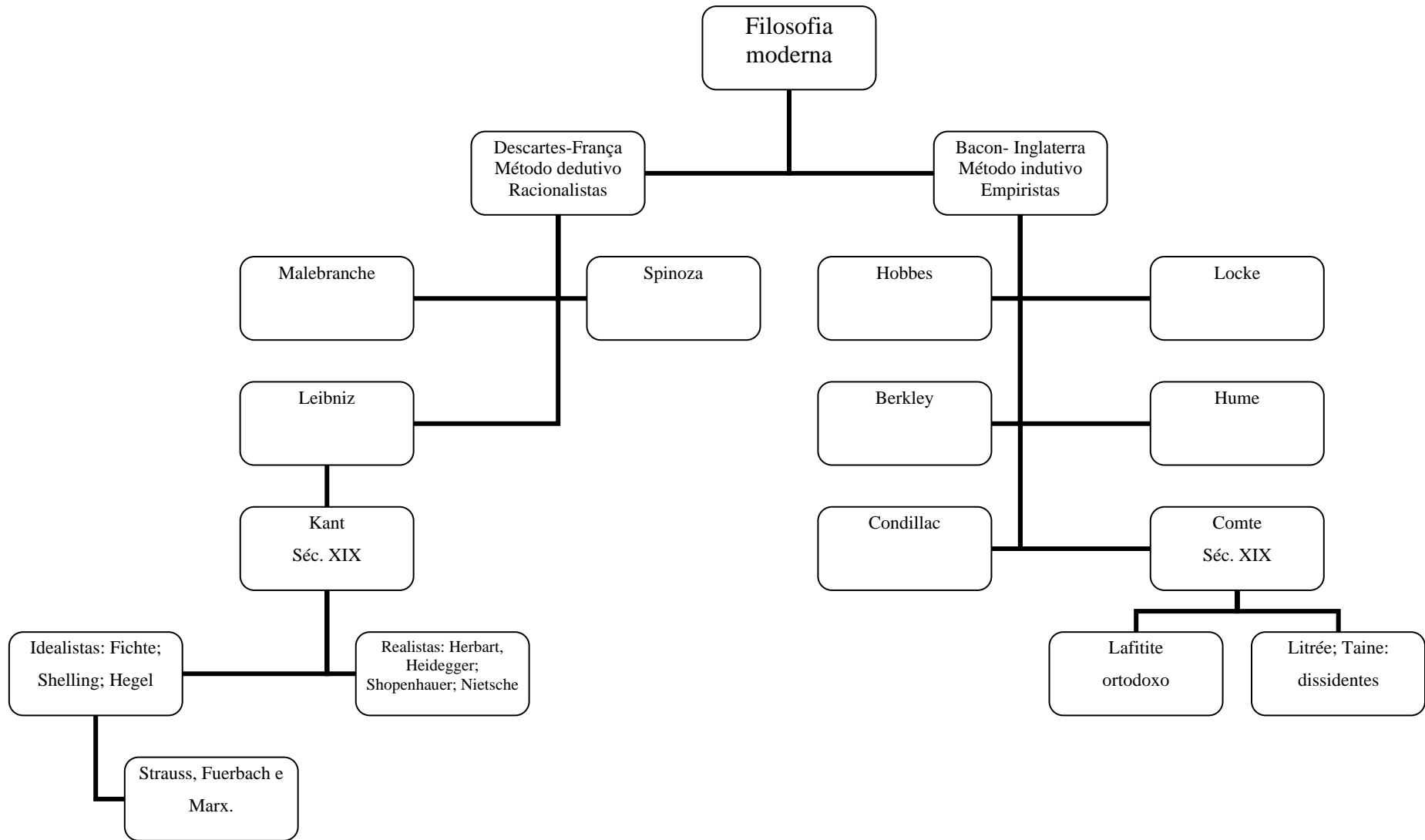
3.1.1. Os discursos filosóficos em circulação no final do século XIX

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, grosso modo, o mundo filosófico estava dividido entre os racionalistas e os empiristas⁶⁷. Em meados do século XIX, a teoria evolucionista, a que mais contribuiu para a ruptura entre ciência e religião, apresentou-se aos intelectuais das mais variadas esferas do saber. Entretanto, ela é produto de um sistema filosófico que buscava explicações racionais sobre o universo, empreendida desde o século XVI por Descartes (1596-1650) e Francis Bacon (1561-1626). Embora apresentem divergências, principalmente, quanto ao método – os racionalistas, o dedutivo e os empiristas, o indutivo –, ambas as escolas apoiavam suas argumentações na matemática e na ciência newtoniana e ambas foram precursoras da filosofia moderna cujo caráter mais saliente é o questionamento à autoridade, pois dela se deve ser independente, e a crítica à tradição científica, preconizada pela escolástica.

século, mas também uma ruptura da mentalidade ilustrada com a mentalidade barroca...". As bases, contudo, da gramática tradicional encontram-se na gramática grega através da latina. (Cf. FÁVERO, 1996).

⁶⁷ Sobre esse assunto, ver Gauer (2007).

Quadro 5- Representantes da Filosofia moderna



Com Descartes, na França, tem-se o racionalismo, cujo teor se resume em utilizar o método dedutivo a partir da instauração da dúvida das afirmações do senso comum, de argumentos de autoridade, etc., chegando à afirmação célebre: “Se eu duvido, penso; se penso, existo”. O pensamento, portanto, é a essência da alma. Para ele, a evidência seria o critério de verdade. Foram influenciados por esta corrente Malebranche (1638-1715) que ilustrou o pensamento do mestre, desenvolvendo os germes do ocasionalismo e do ontologismo presentes em suas obras; Spinoza (Holanda, 1632-1677), para quem o estado de liberdade humana só seria atingido com o conhecimento científico no qual às emoções sucede a vontade; e Leibniz (1646-1716), alemão, historiador, filósofo e matemático, que preconiza a existência de ideias inatas, embora, para ele, o inatismo se apresente de forma moderada, pois somente a disposição e a maneira de formar o pensamento é que eram inatas ao contato com a realidade.

A tendência empirista abrirá caminhos para os pensadores mais céticos: na Inglaterra, dá bases para o materialismo de Hobbes, o sensualismo de Locke, o idealismo de Berkeley e o ceticismo de Hume; na França, Condillac propõe o sistema de Locke, eliminando a experiência interna, só admitindo a externa como fonte de conhecimento, e os enciclopedistas – Diderot, D’Alembert e Voltaire – levam às últimas conseqüências os princípios de Locke e Hume, admitindo o prazer como “fonte única de toda a atividade moral do homem, professando abertamente o egoísmo, o fatalismo e o ateísmo”. (FRANCA, 1967, p.170). Geralmente, os enciclopedistas eram vistos como ateístas e irreligiosos⁶⁸, uma vez que defendiam a Razão e a cientificidade como explicação de todas as coisas.

Kant (1724-1804), por sua vez, inaugurará o segundo período da filosofia moderna ao dar à tendência crítica esboçada por Descartes, Locke e por Hume, um caráter inovador que exercerá influência nas diversas correntes filosóficas posteriores. A partir da pergunta “que podemos saber?”, Kant elabora a teoria do criticismo transcendental, na qual

⁶⁸ Apesar de assim serem considerados, os enciclopedistas não o foram em seu sentido mais amplo. “A concepção de Diderot se assemelhava à doutrina panteísta de Spinoza. Voltaire, que contribuiu extensamente para a grande obra, dissera que se Deus não existissem teríamos de inventá-lo. É certo que se opunha duramente ao cristianismo institucional, mas efetivamente acreditava em alguma espécie de poder sobrenatural, cujos fins são atendidos se os homens levarem vidas justas. Trata-se de uma forma de pelagianismo isenta de todos os vínculos convencionais. Ao mesmo tempo, Voltaire ridicularizou a opinião de Leibniz, de que o nosso é o melhor de todos os mundos possíveis, e reconheceu o mal como algo positivo que deve ser combatido. Daí a sua feroz e árdua luta contra a religião convencional”. (RUSSELL, 2002, p. 335-6).

investiga as condições *a priori* do conhecimento. Em torno das ideias de Kant ou a partir delas, reúnem-se dois grupos de pensadores alemães: os idealistas, como Fichte, Shelling e Hegel que negam a existência da coisa em si e para quem a única realidade é o EU; e os realistas Herbart, Shopenhauer, Hartman e Nietzsche que se opõem ao idealismo de Hegel.

Hegel é um dos mais célebres discípulos de Kant. Preconiza que o estudo da filosofia é o estudo da ideia que é regida pela tríade tese, antítese e síntese e pode ser considerada em si, fora de si e por si. O estudo da Ideia exteriorizada constitui a filosofia da natureza que abrange a mecânica, a física e a orgânica. Quando esta Ideia volta a sua própria realidade, toma consciência de si mesma e torna-se espírito, será estudada pela Filosofia do espírito subjetivo (psicologia), objetivo (moral e direito) e absoluto (arte, religião e filosofia). São seus seguidores Strauss, Fuerbach e Karl Marx.

Entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, a classificação dos filósofos em correntes ou em sistemas fica cada vez mais difícil uma vez que suas teorias se entrecruzam, ora se distanciando, ora se aproximando umas das outras. Em meio ao materialismo excessivo dos últimos filósofos, surge uma reação espiritualista, mas que não constituiu escola. Já era dominante o espírito materialista em meados do século XIX.

O sensualismo de Locke, modificado agora com o criticismo de Kant, renasce sob a denominação de positivismo. E é aqui que entrará em cena August Comte (1798-1857) com sua obra *Curso de filosofia positiva* que influenciou toda a geração de pensadores do século XIX até os dias de hoje. A partir das ideias de Saint-Simon, com quem trabalhou e das de Condorcet – acreditava que as invenções da ciência e a tecnologia teriam um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade, levando-a para uma organização social e política baseada nas luzes da razão –, Comte preconiza que a sociedade só seria reorganizada de forma conveniente por meio de uma grande reforma, não em sentido político ou administrativo, mas intelectual do homem.

Assim, Comte elabora um sistema em torno de três temas básicos: a) uma filosofia da história com o intuito de esclarecer a maneira pela qual uma forma de pensamento – o que ele chamará de filosofia positiva ou pensamento positivo – deveria imperar entre os homens; b) classificação e hierarquização das ciências, uma vez que considera a filosofia a sistematização geral dos conhecimentos positivos; e c) uma sociologia que permitisse, a partir da determinação da estrutura e dos processos de modificação da sociedade, a reforma prática das instituições.

Em relação ao primeiro tema, pode ser resumido na lei dos três estados, na qual explicita que a humanidade, em sua fase evolutiva, passou por três fases: a teológica, a metafísica e a positiva. Na primeira delas, o homem explica os fenômenos através da intervenção de seres sobrenaturais, surgindo, então, o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo; na segunda, a metafísica, os fenômenos são explicados através das faculdades da alma, das entidades abstratas; e a terceira e última, a positiva, o homem reconhece, finalmente, que só é possível investigar as causas dos fenômenos através da observação de suas leis. A experiência mostra que existe uma limitada interconexão entre determinados fenômenos e cada uma delas, na verdade, preocupa-se com seus respectivos objetos irreduzíveis uns aos outros. A unidade que o conhecimento pode alcançar, então, seria subjetiva uma vez que um mesmo método poderá ser empregado em qualquer ciência, produzindo convergências e homogeneidade de teorias. Essa unidade de conhecimento, por sua vez, levaria a uma filosofia positiva, fundamentando intelectualmente a fraternidade entre os homens. O conhecimento positivo, portanto, caracterizar-se-ia pelo lema “ver para prever”, já que uma vez apreendidas as relações constantes entre os fenômenos, tornar-se-ia possível determinar seu futuro desenvolvimento. Foram estas leis que deram suporte ao seu “progresso” científico; em outras palavras, o espírito positivo instauraria as ciências como investigação do real, do certo e do indubitável, substituindo o poder espiritual nas esferas do social e do político pelo conhecimento dos sábios e cientistas; e na esfera do material, para o controle das indústrias.

Em relação ao segundo tema, a classificação e hierarquização das ciências, Comte propõe uma ordem crescente de complexidade dos fenômenos estudados, baseando-se na filosofia da história e levando em consideração que cada ciência obedece à lei dos três estados. Assim, tem-se a sequência: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia (ou física social). A matemática, menos complexa, possui um grau de generalidade muito maior e estuda a realidade mais simples e indeterminada. A astronomia, acrescentando a força ao puramente quantitativo, preocupa-se em estudar as massas dotadas de força de atração; a física ocupa-se dos assuntos referentes ao calor, à luz, acrescidos dos estudos do quantitativo e das forças; a química trata de matérias diferentes do ponto de vista quantitativo; a biologia estuda os fenômenos vitais nas quais a organização molda a matéria bruta e a sociologia, que se preocupa com a sociedade, lugar onde os seres vivos se unem por laços independentes de seus organismos.

A sociologia, terceiro tema em torno do qual se edifica o pensamento positivo comteano, seria o fim essencial de toda a filosofia positiva – os fenômenos sociais se achavam subordinados a leis necessárias como os fenômenos de ordem físico-química. Ainda em relação à ciência da sociologia, Comte distingue uma sociologia estática e uma dinâmica. A primeira verificaria o equilíbrio social e as condições que asseguram a permanência da sociedade; a segunda, as leis do progresso. Em outras palavras, a estática se resumiria à ordem; a dinâmica, ao progresso.

Os discípulos mais ortodoxos de Comte foram Lafitte (na França); Harrison e Congreve (Inglaterra) e, no Brasil, Miguel Lemos⁶⁹. Mas, dentre eles, Littré foi um dos mais entusiasmados, afastando-se, posteriormente do mestre, por discordar de sua ideia sobre uma nova religião. Dentre os considerados heterodoxos, por discordarem em parte das ideias comteanas podem ser citados, na Inglaterra, berço do empirismo, Stuart Mill (1806-1873), que reivindica para a psicologia o caráter de ser verdadeiramente uma ciência; Alex Bain (1818-1903), codificador das ideias da psicologia associacionista de Mill; e Herbert Spencer, que orientou o positivismo para o evolucionismo. Na Alemanha, por causa da influência do criticismo kantiano, o positivismo fora apropriado de maneira crítica por Dühring e Laas (1837-1885), Weber (1795-1878) e Wundt, pai da psicologia experimental.

Na França, além do dicionarista Littré, pode ser citado Taine, cujo positivismo é apropriado de forma cético-sensualista, compreendendo o homem determinado por três elementos: meio ambiente, raça e momento histórico.

A França, a Inglaterra e a Alemanha foram os centros irradiadores do pensamento moderno. Em cada país, como veremos mais adiante, a maneira de se apropriar das teorias filosóficas que circulavam era diferente e, sendo assim, não se pode afirmar, por exemplo, que existiu um positivismo único, corrente que dará as bases do evolucionismo.

O materialismo, portanto, chegara ao seu apogeu. O idealismo hegeliano, de um lado, provocara o descrédito da metafísica; do outro, o positivismo comteano somado ao

⁶⁹ Miguel Lemos, depois de conhecer Littré, de quem era admirador, admitiu que “o famigerado pretenso chefe da escola positivista era apenas um paciente investigador de vocábulos, sem entusiasmo, sem fé, absorvido pelas minúcias de uma erudição estéril”. (LEMOS *apud* COSTA, 1956, p. 171). Ainda em Paris, freqüentou as reuniões organizadas pelos discípulos fiéis de Comte, momento em que conheceu Lafitte: “... Nunca tinha eu visto um mestre mais simpático, mais instruído, mais luminoso...” (idem, p. 172). As correspondências, artigos, folhetos, circulares que difundiam o positivismo no Brasil foram publicadas na fase mais intensa do Apostolado Positivista do Brasil, cujos dirigentes eram Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Sobre esse assunto, ver Silva (2010).

empirismo inglês e às ciências experimentais na Alemanha afastava cada vez mais a preocupação com as meditações filosóficas para se aproximar do conhecimento da realidade sensível. Assim, grosso modo, houve uma substituição do culto das ideias por um culto da matéria. Todas essas posições filosóficas, entretanto, na segunda metade do século XIX, foram reelaboradas, ou melhor, representadas por meio de um novo conceito: o de evolução, proposto por alguns naturalistas e que se tornará o eixo de um novo sistema de ideias, base de uma nova explicação racional do universo.

Lamarck é apontado como o precursor do transformismo, explicação que antecede ao evolucionismo. Como era zoólogo, sentira dificuldades em classificar certos animais inferiores e isto lhe propiciou elaborar uma teoria em que considerava este grupo de animais, não como natural, mas como resultado de longas transformações acumuladas durante milhões de anos. Esta formação de novas espécies estaria ligada diretamente à adaptação ativa do organismo ao meio, conforme a lei do uso e do desuso. Em relação ao homem, entretanto, Lamarck recorre à existência de Deus, afirmando que as leis naturais são a expressão da vontade d'Aquele que as estabeleceu.

A nova hipótese teve repercussão entre os naturalistas, principalmente para o inglês Charles Darwin. Desenvolvendo a ideia de Lamarck, Darwin elabora, baseando-se, ainda, na lei de Maltus sobre o aumento da população, a lei da seleção da natural, ou seja, na luta pela vida, os mais fracos são eliminados e os mais fortes sobrevivem. As características e as modificações asseguradas pelos mais fortes vão sendo transmitidas por hereditariedade e acentuando-se com o passar do tempo. Esta seleção natural, do ponto de vista biológico, dá origem às diferentes espécies.

Como Darwin argumentava a origem das espécies a partir dos princípios de seleção natural, a partir de um organismo ancestral universal, e da noção da luta pela existência, “opunha-se à história da Gênese, sustentada pela religião estabelecida. Isto conduziu a uma violenta luta entre os darwinianos e os cristãos ortodoxos de todas as denominações. (RUSSELL, 2002, p. 387).

A ideia de evolução, passagem das formas mais simples para as mais complexas, caminhando para um estado inexoravelmente melhor, foi usada em todos os domínios do conhecimento no final do século XIX. Spencer (1820-1903) afirma que a realidade apreensível abrange todos os fenômenos e estes obedecem a uma lei única: a da evolução. Este foi o mais duro golpe contra a religião, conforme os espiritualistas. Mas, depois das

leis genéticas de Mendel, o princípio evolucionista fora definitivamente aceito no meio acadêmico.

Essa teoria, porém, representou um grande insulto, particularmente, aos religiosos daquele momento (apesar de estarmos no século XXI, ainda existe resistência a essa teoria). Como acreditar, por exemplo, em homens descendendo de macacos, que “brotaram da terra à maneira dos cogumelos?” (CARDOSO (B), 1873). Era de indignar àqueles que acreditavam em Deus a teoria de que “houve tribos errantes de homens selvagens nas florestas do mundo, vindo Caim, a casar-se com uma moça dessas tribos”. (idem). Aceitar a ideia de que o andar natural do homem era o andar sobre as mãos era um absurdo, pois que essa proposição, além de negar a anatomia humana, “desmente a visão periférica que só se encontra no rei da criação”(idem).

No Brasil, as primeiras manifestações das doutrinas positivistas são registradas em 1850, com os trabalhos de Manuel Pereira de Sá, Joaquim Alexandre Manso Sayão, Augusto Dias Carneiro, Antônio Ferrão Muniz de Aragão e Francisco Brandão Júnior. “Estas primeiras manifestações da doutrina positivista não tiveram, no entanto, apreciável influência sobre a vida política do país”. (COSTA, 1956, p.146). Será a partir de 1870 que o terreno intelectual – formado, principalmente, por militares, médicos e engenheiros – estará mais fecundo para a adesão dessa corrente filosófica. As mudanças, portanto, foram lentas.

Alguns dos que irão aderir ao movimento são homens desiludidos do ecletismo espiritualista que se ensinava entre nós e que se confundia com uma retórica palavrosa e inútil, o que justificava a atitude de desinteresse e desprezo de Miguel lemos em face da filosofia e que nela crêem encontrar resposta satisfatória e soluções definitivas para todos os problemas. Em outros ajunta-se ainda o antagonismo que se estabelecerá entre as crenças religiosas tradicionais e as tendências republicanas às quais haviam dado a sua adesão. (idem, p. 142-3).

A obra de divulgação da doutrina positivista no Brasil, escrita por Tobias Barreto (1926), pretendeu convencer de que seus princípios eram um novo guia para a inteligência de seu tempo, “um método, uma diretriz que renovasse os padrões da nossa cultura”. (idem, p. 153). Em outras palavras, o objetivo traçado era libertar a inteligência brasileira das imposições teológicas, da tutela da Igreja. Por causa disso, Barreto⁷⁰ sofreu violentos

⁷⁰ O antagonismo entre os positivistas e Pereira Barreto já era evidente. “Incapaz de submissão ao espírito sistemático do grupo do Rio de Janeiro, acusado de heresia, Pereira Barreto continuaria fiel à filosofia positiva, científica, abandonando completamente as veleidades religiosas, muito superficiais, que durante um momento tivera”. (COSTA, 1956, p.159).

ataques dos católicos, principalmente de alguns padres, como o Pe. Resende. (Cf. COSTA, 1956).

Em 1874, havia, dois grupos positivistas⁷¹: o grupo que seguia o dissidente Émile Littré e outro que “ficava de parte, isolado, limitando-se apenas a recomendar a filosofia científica de Augusto Comte, sem nenhuma preocupação política ou social – era o grupo que aceitava ou diziam aceitar (...) a totalidade da obra do mestre”. (LEMOS *apud* COSTA, 1956, p. 165-6).

Os discursos científicistas foram apropriados diversamente por todo o território. Mas, de que maneira esses discursos foram apropriados em o *Tratado da Língua Vernácula*? Toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições do mundo social. A formação da comunidade de leitores depende da maneira pela qual os indivíduos que dela fazem parte compartilham os mesmos valores, os mesmos interesses. As escolhas das leituras, portanto, e seus usos são feitos, considerando-se sua posição social e intelectual construída num determinado grupo social.

Fica claro, portanto, que, no momento da construção de o *Tratado da Língua Vernácula*, havia, pelo menos, duas configurações sociais em debate: de um lado os intelectuais católicos, tentando manter a hegemonia cultural; do outro, os cientistas que buscavam na ciência a solução dos problemas que os circundavam, e não mais na teologia. Assim, as obras escolhidas para subsidiar a gramática tinham a função primeira de acentuar a resistência católica dentro do discurso positivista, científico.

Um dos filósofos, por exemplo, de quem ele vai buscar subsídios é Thomas Reid (1710-1796) – “entravar-se-me-ia o coração, se não referisse estas notáveis palavras de Reid: “Como Hume no-lo fez observar, todas as ciências têm algum ponto de contacto com a natureza humana...”(CARDOSO, 1944, p.59) –, filósofo fundador da Escola Escocesa do Senso Comum, que, contrariamente a David Hume⁷², um céptico, acreditava que o conhecimento pertencia a todos os seres humanos e que, independentemente, de assumirem

⁷¹ Sobre esse assunto, ver Costa (1956), Barreto (1926), Romero (1895).

⁷² Para Hume, “não poderíamos conhecer nada além das impressões e ideias. Nosso conhecimento causal, tudo o que está além de nossa experiência imediata, não é baseado em nenhum princípio racional ou justificável, mas apenas numa tendência psicológica natural e inalterável para esperar que as experiências futuras assemelhem-se às que tivemos no passado. Qualquer tentativa para defender nossas inevitáveis crenças ou causas, no mundo exterior, ou num ‘eu’ constitutivo real dentro de nós, termina em absurdo e contradição. Assim, somos conduzidos por qualquer investigação de nossas crenças a um total ceticismo, mas a natureza não nos abandonará a isso; não podemos deixar de acreditar. Assim, Hume conclui, é devido a uma fé animal que nos mantemos vivos e é ela que acalma nossas irresistíveis dúvidas cépticas. O ceticismo de Hume enfrentou dois tipos de resposta que têm desempenhado importantes papéis nas teorias do conhecimento contemporâneas, a teoria realista do senso comum de Thomas Reid e a teoria crítica de Immanuel Kant”. (POPKIN, 1997, p. 464).

esta ou aquela posição social ou econômica, os humanos alcançariam a liberdade quando expandissem sua capacidade de conhecimento do mundo. Em outras palavras, Reid professava o senso comum como a base do pensamento filosófico.

Não é tão difícil relacionar essas ideias às crenças de Brício Cardoso para quem o ceticismo era um ultraje a Deus, um pecado gravíssimo, sem redenção, sem perdão. Thomas Reid era um sacerdote e professava as virtudes religiosas e o respeito a Deus.

Outro filósofo a quem se faz referência é Condillac, autor da epígrafe do *Tratado de Língua Vernácula*:

Eu encaro a gramática como a primeira parte da arte de pensar. Para descobrir os princípios da linguagem é, pois, preciso observar como nós pensamos. É preciso procurar estes princípios na própria análise do pensamento. Ora, a análise do pensamento está feita inteiramente no discurso. Ela está com mais ou menos precisão, conforme as línguas são mais ou menos perfeitas, e conforme é mais ou menos justos o espírito daqueles que falam. É isto o que me faz considerar as línguas como outros tantos métodos analíticos.(CARDOSO, 1944, p. 7).

O discurso, porém, de que Cardoso (idem) se apropria refere-se aos ensinamentos da gramática propostos por Condillac, para quem a gramática é uma disciplina afim da lógica, um instrumento que possibilita construir ciência. Para Bezerra (1985, p.36), o método gramatical, depois da influência de Port-Royal e dos enciclopedistas, “não mais se satisfazia com ditar regras de bem falar e escrever, segundo o modelo do raciocínio cartesiano, pois aspirava ao status de filosofia, de princípio e fim do conhecimento”.

Ele era um espiritualista e, por isso, relutava em aceitar as novas teorias científicas em que via o homem como observador da natureza por si mesmo, e não mais através dos dogmas religiosos, ponto em que divergia dos positivistas mais ortodoxos. Neste momento, então, era possível confrontar as posições ideológicas que vigoravam: de um lado, havia os que resistiam aos princípios positivistas; de outro, havia os intelectuais brasileiros que

se voltaram para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista (...). A palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar a grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia. (...) Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modelo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. (...) Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo científicoista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militante. (SEVCENKO, 1992, p.78-9).

A questão aqui não é, necessariamente, entender o porquê de determinadas atitudes em relação às escolhas, os desvios, as resistências, mas de percebê-las no emaranhado de aspectos que se relacionam na construção do artefato gramática. Como já se afirmou, em vários momentos, a gramática não é só o lugar de teorias gramaticais puras, mas a representação de ideias apropriadas de outros discursos no tempo e no espaço em que foi construída. São os usos dessas leituras que criam modos de concepções distintos.

Quando, ainda nos prolegômenos, o autor apresenta a “origem e progresso da linguagem e da gramática”, o uso do termo “progresso” já indica a apropriação dos discursos positivistas. Talvez ele não associe essa ideia de progresso à evolução; talvez Cardoso tenha apenas usado a expressão para atrelar-se ao pensamento comteano a fim de legitimar seu artefato cultural diante de seus pares. Para Azevedo ([s/d], p. 11),

... ao homem do século XIX faltava ainda não só a experiência vivida mas a perspectiva histórica para analisar os problemas sociais e humanos, morais e políticos que teria de forçosamente levantar, em todos os domínios a série quase ininterrupta de aplicações técnicas das sucessivas e surpreendentes descobertas científicas. Limitou-se a cultivar, as magníficas esperanças que suscitava o progresso das ciências: e a multiplicidade e o brilho das fecundas descobertas que surgiram por toda parte, tendiam a justificá-la”

Esse aspecto pode explicar, em parte, os “desvios”, as resistências nos discursos apropriados. No quadro abaixo, as informações veiculadas tornam evidentes o conflito de interesses: de um lado, a explicação científica baseada na origem da linguagem de Rousseau (2003); do outro, a resistência posta em um discurso ligado à fé católica, à história bíblica, numa tentativa, quem sabe, de unir a ciência à religião.

Quadro 6: Os discursos científico e religioso em o *Tratado da Língua Vernácula*

Discurso científico	Discurso religioso
Enriquecido com o dom da palavra, que não recebeu do céu tal qual ele hoje é, mas proporcional às suas necessidades atuais, o homem, nos seus primeiros dias, quando na vida nômade, separado de seus semelhantes, cego a tudo, confraternizava mais com as feras e com a natureza inanimada, não tinha ainda uma linguagem cabalmente formada, mas somente os meios de formá-la, isto é, a faculdade de emitir sons articulados.	Ainda nas eras dos descendentes de Abraão, os homens erigiam pedras em forma de dolmens e antas, em memória dos grandes acontecimentos que desejavam a posteridade conhecesse. A expressão dos pensamentos não podia, porém, continuar assim, á mercê dos monumentos megalíticos, e da tradição.(...).
As muitas afeições eram comunicadas pelo grito do sentimento, que, rebentando da boca de um, ia percutir na alma do outro: a cólera e o furor exprimiam-se por sons enérgicos e rápidos, acompanhados dos gestos mais adequados. Tal foi a gramática selvagem dos primeiros homens, gramática esta que se limitava ao falar interjetivo, conciso e simples.	O quarto [estado da escrita] foi estabelecido pela escritura literal, que se atribui aos fenícios ou cananeus. Já estava em uso no tempo de Moisés, o primeiro escritor do mundo e da Religião, há vinte séculos reformada pelo sublime divino Mártir do Gólgota, o doce e meigo Nazareno.
Saindo o homem do estado selvagem, constituiu-se em sociedade com seus semelhantes. Daí a necessidade de designar os objetos conhecidos por palavras próprias; daí a necessidade de um vocabulário, que começou topológico e metafórico, graças aos embaraços com que todos lutavam, quando um objeto novo se lhes apresentava, pedindo àqueles que ainda eram senhores de poucas ideias e, portanto, de um pequeno numero de palavras, um nome, uma expressão peculiar, um substantivo inconfundível, enfim, uma catacrese ⁷³ .	
Da palavra falada passaram os homens à palavra escrita, isto é, da palavra auricular à palavra visual. Tal foi a segunda fase do progresso da linguagem, e, portanto, da gramática.	

Fonte: CARDOSO (1944, p. 25-7).

É incontestável que “cada leitura constitui uma interpretação diferente do texto, diversa para cada leitor” (CAVALLO & CHARTIER, 2002, p. 10). A maneira como Brício Cardoso tenta relativizar a heresia da ciência em relação às explicações da origem da linguagem reflete o conflito de alguns intelectuais partícipes de um campo configurado no discurso da fé cristã. O uso das teorias de Rousseau pode apenas apontar para a preocupação em se construir uma gramática que não estivesse à margem dos mais recentes estudos nesta área, ou seja, uma gramática moderna, que estivesse de acordo com as ideias que circulavam na Europa. Para cada comunidade de leitores, há contrastes entre normas e convenções que definem os processos de interpretação diferenciados. Em outras palavras, as maneiras pelas quais os textos são apropriados e recriados dependem das determinações partilhadas pelo grupo do qual o indivíduo faz parte.

⁷³ “Como os primeiros motivos que fizeram falar o homem foram paixões, suas primeiras expressões foram tropos. A linguagem figurada foi a primeira a nascer, o sentido próprio foi o último a ser encontrado”. (ROUSSEAU, 2003, p.107).

O fato de não dissociar-se da ideia de Deus atrela-se ao fato de pertencer a uma dada configuração social que está relacionada ao serviço da religião cristã. No momento em que se apresenta a “origem da língua portuguesa, novamente as intervenções religiosas acontecem em meio às explicações “científicas”:

O que chamamos língua portuguesa é propriamente um idioma, porque vem da maternidade latina, e as línguas árticas e antárticas, do oriente e do ocidente, vêm de Deus, que é o grande mestre-escola dos povos e das plebes. As línguas criadas ou inventadas por homens morrem em meia viagem de expansão.

.....
Mas o criador das línguas, repito, não foi o homem; porque estas procedem da língua única, a que Deus ensinou e que a fraqueza humana deformou, dividiu, arranjando a conhecida profusão de idiomas, ou línguas sem originalidade. (CARDOSO, 1944, p. 28).

Brício Cardoso faz parte de uma comunidade de interpretação, aqui identificada como diferenciada daquela que se espera encontrar entre os intelectuais de 1870. A representação estabelecida é a de que, nesse período, todos os intelectuais brasileiros estavam voltados para as modernas teorias advindas da biologia e, como num processo de legitimação, todos eles passaram a apropriar-se dessas teorias em suas respectivas áreas de atuação. O que se vê, portanto, é que existem contrastes entre as expectativas e interesses de cada comunidade, pois as leituras não são partilhadas da mesma forma pelos indivíduos, mesmo que estejam eles inseridos num determinado campo cultural.

Os textos filosóficos citados no *Tratado da Língua Vernácula* foram selecionados, como já foi visto anteriormente, com o intuito de legitimar os valores e o domínio de um grupo caracterizado pela fé cristã, traduzindo uma representação do mundo social, por meio de suas posições e interesses objetivamente confrontados, como é o caso de Bossuet⁷⁴. Mas, isto não significa que essas leituras tenham sido feitas nas obras originais.

Uma das práticas de leitura que ainda vigorava nesse período e que aqui não pode ser descartada diz respeito ao caderno de lugares-comuns, modelo dominante da leitura humanística.

Trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento pedagógico que cada escolar ou cada estudante deve ter, além de um acompanhamento indispensável da leitura erudita. Aprendiz ou versado, o leitor copia, em cadernos organizados por temas e rubricas, fragmentos dos textos que leu, caracterizados por seu interesse gramatical, seu conteúdo factual ou sua exemplaridade demonstrativa. Compostos a partir das leituras, os cadernos de lugares-comuns, que substituem as técnicas antigas das artes da memória,

⁷⁴ “O método histórico não é nem o materialismo de Herder, nem o espiritualismo de Vico, porque o desenvolvimento da humanidade não pode resultar do isolamento de qualquer destes princípios; é sim a concorrência de ambos com a solução providencial de Bossuet”. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, 16 abr. 1872.

podem por sua vez tornar-se um recurso para a produção de novos textos. (CAVALLO & CHARTIER, 2002, p. 33).

Essa prática, promovida no século XVI e apropriada nos séculos subsequentes, talvez explique as citações contidas em o *Tratado da Língua Vernácula* que, muitas vezes, aparecem como parte da construção retórica necessária à argumentação, como no seguinte excerto: “Concluindo este capítulo, direi com Alfredo de Musset: Não sou daquelles que censuram ao grande pintor Ingres de pensar em Raphael, como Raphael pensava na Virgem”. (CARDOSO, 1944, p. 90).

Os cadernos de lugares-comuns, produtos da leitura erudita, transformaram-se, ao longo do tempo, em manuais publicados por gráficas e vendidos em livrarias. Eles constituíam um “verdadeiro gênero editorial visto que autores de prestígio e livreiros-editores os multiplicam e os especializam, acumulando obras utilizadas em direito, pedagogia e teologia” (CAVALLO & CHARTIER, 2002, p.33).

Essa leitura, baseada no método dos lugares-comuns, é partilhada por todos os letrados, principalmente os professores que ensinavam aos filhos dos nobres. Brício Cardoso, provavelmente, tenha adquirido um desses manuais e, com ele, escrevera sua gramática. Uma das hipóteses, portanto, é a de que ele pode não ter lido todos os filósofos citados em sua obra no original, apenas se apropriado das citações contidas num desses manuais de lugares-comuns. Isto explicaria, em parte, a co-existência, num mesmo texto, de referências, como Condillac, Spencer e Guizot, sem que se percebam conflitos teóricos.

3.1.2. Os discursos linguísticos em circulação no final do século XIX

Crítico de Descartes, Arnauld, um dos maiores defensores do jansenismo, escreveu, com Pierre Nicole (1625-1695), um manual de lógica, que mais tarde seria conhecida como a lógica de Port-Royal – abadia onde ocorriam suas atividades. Nesta obra, Arnauld questionou o método geométrico cartesiano, proposto por Descartes, em que toda a natureza do universo deveria ser explicada de forma matemática, através da dedução, vendo cada etapa ligada a uma etapa antecedente numa cadeia ininterrupta de raciocínio geométrico.

Para desenvolver os princípios da *Lógica de Port-Royal*, Arnauld publicou, em 1660, junto com Claude Lancelot – autor de *Nouvelle méthode pour apprendre la langue*

latine, cujos princípios foram baseados nas ideias de Blaise Pascal –, a *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art e parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*, em cujas páginas analisou a linguagem, sob o ponto de vista da razão, ou seja, para eles, a linguagem era de natureza racional. O argumento que dá sustentação teórica a essa análise é o de que a gramática é universal, pois ela é um conjunto de processos mentais universais⁷⁵.

Nesse mesmo período, a gramática que circulava em França era a de Vaugelas, *Remarques sur la langue française*, obra que se preocupava com o bom uso da linguagem, contrastando, portanto, com a de Port-Royal que buscava os fundamentos e a estrutura da linguagem por meio da razão.

Na França, era o racionalismo que, por meio do método dedutivo, conclamava a razão como único recurso para atingir o conhecimento sobre a validade de um argumento ou a verdade de uma ideia.

Uma das preocupações dos seguidores do racionalismo, como Leibniz –“ao mesmo tempo um dos iniciadores da gramática comparada e o precursor da lógica simbólica, com o seu projeto de característica universal” (NEF, 1995, p.112) –, em relação à linguagem era buscar as leis universais que regiam as línguas.

Em relação à origem da linguagem, apesar de não excluir totalmente a possibilidade de uma monogênese radical, Leibniz sustenta, em sua obra filológica, que a origem da linguagem está no momento após o Dilúvio no momento em que se dividem os filhos de Noé: Jafé, Sem e Set. Recusa a ideia de uma monogênese hebraica e acredita que o estudo das línguas pertence ao domínio das ciências históricas.

Se tivéssemos que esboçar o projeto em que Leibniz apenas tocou de leve no decorrer de toda a sua vida, deveríamos falar de um imenso edifício filosófico-linguístico que contemplava quatro momentos fundamentais: I) a identificação de um sistema de nomes primitivos, organizados em um alfabeto do pensamento, ou enciclopédia geral; II) a elaboração de uma gramática ideal, da qual o seu latim simplificado era um exemplo (...); III) eventualmente, uma série de regras determinando a pronúncia dos caracteres; IV) a elaboração de um léxico de caracteres reais, a respeito dos quais fosse possível fazer um cálculo capaz de levar o locutor a formular automaticamente proposições verdadeiras.” (ECO: 2001, p. 326.).

A questão das ideias inatas foi controversa entre essas duas escolas. De um lado, Locke, Berkeley e Hume negavam a existência na mente humana de quaisquer ideias

⁷⁵ Sobre o percurso filosófico e histórico de Port-Royal e a gramática do mesmo nome, ver Basseto & Murachco (1992). Sobre a constituição da gramática e sua importância e influência na construção das gramáticas posteriores, ver Bezerra (1985); Fávero (1996) e Kristeva (1969).

anteriores à experiência; de outro, os racionalistas, como Leibniz, admitiam a existência de ideias inatas como base de toda a certeza do conhecimento humano, incluindo entre elas as ideias de número e figura e conceitos lógicos e matemáticos.

A ideia de que o homem era capaz de aperfeiçoar as línguas, e mesmo criá-las, para satisfazer as necessidades do seu próprio tempo, talvez, tenha sido fomentada e desenvolvida a partir do reconhecimento conquistado pelas línguas vernáculas da Europa provocado pela queda do latim como língua internacional do saber e da autoridade.

Inventar uma nova língua⁷⁶ que possibilitasse a comunicação do progresso das ciências e do comércio no mundo civilizado era uma preocupação da época, tanto dos racionalistas quanto dos empiristas, como se verá adiante. Não era a ideia de uma língua universal, como o esperanto, mas uma língua que pudesse expressar de forma direta e universal, por meio de símbolos criados para esse propósito e aos quais se atribuiria determinada pronúncia, o saber, o pensamento e as ideias. Leibniz e Wilkins empreenderam estudos nesse sentido.

Na Inglaterra, Bacon lançava as bases do empirismo, como visto anteriormente, corrente que preconizava a necessidade da experiência e da investigação ativa e pessoal para o conhecimento dos fenômenos da natureza; em outras palavras, todo o conhecimento humano deriva das impressões sensoriais e das operações que o espírito por meio da abstração e generalização exerce sobre tais impressões, ou seja, por meio do método indutivo. A finalidade do conhecimento não é a “contemplação da verdade, mas a compreensão das leis que permitirá ao homem o domínio da natureza, como está contido em sua máxima: saber é poder.” (ANDRADE, 1970, p. 139).

Para Bacon, a linguagem tinha uma função comunicativa. Entendia a língua muito mais a partir de sua facticidade, isto é, de seu uso social e histórico, do que como uma lógica. Insistia na diversidade semiótica, diferenciando signos diagramáticos e signos linguísticos quando se refere aos hieróglifos, aos ideogramas e as palavras e gestos. Estabeleceu a diferença entre gramática descritiva de uma língua particular e gramática geral ou filosófica e pensou em construir uma língua ideal para a comunicação do saber utilizando, a partir da analogia entre palavras e coisas, os elementos e as características mais evidentes de um determinado número de línguas já existentes.

⁷⁶ “Além de pretenderem alcançar maior progresso científico, evitar as controvérsias estéreis e facilitar a comunicação entre os homens cultos de todas as regiões, os eruditos que refletiram sobre a criação de línguas universais estavam também motivados por outros fatores: tornar mais fácil o comércio, unir as igrejas protestantes e desenvolver a ciência criptográfica”. (ROBINS, 1983, p.92).

No campo dos estudos linguísticos, o empirismo inglês, durante os séculos XVI e XVII, descreveu e sistematizou os sons pertinentes à língua inglesa e produziu uma análise formal de sua gramática a fim de modificar o modelo gramatical de Prisciano e Donato. Dentre os foneticistas, encontram-se J. Hart, Bullokar, A. Hume, R. Robinson, C. Butler, J. Wallis e W. Holder, em cujo trabalho *Elements of speech*, publicado em 1669, estabeleceu uma teoria geral sobre a pronúncia, relacionando as diferenças consonantais a diferenças de contato entre um órgão e outro e as diferenças vocálicas a diferentes graus de abrimento.

Enquanto o pensamento empírico fomentava os estudos fonéticos e as revisões gramaticais das diversas línguas, o racionalismo francês dava as bases para a construção de gramáticas filosóficas, especialmente as que se vinculavam às escolas francesas de Port-Royal⁷⁷. A mais importante delas foi a *Grammaire generale et raisonnée*, escrita por Arnauld e Lancelot, conhecida, entre nós, como Gramática de Port-Royal.

Em resumo: desde o século XVI, os debates entre empiristas e racionalistas contribuíram, sobremaneira, para a divergência entre as posições referentes à linguagem. Os empiristas “ressaltavam as diferenças existentes entre as línguas e a necessidade de reajustar as categorias e classes à luz dos dados observados, enquanto que os racionalistas insistiam em procurar o que entre as línguas havia de comum sob as discrepâncias superficiais”. (ROBIN, 1983, p.100).

A descoberta, porém, do sânscrito, no século XVIII, mudaria o cenário linguístico. Em 1786, Sir William Jones apresentou sua comunicação num congresso em Calcutá, afirmando que o sânscrito, língua clássica da Índia, tinha um parentesco com o latim, o grego e as línguas germânicas. Em 1803, A. W. von Schlegel iniciou seus estudos do sânscrito e, posteriormente, em 1819, assumiu a cadeira dessa língua na universidade de Bonn, designado por Wilhelm von Humboldt. Os estudos do sânscrito são vistos pelos historiadores da linguística como principal fator para o desenvolvimento das investigações comparativas e históricas do início do século XIX.

Ainda no século XVIII, uma pergunta afligia os linguistas: qual a origem da linguagem? Condillac, empirista francês que se apropriava dos conceitos de Locke, e Rousseau, enciclopedista que se antecipava ao movimento anti-racionalista romântico, propuseram-se, inicialmente, discutir a origem e o desenvolvimento da linguagem. Ambos,

⁷⁷ “Estas instituições religiosas e educacionais foram fundadas em 1637 e se dissolveram em 1661 devido a lutas de cunho político e religioso”. (ROBINS, 1983, p. 98).

porém, viam a origem da linguagem nos gestos demonstrativos e imitativos e nos gritos naturais e admitiam que o “vocabulário abstrato e a complexidade gramatical se desenvolveram a partir de um vocabulário anterior, concreto e individual, sujeito a poucas distinções ou imposições gramaticais”. (ROBINS, 1983, p.120).

Para instigar os estudiosos da linguagem sobre sua origem, a Academia Prussiana, em 1769, oferecia um prêmio para quem respondesse a seguinte questão: se o homem, sem qualquer espécie de ajuda, podia ter desenvolvido a linguagem até o estágio em que se encontrava, como, em caso de resposta afirmativa, teria realizado tal empreendimento? O prêmio fora concedido a Herder que afirmou serem a linguagem e o pensamento inseparáveis e, por causa da interdependência entre o pensar e o dizer, os esquemas conceptuais e a literatura popular das diferentes comunidades humanas só poderiam ser adequadamente compreendidos e estudados por meio das suas próprias línguas. Assim, como a linguagem dependia do pensamento para existir, os dois tiveram uma origem comum e foram progredindo simultaneamente. Em sua obra *Ideias sobre a filosofia da história da humanidade*, Herder propõe designar o domínio do humano como objeto da ciência a partir do progresso da física, da formação da história natural, da metafísica, da moral e acima de tudo da religião.

No século XIX, os estudos linguísticos voltaram-se para a história das línguas indo-europeias e a comparação entre elas. Foram os alemães os maiores responsáveis pelo desenvolvimento dessas investigações. Dentre os primeiros comparativistas, que também foram estudiosos do sânscrito, citam-se Schlegel (1767-1845), Franz Bopp (1791-1867) e Max Muller (1823-1900). Nos estudos histórico-comparatistas, ainda convém citar Ramus Rask (1787-1832), Jacob Grimm (1785-1863), e Humboldt (1767-1835).

Schlegel talvez seja o responsável pela expressão “gramática comparativa” quando propôs o estudo das estruturas internas das línguas, a morfologia, para se compreender o relacionamento linguístico genético. Os primeiros comparativistas estavam, sobretudo, interessados em confrontar a morfologia do sânscrito com a de outras línguas indo-europeias, especialmente do grego e do latim.

Bopp, ao buscar compreender o estado originário do indo-europeu, acabou descobrindo os princípios da gramática comparativa. Seu principal objetivo era o de reconstruir a estrutura gramatical originária da língua cuja desintegração deu origem aos idiomas da família indo-europeia. Como, nessa época, considerava-se a prevalência dos estudos comparativos nas explicações históricas da língua por permitirem apontar a noção

de que as mudanças eram degenerações de um estado de língua primitiva, Bopp analisou as formas variáveis das línguas indo-européias, concluindo que as flexões eram resultantes do “processo de redução a afixos de palavras subordinadas que antes apareciam separadas ao lado de outras subordinantes...” (ROBIN, 1983, p.140). Coube a ele, portanto, “formular o princípio de mudança das línguas que, idênticas na origem, sofrem modificações que obedecem a certas leis, e produzem idiomas tão diversos como o sânscrito, o grego, o latim, o gótico e o persa”. (KRISTEVA, 1969, p.231).

Friedrich Max Müller, discípulo de Franz Bopp, retomou o estudo da Avesta⁷⁸ e a publicação do Rigveda-Samhita, mantendo-a de 1849 a 1874 (6 volumes). É a coleção com 51 volumes *The sacred books of the East*, publicada entre os anos de 1879 e 1910, sua mais rica contribuição para os estudos, principalmente, das religiões e da mitologia comparada.

Ramus Rask escreveu gramáticas que sistematizavam as línguas antigas norueguesa e inglesa. Para isso, ele estudou as relações etimológicas, comparando-as sistematicamente e estabelecendo correspondências entre os sons de uma língua e os de outra. Por ele se preocupar mais em classificar as línguas do que em descobrir seu desenvolvimento histórico, sua ciência é considerada como tipológica.

Se Rask criara um método comparativo, os irmãos Grimm deram sua contribuição instituindo o método histórico. Apesar de Bopp já ter empreendido uma comparação metódica entre as principais famílias do indo-europeu do ponto de vista morfológico, mas sem precisar os sons comparativamente, os irmãos Grimm interpretam as correspondências fonéticas vendo-as como resultado de uma transformação. (Cf. MALMBERG, 1974).

A gramática escrita pelos irmãos Grimm é considerada como marco da linguística germânica. Baseando-se nos estudos de Rask, eles elaboraram as leis fônicas que configurariam a base e estrutura da família indo-europeia e de outras famílias linguísticas. Apesar de serem conhecidas entre os linguistas como leis de Grimm, na verdade eles não a denominaram assim, chamando-a apenas de mutação sonora. Convém lembrar, no entanto, que tanto Grimm quanto Bopp foram inspirados pelo nacionalismo e historicismo românticos com quem conviveram. Por causa disso, Grimm, por exemplo, se apropriou das ideias de Herder para explicar “o estreito vínculo de uma nação e sua língua com a dimensão histórica da linguagem, vendo, com efeito, a mutação fônica que recebeu o seu

⁷⁸ Avesta é o nome das mais antigas escrituras zoroastra da Pérsia que datam de 500 a.C. Constitui-se de um conjunto de hinos, também conhecidos como *gathas*, que falam do deus criador Ahura Mazda. Neste hinário, estão incluídos a liturgia, as preces comuns, os mitos e as observâncias religiosas.

nome uma primitiva forma de manifestação de independência por parte dos antepassados dos povos germânicos”. (ROBIN, 1983, p. 139).

Os estudos da filologia românica também contribuíram para a instituição do método histórico-comparativo. Era a România considerada como peça fundamental para as investigações acerca do parentesco das línguas, uma vez que conheciam a língua-mãe, o latim. Friedrich Diez (1794-1876) escrevera *Gramática das línguas românicas*, cuja introdução é constituída por duas partes: na primeira, apresenta-se uma comparação entre o latim e o grego a fim de encontrar elementos em comum às línguas românicas; na segunda parte, seis dialetos são analisados quanto a sua origem e seus elementos característicos. Na verdade, Diez “aplicou às línguas românicas o método histórico-comparativo que Franz Bopp usara no estudo das línguas indo-européias e Jacob Grimm no das línguas germânicas”.(BASSETO, 2009, *online*).

Considerado o pai da filologia românica, Diez consagrou-se com a análise histórica da língua francesa, aproximando-a das outras línguas românicas, depois de ter defendido a tese de que as línguas românicas eram descendentes do latim vulgar e não do clássico, como acreditavam alguns estudiosos. Os estudos de Diez contribuíram para a construção de vários trabalhos acerca da língua francesa, como *História e formação da língua francesa* de J. J. Ampère (1841) e *História da língua francesa*, em dois volumes, de E. Littré (1863).

Humboldt, irmão do geógrafo e etnógrafo A. von Humboldt, foi um dos mais profícuos linguistas dessa época. Voltado para problemas da linguística geral, ressaltou o aspecto criativo da habilidade linguística de todo ser humano. A linguagem deveria ser identificada com a “capacidade viva que tem os falantes de produzir e entender enunciados e não como produtos observáveis que resultam do ato de falar ou de escrever”.(ROBINS, 1983, p. 141). A capacidade da linguagem é, portanto, uma “propriedade essencial da mente humana, pois nenhum fator do meio ambiente poderia de per si fazer surgir uma língua. Em virtude da própria natureza dessa capacidade mental, as línguas são suscetíveis de se alterarem, adaptando-se às exigências das circunstâncias”. (idem).

Apesar de admitir a universalidade da linguagem, ele segue os passos de Herder no que se refere às peculiaridades de cada língua relacionadas às idiossincrasias da nação ou grupos de indivíduos que a usam. Mais uma vez, percebe-se aqui a relação entre a língua e

nacionalidade. Influenciado também pela teoria da percepção de Kant⁷⁹, Humboldt relativiza-a e a adapta ao campo linguístico, de modo que a característica inerente de cada língua se torna responsável pela ordenação e categorização dos dados da experiência. Por cauda disso, os falantes de línguas diversas vivem em mundos parcialmente diferentes e possuem diferentes sistemas de pensamento.

Uma das contribuições humboldteanas mais conhecidas nos estudos linguísticos diz respeito à classificação tipológica das línguas. Baseando-se na estrutura das palavras, Humboldt as classifica em isolantes, aglutinantes e flexionais⁸⁰. No final do século XIX, suas ideias serviram de inspiração para várias linhas de investigação, como as de Wundt (1832-1920), quando desenvolveu seus estudos sobre psicologia linguística e psicologia nacional e as da escola estética e idealista de Vossler, que usou suas afirmações sobre individualidade, criatividade e potencialidade artística de cada língua.

Schleicher (1821-1868) foi um dos maiores representantes da linguística histórica e teórica. Como se interessava pela filosofia, pelas ciências naturais, especialmente a botânica, e pela linguística, Schleicher preocupou-se em estudar a natureza e forma de uma hipotética língua matriz e seus descendentes, construindo, posteriormente, uma árvore genealógica para representar as relações entre essa língua matriz e as línguas indo-européias conhecidas a partir de seus conhecimentos acerca da classificação das espécies de plantas. Este modelo genealógico forneceu um meio de apresentar não só o conjunto dos membros de uma família linguística, como também um quadro da história de toda a família e das relações temporais entre os seus membros. Sua filiação teórica está vinculada aos princípios naturalistas, consonantes com as ideias darwinianas, uma vez que ele se considerava a linguagem como um organismo natural e, portanto, deveria ser estudada segundo os métodos das ciências naturais. Assim, as línguas isolantes, aglutinantes e flexionais, conforme a classificação das línguas em Humboldt, deveriam ser vista como representação ascendente de diferentes etapas históricas do desenvolvimento linguístico

⁷⁹Em sua teoria da percepção, Kant afirma que “as sensações produzidas pelo mundo exterior são ordenadas pelas categorias ou intuições impostas pelo entendimento, especialmente as categorias de espaço, tempo e causalidade”. (*apud* ROBINS, 1983, p.142).

⁸⁰As línguas isolantes são aquelas cujas unidades vocabulares são formadas por monossílabos, denominados raízes, como o chinês; as aglutinantes são aquelas cujas palavras são compostas de raízes. Destas, uma exprime a ideia principal; a outra se transformam em prefixos e sufixos, para indicarem as várias modalidades da ideia. As flexivas, também chamadas de orgânicas ou amalgamantes são aquelas em que os elementos aglutinados se modificam, na parte final, para exprimirem os acidentes da ideia. (Cf. COUTINHO, 1978).

Esse modo de considerar a linguagem como organismo submetido a leis necessárias, levou Schleicher a ser um dos pioneiros da linguística geral, corrente sucessória da linguística histórica. Para Kristeva (1969, p.242),

ele queria chamar a esta disciplina de Glottik, e fundá-la com base em leis análogas às leis biológicas. Mas este positivismo, transposto mecanicamente das ciências naturais para a ciência da significação, só podia ser idealista, pois não tinha em conta a especificidade do objeto estudado: a língua como sistema de significação e como produto social.

Whitney, entretanto, opôs-se a Schleicher e Max Müller, quando concebeu a língua não como um fato natural, mas um fato social.

Logo, a linguística não é uma ciência natural, mas histórica. A grande inovação dessa ideia está no fato de que o termo 'organismo' na época atingia o campo da metafísica. Para ele, a linguagem não é uma faculdade, mas deve ser estudada como uma instituição de invenção humana. Há também a tese de que a linguagem é um utensílio da comunicação: a linguagem é um instrumento, não um poder, uma faculdade; é um produto imediato deste pensamento, um instrumento. (SILVA, 2009).

No último quartel do século XIX, porém, os neogramáticos, representados, principalmente, por Osthoff e Brugmann, tentam reivindicar para a linguística o *status* de ciência. Para eles, se admitissem que as mudanças linguísticas fossem facultativas, contingentes e desconexas como pensavam seus antecessores, estariam afirmando que a linguagem, objeto de estudos, não poderia receber um tratamento científico. Era a ideologia positivista, então, seu maior aliado.

Segundo a teoria neogramática, eram as correspondências sistemáticas existentes entre os planos fônicos das línguas que demonstravam estarem elas relacionadas, e não simplesmente o fato de haver semelhanças reais entre as formas fonéticas. Usando os princípios da fisiologia e da psicologia, os neogramáticos preocuparam-se com as leis e com os fatos que regiam as mudanças fonéticas, afirmando que as transformações fonéticas eram leis necessárias como as da física e da biologia. Assim, dois campos de estudos da linguagem tornaram-se importantes para eles: o da fonética e o da dialetologia. Em relação a este último campo, os neogramáticos acreditavam que o estudo dos dialetos serviria para entender as mudanças linguísticas, uma vez que eles constituíam o último estágio na diversificação das línguas indo-européias. Mas foi exatamente neste ponto que os neogramáticos foram mais combatidos, principalmente por Schuchardt, especialista em dialetologia, e Gilliéron, precursor da geografia linguística.

Com a ideia de evolução, os linguistas passaram a ver a linguagem como organismo e a partir do positivismo comteano, requereram para a linguística o *status* de ciência, preparando, assim, o terreno para o neogramático Ferdinand Saussure, que finalmente, elaboraria um constructo científico para os estudos da linguagem.

Tanto na filosofia quanto na linguística, o final do século XIX representou um momento de mudanças epistemológicas e, conseqüentemente, rupturas ou deslocamentos teóricos em relação aos objetos das respectivas áreas. Entretanto, o fato de várias correntes teóricas terem sido fomentadas nesse período, não quer dizer que os intelectuais seguissem sem questionamentos, sem resistências.

Se a origem do homem, por exemplo, estava sendo questionada pelos filósofos, também a origem da linguagem era alvo de explicações, afinal era a expressão do pensamento humano. Sobre a explicação de que o homem, no início, quando aborígine, no estado de simples natureza, apenas emitia sons guturais e inarticulados, interjeições monossilábicas e onomatopéias, Brício Cardoso, um intelectual que vivia neste período de mudanças epistemológicas profundas, diz ter razões suficientes para “rejeitar como insustentável e eivada de erro a desagradável doutrina que nos quisera fazer aceitar constrangidamente”. (CARDOSO, 1873).

O que fazer com a história de Adão e o paraíso terreal? Seria apenas uma fábula? Ele estava certo de que não o era. Era necessário aos filósofos “aniquilar a etnografia, a numismática, a paleografia, a geologia, a anatomia”(idem), pois que todas elas destruiriam facilmente a teoria de que a linguagem não era originada por Deus. Além disso, era também necessário “rasgar todas as páginas do Gênesis da Bíblia⁸¹, onde Deus ensinando a Adão a nomear os animais⁸² dá-lhe uma notável lição de linguagem, e mais aquela outra

⁸¹ Os textos bíblicos referentes à linguagem, que vão desempenhar grande papel, são: a nomeação, por Adão, das coisas criadas e suas conversações com Deus (Gen II, 19-20); o mito da torre de Babel (Gen XII, 1-8); a revelação do nome de Deus (“Eu sou aquele que é”) por ele próprio (Ex 3,14); o *logos* criador no prólogo do Evangelho de João (Jn, I, 1-s); a ideia de um nome secreto de cada criatura, que só Deus conhece (Apocalipse). Cf. NEF, (1995).

⁸² No capítulo 2, versículo 19, da Gênese, se diz que Deus “formou da terra toda espécie de animais campestres e de aves do céu e os conduziu ao homem, para ver como ele os chamaria, e para que tal fosse o nome de todo animal vivo, qual o homem o chamasse”. Conforme Eco (2001, p. 26), a “interpretação deste trecho é extremamente delicada. Com efeito, propõe-se aqui, com certeza, o tema do Nomoteta, comum a outras religiões e mitologias, isto é, o do primeiro criador da linguagem. Mas não está claro em que bases teria Adão nomeado os animais, e, em todo caso, nem a versão da *Vulgata*, em que se formou a cultura européia, em alguma coisa ajuda para esclarecer tal ambigüidade, pois prossegue dizendo que Adão chamou os vários animais por *noninibus suis*, que traduzindo ‘pelo seus nomes’ nada resolve. De fato, será que tal expressão significa que Adão os designou com nomes que lhes cabiam por algum direito extralingüístico, ou com nomes que nós (com base na convenção adâmica) agora lhe atribuímos? Cada nome dado ao animal por Adão seria talvez o nome que aquele animal *devia* ter por causa da sua natureza ou o nome que o Nomoteta decidiu arbitrariamente determinar-lhe, *ad placitum*, instaurando desse modo uma convenção?”

onde Satã em forma de Serpente induz Eva a infringir a proibição Divina”. Era-lhes também necessário “destruir os êxtases de Adão ao levantar os olhos para as maravilhas do céu e ao contemplar a primeira maravilha de Deus, sua esposa e destruir reminiscências da Índia (...)”(idem).

Nada mais certo, portanto, que admitir a origem da linguagem em Deus, pois o homem, que tem o pensamento como necessidade fisiológica, é filho de Deus, ou seja, daquele que criou a fisiologia do corpo humano. “Das mãos do criador saiu o homem, a mais perfeita das criaturas, possuindo o dom da linguagem, por isso que trazia como patrimônio o cabedal da razão”. (idem).

Para Brício Cardoso, tempo viria em que a linguagem seria “a imagem perfeita, a fotografia exata do pensamento.”(idem). Mas, para chegar-se à perfeição da linguagem, seria preciso “que o espírito humano passasse por uma grande reforma, para que as palavras fossem vistas por todas as inteligências ao clarão da mesma luz, tenham para todos o mesmo valor e o mesmo sentido.”(idem).

O pensamento era anterior à palavra. Afinal, o homem não poderia saber falar sem que antes não soubesse pensar, e não poderia saber pensar sem, anteriormente, estar atento “a todos os fenômenos da inteligência, antes de conhecer a observação”. No simples estado de natureza, portanto, era impossível ao homem criar uma língua para falar, porque “no simples estado de natureza, não dava sinais de razão”, de pensamento. Se assim é, inconcebível também é, portanto, a ideia de que aos orangotangos e aos chimpanzés fosse dado o poder de criar uma língua, ao passo que os “que existem atualmente não têm mais esse poder, não criam línguas, nem se metamorfoseiam em homens, como a gata de La Fontaine em mulher.”(idem).

Até Bacon e Leibniz, considerados por Brício Cardoso como gênios transcendentais, naufragaram na tentativa de formar uma língua⁸³. Daí poder afirmar que estava exuberantemente provado que a linguagem teve um inventor, e esse inventor foi Deus e outro não poderia sê-lo. Era o abuso da liberdade o responsável por estas novas especulações sobre a origem da linguagem e das línguas. Este abuso levava os filósofos a conhecer a infelicidade, uma vez que iam de encontro aos preceitos divinos. “As línguas do oriente e do ocidente vêm de Deus; de Deus vêm as línguas do sul e do septentrião. Nada

⁸³ “Bacon e Leibniz, dois gênios transcendentais e não dois chimpanzés, e não dois pongos, naufragaram na tentativa de formar uma língua”. (CARDOSO, 1873).

de querer descender de autopomorfos (*sic*), nada de querer ser macaco aperfeiçoado; não desonremos a Adão, não insultemos o Céu, não ridicularizaremos a obra de Deus.” (idem).

Para Brício Cardoso, assim como para uma grande parte dos intelectuais espiritualistas da época, nunca houve selvagem no sentido restrito da palavra. “O homem civilizado pode decair, pode retrogradar, pode tornar-se selvagem, mas nunca o foi. Se assim o fosse, ainda hoje “viríamos do macaco originar-se o homem, como vemos da lagarta sair a borboleta”.

O uso que faz desse conceito, portanto, está atrelado à sua crença de que o homem é um ser divino e como tal, não pode se parecer com um selvagem. É a fé cristã, os preceitos cristãos, na verdade, que conferem ao discurso do *Tratado da Língua Vernácula* uma singularidade, ao considerar o momento histórico em que foi construído.

Para Silvio Romero (in BARRETO, 1926, p. XXIII), até 1868, aproximadamente,

o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com os seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mas apagada desavença reatora. (...) De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu em toda a sua nudez.

No campo dos estudos linguísticos, o *Tratado da Língua Vernácula* parece não conhecer as pesquisas que os modificaram. Depois da descoberta do sânscrito, buscou-se a origem do indo-europeu, por meio do método comparativo. Nomes, portanto, como os de Grimm, Rask, Humboldt e Max Müller já circulavam no meio acadêmico do início do século XIX, embora, no Brasil, talvez tenha chegado por volta de 1870. Mas, nenhum desses nomes foi citado, mesmo nos preâmbulos da gramática, quando tratou da origem da linguagem.

Apesar de João Ribeiro, em seu prefácio, denunciar a falta de conhecimento das novidades vindas de Diez⁸⁴, por exemplo, não faz acreditar que Brício Cardoso realmente não conhecia essas novidades. Talvez, o próprio Ribeiro tenha querido “justificar” a ausência ou a apropriação dessas novidades por seu mestre, mas essas ideias já circulavam nos jornais sergipanos nessa época. Talvez a ausência de referências a esses linguistas se

⁸⁴ “No seu tempo não havia chegado ao Brasil o grande influxo de Frederico Diez no estudo das línguas romanas; contudo, alguma coisa transparecia já nos espíritos mais cultos”.(RIBEIRO in CARDOSO, 1944, p. 10).

explique pelo fato de não haver, de forma imediata, uma relação entre essas teorias e o que o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* queria construir com a ideia de gramática que possuía naquele momento.

Outra justificativa pode estar vinculada ao fato de a tradição gramatical ainda relacionar-se com a imposição francesa que, mesmo no século XIX, mantinha-se ligada aos pressupostos das gramáticas de Port-Royal, Condillac, Du Marsais, afastando, assim, as reflexões linguísticas que haviam migrado para a Alemanha. Em outras palavras, a construção das gramáticas, mesmo com a publicação dos estudos históricos e comparativos, seguia a tradição doutrinária francesa⁸⁵. A gramática de Brício Cardoso, portanto, não fugiu à regra, nesse sentido.

A tradição francesa é dominante na construção das explicações do *Tratado da língua Vernácula*, como se apresentará, de forma mais detalhada, no capítulo seguinte. A representação construída dos ideais cientificistas nesse momento e para esse leitor específico é de completa desordem e desrespeito à fé cristã e, por isso, a resistência. A apropriação dos discursos científicos se deu, pois, de acordo com os interesses de cada grupo. Os sentidos atribuídos aos textos em circulação dependem diretamente das competências ou das expectativas dos diferentes leitores que delas se apropriam.

Além da circulação dos variados discursos filosóficos e linguísticos nesse período, estavam à disposição os discursos pedagógicos que, muitas vezes, foram anunciados na gramática de Brício Cardoso: o método Castilho, por exemplo, era um deles.

Apesar de todas as evidências científicas e de todo pensamento positivo, a apropriação dessas teorias não aconteceu de maneira homogênea e elas não foram aceitas por todos os intelectuais, simultaneamente. Esse quadro sinótico dos filósofos e das investigações linguísticas apenas intenciona mostrar o emaranhado de ideias que se entrecruzavam, principalmente, em meados do século XIX, quando, por uma somatória de esforços e estudos, a teoria darwiniana foi à tona com seus argumentos irrefutáveis.

⁸⁵ Para Bezerra (1985, p.46-7), não se deve negar a “influência do método histórico-comparativo nas gramáticas normativas da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas [do século XX]: o que na verdade ocorre é uma presença superficial que serve, especialmente, de adorno ou marca de erudição dos gramáticos, com excesso de citações e referências a dados históricos da língua, em muitos aspectos, imaginosos, desconexos e descontextualizados” .

3.1.3. Os discursos pedagógicos em circulação no final do século XIX

Ao introduzir o assunto “Da idade em que se deve estudar a gramática”, uma das recomendações mais importantes que Brício Cardoso impõe, em suas práticas escolares, é o respeito à idade para se aprender a gramática:

Se eu fosse poder legislativo, vedaria o ensino da gramática nas escolas de primeiras letras, adia-lo-ia para a época e que o espírito das crianças se apresenta adulto e desenvolvido, esperaria as manifestações da puberdade. Às crianças mandaria somente ensinar ler bem a ler corretamente.

A discussão acerca de qual o melhor momento para se aprender algum saber formal está relacionada ao modo como a criança foi considerada pela pedagogia ao longo dos séculos do processo civilizatório. Se na Idade Média, predominava o modelo metafísico-religioso cujo objetivo era o de traçar um ideal de homem, de cultura e de sociedade, a partir da crença de que a educação deveria realizar esse ideal, no século XVI, com os estudos empíricos, esse modelo tende a ser substituído por outro que leva em consideração o social, aspecto que proporciona a relação entre a pedagogia e os objetivos políticos e culturais da sociedade. A educação teria, então, como objetivo reorganizar a sociedade em torno de um modelo produtivo que formasse um homem social, útil à sociedade e engajado politicamente a ela.

O modelo científico, desde o século XVII, assumirá um papel preponderante na educação. A partir dos estudos de Bacon e de Locke, depois de Rousseau, a pedagogia foi sendo pensada, projetada, considerando os saberes científicos, “do controle empírico e do rigor lógico e experimental, dando ao seu discurso uma conotação racional-empírica, típica das ciências modernas”. (CAMBI, 1999, p.215). Esse modelo regerá todas as discussões teóricas acerca da educação nos séculos seguintes, como se verá adiante.

Com a mudança dos objetivos educacionais, atrelados que estavam também ao pensamento filosófico de sua época, a criança foi se tornando o centro das atenções, culminando em Rousseau, no século XVIII. Para Eby (1976),

Ratichius⁸⁶ foi o primeiro homem que realmente procurou descobrir a ordem natural na qual a mente da criança aprende. Então, empreendeu a reorganização dos métodos e do currículo, de acordo com os seguintes princípios: 1) Tudo está em sua sua ordem; ou o

⁸⁶ Seu nome era Wolfgang Ratke (1571-1635).

curso da natureza (...); 2) somente uma coisa de cada vez (...); 3) cada coisa deve ser frequentemente repetida (...); 4) Tudo primeiro na língua materna (...); 5) tudo sem violência (...); 6) nada deve ser aprendido de cor (...); 7) mútua conformidade de todas as coisas (...); 8) primeiro a própria coisa, e depois a explicação da coisa (...); 9) tudo por experiência e investigação de partes (EBY, 1976, p. 144-5).

Seus princípios foram apropriados, em grande parte, por Comenius, em cujas obras a criança era vista como ser capaz de se tornar humano por meio da educação dada pela sociedade. O objetivo da escola seria, então, formar o indivíduo para a vida, “diligentes e merecedores da atribuição de qualquer um dos deveres da vida...” (*apud* EBY, 1976, p. 158). Para isso, seriam necessários bons livros de texto, bons professores e bons métodos. Comenius propôs uma organização do sistema escolar, baseada nas etapas do desenvolvimento da criança à maturidade, dividindo-o em escola materna – cuja função era a de exercitar os sentidos externos, treinar a criança para o convívio social e instruí-la na religião –, a escola vernácula – cuja função era a de treinar os sentidos internos, a imaginação e a memória, em combinação com seus órgãos cognatos e cujas disciplinas eram a leitura, escrita, aritmética, canto, religião, moral, economia e política, história geral, cosmografia e artes mecânicas –, escola latina – cujo objetivo era treinar o aluno, já adolescente, a julgar as informações adquiridas pelos sentidos, através dos estudos da Lógica, Gramática, Retórica e as Ciências e Artes, baseadas nos princípios da causalidade –, e a universidade e viagens – cuja frequência seria privilégio daqueles alunos mais brilhantes e que possuísem elevado caráter moral.

A concepção pedagógica de Comenius baseia-se num profundo ideal religioso que concebe o homem e a natureza como manifestações de um preciso desígnio divino. Para Comenius Deus está no centro do mundo e da própria vida do homem. (...) Toda a construção pedagógica de Comenius é, de fato, caracterizada por uma forte tensão mística que sublinha seu caráter ético-religioso e a decidida conotação utópica: a educação neste quadro é a criação de um modelo universal de ‘homem virtuoso’, ao qual é confiada a reforma geral da sociedade e dos costumes. (CAMBI, 1999, p. 286).

Apesar de ser considerado como primeiro sistematizador do discurso pedagógico, Comenius não é o único inovador da ciência moderna, ligada ao método científico. Durante todo o século XVII, filósofos e cientistas buscavam o método do saber que consubstanciaria a aprendizagem universal, no sentido de ser aberto a todos, desse saber. Estiveram envolvidos nessa busca Galileu e Newton que destacaram as etapas constitutivas do método científico; Bacon que valorizou a observação e a organização lógica e criticou os *idola*; Descartes que instaurou a dúvida das afirmações do senso comum, considerando

a evidência como critério da verdade; e Leibniz que defendeu o princípio da razão suficiente. “Através da ciência moderna foram se constituindo, então, uma nova teoria da mente, uma nova visão do saber e uma nova imagem do mundo que imprimirão uma mudança – profunda – também no âmbito da pedagogia/educação”. (CAMBI, 1999, p. 301).

A mente passa a ser entendida como *cogito*, “pensamento autoconsciente, autoevidente e organizado analiticamente, segundo a mecânica das ideias claras e distintas que se agregam ao lógico, seguindo as regras da não-contradição e da implicação” (idem, p. 302). Essa ideia de mente,

que encontraremos também na base do pensamento de Galileu, de Newton ou de Leibniz, terá uma essencial importância pedagógica e influirá sobre a concepção dos estudos, sobre os processos de aprendizagem escolar, sobre o modelo de homem que muita cultura pedagógica – ligada ao racionalismo – irá elaborar. Gradativamente estará presente também no ensino dos colégios, seja pelo tipo de formação intelectual que estes vem dar, seja pelo tipo de *curriculum* que compreendem, o qual concede um espaço cada vez mais explícito à ciência da natureza inspirada nos princípios do mecanicismo (...)” (*ibidem*).

Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, entretanto, dois modelos pedagógicos e educativo-escolares, opostos ao racionalismo, apresentam teorias do processo de formação relacionadas ao empirismo, ou seja, a sua dependência das condições extra-subjetivas e extramentais, proposto por Locke, e ao historicismo, recorrendo “à linguagem, à cultura em todas as suas formas, vistos como os terrenos em que o homem se realiza a si próprio e nos quais vem operar sua formação mais específica, como faz Vico”. (idem, p. 315). Serão esses dois modelos que fomentarão o debate educacional até o século XIX.

O currículo, para Locke, deveria ser orientado pela utilidade: os estudos seriam justificados por sua contribuição à vida. A preocupação, porém, não seria com a vida atual da criança, mas sua vida futura como homem.

Locke não tinha em vista uma utilidade materialista baixa, mas, de preferência, a utilidade que tem importância para a conduta humana, o prático no seu sentido melhor e mais elevado. A religião, que é para o gentil-homem seu ‘destino como homem no mundo’, é a primeira e mais importante matéria do currículo. Após a religião, a conduta e os haveres, nos serviços públicos à sua comunidade e ao seu país e na manutenção adequada de sua posição aristocrática. Preocupar-se-á com ‘conhecimento moral e político e, desse modo, os estudos que pertencem mais imediatamente a seu destino são aqueles que tratam de virtudes e vícios, da sociedade civil e das artes de governo, e incluirão, também Direito e História. (EBY, 1976, p. 260).

O século XVIII, por muitos intelectuais, foi considerado o divisor de águas entre os séculos anteriores e o contemporâneo. A laicização, aliada às reformas políticas e culturais, promoveu o aparecimento de um novo perfil do intelectual: aquele que exercia o papel sociopolítico, a função pública, tornando-o uma figura privilegiada no cenário educacional. Voltaire e Diderot, sobretudo, são os modelos mais explícitos desse novo tipo de intelectual. “Eles usam a pena como uma arma, para atacar preconceitos e privilégios, para denunciar intolerâncias e injustiças, mas, ao mesmo tempo, delineiam um novo panorama do saber reformulado sobre bases empíricas e científicas e que se tornou saber útil para o homem e para a sociedade.” (CAMBI, 1999, p. 324-5).

A educação estava voltada para a formação do homem pelo homem, do indivíduo em sintonia com o social. As instituições educativas, no processo de laicização, tornaram-se autônomas em relação ao autoritarismo religioso e se renovaram com a estatização em vários níveis:

1. no nível da organização (...); 2. no nível dos programas de ensino, acolhendo as novas ciências, as línguas nacionais, os saberes úteis e afastando-se nitidamente do modelo humanístico de escola: linguístico-retórica, não-utilitária, etc.; 3. no nível da didática, dando lugar a processos de ensino/aprendizagem bastante inovadores, mais científicos (pensa-se em Condillac e no seu sensualismo) ou mais empíricos (pense-se em Locke, mas também em Rousseau) ou mais práticos (pense-se em Pestalozzi)”. (...). (idem, p. 328).

Na França, Diderot (1713-1784) e D’Alembert (1717-1783), na *Enciclopédia*, postularam um programa educativo baseado na utilidade da educação para a sociedade e para o Estado. Esse programa deveria ser cumprido por meio, não só do estudo das ciências e da história e menos do latim, mas também do modelo da escola militar, organizada sob critérios de higiene e de utilidade.

Ainda na França, as teorias psicológicas de Étienne Bonnot Condillac (1715-1780), expostas no *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* (1746) e depois no *Tratado das sensações* (1754), delinearam “um itinerário de base rigorosamente sensacionista (...). Em tal itinerário psicológico está contida uma pedagogia: formar as ideias partindo das sensações, da sua análise e composição, indo do simples ao complexo” (CAMBI, 1999, p. 337-8).

A doutrina postulada de que todas as ideias têm sua origem em impressões sensoriais despertou, nos espíritos filosóficos, uma série de estudos a fim de demonstrar como as capacidades humanas, incluindo a de aprender, se desenvolvem a partir das

sensações, como nas investigações de Condillac. “Todo o pensamento é físico, pois nada existe que não seja produto de processos materiais. (...) Memória, imaginação e até raciocínio são processos complexos de percepção. (...)”. (EBY, 1976, p. 266).

A ideia de progresso através da lei natural se difundia no século XVIII. Para a maioria dos filósofos, a natureza era governada por leis imutáveis e conhecê-las seria a chave para manipulá-las em proveito do homem. O lema baconiano de que conhecer é poder, portanto, foi largamente demonstrado pela ciência e pela invenção. Em outras palavras, o conhecimento era o único instrumento capaz de levar o homem ao aperfeiçoamento não só de si mesmo como também da natureza. Esse processo, consubstanciado na civilização, estaria mais evidenciado na infância do homem e não na sua velhice como antes se pensara.

Assim, ainda no século XVIII, período que assistiu a um crescimento e a uma ampla renovação da filosofia da educação, dos modelos educativos e das organizações escolares, um autor realiza uma das mais relevantes transformações na maneira de se pensar a educação: Jean-Jacques Rousseau, considerado como o pai da pedagogia contemporânea. Ele foi o responsável por colocar a criança no centro da teorização da sua teoria, opondo-se às teorias correntes relativas à educação. Para o autor francês, a criança deveria ser pensada

como próxima do homem por natureza, bom e animado pela piedade, sociável mas também autônomo, como articulada em etapas sucessivas (da primeira infância à adolescência) bastante diversas entre si por capacidades cognitivas e comportamentos morais; teorizou uma série de modelos educativos (...) colocados, ao mesmo tempo, como alternativos e complementares e como vias possíveis para operar a renaturalização do homem (...). (CAMBI, 1999, p. 343).

A pedagogia tornou-se – depois de Rousseau – puericêntrica e viu na criança ‘o pai do homem’. Isso produziu “uma teorização pedagógica cada vez mais atenta para o valor da infância, para a função antropológica que esta veio a exercer” (idem, p. 387). A partir dessa concepção, da educação seria exigida a aquisição de certos hábitos, habilidades e atitudes além de conhecimentos necessários à manutenção da própria sociedade. “O fato de que as crianças são imitadoras, de que o poder redentor da memória é mais forte na infância, de que elas possuem uma extraordinária habilidade para adquirir linguagem, independente das ideias simbolizadas” (EBY, 1976, p. 291), contribuiu para dar atenção máxima às fases de desenvolvimento da aprendizagem.

As atividades que surgem naturalmente das necessidades da vida constituem o currículo em cada período. As necessidades da infância são simples, tendo relação apenas com a preservação da existência. Primeiro vêm o brinquedo e desportos, que aperfeiçoam o corpo, trazendo saúde, crescimento e força. Depois, a criança se empenha também em garantir um meio de vida. (...). Antes dos 12 anos, a criança não pode raciocinar. Suas necessidades são simples e poucas, e facilmente satisfeitas. (...) Ele está ainda numa fase de existência pré-social, pré-moral, e é capaz de responder apenas a coisas e à necessidade. (idem, p.304-5).

No final do século XVIII, a obra *Educação* de Herbert Spencer (1820-1903) foi uma das mais vendidas e geralmente, “usada em escolas normais, institutos de professores e universidades como um texto na formação de professores (...)” (EBY, 1976, p. 508).

Spencer preocupava-se com a relação entre o indivíduo e a aprendizagem a que lhe propusesse desenvolvimento intelectual. Para ele, os conhecimentos dados na escola deveriam ser úteis aos alunos, deveriam proporcionar a eles melhorias em sua forma de pensar em relação à saúde, à família, à sociedade, e na construção de valores que os tornassem aptos à vida social. O conceito, portanto, de educação estava atrelado ao utilitarismo, à preparação do homem, de forma completa, para a vida.

Para alcançar esse objetivo, era necessário, então, que o aluno adquirisse os conhecimentos que atendessem seus interesses a fim de desenvolver suas competências em todos os aspectos da vida intelectual e social. Ao invés de uma educação humanista, uma educação científicista. A educação deveria deixar de ser um meio para aperfeiçoar o homem e passar a prepará-lo para a vida e para a ação. Não fazia sentido, portanto, ler os clássicos das línguas grega e latina, quando os indivíduos precisavam conhecer sobre as leis da física, da química e da biologia. As ciências da natureza ditavam o fazer científico neste momento.

Essa tendência científicista na educação “continuava o movimento sensorialista dos dois séculos anteriores. Mas, na prática, a introdução das ciências no currículo escolar ocorreu muito vagorosamente, resistindo à dominação da filosofia, da teologia e das línguas clássicas”. (GADOTTI, 2001, p. 109). Para Azevedo (s/d, p. 37),

(...) Se à tendência literária e livresca, que constitui um dos maiores perigos ao desenvolvimento das ciências no país, acrescentarmos o ‘medo das ideias’, que é uma traição do espírito burguês e especialmente do militar e do eclesiástico, o nosso individualismo, rebelde e anárquico, avesso ao trabalho em equipes e ao espírito de cooperação, e a indiferença se não a aversão, ligada a uma velha herança cultural, pelo pensamento puro, pela especulação filosófica e pela pesquisa científica, ainda não se terá completado o quadro sombrio das dificuldades que se levantam aos progressos da ciência no Brasil e se acham ligados à própria armadura econômica e social que caracterizou por largos séculos a nossa civilização.

Os modelos educacionais spencerianos⁸⁷, então, foram apropriados pelo autor de o *Tratado da Língua Vernácula*. Apesar de o nome de Herbart Spencer estar associado somente ao evolucionismo social nas representações instituídas na/pela filosofia, ele era, antes de publicar sua obra o *Indivíduo Contra o Estado*, em 1884, um dos representantes do positivismo que valorizava o princípio da formação científica na educação, sem levar em consideração a concepção religiosa de seu mestre, Auguste Comte. Seus princípios foram defendidos na obra *Educação Intelectual, Moral e Física*, publicada em 1863.

(...) As leis e regras da gramática, **vou com Spencer**, colhem-se na prática; a indução, a observação e a comparação são os grandes instrumentos que as tornam patentes à indefesa inteligência. (...) Pensando assim, como acabo de externar, não pus a gramática nas mãos de meus filhos, quando infantis, e disso nunca tive de arrependerm-me. Aos meninos não se deve impor o exaustivo fardo intelectual do raciocínio. É-lhes impróprio o trabalho da reflexão. Pueri ludunt, e nada mais! (CARDOSO, 1944, p. 20). (grifo meu).

Ao advertir o leitor – “escrevi-o para a dourada intelectualidade dos guapos moços e das formosas moças do meu torrão natal (idem, p.15) – e também ao professor sobre a idade em que se deve estudar as leis da gramática, o autor indica a prática, a indução, a observação e a comparação como instrumentos de aprendizagem capazes de tornar os assuntos gramaticais menos estéreis, ao mesmo tempo em que denuncia a memorização como inútil à formação intelectual dos jovens aprendizes: “As crianças que aprendem a gramática, sem ter previamente aprendido a linguagem, ficam com a sabedoria dos papagaios, que falam, mas não sabem o que dizem”. (CARDOSO (B), 1944, p.19).

O exercício da repetição e a prática pedagógica da memória eram uma tradição implantada em terras brasileiras pelos jesuítas. A tradição da memorização mecânica, decerto, tinha relação direta com o ensino religioso, principalmente do catecismo. (Cf. COSTA, 2003). Essa prática da memorização, em especial, a memorização das regras gramaticais era, de fato, um dos aspectos mais preocupantes para alguns gramáticos. Em 1888, João Ribeiro alerta aos professores, na nota preliminar da *Gramática Portuguesa*, que

A nossa convicção é que, tarde ou cedo, a gramática ou código das regras da língua será, não diremos eliminada, mas pelo menos diminuída de importância no curso geral dos estudos elementares; – ela é tão importante para ensinar a falar e a escrever certo,

⁸⁷ A escola, nas reformas de inspiração spenceriana, não mais devia limitar-se a ensinar a ler, escrever e contar, mas oferecer uma educação intelectual, moral e física. (Cf. CARVALHO, 2000).

como o é o catecismo para fazer aos homens virtuosos. Não é aqui o lugar de examinar essa questão. Mas basta reconhecer que, sem a prática de composição, redação, declamação, leitura e ditado, nenhuma instrução gramatical é útil e proveitosa. (RIBEIRO, 1916, p....).

Para ele, o importante seria ensinar a ler e a escrever corretamente a partir de inúmeros exercícios de composição. Essa prática, entretanto, estava ligada aos novos métodos de ensino preconizados nesse período: o de lição de coisas⁸⁸, também conhecido como o método intuitivo, foi difundido, no século XIX, e “generalizou-se como o mais adequado à instrução das classes populares.” (SCHELBAUER, 2005, p. 132). Daí, sua preocupação em fornecer para o professor alguns exercícios para lhes servir de exemplos de como usar este método mais apropriadamente, apesar de afirmar que os exercícios escolares deveriam ser construídos sob a inspiração dos professores e não sob a “cópia de gramáticas ou de outros livros”.

Os exercícios que escolhemos, podem ser considerados simples modelos, e como tais podem servir de traslado à preparação de outros, análogos na ideia e nos intuítos, variando-se o assunto como convier. O essencial é, aqui como no mais, evitar-se a decoração de regras, definições e teorias, e substituir-se essa pesada bagagem quase inútil, imposta à memória, pela aquisição racional de fatos e conhecimentos indispensáveis.

Mesmo aconselhando aos professores acerca da utilização do método de lição de coisas⁸⁹, em o *Tratado da Língua Vernácula*, os princípios que o regem não são observados, da mesma forma em a *Gramática Portuguesa* de João Ribeiro. Uma das possíveis justificativas está no fato de Brício Cardoso acreditar que esse método era mais conveniente no ensino das primeiras letras, ou seja, na formação intelectual das crianças, a quem ainda não era dado o poder de análise, do uso da razão: “a debilidade intelectual das crianças requer primeiro a síntese, e depois a análise, primeira a ordem da natureza, depois a das coisas, primeiro a experiência, depois a razão”. (idem)⁹⁰.

⁸⁸ Sobre a constituição teórica desse método, ver VALDEMARIN (1998).

⁸⁹ “É conveniente anexar-se às nossas escolas o ensino das coisas, cujos princípios são os seguintes: cultivar as faculdades pela ordem natural do seu desenvolvimento, isto é, começar pelos sentidos, não dizer as crianças nada do que elas podem descobrir por si mesmas; reduzir cada objeto aos seus elementos mais simples, explicar apenas uma dificuldade de cada vez; caminhar passo a passo sem parar, pois que a medida da informação não está no que o mestre pode dar, mas no que o discípulo pode receber; dar a cada lição um fim determinado, imediato ou próximo; desenvolver a ideia, depois a palavra; aperfeiçoar a linguagem; ir do conhecido, do particular ao geral, do concreto ao abstrato, do simples ao composto, primeiro a síntese, depois a análise; seguir não a ordem do assunto, mas a da natureza. O ensino das coisas concorre poderosamente para o desenvolvimento e harmonia das faculdades”. (*Jornal de Aracaju*, 16/04/1872).

⁹⁰ Sobre os *Estudos pedagógicos*, artigos publicados por Brício Cardoso, ver Gally (2004, 2006); sobre as conferências pedagógicas, eventos que promoveram essas discussões, ver Bastos M. H. (2005a).

Os mestres-escolas⁹¹ deveriam, por exemplo, “ensinar da gramática a seus alunos a Ortoepia e Prosódia, por unicamente estarem ao alcance das inteligências de sete a oito anos”. O melhor momento para se aprender a pronunciar bem as palavras da língua portuguesa, portanto, a fim de “pôr em debandada os vícios da pronúncia”, era ensiná-lo “aos meninos cujos órgãos flexíveis facilmente contraem o hábito de pronunciar bem, a conhecer e distinguir praticamente os sons elementares da língua (...)”. (CARDOSO, 1944, p. 89). Esse ensino seria possível por meio da soletração, silabação e pronúncia dos vocábulos no discurso, ligando-os, posteriormente, numa leitura “certa, desembaraçada e corrente” (idem).

Os discursos apropriados nessa obra são ligados às questões pedagógicas relacionadas à aprendizagem. O objetivo da obra não era somente o de preparar os alunos do ensino secundário para os exames dos cursos superiores, mas também, de certa forma, servir de método de ensino aos professores, como afirmado pelo próprio autor, quando trata dos vícios de pronúncia na língua portuguesa:

Conheço que só na escola de primeiras letras é que se podem extirpar os vícios da pronúncia, assim como que as escolas das províncias em sua quase totalidade não estão habilitadas para tanto, para obra tão civilizadora. Por estas razões, feito pelo governo mestre dos mestres dos meninos de minha província, **vi-me obrigado a coordenar e compor o presente compêndio, que me parece satisfazer ao melhor e mais vigoroso método de ensino.** (CARDOSO, 1944, p.). (grifo meu).

⁹¹ A expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses fez com que se iniciasse um processo de laicização da instrução com o envio dos professores régios. Os três séculos da época moderna foram marcados por um longo processo de produção de uma nova “forma escolar” em detrimento dos modos antigos de aprendizagem. Nesse período, ocorreu a transição de uma sociedade em que a educação se fez por impregnação cultural para uma sociedade munida de um sistema complexo de ensino estatal. Em relação à instrução primária, algumas medidas foram tomadas a fim de unificar o sistema por meio de adoção de um método, definição de conteúdos de ensino, autorização ou proibição de livros, estabelecimento de normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas, etc. A cultura letrada se fazia a partir de iniciativas muito diversificadas: corporações profissionais, preceptores particulares, família, Igreja, etc. O mestre-escola era a denominação dada a qualquer indivíduo que dominasse uma habilidade (leitura, escrituração, etc). No início do séc. XIX, sob o reinado de D. João VI, iniciou-se um controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária. O novo corpo de docentes era vigiado pelas instâncias emanadas do poder estatal. Esses primeiros profissionais eram controlados pelo Estado e não havia uma concepção corporativa do ofício. A funcionarização era um projeto sustentado, ao mesmo tempo, pelos docentes e pelo Estado: este buscava garantir o controle da instituição escolar, aquele ansiava constituir um corpo administrativo autônomo. Foi somente a partir da Lei Geral do Ensino de 1827 que a intervenção estatal se efetivou quanto à organização docente. A criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, transformando o velho mestre-escola pelo professor do ensino primário. (Cf. VILLELA, 2000).

O método de ensino, entretanto, a que ele se refere, não é discutido em sua obra, mas em artigos publicados nos dias 11, 13 e 16 de abril de 1872, no *Jornal de Aracaju*. Tanto a formação moral e espiritual do professor quanto ao método de ensino que ele deve seguir em suas aulas são assuntos dessas publicações. Para o autor, o método era o “segredo dos meios que tornam, por assim dizer, natural, apressando-as refletidamente, a transmissão e recepção do ensino” (*Jornal de Aracaju*, 13/04/1872).

Depois de classificar os métodos de ensino em gerais – o simultâneo, o mútuo, o misto ou mútuo-simultâneo – e particulares – “o único que não oferece asas à imoralidade e corrupção dos costumes, é o único em que as relações e o contato do discípulo com o mestre é mais imediato” (idem) –, Brício Cardoso critica os métodos gerais e garante que o melhor método adotado é aquele a que o professor hábil e inteligente recorrerá a fim “produzir proveitosos resultados, uns tirados de sua experiência e outros de experiência alheia”. Mas, ele também adverte que eles, os professores, deverão estar subordinados a uma “regra invariável: partir do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do sensível para o metafísico, do simples para o composto”. (idem).

Preocupado com a má formação dos pedagogos de seu tempo, em o *Tratado da Língua Vernácula*, o autor previne-os de que desenvolveu o mais que pode o assunto da pronúncia, a fim de habilitá-los, segundo seu ponto de vista. “Preferindo não alcunhar de idiotas aos futuros pedagogos da província, como fazia João de Barros contra os de Portugal, desde já advirto a todos quantos me leem que, em exames e concursos serei o mais severo e exigente a respeito da Ortoepia e da Prosódia, aliás tão descuidadas” (CARDOSO, 1944, p. 89).

Ainda em relação ao como ensinar a criança a ler e a escrever corretamente, Brício Cardoso aponta, tangencialmente, o método Castilho, muito utilizado, principalmente na Bahia, por volta da década de 1870, período em que se observa “uma febre de criação e adaptação de grande quantidade de métodos de alfabetização que apareciam nas notícias de jornais especializados e também na grande imprensa” (VILELLA, 2009), dentre eles o método Castilho: “À poesia, primeira forma da manifestação das leis a da historia, à poesia que embalde o finado Visconde de Castilho⁹² desejou introduzir nas escolas como meio de

⁹² Visconde de Castilho foi um título criado por D. Luís I, por decreto de 25 de Maio de 1870, a favor do escritor António Feliciano de Castilho.

facilitar o ensino, devemos os gramáticos muita consideração.” (CARDOSO, 1944, p. 255).

Castilho foi considerado o precursor do otimismo reformador em que se acreditava que a educação seria capaz de diminuir a criminalidade. Sua preocupação era “formular um método mais eficiente que o tradicional ensino mútuo⁹³ e, ao mesmo tempo, mais acessível ao povo e agradável de praticar” (VILLELA, 2009). A base de seu método era fonológica.

Os alunos, geralmente, partiam de uma oralidade cuidada e ritmada para a leitura e para a escrita, mas também poderiam principiar pela escrita. Aprendiam a pronunciar e conhecer os valores das vogais, em seguida, os das expressões e a pronúncia das consoantes. O ritmo associado ao canto favorecia a simultaneidade da aprendizagem, na decomposição das palavras, cujos elementos os alunos enunciavam e fixavam através do nome da respectiva figura. A base da leitura era auricular, prosseguindo por vários dias a divisão, pelos valores e a recomposição silábica, até se revelar assegurada a imagem ocular – leitura auricular alternada. A escrita era auxiliada por gestos vocais. (idem).

Os acadêmicos, ao conhecerem o intento de Castilho em reformar a ortografia a fim de simplificar a escrita, questionaram severamente o método, principalmente, no tocante à escrita. Na verdade, Castilho “acreditava que a reforma ortográfica viria da escola primária e do povo e não das academias reais de ciências, das corporações eruditas nem dos literatos de gabinete”. No Brasil, a província da Bahia claramente adotou seu método, principalmente no colégio de Abílio César Borges, um de seus mais ardentes defensores. Como Brício Cardoso fora educado nessa província, provavelmente, entrara em contato com o referido método, mas sem expressar, em o *Tratado da Língua Vernácula*, traços de seu discurso.

Tanto nos prolegômenos, quanto nas escolhas de suas fontes documentais para preparar sua obra, Brício Cardoso apropria-se de discursos filosóficos, linguísticos e pedagógicos, conforme suas experiências extraídas do meio social, político, econômico, etc., da sua formação intelectual e religiosa, a fim de legitimar-se como filólogo e como professor catedrático do Atheneu Sergipense.

Ao considerar a gramática como ciência, Cardoso (1944) colocava-a no nível do saber científico preconizado nesse período, filiando-se aos conceitos positivistas de Littré,

⁹³ “A difusão do método lancasteriano ou monitorial/mútuo está intimamente ligada à necessidade de extensão da educação a todas as classes sociais, propósito empreendido pelo iluminismo e colocado em destaque, ao menos no papel, nos nascentes sistemas educativos públicos do século XIX. No Brasil o ensino monitorial/mútuo é introduzido oficialmente pelo Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 15/10/1827, primeira lei sobre a Instrução Pública Nacional do império do Brasil, que propõe a criação de escolas primárias com a adoção do método lancasteriano como método oficial”. (BASTOS, 2005, p. 34).

dissidente de Comte, mas sem distanciar-se da fé católica. O próprio período impunha posições modernas em relação à educação, e isso significava aderir às correntes filosóficas, principalmente, e pedagógicas que detinham o poder, ou que creditavam ao homem, ao lógico, e não mais à Igreja, a responsabilidade pela construção do ideal civilizador.

Os artefatos culturais, portanto, são resultados, representações, das práticas sociais e permitem entrever a concorrência de diferentes usos, códigos e de interesses partilhados numa dada comunidade.

A quantidade de gramáticas produzidas na segunda metade do século XIX traduz, não só a necessidade de sistematização da língua, mas como forma de legitimação profissional, afinal “ não podia ser professor de português,sem escrever a sua gramática.” (FORTES, 1956, p.168). E para escrevê-la, era necessário usar todo o arsenal de leituras possível para legitimar sua obra. Esse assunto será explorado no próximo capítulo.

Capítulo 4

O Tratado da Língua Vernácula (gramática).

Tradicionalmente didático, um tratado “compendia teorias sobre determinado campo de saber, expondo-as analiticamente por meio de argumentos de autoridade e exemplos”. (CARVALHO, 2006, p. 165). Visto como um compêndio ou súpula, sob o ponto de vista de sua forma, esse gênero dissertativo, caracteriza-se não só pela preocupação em usar um vocabulário condizente com os leitores comuns, mas também pela clareza e brevidade das definições, argumentos e exemplos.

O objetivo maior de um tratado, portanto, circunscreve-se à sua utilidade, ou seja, a sua função de levar ao seu público-alvo informações sobre determinado tema de forma clara e sucinta.

Neste sentido didático, implícito na sua forma, o tratado é pragmático, pois compõe sua linguagem como ação sobre o destinatário e seu mundo. Ao mesmo tempo, o tratado estabelece relação com discursos anteriores ou contemporâneos do seu gênero ou de outros gêneros. A função – ou relação – põe em cena a tradição do campo de saber específico compendiado no tratado, ou seja, as autoridades canônicas, científicas, comprovadamente ‘verdadeiras’, que se devem ter em mente quando se trata daquele saber”. (CARVALHO, 2006, p. 165-6).

O *Tratado da Língua Vernácula* foi escrito com o intuito de oferecer para “a dourada intelectualidade dos guapos moços e das formosas moças do meu torrão natal” (CARDOSO, 1944, p. 15), uma obra cujo teor refletiria a “responsabilidade do ensino do mirabilíssimo, do difícilimo, mas sempre majestoso e doce idioma de nossos antepassados, tão profuso de riquezas sem par, algumas das quais faltam às outras línguas cultas”. (idem, p. 17).

Esse tratado não tinha a função de se tornar um livro para ser usado diariamente em sala de aula, como modernamente estão direcionados os livros didáticos. Neste excerto, isso é bastante claro: “Há ainda outros modos de formar aumentativos, que, por mui conhecidos, deixo de trazer à coleção, recomendando que recorra cada um a seu compêndio gramatical da escola”. (grifo meu).

A existência das apostilas que deram origem à obra *Tratado da Língua Vernácula* – cujo processo de publicação fora explicitado no capítulo 2 –, entretanto, justifica-se pela

ausência de obras didáticas desse gênero nas escolas secundárias, especificamente, em o Atheneu Sergipense no final do século XIX, quando fora criado⁹⁴.

A busca por uma definição de gramática, embasada em discursos e ideias que circulavam no momento de sua construção – assunto discutido no capítulo 3 –, caracteriza o *Tratado da Língua Vernácula*, artefato cultural, como um conjunto de práticas que visam construir uma posição simbólica diante da existência de um determinado grupo já institucionalizado. Isso será observado a partir da análise da estrutura/composição dessa obra, agora sob a perspectiva interna.

4.1. O conteúdo de o *Tratado da Língua Vernácula*

A divisão interna das gramáticas ocidentais baseia-se na reflexão dos filósofos gregos acerca dos problemas da linguagem. que proporcionou as investigações dos mecanismos internos da língua e, conseqüentemente, a sistematização e posterior organização do instrumento “gramática” e seu funcionamento.

Depois de Platão tratar do enunciado e da proposição, por meio dos conceitos tema-remata, Aristóteles correlacionou os elementos linguísticos e as categorias dos conteúdos mentais, formulando, mais tarde, a teoria das partes do discurso – nome, verbo, junção e membro articulatório. Os estoicos, mais tarde, ampliaram essa teoria. Na verdade, os filósofos não fizeram gramática, mas desenvolveram doutrinas sobre a linguagem, examinaram alguns princípios da linguagem e criaram uma nomenclatura ‘gramatical’⁹⁵.

Foram os alexandrinos – entre eles, podem ser citados Zenódoto de Éfeso, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco da Samocrátia, um dos primeiros a reconhecer oito partes do discurso: nome, verbo, particípio, pronome, artigo, advérbio, preposição e conjunção – que consolidaram a passagem das considerações sobre a linguagem do terreno filosófico para o terreno gramatical. “Os gramáticos alexandrinos (...) codificaram a gramática grega e lançaram o que seria o modelo da gramática ocidental tradicional. (...) Dedicavam-se especialmente às formas sonoras, buscando nelas as analogias que permitiam o estabelecimento de paradigmas”. (NEVES, 2005, p. 118).

⁹⁴ Sobre a consolidação do ensino secundário no Atheneu Sergipense e a importância de Brício Cardoso nesse processo, como professor de Retórica e Poética, ver Gally (2004).

⁹⁵ Sobre esse assunto, ver SWIGGERS, 1997.

Em Dionísio, o Trácio, considerado o “verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade” (*idem*, p. 125), já se distinguem oito partes do discurso, que foram examinadas em suas particularidades: o nome (*ónoma*) o verbo (*rhêma*), o particípio (*metochê*), o artigo (*árthron*), o pronome (*antonymía*), a preposição (*próthesis*), o advérbio (*epírrhema*) e a conjunção (*sýndesmos*).

Apesar de usar a mesma classificação proposta por Dionísio, Apolônio Díscolo considera a distinção entre palavras essenciais e palavras acessórias, o que reflete a preocupação com a sintaxe, e não somente com as classes gramaticais.

Dessas primeiras sistematizações da disciplina gramatical até chegar o século XIX, várias mudanças de conceitos e classificações aconteceram. Em Roma, os latinos adaptaram os estudos de sua língua às regras formuladas pelos gregos. Os gramáticos mais importantes foram Varrão – que definiu Gramática como ciência e como arte; vislumbrou o valor da oposição de aspectos no sistema do verbo; estabeleceu duas dicotomias problemáticas: o papel da natureza e da convenção na origem das palavras, e a questão da analogia e da anomalia na regulação do discurso – e Prisciano, que descreveu sistematicamente o latim da literatura clássica; definiu a palavra e a frase da mesma maneira que Dionísio e adotou o sistema de oito classes de palavras apresentado por Dionísio e Apolônio Díscolo.

Na Idade Média, a Escolástica reviveu a controvérsia, nos estudos da gramática, acerca da exatidão das palavras sob a forma da oposição entre realistas (as palavras são apenas o reflexo das ideias) e nominalistas (que creem que os nomes foram dados arbitrariamente às coisas). São os *Modistae*, adeptos da gramática especulativa, que acreditavam existir uma gramática una e universal inerente a todas as línguas, ou seja, as regras de gramática eram independentes das línguas particulares nas quais encontravam sua realização. Nesse período, Dante desponta como um dos homens mais avançados para seu tempo, quando inaugurou o uso da língua vernácula como instrumento literário.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, o mundo filosófico estava voltado para o debate entre empiristas e racionalistas, e as concepções defendidas por estes e por aqueles tiveram reflexos no tratamento dispensado aos problemas linguísticos⁹⁶. Um dos gramáticos renascentistas mais importantes foi Petrus Ramus (1515) que defendeu o ensino das línguas clássicas a partir das obras literárias no original, opondo-se, dessa maneira, ao que

⁹⁶ Esse assunto foi discutido no subitem *Os discursos filosóficos em circulação no final do século XIX* do capítulo 3.

se fazia na Escolástica. A queda gradual da primazia da língua latina somada à ascensão dos estudos das línguas vernáculas ajudou alguns estudiosos a acreditarem que o homem era capaz de aperfeiçoar as línguas até mesmo criá-las para que satisfizessem as necessidades de seu próprio tempo. Configurava-se, a partir daí, a busca pela língua ideal. Essa crença motivou não somente os estudos fonéticos a partir da atitude empírica do conhecimento, como também a construção das gramáticas filosóficas ou gerais, especialmente as que se vincularam à escola de *Port-Royal*, dentre as quais se destaca a *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa*⁹⁷ de Jerônimo Soares Barbosa⁹⁸, uma das gramáticas de maior expressão da língua portuguesa do século XVIII.

Com o objetivo de conhecer as regras do pensar para poder regê-las, pois acreditava ser a língua instrumento analítico do pensamento, a *Gramática filosófica* tinha como pressuposto a universalidade dos princípios que regulavam todas as línguas, pois que os homens pensavam segundo as mesmas leis. Além de representar uma ruptura com os modelos latinos, ela impunha regras do bem falar e escrever as regras do bem pensar e raciocinar.

Para construí-la, Soares Barbosa (1875) imprimiu uma divisão metodológica baseada na diferença entre gramática geral, cujo objeto eram as estruturas universais, ou seja, princípios lógicos gerais que estariam presentes em todas as línguas, e gramática particular, voltada para os estudos gramaticais específicos de cada língua. A gramática geral foi dividida em duas partes: uma mecânica e material da língua; e outra, lógica, responsável pela expressão do pensamento em palavras e sua organização na frase.

Gramática é a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua. Toda gramática é um sistema metódico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das línguas. Se estas regras e observações têm por objeto tão somente os usos e fatos de uma língua particular, a gramática será também particular. Se elas, porém, abrangem os usos e fatos de todos ou da maior parte dos idiomas

⁹⁷ A *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa* teve ao todo 7 edições publicadas pela Academia Real das Ciências. (Cf. CARDOSO (S), 1994) e sua introdução é datada de 1803.

⁹⁸ Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) foi filólogo português e bacharel em Direito Canônico. Foi professor das cadeiras de Retórica e Poética e de Eloquência. Como estava ligado a questões políticas educacionais por ser membro da diretoria Geral dos Estudos, propôs a renovação do método de ensino da língua portuguesa, colocando-a em primeiro plano, antes, portanto, da língua latina que era obrigatória no ensino das primeiras letras. Essa proposta foi concretizada em *As duas línguas*, obra publicada em 1807 que comparava o português e o latim, verificando os princípios gerais que regiam as duas línguas, para, posteriormente, subsidiar seu pressuposto de haver uma gramática geral compartilhada entre todas as línguas – posição defendida pela gramática de Port-Royal. Antes, ainda, de publicar a *Gramática Filosófica*, Jerônimo publicou *Escola popular das primeiras Letras dividida em quatro partes*, em 1796, lugar onde “instrui” os professores – mestres-escola – de seu tempo sobre a gramática elementar, também baseada nos princípios da gramática racional, filosófica.

conhecidos, a sua gramática será geral. Uma e outra pode ser ou somente prática e rudimentária ou filosófica e razoada. [...] Porém se o espírito se adianta a indagar e descobrir, nas leis físicas do som e do movimento dos corpos orgânicos, o mecanismo da formação da linguagem, e nas leis psicológicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e enunciação do pensamento; então o sistema que daqui resulta, não é já uma Gramática puramente prática, mas científica e filosófica.

Toda a gramática particular e rudimentária, para ser verdadeira e exata nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim fácil para ser entendida e compreendida dos principiantes, deve ter por fundamento a gramática geral e razoada. (SOARES BARBOSA, 1875, p. XI).

As línguas, portanto, eram instrumentos não só de comunicação, como também de raciocínio. Um dos princípios universais propostos foi o de que o “sistema etimológico de qualquer Língua está necessariamente fundado sobre o sistema lógico das ideias, o qual é o mesmo, fundamentalmente, em todos os homens de qualquer idade e país que seja,” (idem, p.69). Apesar de as ideias serem representadas por diferentes sinais, segundo as diferentes línguas, constata-se que essa diferença só está no material do vocábulo e não na significação das palavras.

Por acreditar que a gramática não deveria ser uma mera coleção de “observações desvairadas, devendo ser um sistema razoado de analogias” (idem, p.223), o autor descreveu, classificou e expôs as singularidades e características de cada uma classe de palavras.

Geralmente, alguns gramáticos ingleses dessa época usavam o sistema latino em que a gramática era dividida em oito classes de palavras para confrontar com a língua inglesa e a partir daí justificá-la ou criticá-la. Outros preferiam usar as teorias de Port-Royal em que as oito classes propostas pelo latim reduziam-se a dois grupos: os que denotavam objetos de pensamento (nome, pronome, particípio, preposição, advérbio) e os que denotavam modos de pensamento (verbo, conjunção, interjeição).

A pretensão inicial de formular princípios básicos para a utilização da língua portuguesa fez Barbosa (idem) utilizar o critério racional e lógico, como foi dito anteriormente, além do bom uso da corte e dos bons escritores. Assumia ele uma postura metodológica racionalista, e, por isso, fazia severas censuras aos gramáticos de maneira generalizada. O objetivo era demonstrar os erros cometidos por eles, pois imitavam os modelos da gramática latina, até então em vigor nas escolas portuguesas. Condenava, sobretudo, o seu caráter ilógico, meramente prático e mnemônico.

Mas todas estas gramáticas, além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o comum de serem uns sistemas meramente analógicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das gramáticas latinas; e n'esta mesma consideração anda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessárias sobre o gênio particular e caráter da Língua Portuguesa. (BARBOSA, 1875, p. XIII).

Essa obra, além de abrir um novo espaço para a vocação gramatical em língua portuguesa, constituiu escola e adeptos que se estenderam ao longo do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O *Tratado de Língua Vernácula* é um desses adeptos, como veremos adiante.

Ao traçar as linhas de construção de sua gramática, Cardoso (1944, p. 18) dispõe os capítulos, atentando à

ordem natural que convém observar-se na expressão e pintura do pensamento, o qual, na misteriosa passagem da concepção para o aparelho acústico, é som, primeiro que palavra; é substância, atributo e conexão, antes que proposição; e só depois de proposição requer os signos representativos de seus sons, e os representativos de suas pausas e divisões. Entendo que não se pode fazer metodicamente um curso de gramática, senão começando pela Ortoepia, desta passando à Etimologia, desta à Sintaxe, que inclui a Poética e finalmente da Sintaxe à Ortografia.

Assim, o *Tratado da Língua Vernácula* foi dividido em cinco partes: a primeira trata das apresentações feitas por João Ribeiro (*Brício Cardoso*) e Laudelino Freire (*Tratado da Língua Vernácula*), da apresentação dos objetivos (*intuito deste livro*) e prefácio. Também apresenta os prolegômenos, onde são discutidas as teorias subjacentes à obra, no tocante à língua, à linguagem e à gramática – da importância da linguagem; da origem e progresso da linguagem e da gramática; da origem da língua portuguesa; das idades da língua portuguesa; da vernaculidade da língua portuguesa; dos idiotismos; dos sinônimos; dos galicismos; linhas de precaução; dos infinitos pessoal e impessoal; da gramática; da divisão da matéria gramatical –, descritas a seguir.

4.1.1. Prolegômenos

Da importância da linguagem

Depois da afirmação de que o produto da razão, qualidade que faz do homem um ser diferente dos animais, não se pode manifestar sem o auxílio da linguagem, são apresentados dois conceitos de linguagem: a) “... é o instrumento da transmissão dos fatos

intelectuais, é o laço que liga os indivíduos humanos uns aos outros pela educação, pela concepção, pela comparação, pelo raciocínio, etc” (CARDOSO, 1944, p. 21); b) “...é a chave de todos os conhecimentos e a fonte de todas as luzes humanas” (idem).

Por concebê-la como “filha do pensamento” – uma vez que, para exprimir os pensamentos, é preciso haver, anteriormente, a palavra –, a linguagem seria a responsável pela existência das “artes, ciências, religiões, poesia, literatura, civilização e progresso”. (ibdem).

Afirmações, como “ os homens saem do estado selvagem quando recebem uma língua aperfeiçoada que lhes facilite a missão dos sons que traduzem o pensamento” (idem, p. 21-2) e o uso de expressões e palavras, tais quais “luzes humanas”, “progresso”, “civilização”, “incultura selvática” manifestam a apropriação do discurso científico apregoado naquele momento. São chamados à baila, apenas os filósofos (não há indicação de nenhum gramático, filólogo ou teórico da linguagem, nessa discussão): Platão, Locke e Condillac⁹⁹. Em todos eles, o autor busca argumentos para sustentar a relação intrínseca entre linguagem e pensamento:

É dupla, como diz **Locke**, a relação da linguagem com o pensamento. A linguagem, como já ficou dito, serve para analisar e transmitir o pensamento. A transmissão do pensamento é a vida da ciência. A comunicação é o câmbio do pensamento, a vida da sociedade.(CARDOSO, 1944, p. 22).

Vê-se, pois, que a faculdade de julgar é gêmea da faculdade de falar, o que verifica aquilo de **Platão**: –“O pensamento é uma palavra interior; ou o pensamento é o discurso interno, discurso que a alma profere a si mesma. (idem, p. 24).

Considerando que a linguagem não cria o pensamento, e que dele é apenas instrumento, para não fatigar, vou concluir com a afirmativa de **Condillac**, afirmativa que resume tudo quanto tenho dito e poderiam dizer grandes filósofos: –“Nós não podemos pensar sem signos” – mas acrescentando a essa afirmativa que os símbolos tiram sua origem dos próprios pensamentos que representam. (idem, p. 24-5). (grifos meus).

Para Cardoso (1944), a linguagem é importante não só para que o homem adquira o conhecimento necessário à sua sobrevivência em sociedade, mas também para formar ideias, ajudá-lo “nas operações do espírito e nas faculdades da alma”. (idem, p. 23). Considerando, ainda, que as operações intelectuais – generalização, classificação e raciocínio – não se realizam sem a linguagem, o autor constrói a premissa de que o raciocínio, para ser formulado, precisa comparar dois termos separados e reunidos por

⁹⁹ As teorias desse filósofo foram discutidas no capítulo 3, desta tese.

uma afirmação em comum, constituída por três termos: sujeito, verbo e atributo, ou ainda, como pregam outros filólogos, sujeito e predicado.

Vê-se, assim, a preocupação em aproximar a importância da linguagem (relacionada diretamente ao pensamento) à da gramática, assunto que ele discutirá no item subsequente.

Da origem e progresso da linguagem e da gramática

Mesmo sabendo que estava em terreno escorregadio quando se tratava da origem e progresso da linguagem, Cardoso (1944) aventurou-se em trilhá-lo, a fim de mostrar-se, talvez, próximo das teorias científicas que circulavam naquele momento.

Neste subitem, as noções de linguagem, gramática e palavra confundem-se¹⁰⁰. Não há a preocupação em diferenciar o emprego de um ou outro termo para designarem as fases pelas quais a comunicação fora estabelecida pela humanidade. Para o autor, a linguagem passou por duas fases distintas: a primeira que corresponde ao momento em que a tradição oral predominava; e a segunda, em que a palavra escrita foi adotada. O quadro sinóptico, a seguir, dá uma ideia da classificação das fases com as respectivas características:

Quadro 7- Fases do progresso da linguagem

1ª fase	Gritos, gestos e interjeições (homem em estado selvagem); vocabulário tropológico e metafórico; nomeação das coisas por meio de catacreses, uso de monumentos megalíticos para registrar acontecimentos; tradição mantida pela oralidade.	
2ª fase (palavra escrita)	Pintura	Representação de uma ideia por meio da pintura ou escultura.
	Hieróglifos	Figuras que servem para designar vários objetos ou histórias
	Símbolos	Espécie de caractere que serve para fixar o espírito sobre as coisas significadas
	Escrita literal	Atribuída aos fenícios e cananeus. Moisés foi o primeiro escritor do mundo e da Religião.

A explicação da primeira fase assemelha-se à teoria de Jean-Jacques Rousseau – contida no *Ensaio sobre a origem das línguas*, no qual a linguagem é vista sobre o prisma

¹⁰⁰ Neste excerto, é possível ver o uso indistinto dos termos palavra, linguagem e gramática: “Enriquecido com o dom da palavra, que não recebeu do céu tal qual ele hoje é, mas proporcionado às suas necessidades atuais, o homem, nos seus primeiros dias, quando na vida nômade, separado de seus semelhantes, cego a tudo, confraternizava mais com as feras e com a natureza inanimada, não tinha ainda uma linguagem cabalmente formada, mas somente os meios de formá-la, isto é, a faculdade de emitir sons articulados. As muitas afeições eram comunicadas pelo grito do sentimento, que, rebentando da boca de um, ia percutir na alma do outro: a cólera e o furor exprimiam-se por sons enérgicos e rápidos, acompanhados dos gestos mais adequados. Tal foi a gramática selvagem dos primeiros homens, gramática esta que se limitava ao falar interjetivo, conciso e simples”.(CARDOSO, 1944, p. 25).

da sociabilidade manifestada na música e na melodia – para quem, a primeira linguagem é a das paixões.

Com as primeiras vozes, formaram-se as primeiras articulações ou os primeiros sons, segundo o gênero da paixão que ditava uns ou outros. A cólera arranca gritos ameaçadores, que a língua e o palato articulam, mas a voz da ternura é mais suave, é a glote que a modifica, e essa voz se torna um som. Só os seus tons são mais frequentes, mais raros, as inflexões mais ou menos agudas, segundo o sentimento que se acrescenta. Assim, a cadência e os sons nascem com as sílabas; a paixão faz falar todos os órgãos, e adorna a voz com todo o seu brilho. Assim, os versos, os cantos, a palavra têm uma origem comum. (ROUSSEAU, 2003, p. 23).

A gênese da linguagem estaria ligada à necessidade de comunicação entre os humanos que, inicialmente, foi movida por paixões e expressa por meio de gestos e sons. As primeiras manifestações da palavra falada, ainda, para Rousseau (*idem*), foram os tropos, ou seja, a linguagem figurada: “a princípio, falou-se somente em poesia; só se começou a raciocinar muito tempo depois”. (*idem*, p. 107). O argumento utilizado por Rousseau é muito próxima daquele usado por Cardoso (1944):

Quadro 8- Teoria de Rousseau e apropriação de Cardoso (1944)

Rousseau (2003, p.107-8)	Cardoso (1944, p. 25-6)
<p>“Um homem selvagem, ao encontrar outros, a princípio <u>se terá assustado</u>. <u>Seu terror</u> ter-lhe-á feito ver esses homens maiores e mais fortes do que ele; ter-lhes-á dado o nome de <i>gigantes</i>. Após muitas experiências terá reconhecido que, não sendo esses pretensos gigantes nem maiores nem mais fortes do que ele, sua estatura não convinha à ideia que ele ligara a princípio à palavra gigante. Inventará, portanto, um outro nome comum a eles e a mesmo, como por exemplo a palavra <i>homem</i>, e deixará a palavra gigante para o objeto falso que o impressionara durante sua ilusão. Eis como a palavra figurada nasce antes da palavra própria, quando a paixão nos fascina os olhos e quando a primeira ideia que ela nos oferece não é a verdadeira”. (grifos meus).</p>	<p>“As muitas afeições eram comunicadas pelo grito do sentimento, que, rebentando da boca de um, ia percutir na alma do outro: a cólera e o furor exprimiam-se por sons enérgicos e rápidos, acompanhados dos gestos mais adequados. Tal foi a gramática selvagem dos primeiros homens, gramática esta que se limitava ao falar interjetivo, conciso e simples. (...) Daí a necessidade de designar os objetos conhecidos por palavras próprias; daí a necessidade de um vocabulário, que começou topológico e metafórico, graças aos embaraços com que todos lutavam (...). Pertencia-lhe a expressão do sublime, porque só recebia impressões que lhe levantavam a alma acima da situação ordinária, enchendo-a de um sentimento de comoção e <u>assombro inexplicável</u>”.</p> <p>.....</p> <p>“Ao homem cruel, por analogia, chamaram tigre; aludindo ao fogo devorador de um incêndio, disseram – eu ardo, quando se sentiram agitados por um violento desejo”. (grifos meus)</p>

Em relação à segunda fase, a da palavra escrita, Cardoso (B) (1944) busca, nas explicações de Soares Barbosa (1875) seu alicerce. Na introdução da *Gramática Filosófica* de Jerônimo Soares Barbosa, vê-se a mesma explicação para a origem da escrita e suas fases

(entretanto, não há explicações para a origem da linguagem). Há quem diga, a princípio, que Cardoso (1944) tenha copiado as explicações de Soares Barbosa (1875). Mas, considerando o critério da apropriação, acredita-se que até o fato de “copiar” é uma forma de tornar legítima a fala a que se pretende filiar. O quadro comparativo, a seguir, permite visualizar melhor a maneira pela qual o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* “copia” o maior modelo do século XVIII, embora tenha se esquecido de explicitar a referência.

Quadro 9- Comparação entre os discursos de Cardoso (1944) e Barbosa (1875)

Cardoso (1944)	Barbosa (1875)
(A) Então, a gramática começou a ser a ciência dos caracteres, já reais ou representativos das coisas, já nominaes ou significativos dos sons e das palavras.	A Gramática (que quer dizer Literatura) não foi ao princípio outra coisa senão a ciência dos caracteres, ou reais, representativos das coisas, ou nominais, significativos dos sons e das palavras.
(B) Nessa época remota chamava-se literato ou gramático ao homem que sabia ler e formar, ou com um ponteiro, ou com uma pena, os caracteres que constituíam toda a ciência gramatical.	Toda a ciência do homem letrado ou gramático se reduzia naqueles primeiros tempos a saber ler, e a formar, ou com o ponteiro, ou com a pena, estes caracteres.
(C) De então até nós, a palavra visual, isto é, a literatura e gramática primitiva, passou por quatro estados diversos. O primeiro foi o da pintura	Segundo os progressos do espírito humano, quatro foram os estados desta espécie de literatura e gramática. O primeiro foi o da pintura.
(D) Então, para se representar, por exemplo, a ideia de um homem, pintava-se ou esculpia-se a sua figura natural. Daí sem duvida foi que obteve sua origem o método de ensino intuitivo, a que hoje estão oxigenando as brancas para lhe darem feição moderna ou de moço.	Para representar, por exemplo, a ideia de um homem ou a de um cavalo, pintava-se ou esculpia-se a figura natural de um ou de outro.
(E) O segundo foi o dos hieróglifos. Começou assim: os homens abandonaram a pintura das coisas e admitiram figuras, não já para representar um objeto somente, mas sim para servir de sinal a muitos. Cada hieroglífico era uma pequena história, e tão difícil, que os grandes talentos encontram tropeços na decifração cabal.	Como porém este método de representar as ideias era muito defeituoso, longo e custoso, os egípcios, dotados de um engenho inventor, descobriram, à imitação dele, outro mais breve, que é o dos hieróglifos. Empregavam eles uma figura, não já para representar uma coisa somente, mas para servir de sinal a muitas. Um hieróglifo só, pelas ideias que a sua instituição ao princípio e depois a tradição lhe alegava, era uma pequena história. (...) Este foi o segundo estado da literatura ou gramática, da qual temos ainda alguns restos nos nossos brasões e armaria.(p. v-vi).

Continua...

... continuação

Cardoso (1944)	Barbosa (1875)
(F) Os símbolos deram início ao terceiro, que ainda hoje permanece entre os chineses. Os símbolos são uma espécie de caracteres que, diminuindo e escurecendo a atenção que dantes se dava à imagem natural, servem para mais fixar o espírito sobre as coisas significadas, do que sobre eles mesmos.	O terceiro foi o da escritura simbólica. Na hieroglífica desenhava-se a coisa ao natural para a representar e trazer com ela outras à memória. Mas crescendo a razão, com o tempo, com a polícia e com a experiência, e bem assim multiplicando-se também à proporção os conhecimentos e as necessidades, já a estas não podia suprir uma escritura tão diminuta e embaraçosa, como era a hieroglífica. Continuando pois os homens a abreviar cada vez mais, á força de mudanças e alterações, o que ao princípio eram pinturas, vieram a converter-se em símbolos, semelhantes aos de que ainda agora se <u>estão servindo os chinas</u> . Tendo eles ao princípio sido formados da circunferência e contornos das figuras naturais, depois com a continuação do tempo e alterações, se reduziram a <u>uma espécie de caractere real, que diminuindo e escurecendo em fim a atenção que dantes se dava à imagem natural, ficou servindo só de símbolo para fixar o espírito mais sobre a coisa significada do que sobre ele.</u> (...)
(G) O quarto foi estabelecido pela escritura literal, que se atribui aos fenícios ou cananeus. Já estava em uso no tempo de Moisés, o primeiro escritor do mundo e da Religião, há vinte séculos reformada pelo sublime divino Mártir do Gólgota, o doce e meigo Nazareno.	Neste estágio [símbolos] estria naturalmente a gramática e a literatura, quando algum gênio criador, conduzido pela Providência, descobriu felizmente a arte de pintar, não já as coisas mesmas, mas os vocábulos que as representam. Esta é a escritura literal, cujo invento por uma antiga tradição dos povos, é atribuído aos fenícios e cananeus, e que já no tempo de Moisés, primeiro escritor do mundo e da religião, estava em uso pelos anos do mundo dois mil e quatrocentos pouco mais ou menos, e mil e seiscentos antes de Jesus Cristo (p. vi).

Há que se considerar que Cardoso (1944), embora faça transcrições relativamente literais das explicações de Soares Barbosa (1875), como nos excertos acima, principalmente, em (A), (B), (C) e (D), vê-se a inserção, em (D), da relação vista entre a primeira fase da linguagem e o método intuitivo: “Daí sem duvida foi que obtive sua origem o método de ensino intuitivo, a que hoje estão oxigenando as brancas para lhe darem feição moderna ou de moço”; ou uma redução dessas explicações, com o intuito, talvez, de facilitar o seu entendimento para os alunos do ensino secundário. O fato é que não há uma cópia literal, uma mera transcrição. A cada vez que Cardoso (1944) se apropria de algumas fontes, ele o faz a partir de sua utensilagem mental, como se percebe no exemplo (D).

No excerto (G), Cardoso (idem) modifica a designação “antes de Jesus Cristo” para “sublime divino Mártir do Gólgota, o doce e meigo Nazareno”. Nesse caso, fica ainda

mais explícita a conduta do autor de o *Tratado da Língua Vernácula*, em relação à maneira pela qual ele parafraseia outro autor, expondo suas crenças e o lugar social e religioso de onde ele fala.

Ainda em relação à palavra escrita, apesar de as semelhanças entre essas explicações e as de Rousseau também serem evidentes¹⁰¹, há um antagonismo: se para Rousseau, a escrita foi fruto da conveniência de comunicação entre os povos – mas, nem por isso, existem provas de que a invenção da escrita seja uma prova da alta antiguidade do povo inventor –, para Cardoso (1944, p. 27), a escrita “já estava em uso no tempo de Moisés, o primeiro escritor do mundo e da Religião, há vinte séculos reformada pelo sublime divino Mártir do Gólgota, o doce e meigo Nazareno”.

Cardoso (idem), talvez, tenha usado duas fontes na construção desse subitem: Rousseau e Soares Barbosa (1875). A primeira fase coincide com a teoria de Rousseau, e a segunda, com a de Soares Barbosa. Como já foi aqui explicado, a *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa* é uma obra baseada, em grande parte, nos princípios ditados pelos enciclopedistas¹⁰² que rejeitavam algumas hipóteses de Rousseau em relação à linguagem. Possivelmente, esse fato possa explicar o porquê de não existir, em Barbosa (idem), a apresentação da primeira fase a que Cardoso (idem) se refere – mas que coincide com a teoria de Rousseau.

Da origem da língua portuguesa

Quando trata da língua portuguesa, Cardoso (1944) prefere considerá-la um idioma¹⁰³: “O que chamamos língua portuguesa é propriamente um idioma, porque vem da

¹⁰¹ Para Rousseau (2003, p. 113-4), “à medida que crescem as necessidades, que os negócios se complicam, que as luzes se estendem, a linguagem muda de caráter, torna-se mais apropriada e menos apaixonada, substitui as ideias aos sentimentos, não fala mais ao coração mas à razão”. Daí a necessidade de expressar os mais variados sentimentos e paixões por meio da escrita. Ainda, para esse autor, “... [existem] três diferentes estágios [da palavra escrita] em que se podem considerar os homens reunidos em nações. A pintura dos objetos convém aos povos selvagens; os sinais das palavras e das proposições, aos povos bárbaros; o alfabeto, aos povos civilizados”. Cardoso (1944), igualmente à Soares Barbosa (1875), por sua vez, acredita que a palavra escrita, uma imposição de uma sociedade mais complexa, passou por quatro estágios: pintura, hieróglifos, símbolos e escrita literal. Comparando-os aos propostos por Rousseau, é possível afirmar que os hieróglifos e os símbolos correspondem ao segundo estágio rousseauiano.

¹⁰² Em Fávero (1996), há um estudo sobre a contribuição dos enciclopedistas para os estudos linguísticos.

¹⁰³ Para alguns filólogos há diferença entre Língua e Idioma. Enquanto a Língua é considerada “um sistema formado por regras e valores presentes na mente dos falantes de uma comunidade linguística e aprendido graças aos inúmeros atos de fala com que eles têm contato”, o Idioma é um termo referente à língua, “usado para identificar uma nação em relação às demais e está relacionado à existência de um estado político. Por isso, espanhol é um idioma, mas o basco, não, e o português é uma língua e um idioma. Ou seja, o idioma sempre está vinculado à língua oficial de um país”. (VICHESSI, *online*).

maternidade latina” (idem, p. 28). Antes de explicar a intrínseca relação entre a língua portuguesa e a latina, porém, o autor chama a atenção para o fato de todas as línguas árticas e antárticas, do oriente e do ocidente, serem vindas exclusivamente de Deus, “que é o grande mestre-escola dos povos e das plebes. As línguas criadas ou inventadas por homens morrem em meia viagem de expansão” (idem, p. 28). Apesar da insistente afirmação de que o criador de todas as línguas foi Deus¹⁰⁴, Cardoso (1944, p. 28) reconhece que o

idioma português além dos que recebeu do latim como base, conta os ibéricos, os célticos, os fenícios, os gregos, os germânicos, os árabes, os africanos, os asiáticos, os americanos e os dos autóctones da Meia América, que Pedro Álvares Cabral encontrou boiando no dorso das vagas verdes do Atlântico, como um nenúfar gigantesco de pétalas formadas de caríssimos brilhantes.

Neste subitem, o único objetivo foi o de provar que a língua portuguesa é “filha” da língua latina. Daí, o autor refere-se à opinião autorizada, por ele considerada ser a dos melhores clássicos: João de Barros, Duarte Nunes, João de Lucena, Fr. Heitor Pinto, Frei Luiz de Souza, D. Hyerônimo Osório, Jorge Ferreira, Bernardes, Francisco de Moraes, Vieira, Felinto Elysio, Camões, Alexandre Herculano, Garret, Castelo Branco, Latino Coelho e Castilho .

As preposições e as conjunções seriam a prova maior de que o latim é a origem e fonte primária da língua portuguesa, pois essas partículas lhe eram elementares. E mais que isso: “a força, o valor, o sentimento das mesmas [preposições e conjunções], o emprego que têm na oração e a maneira por que modificam os vocábulos, do que resulta **um certo modo de ver** que propriamente constitui o gênio da língua”. (CARDOSO, 1944, p. 31. Grifos do autor).

¹⁰⁴. No capítulo 2, versículo 19, da Gênese, se diz que Deus “formou da terra toda espécie de animais campestres e de aves do céu e os conduziu ao homem, para ver como ele os chamaria, e para que tal fosse o nome de todo animal vivo, qual o homem o chamasse”. Conforme Eco (2001, p. 26), a “interpretação deste trecho é extremamente delicada. Com efeito, propõe-se aqui, com certeza, o tema do Nomoteta, comum a outras religiões e mitologias, isto é, o do primeiro criador da linguagem. Mas não está claro em que bases teria Adão nomeado os animais, e, em todo caso, nem a versão da *Vulgata*, em que se formou a cultura europeia, em alguma coisa ajuda para esclarecer tal ambiguidade, pois prossegue dizendo que Adão chamou os vários animais por *noninibus suis*, que traduzindo ‘pelos seus nomes’ nada resolve. De fato, será que tal expressão significa que Adão os designou com nomes que lhes cabiam por algum direito extralinguístico, ou com nomes que nós (com base na convenção adâmica) agora lhe atribuímos? Cada nome dado ao animal por Adão seria talvez o nome que aquele animal *devia* ter por causa da sua natureza ou o nome que o Nomoteta decidiu arbitrariamente determinar-lhe, *ad placitum*, instaurando desse modo uma convenção?”.

Das idades da língua portuguesa

Quando se trata da evolução da língua portuguesa, vários filólogos, gramáticos e linguistas a dividem em fases, em períodos ou épocas, conforme critérios que variam de acordo com um referencial linguístico ou extralinguístico. Ismael de Lima Coutinho, José Leite de Vasconcelos e Carolina Michaellis, por exemplo, foram consensuais no tocante à divisão da história da língua portuguesa. Para eles, houve três épocas: a) pré-histórica (das origens até o século IX); b) proto-histórica (do século IX ao século XII); e c) histórica (século XII em diante). (Cf. HAUY, 1989). A periodização, entretanto, foi proposta no início do século XX, distante, portanto, daquela apresentada por Cardoso (1944), em 1874.

Neste subitem, não há nenhuma referência a obras ou autores que tenham sugerido tal periodização, baseada, dedutivamente, nos estágios do desenvolvimento humano: infância, adolescência, maturidade e velhice, como se observa, no quadro, a seguir:

Quadro 10- Periodização da língua portuguesa, conforme Cardoso (1944)

Fases	Período	Autores representativos
Infância	Vai do princípio da monarquia até 1278, época do reinado de D. Diniz.	“D. Diniz foi o primeiro que pôs as leis em ordem, mandou fazer compilação delas, compondo ele mesmo, muitas cousas em verso, à imitação dos poetas provençais. A carta de seu filho, D. Afonso 4º, mostra que a prosa também se havia melhorado”.
Adolescência	De 1278 a 1552, quando João de Barros publica a sua gramática.	Infante D. Pedro e Vasco de Lobeira, no reinado de D. João I; coletores das leis, no reinado do rei D. Afonso V; e no dos reis D. João II e D. Manoel; cronistas do Reino, Fernão Lopes, Duarte Galvão e Ruy de Pina.
Virilidade	De 1552 com João de Barros, e estende-se até o tempo dos escritores clássicos.	Diogo do Couto, Francisco de Moraes no seu <i>Palmeirim de Inglaterra</i> , Fr. Bernardo de Brito em suas <i>Histórias</i> , Antonio Pinto Pereira, D. Luiz de Ataíde, Fernão Mendes Pinto em suas <i>Peregrinações</i> , e Luiz de Camões, Sá, Ferreira, Bernardes, Vieira e muitos outros.
Esplendor	“começa com o desaparecimento desses grandes engenhos [autores da fase da virilidade] que a ampliaram e opulentaram, e estende-se aos tempos contemporâneos em que foram e são conhecidos autores do maior merecimento”. (p. 33).	Castilho, Garret, Passos Manuel, Alexandre Herculano, Mendes Leal, Rebelo da Silva, Tomaz Ribeiro, João de Lemos, Bulhão Pato, Camilo Castelo Branco, Vieira de Castro, Curvo Semedo, Pinheiro Chagas, Faustino Xavier, Xavier Botelho, Bingre, Nunes Cardoso, D. Gastão, a Marquesa de Alorna, o Morgado de Assentiz, o Conde de Sabugal, Leitão de Gouveia, Pimentel Maldonado, D. Josefa de Balsemão, Pinto Rebelo de Carvalho, Vicente Pedro Nolasco, Cyro Pinto Osório, Soares dos Passos, Pereira Marrecos, Freire Cardoso, o Duque de Palemla, Correia Caldeiros, João de Aboim, Silveira Malhão, e tantos outros, já portugueses, já brasileiros.

Essa periodização deve ter sido proposta por autores enciclopedistas, ou até mesmo por Spencer – o mais provável. Mas, o que se pretende, neste trabalho, é chamar a atenção para a maneira pela qual Cardoso (1944) se apropriava dos textos que circulavam naquele

momento e de como essa prática traduz a posição social ocupada pelo autor. Em outras palavras, a maneira pela qual o autor utilizou os modelos culturais em circulação naquele momento e os reinterpreto.

*Da vernaculidade da língua portuguesa*¹⁰⁵

Cardoso (1944) traz uma discussão muito comum aos homens de letras que cobre todo o período romântico: trata-se do problema da vernaculidade da língua. Por vernaculidade, esse autor (idem, p. 34) entende ser ela “o colorido e o brilho da índole, da família, da gente e da localidade, derramado na expressão”. Era também “o aroma e a reminiscência da loucura dos velhos do gineceu a tresandarem no estilo elevado e culto; (...) o traço fisionômico, é o esplendor dos olhos, o corado das faces, a ruga da testa, tudo quanto constitui a fisionomia especial da linguagem, como se ela fosse uma entidade físico-moral, como se ela fosse um indivíduo da humanidade”(idem).

Para Cardoso, havia duas vernaculidades na língua portuguesa: a americana – a língua brasileira, característica dos trópicos – e a europeia, a língua portuguesa usada em Portugal. A mais bela era “a americana; a menos bela, a europeia (...)” (idem, p. 35). Era assim que Cardoso (1944) se posicionava diante da língua-pátria. Por ser bela, inclusive, era necessário que essa língua fosse passada aos descendentes, tal qual a “recebemos dos nossos ascendentes”. Essa crença na superioridade da variante brasileira, que foi se firmando através

dos adeptos novos, das mais variadas tendências, posteriormente se [apoiou] numa terceira ordem de fatores: a de que a língua do Brasil é mais pura por se concentrar aqui o maior número dos cultores da tradição vernácula, conforme reconhecem os próprios portugueses, cuja variante, por ser aberta aos estrangeirismos, se vai descaracterizando. Este é o ângulo dos puristas, a partir dos anos 1880, defendido, com raras exceções (Nabuco), até as portas do movimento modernista (Laudelino Freire)”. (PINTO, 1978, p. 28).

A vernaculidade da língua é um dos pontos, talvez, mais relevantes de sua obra e o aspecto mais elogiado por João Ribeiro, quando escreveu o prefácio de o *Tratado da Língua Vernácula*.

¹⁰⁵ Esse assunto foi amplamente discutido em Gally (2004 e 2010).

Dos idiotismos

Depois de definir os idiotismos como “construções, torneios de frases, ou modos de dizer particulares de uma língua, que à primeira vista parecem afastar-se dos preceitos mais vulgares da gramática universal, escandalizando, como disse o sr. Dr. Guilherme, as regras da concordância”, Cardoso (1944) defende a ideia de que não constituem eles erros crassos, mas “propriedades nativas das línguas, são elegâncias peculiares aos idiomas – todos eles se reduzem facilmente aos princípios gerais da gramática, porque todos eles são aplicações desses princípios aos usos e instituições arbitrárias desta ou daquela língua”.(idem, p. 37). Eis alguns exemplos mencionados:

	por	
Quem foi rei sempre lhe fica a majestade		A quem foi rei sempre fica a majestade
O pobre do homem		O pobre homem
Nós é que somos os brasileiros patriotas		Nós somos os que somos brasileiros patriotas
Eu é que fiz esta casa		Eu sou quem fez esta casa
Eu não sei nada		Eu nada sei
Eu não vi ninguém		Eu nada vi ou Eu não vi alguém
Aborreço a afetação		Aborrece-me a afetação
Esqueceu-me o negócio		Esqueci-me do negócio
Lembro-me eu..		Lembra-me a mim
Enfastiou-me o comer		Enfastiou-me de comer
Eu fui o que falou...		Eu sou quem falei
Fui eu que disse		Eu sou quem disse

Também é considerada como idiotismo – “um dos mais belos idiotismos da língua” (idem, p. 38) – a repetição das variações dos pronomes pessoais na oração: “Parecia-me a mim. Ele só trata de se consolar a si. Os padres lhes dizem a eles. É preciso que nós nos entendamos a nós mesmos. Seu filho dele.” (idem).

A menção aos idiotismos aponta para a inserção do autor nas discussões travadas sobre a pureza linguística e seus desdobramentos – idiotismos, arcaísmos, neologismos, estrangeirismos eram alguns dos assuntos debatidos naquele período quando se tratava da língua nacional¹⁰⁶. Desde o momento em que Cardoso (1944) se refere à vernaculidade, percebe-se a preocupação, ou a intenção, em deixar registradas suas opiniões acerca da identidade da língua brasileira, ideia atrelada ao processo de independência do Brasil, desde 1822. Os gramáticos usavam suas obras para também legitimar um ponto de vista,

¹⁰⁶ Sobre assunto, ver Pinto (1978).

marcado, muitas vezes, por polêmicas publicadas em jornais que consistiam na defesa da pureza, ou não, do uso da língua portuguesa no Brasil¹⁰⁷.

A posição defendida por Cardoso é do “caminho do meio”, ou seja, ele relativiza as posturas adotadas pelos grupos de intelectuais radicais: nem purista ao extremo, nem nacionalista ao extremo.

Não consideramos que haja idiotismo nas frases construídas com o verbo **haver**, senão oriundo de elipse, como: **Ha homens, havia festas**, porque não julgamos que o verbo **haver** signifique **existir**, e sim **ter**; por ser derivado do latino **habêre**, o que nos faz dar-lhe para complemento objetivo aquilo que os outros querem dar-lhe como sujeito. (CARDOSO, 1944, p. 39). (Grifo do autor).

É permitido o uso desta ou daquela forma, desde que haja uma justificativa plausível. Essa posição será observada em todas as discussões relativas ao purismo linguístico, das quais Cardoso não se isentará.

Dos sinônimos

Definido como “vocábulo que tem a mesma ou quase a mesma significação que outro, posto que os dois sejam diferentes em soido (*sic*), ortografia e derivação” (CARDOSO, p. 39), de acordo com Bluteau, José da Fonseca e Padre Inácio Roquete, os sinônimos são considerados pelo autor como um assunto que suscita polêmica: de um lado, há autores que os considerem como vocábulos semelhantes pela ideia que caracterizam; de outro, filólogos que acreditam que “as palavras a que se dá este nome posto que se refiram a uma mesma ideia, a qualificam de distinto modo, e, por conseguinte, não significam a mesma coisa” (CARDOSO, 1944, p. 40).

Nesse caso, Cardoso (*idem*) rejeita a posição dos filólogos – “por mais respeitável que seja” (*idem*) – e afirma, apoiando-se em Guizot, que “todas as vezes que certas palavras se acham ligadas por uma ideia genérica, comum, e que se diferenciam entre si por ideias particulares, acessórias não muito distantes, e que uma análise fina pode distinguir, tornam-se ou são sinônimas”. (*idem*). E continua: “os sinônimos são uma

¹⁰⁷ “Basta recordar, no começo deste século, as discussões calorosas a propósito da legitimidade das formas vernáculas entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, entre Heráclito Graça e Cândido Figueiredo – entre dezenas de outros menos importantes. (...). Os fatos indicam, por conseguinte, a persistência ininterrupta duma norma gramatical rígida, à qual aspiravam todos os que, ao longo da história colonial, procuravam subir socialmente”. (SILVA NETO, 1979, p. 605). Sobre esse assunto, pode-se ainda consultar Candido (1981), Castro (1997) e Cunha (1981).

espécie de palavras cambiantes, furta-cores, as quais muito concorrem a embelecer [tornar belo] e fortificar a elocução”. (*ibidem*).

Os sinônimos originam-se dos vários dialetos existentes antes das línguas e das origens etimológicas. Muitos deles também são criados por meio da “translação das palavras do sentido próprio ao figurado (...)”, do aportuguesamento de palavras latinas e dos neologismos – que apesar de serem considerados “uma lepra, não é senão um dos meios providenciais visivelmente conhecidos para facilitar a universalidade das línguas, isto é, para apressar a confraternização do gênero humano (...)”. (CARDOSO, 1944, p. 41).

A partir desse ponto, Cardoso (*idem*) direciona o leitor para a possibilidade de uma universalização da língua, ou o futuro de todas as línguas: “recebamos todas as palavras das outras línguas vivas, e recebam elas todas as da nossa, e de cada uma delas de *per si*. Assim o mundo inteiro virá a falar por uma só frase, que hoje e desde o seu começo tem uma estrutura comum para todos os povos. Esse facto é de necessidade para todos os povos”. (*idem*).

Esse discurso, em boa parte, talvez advenha da crença de que havia uma única língua “a que Deus ensinou e que a fraqueza humana deformou, dividiu, arranjando a conhecida profusão de idiomas, ou línguas sem originalidade” (*idem*, p. 28). O esperanto¹⁰⁸ era uma língua proclamada por Cardoso como aquela que seria responsável pela universalização dos povos.

Para finalizar este subitem, aos alunos, o autor recomenda o manuseio constante dos dicionários de sinônimos da língua portuguesa, principalmente, os de Inácio Roquete e José da Fonseca, de quem se serviu para escrevê-lo.

¹⁰⁸ O Esperanto “nunca foi e nunca será somente uma língua, mas um ambicioso projeto filosófico. Fruto das reflexões do polonês Ludoviko Lazaro Zamenhof, publicadas pela primeira vez em 1887, ele é a proposta de uma língua internacional que auxilie a comunicação entre os mais variados povos. (...) Zamenhof acreditava que as barreiras linguísticas deveriam ser rompidas e que isto favoreceria um encontro fraterno de toda a humanidade. Por meio de suas exposições sobre a ideia de uma língua universal, podemos perceber que ele considerava um benefício para a humanidade se em um belo dia, como diz ele, se evidenciasse que já não existiam mais nações ou línguas nacionais, mas apenas uma única família humana com uma só língua. Esta utopia ficou conhecido como ‘a ideia interna’ do Esperanto. O otimista projeto de Zamenhof tinha em vista a aproximação dos mais diversos agrupamentos humanos para uma vida em harmonia, como uma fraternidade, superando as dificuldades das guerras, as querelas religiosas, os entraves linguísticos e as diferenças nacionais. (SANTOS, *online*).

*Dos galicismos*¹⁰⁹

Os galicismos linguísticos tornaram-se assunto de diversos tratados desde 1600¹¹⁰. Mesmo antes dessa data, segundo Vasconcelos (1912, p. 324), “bons patriotas, de critério elevado, combateram a excessiva galomania, a adoção sobretudo de termos inúteis e malformados, contrários ao gênio idiomático da língua de Camões”. Os vocábulos franceses foram incorporados no influxo da moda que afrancesou palavras específicas não só da vida pública, mas também da vida privada. A França foi “a mestra diletta e gloriosa; mestra em artes, ciências, letras e instituições sociais (...)”. (idem).

Cardoso (1944) não se isentou de dar sua opinião. Enquanto uns defendiam os galicismos como peça indispensável ao aperfeiçoamento e ascensão da língua portuguesa e outros lutaram ardorosamente contra esta invasão, por acreditarem no purismo lusitano, Cardoso (idem) preferiu corroborar com a opinião de um terceiro grupo que via os galicismos como inserção necessária, mas com algumas restrições quanto ao seu uso abusivo:

Não somos retrógados, não negamos o progresso nem a perfectibilidade humana, admitimos o uso do galicismo por suprema necessidade, por necessidade imprescindível; nunca, porém, consentiremos que os vândalos literários despojem a nossa harmoniosa língua de suas formosas construções, de suas riquezas castiças, e reduzam o nosso vocabulário, tão copioso, a uma nomenclatura galo-brasilica, a um glossário mazorral (*sic*). (CARDOSO, 1944, p. 44).

¹⁰⁹ Inúmeros são os estudos sobre a introdução dos galicismos na língua portuguesa usada no Brasil. Ver, por exemplo, Vasconcelos (1912), Freire (1919), Santos (2004), Christino (2007), Barros & Souza (2007), para citar alguns.

¹¹⁰ Duarte Nunes de Leão, talvez, tenha sido o primeiro erudito nacional que se ocupara particularmente deste assunto quando escreveu a “Ortografia e a origem da língua portuguesa” em 1606: “Tam difficil he dar razão porque dos Francezes vierão a lingoa Portugueza tantos vocabulos, quanto inuestigar, quaes são os mesmos vocabulos. Porque a razão que demos que as gentes comunicam suas linguagem por causa da Vezinhança, esta razão parece que não milita entre Portugueses & Franceses, porque o rei da França esta apartado de Hespanha, cujos limites asi da parte do mar como da terra são os montes pyrineos e pela banda da terra esta França ainda mais alongada de Portugal que de nenhuma outra parte da Hespanha. A razão que achamos a esta comunicação, de palavras parece ser por as idas que em tempos mais antigos os Portugueses faziam a França por causa da navegação que era mais frequente que agora, & por a maior confederação, e amizade que antes havia entre uma nação & outra. E porque com os Portugueses nauegauão para as praias do mar oceano, nem tinham achadas as regiões da Ethiopia, nem da India, & ilhas descobertas, que depois continuarão com navegação de mais proveitos, daquelles portas de França, aonde entam ião a levar suas mercadorias, e buscar outras, traziam novos vocabulos. A outra razão era que des do principio deste Reino os estrangeiros que ajudaram a tomar Lisboa, de que vinha por Capitão Geeral Guileume da longa espada, filho de Ricardo, Conde de Anjou, com que vinham muitos senhores franceses que neste reino ficarão, & povoarão muitas vilas & logares, de que oje ha muitos fidalgos descendentes seus. Veo o Infante Dom Affonso de Bolonha de Picardia, que casou com Mathilde, Condessa daquelle estado, & foi Rei de Portugal, III. do nome, que consigo para o servir e ajudar a defender del Rei dom Sancho seu irmão, ao que vinha despor do governo, necessariamente havia de trazer grande companhia. Viera a Rainha dona Mafalda, Francesa, filha do conde Amadeu de Moriana, & de Sabóia a casar com dom Afonso Henríquez, que tambem viria acompanhada de Damas, & Caualleiros Franceses. E por causa da navegação & tratado vinha tambem a este Reino tantos Franceses, que cuidarão muitos que se chamava Portugal do Porto de Gallos” (LEÃO, 1983, p.11).

Essa posição defendida é fruto das considerações feitas no próprio discurso construído, marcando as possibilidades de se analisar ou de se admitir, ou não, a presença de galicismos na língua portuguesa, dependendo do ponto de vista adotado:

Quadro 11- Uso dos galicismos: argumentos

Se considerarmos que	como diz o sr. Visconde de Castilho, com o rodear dos anos os idiomas se metamorfoseiam, se encorpam e acompanham por seus passos contados a civilização todos os idiomas tendem à unificação da linguagem	devemos considerar o galicismo e todo e qualquer peregrinismo como meio natural para a língua crescer e aperfeiçoar-se.
	o galicismo lexicológico concorre para perturbar a pureza da elocução e transformar a clareza dos pensamentos, os que veem na gramática uma parte retórica ou figurada	não podem deixar de condená-lo, como altamente corruptor do bom gosto.
	o galicismo fraseológico, ou adoção da construção francesa, vem ferir a arca santa da gramática (sua sintaxe), a qual constitui o que se chama gênio da língua , e que por isso mesmo deve manter-se, senão inalterada, ao menos o mais livre que ser possa de ousadias e adulterações: e não só a sintaxe, mas ainda a construção, que é o rosto e a face de cada, língua, isto é, o característico pelo qual elas não se confundem entre si: como gramático, e em nome da filologia, isto é, em nome do bom dizer dos nossos maiores, e como retórico também, e em nome não só da mão d'obra que liga e trava os materiais do discurso, mas ainda em nome da arquitetura e ornamentação que resultam da colocação regular e simétrica dos mesmos materiais, isto é em nome da luz, da força e da graça que se pode adicionar à escrita:	devemos opor-nos à sua invasão, que é assoladora, como se fosse de bárbaro.

Fonte: Cardoso (1944).

Uma vez apresentados os argumentos, Cardoso (*idem*), ao mesmo tempo que concorda com a posição da pureza linguística – “Que gênero de belezas, que opulências nos pode dar a velha língua de Voltaire, tão tenaz na conservação de sua monótona e invariável colocação de agente, verbo e complemento? A nossa frase nacional é da mais rica construção: o nosso período vernáculo, como diz o sr. Visconde de Castilho, sobreleva tanto em *donaire*, em efeitos de composição, em variedade de cortes, em meneio e música, em razão lógica, em prestígios retóricos e poéticos, e talvez em clareza, ao engoiado período francês. É dever patriótico escavar trincheiras para impedir o assalto do inimigo” (*idem*, p. 44) –, admite ser incoerente em relação à adoção da crença de que a universalização da língua é possível. Para não oferecer ao leitor essa impressão, o autor de *o Tratado da Língua Vernácula* afirma que, apesar de sonhar com a “transusão das

línguas” e almejar “a unificação da linguagem” (idem, p. 44), é de sua aceitação o fato de que se usem as palavras do próprio idioma

para representar as coisas e as ideias novas, os nomes que foram dados a essas coisas, e a essas ideias pelas ciências e pelas artes nos países onde foram criadas. O desconhecido estrangeiro seja chamado em nossa pátria como o apelidam na sua, seja a Alemanha ou Itália, a Oceania ou o Japão, a terra onde esse desconhecido viu a luz.

O ardor com o qual defende o patriotismo linguístico é explícito em todo seu discurso, apesar da crença em uma futura universalização linguística:

O que eu não quero, o que eu não admito, o que eu condeno e reprovo é que, por capricho ou luxo, introduzam na nossa língua palavras de outras línguas, das quais não precisamos. O que, sobretudo, merece o meu anátema é o atentado às regras de nossa sintaxe, quer de regência, quer de concordância, quer de construção. (...). Pelo que diz respeito à sintaxe e à construção, sejamos intolerantes, armas em riste. Cada povo teça o seu discurso como tece. Não tenhamos inveja a nenhuma outra nação, e não tenhamos medo de que a fusão das línguas deixe de realizar-se. (CARDOSO, 1944, p. 45).

Essas posturas, aparentemente contraditórias, marcam, na verdade, a busca pela legitimidade de um determinado discurso diante dos pares representativos neste período.

Linhas de precaução

Depois de chamar a atenção para o fato de que as linhas de precaução a serem apresentadas constituem erros, naquele período muito vulgares, até mesmo entre pessoas laureadas, Cardoso (1944) enumera-as, de acordo com a leitura feita do Dicionário Universal de Educação e Ensino, traduzido por Castelo Branco. Para efeito de análise, elas foram aqui reunidas, segundo a maneira pela qual o autor entendia a obediência à norma culta:

Quadro 12- Linhas de precaução

	Assunto	Como estava sendo usado	Como deveria ser...
01	Emprego do verbo haver	Sentido de existir	Sentido de ter, possuir
02	Emprego do artigo definido	Antes dos determinativos (pronomes possessivos, relativos).	Antes de demonstrativos (que, qual, mesmo)
03	Emprego da preposição com/de	Copo com água	Um copo de água
04	Concordância do coletivo geral	... a multidão prostraram-se...	...a multidão prostrou-se...

Continua...

... continuação

	Assunto	Como estava sendo usado	Como deveria ser...
05	Emprego do verbo partilhar	... eu partilho dos mesmos sentimentos (= transitivo indireto).	...partilho os mesmos sentimentos.
06	Emprego de pronome	Repetição desnecessária de pronomes: ...eu admira-me...; ...como se chama-se...	Admira-me...; como se chama...
07	Emprego do verbo deparar	Significando encontrar ou achar	Significa apresentar-se-nos, aparecer-nos.
08	Emprego do verbo desaperceber	Por desperceber (= não ter percepção, ou não ser percebido)	Significa desarmar, desprover, desprevenir-se, descuidar-se
09	Emprego do verbo padecer por sofrer, ou vice-versa	Padecer = sofrer	Padecer (= sofrer alguma enfermidade, dor, fome); sofrer (=suportar todos os males com paciência e resignação).
10	Emprego de artigos e preposições	A falar a verdade, enganei-me; contentar-se com	A falar verdade, enganei-me; contentar-se de
11	Emprego do adjetivo meio e do advérbio meio	Casa meia feita; pessoa meia morta.	Casa meio feita; pessoa meio morta
12	Emprego dos tempos verbais (o presente do indicativo pelo imperativo)	Traz-me dali meus livros	Traze dali meus livros
13	Emprego de locuções afrancesadas em lugar de portuguesas, como no caso de “detalhes”.	Os detalhes da ação, detalhar, em detalhe.	Os pormenores da ação, particularidades; especificar, miudar, individuar; ponto por ponto, a retalho, em lotes, etc.
14	Uso do galicismo (avoir lieu)	Ter lugar (= efetuar, haver, realizar)	Ter lugar (= ter espaço, cabimento, oportunidade)
15	Declaração constante dos pronomes pessoais sujeitos.		Suprimir os casos retos dos pronomes
16	Emprego abusivo da palavra que.		Devem-se suprimir alguns “quês”
17	Emprego irrefletido da palavra sucesso	Alguns supõem ser galicismo	Sucesso vem do latim e significa evento próspero
18	Emprego da conjunção e		Serve para ligar orações idênticas
19	Emprego do adjetivo numeroso e inumerável;		Numeroso (=em grande e copioso número) e inumerável (= que não pode numerar).

Continua...

...continuação

	Assunto	Como estava sendo usado	Como deveria ser...
20	Conjugação de verbos (construir, remir, e verbos em ear e iar)	Construo, construes, construe, construem; Impido, impides, impida, impidas, impidam, despido, despida, despdam	Construo, constroes, constroe, constroem; Impeço, impedes, impede, impeça, impeças, impeçam, despeço, despeça, despeçam
21	Uso do substantivo indefinido quem.		Representa pessoa ou coisa personificada
22	Preposição de em frases comparativas (mais, menos, etc)		Os bons escritores costumam suprimir a preposição
23	Plural dos nomes	Éter/éters	Éter/éteres
24	Uso de verbos	Editar	Editorar ou edicionar
25	Uso do advérbio onde		=no qual lugar
26	Uso do verbo confeccionar		Em estilo figurado = acabar, fabricar, fazer
27	Conjugação dos verbos enxaguar e aguar; magoar		Aguo, desaguio, exaguio, enxaguas; magoo, magoe.

Os “erros” apontados, talvez, fossem os mais cometidos pelos alunos de língua materna. Tanto assim o é, que esse subitem é recomendado aos “senhores estudantes”. Além de tratar, principalmente, do emprego de palavras e expressões, do plural dos nomes e da conjugação dos verbos, existem aqueles ligados aos galicismos (14 e 17). Nesses casos, o autor reconhece que a explicação dada, mais uma vez, é antitética à doutrina defendida por ele: a “da comunhão das línguas, visto como versam sobre as palavras e não sobre a sintaxe” (CARDOSO, 1944, p. 49). Ele reafirma, contudo, que, se existem palavras portuguesas para representar as mais diversas ideias, não há por que usar palavras de outras línguas. Além disso, são a sintaxe e a construção as responsáveis pelo “gênio” da língua e, por isso, devem ser intangíveis e invioláveis.

Dos infinitos pessoal e impessoal

O infinito pessoal é definido como um infinito modificado pelos acessórios de número e pessoa. Para alguns gramáticos, o infinitivo pessoal constitui um idiotismo, dentre eles Barbosa (1875, p. 143): “esta linguagem é um idiotismo singular, só próprio da Língua Portuguesa, que conjuga a forma primitiva de seus verbos por números e pessoas (...)”. Cardoso (1944, p. 55), porém, considera-o uma riqueza “da nossa pátria língua, [pois] dá variedade, energia e harmonia à frase, facilitando a enunciação do

pensamento e tornando mais atraente o colorido das ideias, que , à sua mercê, se afastam dos equívocos às vezes produzidas pelo infinitivo impessoal”.

Depois de mostrar as duas regras ditadas pela *Gramática Filosófica* de Jerônimo Soares Barbosa, no tocante ao emprego do infinito pessoal, Cardoso (idem) aponta para a necessidade em se estabelecerem regras, pois os gramáticos e aqueles que falam e escrevem “navegam por um mar de dificuldades, onde estão esparsos os escolhos da contradição”. (idem, p. 55).

Daí a busca pelos modelos clássicos – Couto, Lucena, Camões, Vieira, Alexandre Herculano, Rebelo da Silva – que “fazem uso das regras e exceções apontadas como a frase melhor lhes soa aos ouvidos que sugerem”. (ibidem).

Da gramática

Em diversas gramáticas¹¹¹, ao longo do século XIX, o conceito apresentado relaciona-se, muitas vezes, à literatura, à arte ou à ciência, principalmente, nas gramáticas que usam o modelo da *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa, como é o caso do *Tratado da Língua Vernácula*. Esses conceitos, porém, apresentam-se sobrepostos um ao outro, ou seja, o fato de “ser literatura” não exclui o fato de “ser ciência”, nem mesmo o de “ser arte”. “A Gramática (que quer dizer Literatura) não foi ao princípio outra coisa senão a ciência dos caracteres, ou reais, representativos das coisas, ou nominais, significativos dos sons e das palavras.” (SOARES BARBOSA, 1875, p. v).

Essa imbricação de conceitos explica-se pelas próprias concepções de arte, literatura e ciência que circulavam naquele momento. A imprecisão entre os termos literatura e gramática¹¹², que se perceberá até a primeira metade do século XVIII (cf.

¹¹¹ Silva (2006a) propõe definir a gramática sob diferentes perspectivas. Na perspectiva conceitual, a gramática é vista como uma ciência que estuda o sistema de uma língua. Historicamente, a gramática confunde-se, “inicialmente, com a lógica e dela se desvinculou (...) para, em seguida, adquirir estatuto de ciência autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da linguística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica”. Sob inspiração positivista, as gramáticas produzidas, entre 1880 e 1930, consolidam a concepção de linguagem “como um conjunto de regras científicas, positivas, que devem ser seguidas como normas prescritivas invariáveis”.

¹¹² “Na introdução da gramática, datada de 1803, encontramos conceitos e princípios metodológicos que indicam a filiação de Soares Barbosa ao pensamento gramatical racionalista. De início, a definição de gramática se confunde com a de literatura, como já vem acontecendo tradicionalmente. (...) À medida mesmo em que prossegue relatando os estados por que passa a evolução da escrita (...) acentua a indistinção não só entre literatura e gramática mas também entre homem letrado e gramático. Esse estado de imprecisão dos

BEZERRA, 1985), será desfeita quando a literatura deixará de apenas ser uma especialização, tanto quanto à gramática e a retórica, saberes do *trivium*, para designar uma atividade específica, ou seja, não “uma qualidade de um sujeito, mas [designar] um objeto ou conjunto de objetos que se podem estudar” (SILVA, 1973, p. 115).

A gramática é arte. Este conceito remonta ao ensino da Idade Média. O sentido, porém, de arte, relaciona-se com a tradução do grego *Ars*, que significa habilidades, ofício. As Artes Liberais¹¹³, que consistiam nos saberes necessários aos homens livres, eram divididas em *quadrivium* – Aritmética, Geometria, Música e Astronomia – e *trivium* – Gramática, Retórica e Dialética –, assim denominados por Boécio. A Gramática, entretanto, era considerada, dentre as demais, a Arte mais importante, pois funcionava como base para a aprendizagem tanto da Retórica quanto da Dialética.

Do Renascimento ao século XVIII, ainda eram comuns títulos, como *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* (1554?), de Pe. José de Anchieta; *Arte da Gramática abreviada* (1710), de Manuel Carlos de Almeida; *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (1770), de Antônio José dos Reis Lobato, denunciando, dessa maneira, o conceito de arte, como prática, ainda relevante.

Mas, não só nos títulos dessas obras o conceito de Arte se estabelecia. Nas definições apresentadas pelos autores da gramática, a arte era, por excelência, o termo substantivo primeiro, como se vê na obra de Frei Caneca, “Gramática é a arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa”; de Pereira Coruja, “Gramática (...) é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras”; ou ainda na obra de Sotero dos Reis, “Gramática (...) é a arte de falar e escrever corretamente a língua portuguesa”. (Cf. FÁVERO, 2001).

Mas também a gramática é ciência. Chama-se a atenção, necessariamente, aqui, sobre o conceito de “ciência”, de “científico”, usado até meados do séc. XIX, para não confundir com a “ciência”, noção utilizada depois das teorias positivistas de Comte e, posteriormente, relacionadas com as ciências naturais pós-Darwin. À primeira noção, corresponde a corrente liderada por Francis Bacon, considerado como um dos primeiros metodologistas de pesquisa científica. Depois de atacar o escolasticismo herdado da Idade Média, Bacon insistiu em abandonar “toda a ideia de filosofia nas pesquisas, ou pelo menos esperar poucos e pequenos frutos dela, até que se preparasse e elaborasse uma

dois termos se mantém até a primeira metade do século XVIII, quando até então Literatura não passa de uma especialização da área categorizada como gramática e retórica.” (BEZERRA, 1985, p.139-140).

¹¹³ Sobre esse assunto, ver Mongelli (1999); Fávero (2001) e Joseph (2008).

história experimental comprovada e cuidadosamente verificada”. (DOWNS, 1969, p. 123). Bacon preconizava o método indutivo como o mais adequado à pesquisa científica, pois acreditava que seria o único capaz de possibilitar ao homem dominar a natureza, por meio da observação da origem de todo conhecimento e da experiência. Então, a noção de ciência veiculada, na maioria das gramáticas desse período, era a noção de experiência, comprovação.

Assim, a gramática geral é considerada ciência, pois é o estudo, de forma empírica, dos princípios universais da língua. Mas também é arte, quando se refere aos estudos das regras que regem uma língua em particular. Daí, a definição de Cardoso (1944): “é a arte-ciência de exprimir os pensamentos, quer falando, quer escrevendo”.

Para melhor compreensão de sua definição de gramática, o autor do *Tratado da Língua Vernácula* (1944) esclareceu as noções de arte e ciência, resumidas no quadro a seguir:

Quadro 13: A gramática é arte e é ciência

A gramática é	
Arte	Ciência
... sistema razoado de operações próprias a produzir um efeito importante à vida, e que se não podia esperar só da natureza.	... é a notícia ou conhecimento exato das cousas humanas.
... contém essencialmente duas partes – uma teórica, outra prática. Ambas multiplicam e aumentam as forças das faculdades do homem, assim intelectuais, como corporais, para produzir um efeito proposto, que sem estas não poderia dar-se.	A ciência só diz respeito à parte especulativa, e pode considerar-se independente do homem; e neste sentido a definem os modernos – uma série de verdades discursivas que não alcança por si só o senso comum.
As artes se podem dividir em três classes gerais, conforme os diferentes fins a que se propõem.	As ciências podem dividir-se em três grupos – matemáticas, físicas e morais.
As artes necessárias á vida são aquelas que só têm por fim as necessidades do homem, o qual, ao nascer, a natureza parece deixar entregue a si mesmo. Estas se subdividem em necessárias, como a agricultura, a manufatura, etc., e em literais, como a medicina e outras. Elas empregam a natureza tal qual esta é, só para os nossos usos.	Ciências matemáticas são as que se ocupam das ideias abstratas, das verdades necessárias, aproximando-se e semelhando-se o mais da metafísica. Elas dão vivacidade ao espírito e rapidez á concepção.
As belas artes formam a segunda classe de arte, e compreendem aquelas que têm por fim o prazer e foram inventadas depois das primeiras, visto como só podiam nascer no meio da luz produzida pela abundância e tranquilidade, como a dança, a música, a escultura, a pintura e a poesia. As belas artes, porém, não empregam a natureza tal qual esta é, imitam-na somente para o nosso recreio. É, pois, a natureza o único objeto de todas as artes, ou como matéria ou como modelo.	Ciências físicas são as que estudam a natureza, e, sobretudo, a natureza viva e animada. Elas compreendem a fisiologia, a anatomia, a botânica, a zoologia, a geologia física, a química, etc.

Continua...

... continuação

A gramática é	
Arte	Ciência
Na terceira classe ficam as artes mistas, que são aquelas que têm por fim a utilidade necessária, e por meio o prazer, como a arquitetura, a eloquência e a história. Elas empregam a natureza tal qual esta é, mas polindo-a e, ao mesmo tempo, imitando-a para o uso do homem e seu deleite.	Morais são as ciências que, como a moral, a política, a jurisprudência e a história, estudam as leis da atividade humana, o governo das sociedades, as relações dos homens entre si, as ações e os acontecimentos da vida dos povos. As ciências morais têm por objeto o homem, quer individual, quer coletivos, mas o homem moral e não o homem físico. Outras ciências, como a lógica, a gramática, a estética, a teoria das regras literárias, são classificadas também entre as ciências morais, porque têm por objeto o pensamento humano, suas manifestações e suas obras.

Fonte: CARDOSO, Brício. Da gramática. In.: *Tratado da Língua Vernácula*. Rio de Janeiro: Valverde, 1944. p. 57-9.

A relação entre arte e ciência, portanto, é necessária: enquanto a arte está voltada para o uso e deleite humanos, a ciência tenta compreender, de forma sistemática e por meio da observação, o conhecimento ou os saberes que são produzidos pela humanidade. Apropriando-se das ideias de Thomas Reid (1710-1796), Cardoso (1944, p.59) afirma que todas as ciências, incluindo a gramática,

têm algum ponto de contato com a natureza humana, e embora o objeto de algumas pareça desviá-las da natureza humana, contudo não deixam de ocorrer à mesma por algum conduto subterrâneo. O espírito humano é o centro e o teatro principal de todas as ciências; nós de posse uma vez deste lugar, fácil se nos torna estender por todas as partes nossas conquistas.

A ciência, conhecimento sistemático do mundo, segundo a filosofia da escola escocesa, está relacionada à espontânea capacidade de a humanidade produzir ideias universais, como o bem e o belo, a partir de onde cria uma ética e uma estética.

Classificar, porém, a gramática como arte e como ciência provém do pensamento empirista que estabeleceu a distinção entre gramática descritiva de uma língua particular e gramática geral ou filosófica que se preocuparia com as categorias universais a todas as línguas a fim de construir uma língua ideal para a comunicação do conhecimento. Diferentemente da iniciativa de Port-Royal, cuja influência era racionalista, e cujo fundamento estava na exposição de uma teoria geral de gramática por meio do estudo das línguas latina e francesa, os empiristas ressaltavam as diferenças existentes entre as línguas e a necessidade de reajustar as categorias e classes à luz dos dados observados.

A gramática geral, constituída pelos princípios gerais que regem a construção de todas as línguas, é considerada ciência. A gramática particular, como o próprio nome já diz, preocupada com os princípios específicos de cada língua, é arte. “Enquanto a gramática geral trata das estruturas universais da análise do pensamento, a particular se ocupa dos meios particulares para traduzir a análise do pensamento em palavra” (FÁVERO, 1996, p. 207). Essa divisão metodológica foi proposta, inicialmente, pelos enciclopedistas¹¹⁴.

A partir de 1881, depois da publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro para quem a gramática, da mesma forma que para Whitney, é “a exposição metódica dos fatos da linguagem”, a gramática passará a ser vista como “a ciência dos fatos da linguagem, verificados em qualquer língua” (GOMES, 1920, p. 5).

A apropriação, portanto, das ideias veiculadas num determinado período, se dá de forma heterogênea, obedecendo ao campo intelectual do qual o sujeito histórico faz parte, para recriá-las na construção dos objetos sociais. Se para Júlio Ribeiro, a gramática deveria se pautar nas modernas (do século XIX) teorias advindas das ciências naturais, considerando a língua como organismo vivo, para Cardoso (1944), ela deveria se pautar nos mais tradicionais gramáticos portugueses e nas teorias da lógica de Port-Royal.

Essas escolhas refletem, acima de tudo, as relações de força existentes nos mais diferentes grupos sociais que configuram um campo. As estratégias de resistência são, nesse caso, aparelhadas nos discursos da tradição, do respeito a Deus, nos discursos da fé cristã, aos quais a ideia de ciência se contrapõe.

Da divisão da gramática

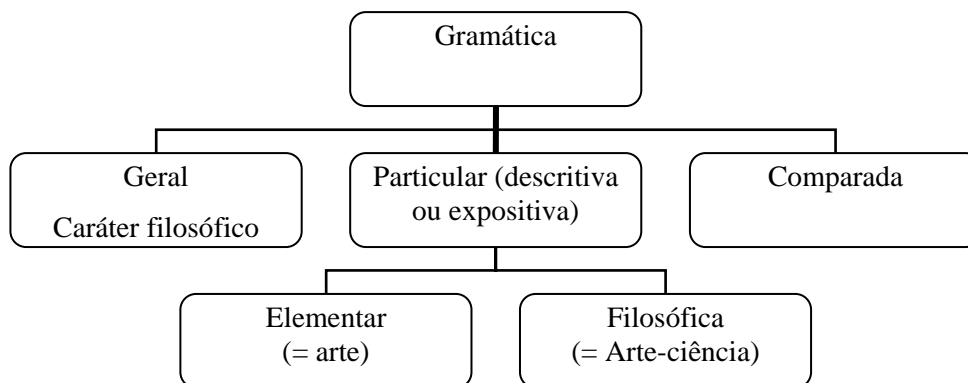
Diferentemente de *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*¹¹⁵, o *Tratado da Língua Vernácula* apresenta três subdivisões da gramática: geral, particular e comparada. A primeira diz respeito ao “sistema metódico de regras resultantes das observações feitas sobre coisas e fatos das línguas”; a segunda, à aplicação dos princípios imutáveis e universais da palavra aplicados às instituições e usos de uma língua; e a terceira, ao estudo

¹¹⁴ A *Encyclopédie*, cuja publicação se deu no período entre 1751 e 1772, em 17 volumes, tinha dois objetivos: “1) expor a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos; 2) apresentar (sobre todas as artes e ciências) ‘les principes généraux qui en sont la base et les détails les plus essentiels qui en font le corps et la substance’ (D’Alembert, *Discours préliminaire des éditeurs*)” (FÁVERO, 1996, p. 134).

¹¹⁵ Para Barbosa (1875, p. xi), “toda a Gramática é um sistema metódico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das línguas. Se estas regras e observações têm por objeto tão somente os usos e fatos de uma língua particular, a gramática será também particular. Se ela, porém, abrangem os usos e fatos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos, a sua gramática será geral”.

comparado de idiomas diversos, “procurando na história das línguas as transformações das palavras, remontando-se às suas etimologias” (p. 60). O fato de acrescentar a terceira subdivisão, talvez, indique o contato que o autor manteve com as teorias que lhe eram coetâneas acerca do método histórico-comparativo, que será mais adiante analisado.

Quadro 14: Divisão da gramática, conforme o *Tratado da Língua Vernácula* (1944).



Ainda em relação à divisão da gramática, Cardoso (*idem*) subdivide a gramática particular em elementar e filosófica. Ela será elementar quando analisa as regras das palavras, sem se preocupar com os princípios gerais que as regem; e será filosófica quando se fizer o estudo das regras gramaticais de uma determinada língua, vinculando-as aos princípios gerais de onde foram deduzidas. Assim, a gramática elementar seria uma arte, e a filosófica, uma arte-ciência.

Apesar de ter sido escrito, em 1874, quando já veiculavam obras dos primeiros comparativistas, como Schlegel, Bopp, Max Müller, Rask, Grimm e Humboldt, o *Tratado da Língua Vernácula* não apresenta, em sua construção, esses estudos, talvez porque seu autor entendesse que a sua gramática era particular, e não geral, e não comparada.

Nesse mesmo período, circulavam também as ideias das ciências naturais advindas das teorias darwinianas e as ideias positivistas de Comte, que influenciaram os neogramáticos a lutarem pelo rigor das investigações linguísticas, afastando-as cada vez mais das considerações filosóficas gerais e distanciando a gramática da filologia. Um exemplo de apropriação desses novos ideais está na construção da gramática de Júlio

Ribeiro, marco – ou ruptura, para alguns – da inauguração da gramática científica¹¹⁶ no Brasil, nos moldes comteanos e neogramáticos.

Paralelamente a esses discursos, coexistia o religioso que lembrava ao mundo científico que Deus era ainda a fonte de tudo:

A ciência gramatical, pois, deve ser atribuída a Deus, que, dando ao homem uma alma inteligente, lhe deu ao tempo o dom da palavra; a arte gramatical é filha do homem, que dos princípios gerais da palavra, recebidos de Deus, fez aplicações especiais. Ainda mais: a ciência gramatical é obra de Deus, porque todas as línguas dele procedem, tendo sido até hoje baldado e vão o esforço dos gênios mais portentosos no intuito de formarem uma língua universal, a qual existirá certamente, quando Aquele, que confundiu a linguagem, quiser novamente unificá-la. (CARDOSO, 1944, p. 61).

Os discursos, portanto, são interpretados e apropriados conforme a utensilagem mental e da configuração social na qual pretende estar inserido. Os sentidos são construídos a partir das classificações e exclusões de conceitos que são próprios de tempo ou de um espaço. Quanto mais Cardoso(idem) apoiava-se no discurso científico, mais insistia em lembrar o leitor da importância em manter a crença no discurso religioso/bíblico.

Da divisão da matéria gramatical

Apesar de coadunar com os pressupostos teóricos da *Gramática Filosófica*, em relação a sua função e à particularidade dos estudos da língua, o *Tratado da Língua Vernácula* apresenta a disposição dos assuntos de modo diferenciado, como se pode observar na tabela a seguir:

¹¹⁶ Sobre esse assunto, ver Bezerra (1985); Fávero (2000) e Fávero & Molina (2006).

Quadro 15: Divisão dos assuntos da *Gramática Filosófica* e do *Tratado da Língua Vernácula*

<i>Gramática Filosófica</i>		<i>Tratado da Língua Vernácula</i>	
Livro I	Da ortoepia ou boa pronúncia da língua portuguesa	Primeira parte	Apresentação e prolegômenos
Livro II	Da ortografia ou boa escritura da língua portuguesa	Segunda parte	Da ortoepia
Livro III	Da etimologia ou partes da oração portuguesa	Terceira parte	Da etimologia
Livro IV	Da sintaxe e construção	Quarta parte	Da sintaxe e construção
		Quinta parte	Da ortografia e pontuação

A mudança do assunto “ortografia” para o final de o *Tratado da Língua Vernácula* é uma escolha diferenciada. Por que não apresentar a mesma importância dada na *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa?* Cardoso (1944) confessa que teve muitas tentações de reduzir a ortoepia, a prosódia, a ortografia e a pontuação a uma só parte da gramática que, por sua vez, seria

subdividida em outras duas, que chamaria **ortoepia para ouvidos**, e **ortoepia para os olhos**; mas não me deixei voluntariamente vencer por elas com medo de infringir a velha e universal classificação. Se me conhecesse com autoridade para tanto, teria certamente posto em prática minhas tentações, que ainda espero mereçam os *victores* dos homens doutos (CARDOSO, 1944, p. 301). (grifo meu).

A hipótese, então, é a de que, apesar de seguir a *Gramática Filosófica* de Soares Barbosa, o *Tratado da Língua Vernácula* propôs uma mudança na sequência da apresentação do assunto “ortografia” por acreditar o autor na menor importância, talvez, em relação aos outros assuntos. Ou ainda, por considerá-lo como “a pintura dos sons elementares e fundamentais da linguagem articulada, das letras que os representam(...)” (idem, p. 301).

Ainda neste subitem, Cardoso (idem) aponta para as designações das partes do conteúdo gramatical usadas entre os gramáticos conservadores e os mais modernos: a ortoepia corresponde à fonologia (termo moderno); a etimologia corresponde à lexicologia; e, a sintaxe, à fraseologia. Mas, reconhece que existem outras maneiras de divisão da matéria gramatical, embora não as aponte.

Para melhor visualizar a primeira parte de o *Tratado da Língua Vernácula*, foi construído o seguinte quadro sinóptico:

Quadro 16- Quadro sinóptico da primeira parte de o *Tratado da Língua Vernácula*

P r i m e i r a p a r t e	Brício Cardoso (por João Ribeiro)	Apresentação de João Ribeiro (ex-aluno), declarando a importância do <i>Tratado da Língua Vernácula</i> no cenário dos estudos da linguagem – “o seu livro pode ser e deve ser lido pela geração nova, com seguro proveito” – e da autoridade respeitável de seu autor.
	Tratado da Língua Vernácula (Laudelino Freire)	Apresentação de Laudelino Freire (ex-aluno), enaltecendo a obra por seu valor histórico.
	Intuítos deste livro	Destinação da obra: “Escrevi este livro para meus filhos, os filhos dos meus filhos e os filhos dos filhos dos meus filhos. (...) Escrevi-o para a dourada intelectualidade dos guapos moços e das formosas moças do meu torrão natal (...)”.
	Prefácio	Esclarecimentos de como a obra foi gestada, escrita e publicada. “Para compô-la, tive razões que por certo não escaparão à perspicácia dos que, como eu, dedicando-se à cultura intelectual da mocidade, carregam na consciência a responsabilidade do ensino do mirabilíssimo, do difícilimo, mas sempre majestoso e doce idioma de nossos antepassados (...). É certo que alarguei o âmbito das gramáticas de nossas escolas, chamando à baila assuntos de momentosa necessidade, que os nossos melhores filólogos não tinham ainda incluído nos seus magníficos tratados, feitos para o ensino secundário”.
	Antes de tudo	Da idade em que se deve estudar a gramática: “Se eu fosse poder legislativo, vedaria o ensino da gramática nas escolas de primeiras letras, adia-lo-ia para uma época em que o espírito das crianças se apresenta adulto e desenvolvido, esperaria as manifestações da puberdade. Às crianças mandaria somente ensinar a ler bem, a ler corretamente”.
P r o l e g m e n o s		Da importância da linguagem
		Da origem e progresso da linguagem e da gramática
		Da origem da língua portuguesa
		Das idades da língua portuguesa;
		Da vernaculidade da língua portuguesa
		Dos idiotismos
		Dos sinônimos
		Dos galicismos
		Linhas de precaução
		Dos infinitos pessoal e impessoal
		Da gramática
	Da divisão da gramática	
	Da divisão da matéria gramatical	

4.1.2. A segunda parte: ortoepia

A segunda parte traz os assuntos da ortoepia, dos sons elementares e fundamentais; das consoantes, ditongos, sílabas, repartição de sílabas, dos vocábulos da língua portuguesa e alterações que sofrem na pronúncia; das modificações prosódicas dos vocábulos, das modificações prosódicas que nascem do acento, acrescentadas aos

vocábulos, do acento agudo e circunflexo, das palavras enclíticas que não têm acento e dos vícios da pronúncia.

A ortoepia é definida como “o estudo dos sons elementares e fundamentais da linguagem, já separados, já unidos, formando diversas articulações” (CARDOSO, 1944, p. 63). Juntamente com a prosódia – “estudo das modificações musicais, de que são suscetíveis aqueles sons, já relativos ao canto e à melodia, já ao compasso e ritmos das articulações ou sílabas” (idem) – a ortoepia tem, por objeto, a boa pronúncia e leitura da língua.

Como acredita ser importante para a boa pronúncia das palavras de uma língua o conhecimento e a distinção dos seus sons, Cardoso (idem) descreve os sons fundamentais – vogais, consoantes, ditongos e sílabas – e os elementares – modificações prosódicas: acento e quantidade.

Essa descrição é, à primeira vista, uma compilação das explicações dadas na *Gramática Filosófica* de Barbosa (1875). Mas, um olhar atento apontará para uma adaptação da linguagem, visando ao ensino menos complexo da ortoepia. Na verdade, o que se defende, neste trabalho, é a não observância de compilação, mas de apropriação de determinado discurso, considerando a utilidade mental e a finalidade a que se propõe. O fato de o autor ter transcrito, resumido ou parafraseado as definições existentes em outras obras não quer dizer que a sua obra seja mera compilação e que, por isso, não seja considerada uma gramática importante em seu tempo. A seleção do que vai, ou não, constituir as explicações já diz muito acerca daquilo que se pretendeu escrever ou do lugar social/cultural no qual o autor está inserido.

Em alguns momentos, Cardoso (idem) mostra-se conhecedor das teorias modernas acerca, por exemplo, da nomenclatura utilizada, mas prefere manter-se ligado à tradição: “os gramáticos contemporâneos chamam às consonâncias articulações; mas nós não os acompanharemos para não confundirmos as vozes, que também são articulações com as consonâncias, e para respeitarmos melhor a natureza particular destas modificações que nunca soam por si, mas só juntas” (idem, p. 65).

Depois de pormenorizar os sons vogais, consoantes e os ditongos, e de descrever a formação das sílabas e a quantidade delas na língua portuguesa, Cardoso (idem) tratará dos vocábulos e das alterações que eles sofrem na pronúncia. Antes, porém, ele distingue vocábulo de termo, palavra, voz e expressão, caracterizando-os:

Quadro 17: Definições e caracterização de vocábulo, palavra, termo, voz e expressão

Vocábulo	é uma articulação de sons ou de sílabas graves, subordinados todos, a um som ou sílaba aguda e predominante, ponto de apoio das mais; O vocábulo e a voz referem-se mais comumente à composição material e as circunstâncias gramaticais da língua a que pertencem;
Palavra	é uma voz articulada, duma ou muitas sílabas, que significa um conceito ou pensamento d'alma ou suas modificações; refere-se com particularidade à pronúncia e circunstâncias em que tem parte a pronúncia e o ouvido.
Termo	é o vocábulo próprio da ciência, arte, ou disciplina de que se trata, ou da linguagem e estilo em que se fala. refere-se à precisão de enunciar as ideias do modo mais conforme ao assunto de que se trata. Os termos de cada ciência ou arte formam uma espécie de língua diferente da vulgar, que ordinariamente só entendem os que a estudaram, mas que servem de fundamento a um sentido figurado na linguagem ordinária e comum.
Voz	é o som formado na garganta e proferido pela boca do animal. Em sentido lato é o mesmo que vocábulo, que é uma voz significativa, própria de algum idioma.
Expressão	é a palavra ou palavras com que se declara o conceito d'alma, o que se passa nela; refere-se mais particularmente ao modo como exprimimos pela voz nossos conceitos ou sentimentos e à qualidade dos vocábulos com que os enunciamos; Das expressões nobres, engraçadas e enérgicas depende a elegância da frase e a beleza do estilo.

Fonte: (Cardoso, 1944, p. 74-6).

Os vícios de pronúncia, talvez, sejam o assunto mais explorado de forma passional. É certo que Cardoso (idem) atribui os vícios aos brasileiros – diferentemente de Soares Barbosa (1875) que se dirige aos portugueses –, sem ter se referido aos sergipanos, em especial. Para ele, a pronúncia correta estaria na Corte¹¹⁷ dos Imperadores, pois lá estava o centro político das nações, era lá que também estavam as melhores peças teatrais, as melhores academias, todos os estudos e todas as profissões “a serviço das necessidades reais da vida”(CARDOSO, 1944, p. 87); era lá onde estavam o comércio, a polícia e a civilidade. Por essas razões, também indicadas por Barbosa, havia mais correção na

¹¹⁷ Faz-se necessário, nesse ponto, apreciar a abordagem sociológica com a qual Norbert Elias explicita as relações existentes entre os sujeitos sociais. Muito mais importante do que a Corte em si, é estudá-la como uma sociedade capaz de construir um conjunto de relações sociais e, ao mesmo tempo, e em sentido contrário, ser construído por elas. Dessa forma, “Norbert Elias coloca como centrais as redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social”. (CHARTIER, 2001, p. 13). A Corte constitui uma peça fundamental para a preservação da aristocracia como classe social distinta, permitindo aos reis perpetuar seu poder pessoal. Além dos monopólios fiscal e militar, a etiqueta é apontada por Elias como instrumento de dominação que define a sociedade de Corte. A língua usada na Corte, portanto, é um fator de civilidade, ou seja, de autocontrole em que se submete o homem para amoldar-se à sociedade na qual está inserido, que serve para distinguir os indivíduos entre si, dando a quem a utiliza uma superioridade social que o distingue dos demais.

pronúncia das palavras cujo exemplo deveria ser seguido por todos os habitantes das províncias.

Acreditava, dessa forma, que as negociações efetuadas na Corte, as articulações políticas, industriais e comerciais, as relações entre a Corte, o Senado e a Câmara temporária – lugar onde presidia a soberania nacional –, as relações diplomáticas com as Cortes estrangeiras eram motivos para alcançar o progresso científico, uma vez que esses fatores obrigavam uma maior clareza de ideias, maior investimento na educação de seus membros, e uma “rotação mais larga de raciocínios” (idem). Além disso, a Corte representava a civilização. O gosto refinado e aperfeiçoado, os discursos purificados e afinados pelo melhor diapásão refletiam o homem civilizado, refletiam a vernaculidade em sua forma mais brilhante.

Somente entre os homens civilizados e instruídos, portanto, e mais especificamente, os que faziam parte “da suntuosa Corte de D. Pedro 2^o”, é que a pronúncia correta era respeitada. Mas, ainda assim, Cardoso (idem) faz uma ressalva: era em Lisboa onde se falava ainda melhor o português, embora também fosse este “falar” mais melodioso quando saía da “glote de um brasileiro”.

Em sua maioria, os vícios procediam de três expedientes: a) troca de vogais, das consoantes, dos ditongos ou das sílabas umas pelas outras; b) acréscimos; c) diminuições; e d) transposições dos sons que compunham alguns vocábulos da língua. Usando o recurso retórico da primeira pessoa do plural – “nós, os brasileiros” – Cardoso (idem) se inclui no grupo daqueles que cometem um dos vícios de pronúnciação mais comum: o de trocar o *e* átono pelo som de *i* em algumas palavras, como *minino* por *menino*; *filiz* por *feliz*; *não me deu* por *não me deu* etc. Essa troca de sons átonos, na verdade, é vista pelo autor como um uso de uma linguagem menos cuidada, mas, nem por isso, menos civilizada. Um dos indícios dessa visão está em admitir a sua presença, usando o pronome pessoal “nós”, assumindo, assim, esse vício como sendo também seu, apesar de se considerar um homem culto.

Além disso, ele levava em conta a “cor” própria do falar brasileiro que se diferenciava do de Portugal por causa de sua localização entre os trópicos. A verdade, porém, é que se, em Barbosa (1875), essa troca era tão agressiva como as transposições de fonemas, em Cardoso (idem), percebe-se um atenuante em relação ao uso brasileiro das vogais átonas.

Ao se referir, entretanto, às trocas de sons, Cardoso (*idem*) exclui o “nós” afastando-se daqueles que cometem tal agressão linguística, denominando-os de “rústicos”, da mesma forma que em Soares Barbosa (*idem*):

Os rústicos trocam as vozes umas por outras, e dizem insupportavelmente: *precurador, proluxo, rezão, titor*, em lugar de *procurador, prolixo, razão, tutor*; *vigitar, trouve, dixé* em lugar de *visitar, trouxe, disse* (...); por acrescentamento ou por diminuição de sons, dizem: *alanterna, avoar, maginação*, em lugar de *lanterna, voar, imaginação*. (Cardoso, 1944, p. 88).

A pronúncia deveria, então, ser ensinada por bons mestres, através da soletração, do conhecimento profundo das diferenças entre os sons elementares da língua. Além disso, era necessário também ao mestre fazer uma leitura pausada, pronunciado os vocábulos no discurso, e ligando tudo por meio de uma “leitura certa, desembaraçada e corrente” (*idem*, p.89).

Ciente da responsabilidade sobre o “ensino mirabilíssimo, do difícilíssimo idioma, mas sempre majestoso e doce idioma de nossos antepassados, tão profuso de riquezas sem par, algumas das quais faltam às outras línguas cultas” (*idem*, p. 17), e acreditando estar realizando um trabalho da mais alta importância para a construção intelectual de seus discípulos, Cardoso (*idem*) sugere que somente nas escolas de primeiras letras é que se poderiam extirpar os vícios da pronúncia. As crianças apresentam órgãos flexíveis que facilmente contraem o hábito de pronunciar bem os vocábulos e, por isso, a elas devem ser dedicados os primeiros estudos de prosódia e ortoepia.

Como reconhece que na província sergipana não há nem escolas habilitadas para tal “obra civilizadora”, nem mestres-escolas, nem pedagogos competentes para ensinar a boa pronúncia aos discípulos, ele se viu obrigado a coordenar e a compor o seu *Tratado*, incluindo aí as lições de Prosódia. Mas, adverte: em exames e concursos, será o mais severo e exigente a respeito da Ortoepia e da Prosódia.

4.1.3. A terceira parte: etimologia

A terceira parte trata da etimologia, ou seja, da estrutura da linguagem, que se circunscreve ao domínio da gramática geral. Nela encontram-se os seguintes tópicos: do nome; do nome Deus e seus semelhantes; dos nomes derivados; dos adjetivos e dos

particípios do presente e do passado tomados como nomes cognatos; dos infinitos dos verbos tomados como nomes cognatos; dos aumentativos; dos diminutivos; dos coletivos; das declinações e dos casos dos nomes; dos acidentes do nome - do gênero; do gênero neutro; do número; dos determinativos pessoais; do pronome “se”; dos adjetivos possessivos; dos adjetivos demonstrativos; dos adjetivos relativos; do verbo; divisão do verbo; conjugação dos infinitos; propriedade que tem a língua de se prestar à formação de novos verbos; dos particípios; particípios ativos do presente; particípios ativos do pretérito; particípios ativos do futuro; particípios passivos do pretérito; particípios passivos do futuro; do gerúndio; do supino; do advérbio; advérbios de lugar; advérbios de tempo; advérbios de quantidade; advérbios numerais; advérbios de dúvida, interrogação, afirmação, negação, demonstração, suposição, modo, etc.; advérbios compostos, frases e locuções adverbiais; da conjunção; da interjeição; da preposição.

Para introduzir os estudos da etimologia, Cardoso (1944) apresenta as partes do discurso de forma comparativa: a divisão mais antiga, a mais adotada pela maioria dos gramáticos modernos – a quem ele critica, pois acredita não ser lógica – e a que ele adotará no *Tratado da Língua Vernácula*. Resumidamente, pode-se, assim, visualizá-las:

Quadro 18- Partes do discurso

Partes do discurso		
Divisão mais antiga	Substantivos	Todas as palavras que exprimem os nomes dos objetos não inerentes a outros, ou os sujeitos do discurso.
	Atributivos	São as que exprimem algum atributo, propriedade ou ação desses objetos.
	Conectivos	São as que exprimem suas ligações, suas relações ou sua mútua dependência.
Divisão moderna	Artigos	Na realidade, são verdadeiros determinativos.
	Nomes	Ela [a divisão comum adotada] compreende com efeito sob o termo comum de nomes os substantivos e os adjetivos que são duas partes do discurso diversas por sua natureza, embora os substantivos abstratos representem qualidades, como os adjetivos qualificativos.
	Pronomes	Os pronomes são uns substantivos pessoais.
	Verbos	O verbo tem algumas relações com o adjetivo por exprimir como ele o atributo, ou a propriedade de uma pessoa ou de uma cousa.
	Particípios	E ela [a divisão comum adotada] faz uma parte separada dos particípios, que não são senão adjetivos verbais.
	Advérbios	Os advérbios são nomes regidos por preposições, por conseguinte também não constituem uma parte especial da oração. São perífrases abreviadas.
	Preposições	
	Interjeições	as interjeições orações implícitas, ou orações embrionárias, como tais devem ser consideradas, e não como partes distintas da oração.
Conjunções	Servem em geral a ligar as frases, indicando a relação de um nome substantivo com outro.	

Continua...

... continuação

Partes do discurso		
Divisão adotada por Cardoso (1944)	Substantivos	Designam nomes dos objetos
	Pronomes	Marcam o sujeito dos objetos
	Adjetivos	Designam a qualidade dos objetos
	Verbos	Exprimem o que se afirma sobre eles (os objetos). É a parte mais complexa do discurso.
	Preposições	Estabelecem ligações e relações
	Conjunções	Estabelecem ligações e relações

Depois de discutir a divisão do discurso e criticar a divisão moderna adotada por muitos gramáticos de sua época, Cardoso (1944) descreve (quanto ao gênero, número, declinação e grau), caracteriza e classifica o nome (substantivos, adjetivos participípios, infinitos dos verbos e determinativos pessoais = pronomes).

Quando trata do verbo adjetivo e suas designações, segundo seu emprego no discurso – transitivo, intransitivo, reflexo, pronominal, recíproco, unipessoal, frequentativo, incoativo, aumentativo, diminutivo, regular e irregular –, Cardoso (*idem*) rejeita a opinião de um gramático – “a quem tem muita afeição” (*idem*, p. 139) – em relação ao complemento direto que pode exigir as preposições *de*, *em* e *por*: “não concordo com ele, porque quando se diz **tirar da espada**, o verbo **tirar** fica intransitivo” (*idem*, p. 140).

Em muitos momentos, Cardoso (*idem*), mesmo reconhecendo a importância dos gramáticos e filólogos, não “copia” as informações nas obras deles contidas, obedecendo a todas as regras que lá se encontravam. Aqui e ali, ele discorda, resiste às inovações, critica algumas posições, consideradas, ora retrógradas, ora modernas, ao mesmo tempo em que busca referências que sustentem suas afirmações:

Os gramáticos, ao formarem estes tempos compostos tomam significação ativa, e não admitem variação de gênero ou de número, enganaram-se redondamente, confundindo-o com o supino; engano tanto mais saliente, quanto mais se pondera que não guardamos dos latinos a forma de seu supino. Isto é um engano. A verdadeira lição é esta, que se encontra no dr. Carneiro e outros gramáticos de elevadas reputações.

Existem, entretanto, dois subitens que merecem uma análise mais atenta: a que se refere à classificação do substantivo “Deus” e à classificação do pronome “se”. Nesses pontos, especificamente, há, mais claramente, uma posição teórica distinta daquelas referências adotadas na maioria de suas explicações. Como um dos objetivos desta análise

é levar o leitor a perceber que não há meras “cópias” de definições, classificações, etc., porque tudo depende de como se faz a partir da utensilagem mental de quem a faz, o fato de o autor se distanciar dos seus modelos teóricos para construir argumentos baseados em suas crenças é prova inconteste do que se pretende aqui mostrar.

Cardoso (1944), ao descrever e classificar os substantivos, construiu um subitem específico – *Do nome Deus e seus semelhantes* – para discutir a classificação do nome *Deus*: seria este nome um substantivo próprio ou comum? Para ele, o substantivo comum assim o é considerado por representar a classe dos nomes dados pelos primitivos selvagens às primeiras observações dos objetos que os cercavam. A formação, porém, dos substantivos próprios exigiu uma operação intelectual muito difícil, explicando assim o seu possível uso somente na primeira formação da linguagem.

O substantivo próprio tem a função de “representar um ente qualquer natural, artificial, ou abstrato, por uma palavra particular, só a ele conveniente no ponto de vista de seu peculiar característico...” (idem, p. 100). Em outras palavras, o substantivo próprio especifica um ser entre outros iguais, distingue um indivíduo dentre seus “homogêneos em natureza, caráter, fisionomia e capacidade” (idem).

Se essa é a função do substantivo próprio, então não se pode classificar “Deus como tal, uma vez que esse vocábulo designa “o único ser incriado (*sic*) e eterno que se conhece, o único ser imenso e infinito que a filosofia concebe, o único ser onisciente e onipotente, *causa causarum*” (idem p. 101).

O vocábulo “Deus”, portanto, é um substantivo comum – “o vocábulo Deus não pertence ao corpo dos nomes próprios; é puramente um nome comum, o que provarei sem extraordinário esforço” (idem) – e, para justificar sua posição, Cardoso (idem) argumenta que:

1. o nome próprio exprime uma ideia de particularização, de distinção e de isolamento e essa função não é mais nobre do que generalizar;

1.1. o nome comum e o apelativo têm mais importância que o próprio, porque “se exprimem ideias genéricas quanto aos indivíduos da classe e da espécie, também exprimem ideia individual, embora coletiva, quanto à representação de cada classe e de cada espécie em separado; porque às suas acumula funções alheias” (idem, p. 102);

2. se os nomes próprios têm a função de distinguir as individualidades, como aceitar o fato de “Deus” ser um indivíduo dentre outras divindades?

3. antes de os seres naturais, artificiais ou abstratos serem individualizados, a síntese já os havia apresentado como seres genéricos; antes de serem nomes próprios, eles eram comuns;

4. conforme Soares Barbosa (1875), todos os nomes próprios foram apelativos em sua origem;

5. se “Deus” fosse próprio qual seria, então, o nome da classe a que pertence? Qual seria seu comum e seu apelativo?

6. o indivíduo, “se não tem semelhantes, também não tem necessidade de distinguir-se; não tendo necessidade de distinguir-se, não pode ser nome próprio; não sendo nome próprio, o que deve ser?” (idem, p.103-4).

7. todos os indivíduos da natureza humana, ou os espirituais, que subsistem por si, “podem ser encarados de um modo genérico; porque qualquer deles, constitua ou não uma ideia individual, exprime uma ideia geral ou de classe, vindo daí dizerem os gramáticos [referindo-se a Sotero dos Reis] que apelativo é o que compete a muitas cousas ou pessoa” (idem, p. 105).

Há, na verdade, em todos esses argumentos, uma confusão entre a ideia de Deus (onipotente, onipresente e onisciente) e o vocábulo “Deus”, substantivo que designa essa ideia, em outras palavras, uma confusão de critérios: semântico e morfológico. O mesmo aconteceria com os semelhantes: fada, saci, bruxa, etc. Mas, pretende-se chamar a atenção à maneira pela qual Cardoso (idem) se apropriou dos discursos gramaticais já existentes a partir de suas crenças (ele era um ardoroso defensor da fé cristã e da igreja católica), ou seja, de sua utensilagem mental. Para ele, era claríssimo que o “vocábulo ‘Deus’ não pode distinguir-se de indivíduos do mesmo gênero ou da mesma espécie e com os mesmos atributos, porque a Teologia e a Fé Christã não nos ensinam o conhecimento de muitas divindades (...)” (idem).

Também relevante, nesse sentido, é o estudo acerca do pronome “se”¹¹⁸. Na verdade, é uma discussão que “há muito foi travada em certamen renhido os doutos professores da gramática filosófica residentes na Bahia” e que, por isso, o autor julga de “grande interesse para aqueles que aspiram aos louros de autores e oradores da língua portuguesa”. (idem, p. 126). Não há como duvidar, então, do seu desejo de ser reconhecido como um autor e/ou um orador reconhecido no meio intelectual.

¹¹⁸ A discussão que envolve esse assunto também pode ser verificada em Ribeiro (1924).

Existem duas posições distintas em relação aos diferentes empregos do pronome **se**:

Quadro 19- Emprego do pronome SE

Posição (A)	Posição (B)
Querem alguns, os que consideram o pronome se elemento lógico do discurso, que, quando o sujeito é indeterminado ou indefinito, a expressão mais sucinta que possui a língua para o revelar, seja este mesmo pronome se , o qual dizem equivaler-se ao on dos franceses ou ao one dos ingleses, chegando até a estabelecer como regra que todas as vezes que ele não é regime direto dos verbos neutros, ou dos verbos chamados ativos, mas empregados em sentido absoluto como designando estado habitual, caso em que não pedem regime direto, não se pode considerar o verbo apassivado, se o pronome se no caso direto representa sujeito indefinito do verbo.	Querem outros, os que o consideram elemento gramatical da proposição, que se , sendo indefinito, seja complemento objetivo só aparente, mas em rigor, termo de relação ou indicio desse termo, porque o verbo a que ele se junta, se torna logo relativo, pela referencia que tem este ultimo pronome á pessoa ou pessoas unicamente concebidas na mente de quem fala ou escreve.

Fonte: Cardoso (1944, p. 126)

Cardoso alia-se à segunda posição e, usando circunlóquios em um parágrafo não menos impreciso, tenta justificar-se:

“Embora [*primeira concessão*] os modernos corifeus da não plausível doutrina do **se** elemento lógico da proposição, à vista de minhas palavras me malsinem (cito as objurgatórias de um talento superior) de supersticioso respeitador das construções latinas, de soldado desta cruzada que se tem levantado contra as locuções francesas [*assim ele se julga*], que em seu favor exclama a cada passo: **Galicismo!**...; de admirador exagerado e fanático de nossos antepassados (os clássicos), que assentes na inabalável convicção de que a língua portuguesa é em tudo filha da latina, desconhecendo que ela (*horresco referens!*) difere essencialmente da latina em gênio, em índole, e em construção, [*ainda sua posição linguística*] julgaram-se dispensados de estudar e cultivá-la, crendo assim terem tudo feito por sua gramática, transportando-se para ela as construções latinas, ou dirigindo-se pelas regras e preconceitos, que dominam a gramática latina [*crítica a autores não identificados*] ; embora [*segunda concessão*] ameace tragar-me toda essa tromba de blasfêmias ilustres arremessadas de uns lábios [*quais? de quem?*] , que sou o primeiro a catar por sua eloquente erudição [*autoafirmação?*]; desta cadeira, que sinto engrandecer-me, hei de, constituindo-me eco sonoro de Jeronymo Soares, Latino Coelho, Sotero dos Reis, padre Duarte, Caldas Aulete, Alexandre Passos, Clodoveu, e outros [*a legitimação*], que seria enfadonho dizer, ensinar sempre que **se** é elemento gramatical da proposição, que **se** não

pode exprimir nem as relações de sujeito, nem as de vocativo.[posição defendida]. Não me corro de vergonha por constituir-me eco sonoro dos primeiros e mais abalizados gramáticos da língua. O mestre, que é senão um eco de verdades, um repetidor de doutrinas?...”(CARDOSO, 1944, p. 127).

E ainda continua em sua defesa afirmando que a pretensão de dar-se caso reto ao pronome “se” é um atentado, uma violência contra o gênio da língua portuguesa, “arca santa em quem como nas construções, será uma impiedade por mãos vandálicas” (idem, p. 128). Ao que parece, Cardoso estava respondendo a acusações já feitas anteriormente, - ou seria uma estratégia argumentativa – e, por isso, o uso de um discurso inflamado e passional. Tanto assim é que proclama: “aqueles que trabalham por deturpar a galharda construção do período nacional, aqueles que trabalham por extinguir o gosto dessa formosa e boníssima cousa, “que se chama vernaculidade” são uns bárbaros assoladores, dignos das fogueiras inquisitoriais” (idem, p. 129).

Mas, para ratificar sua posição, ele oferece ao leitor as explicações de uma e outra proposta do ponto de vista puramente gramatical. Daí, ele usará as referências, principalmente, de Sotero dos Reis, de quem há muitas citações. O fato de selecionar este ou aquele gramático, por si só, aponta para a constituição *sui generis* desse artefato cultural. Não há, portanto, transcrições intermináveis, mas a busca de apoio teórico para sustentar as posições intelectuais que se pretende mostrar a determinado público.

4.1.4. A quarta parte: sintaxe

A quarta parte engloba os estudos da sintaxe, assim subdivididos: da sintaxe e construção; da sintaxe de nossas palavras; sintaxe de concordância; da sintaxe de regência; da regularidade e da irregularidade e da concordância e da regência; semântica; das figuras; dos vícios; das duas construções de nossa proposição ; da lei de posição; do discurso; das frases e dos períodos; das orações ou proposições; das partes da proposição; da poesia; da diferença entre o poeta e o prosador ; da poética e da versificação; dos gêneros; do poema herói-cômico; do gênero dramático; das escolas; das transcendências gramaticais; da lógica dos substantivos ; da percepção; da lógica do juízo e da proposição ; da divisão das proposições; da extensão do sujeito; da extensão do atributo; da conversão das proposições; da oposição das proposições; da equivalência das proposições; das proposições composta; das proposições copulativas; das proposições disjuntivas; das

proposições condicionais; das proposições causais, exclusivas, exceptivas, reduplicativas, principais e incidentes; da falsa suposição; da verdade, da certeza, da opinião e da dúvida.

Depois de resumir os assuntos anteriormente expostos (ortoepeia e etimologia), o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* alerta aos discípulos que as palavras, por serem signos representativos das ideias e das relações entre elas, não podem ficar sujeitas ao abandono e ao acaso, se se quiser que elas expressem toda a infinidade de pensamento. Por isso, a importância dos estudos da sintaxe e da construção, “palavras cujos sentidos muito se aproximam, embora a índole de cada uma as faça ter e apresentar notáveis divergências” (idem, p. 207), as quais foram assim estabelecidas:

Quadro 20- Sintaxe e construção

sintaxe	construção
é a palavra de origem grega, composta de <i>syn</i> , juntamente, e <i>tassô</i> , pôr em ordem.	é palavra de origem latina, <i>construo</i> , <i>ere</i> , amontoar, edificar, vindo <i>struo</i> do grego <i>stereos</i> , sólido, firme.
tem por fim a composição ou coordenação da proposição ou frase, segundo as relações de nexos e conformidade, de dependência e subordinação das palavras.	tem por fim a edificação, a disposição ou colocação das palavras em suas diversas funções na proposição, das proposições no período, dos períodos no discurso, sempre segundo as regras e o uso da língua.
é uma ordem sistemática de palavras	é uma ordem local
é a maneira de juntar as palavras e de regularizar suas relações.	é a maneira de dispor ou colocar as palavras já ajuntadas pela sintaxe, no intuito de produzir os efeitos retóricos da composição.
não consiste senão sinais escolhidos por qualquer para indicar as correlações e relações das ideias expressas pelas palavras.	consiste nos diferentes arranjos e colocações que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvo suas concordâncias e regências.
põe seu empenho em juntar as palavras de modo a fazerem um sentido completo.	mira a elegância da frase, o efeito musical do período, ainda não enriquecido dos ornatos e galas do estilo, isto é, a simples enunciação tersa de todos os conceitos do espírito, feita por meio de declinações das palavras.
é o modesto, mas laborioso arquiteto que executa os traços e delineamentos do engenheiro do discurso — a construção.	quando levanta suas fábricas, precisa de concordâncias, de regências, de complementos, de harmonia, de número, de figuras; pede tudo à sintaxe, e a sintaxe tudo fornece-lhe.

Fonte: CARDOSO (1944, p. 207-8).

A sintaxe é dividida em sintaxe de concordância (ou de acordo) – aquela pela qual uma palavra se acorda e liga com outra em gênero, número, etc. – e sintaxe de regência (ou de regime) – aquela pela qual uma palavra dependente de outra palavra se liga à mesma, que por isto se diz regê-la. Essas definições foram “extraídas da importante gramática de l’École Mutuelle, impressa em Paris em 1874” (idem, p. 209). A preocupação de Cardoso (idem) em explicitar as fontes utilizadas é uma prática constante em sua obra. Aqui, além

desse referencial, Cardoso citará Condillac, Soares Barbosa e Blair, assunto a ser abordado no item 4.2.

Tanto na sintaxe de concordância quanto na de regência, são apresentadas as regras da língua “castiça” portuguesa. Quando, por exemplo, vai explicar o uso do pronome vós, quando se refere a um só indivíduo, admite que o verbo deverá ficar no plural e o adjetivo, no singular: *Vós sois muito inteligente*. E justifica:

O pronome **vós**, referindo-se assim a um só indivíduo, tem sua explicação, na figura silepse, mas não deixa de ser uma irregularidade filha do sentimento bajulatório do povo, que, querendo amplificar a grandeza dos nobres, em vez de **tu**, que é singular, lhes chama vós, como querendo exalçá-los à altura da divindade. A conservação do adjetivo no singular é o mais significativo e eloquente protesto. (CARDOSO, 1944, p. 211).

Nessas afirmações, o autor busca explicações a partir de critérios pragmáticos, ou seja, no uso da língua por uma determinada comunidade. Na sintaxe, as regras, as normas são acordadas com base em critérios muito diversos – muitas delas, inclusive, são fruto do uso dos clássicos da literatura – e, por isso, há inúmeras divergências. A imposição dessas regras é feita de duas maneiras: mostrando ou como deve ser, ou como não deve ser, quando são apontados os defeitos.

Estes demonstrativos conjuntivos **que**, **qual**, e **cujo**, bem como todas as partículas que exprimem a ligação das partes do discurso, devem ser colocados o mais atenta e convenientemente. O menor erro de colocação pode obscurecer o sentido da frase inteira; e quando mesmo ela não se torna ininteligível, resulta sempre alguma cousa de mal feito e descosido à sua forma. (CARDOSO, 1944, p. 214). (grifos do autor).

E’ também um grande defeito, e defeito capaz de fazer nascer a obscuridade no período, a repetição frequente dos pronomes **eles**, **os** (complemento objetivo), e dos adjetivos **seu**, **sua**, **seus**, **suas**, quando as referem a pessoas diferentes. Recomendo muito que, escrito um período com tais dizeres, se tome partido de desmanchá-lo ou refundi-lo. Antes fadigas no gabinete que vergonhas em publico. (idem, p. 216). (grifos do autor).

As regras de concordância e regência, entretanto, não ultrapassam 15 páginas. Aparentemente, o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* selecionou as lições de Condillac, contidas em o *Tratado da arte de escrever*, abandonando, em parte, as descrições de Soares Barbosa (1875). É também nesta parte dedicada à sintaxe que Cardoso apresentará a Semântica, referindo-se aos assuntos das figuras de linguagem:

“Depois de ter dissertado sobre a sintaxe e a construção, a concordância e a regência, vem naturalmente pedir-nos nossa atenção o tratado das figuras, que, sendo modos naturais de falar, não escapam ao domínio da elocução gramatical” (idem, p. 224). Para o autor (idem), a semântica é o

estudo da significação das palavras. É um estudo superior, que ultrapassa os limites da gramática. Tem por objeto principal o conhecimento das leis intelectuais da linguagem, o conhecimento das causas determinantes da fixação do sentido das palavras e a investigação das causas criadoras da sintaxe. (idem, p. 224).

Mas, ao invés de tratar de assuntos relativos à semântica (sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos), como era de se esperar, Cardoso (idem) tratará das figuras de linguagem, assunto relativo à estilística da língua portuguesa. Justifica-se ele afirmando que não faz parte “do número daqueles gramáticos que julgam ter feito seu ofício, quando ensinam a escrever e falar sem solecismo, nem barbarismos” (idem, p. 224). Ele quer também que o “verniz e o sobredoirado que chamam vernaculidade” e que “as filigranas e arrendados de finíssimo lavor a que se chama elegância” se sobreponham à “pureza das palavras quando isoladas e formando sinais representativos de nossas ideias e à sua correção, quando ligadas ou agregadas pelos artifícios da sintaxe (...)”. (idem).

Assim, Cardoso (idem) retoma as explicações para a origem e o desenvolvimento da linguagem, afirmando que as figuras e os tropos constituíram a primeira fase de comunicação entre os homens. Daí a importância em estudá-los e preservá-los: “... a necessidade de exprimir-se o mais frisantemente possível, a necessidade de dar a cada pensamento seu caráter próprio, obrigam-nos a recorrer às grandes nascentes donde a eloquência e a poesia, o sentimento e a paixão, haurem suas riquezas” (idem, p. 225). Por isso, considera o autor de o *Tratado da Língua Vernácula*

que não é fora de propósito inserirmos no corpo destas lições o tratado das figuras, assim como não é fora de propósito combater a opinião dos retóricos que sustentam não se dever fazer uso delas e não se dever prodigalizá-las. Se a natureza é quem põe as figuras em nossos lábios, não está nas mãos de ninguém fazê-las, ou não fazê-las. (idem, p. 226).

Uma das hipóteses para justificar essa posição de Cardoso é o fato de ele ser professor catedrático da cadeira de Retórica e poética¹¹⁹ do Atheneu Sergipense. Talvez fosse necessário reunir, em uma mesma obra, as apostilas construídas com esse objetivo.

¹¹⁹ Sobre esse assunto, ver Gally (2004) e Souza (1999).

Empreende-se, então, o arrolamento das várias figuras de palavras (e não das figuras de pensamento por elas fazerem parte apenas dos estudos de retórica) e tropos e seus respectivos exemplos: pleonasma, anáfora, simploce, anadiplose, epanadiplose, epánodos, epístrofe, sinonímia ou exergasia, antanaclasis, ploce, epanalepse, epizeuxe ou reduplicação, clímax ou gradação, paragmeon, paronomásia, parachesis, polyptoton, perífrase, eclipse, zeugma, silepse, prolepse ou antecipação, enálage, assíndeto, polissíndeto, metáfora, alegoria, sinédoque, antonomásia, metalepse, metonímia, antilogia, epípeto, ironia, hipérbole, eufemismo, onomatopeia, hipérbato, prótese, epêntese, aférese, síncope, apócope, sinalefa, eclipse, metátese, anthitese, aliteração, imagem, aposição, enumeração, repetição, antítese, paralelo, contrastes, hipotípose ou energueia, parábola.

Os vícios de linguagem que “afeiam a elocução gramatical” também foram descritos, uma vez que “tudo quanto deprava e corrompe o gosto deve ser desprezado, como pernicioso à reputação de quem fala ou escreve”. (idem, p. 240): barbarismo, solecismo, galicismo, neologismo, arcaísmo, cacofonia, hiato, eco, impropriedade, colisão, palavras técnicas, provincianismos, palavras homônimas, palavras homógrafas, expressões refinadas, perissologia, parênteses extensos, desmensurada extensão dos períodos, ambiguidades e anfibologias, tapeinosis, auxesis, meiosis, tautologia, omeilogia, periarguia, cacozelon e cinismo.

Somente depois das descrições de todos esses itens é que Cardoso (idem) expõe o assunto “das duas construções de nossa proposição” e “da lei da posição”, ambas presentes na parte de sintaxe da *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* de Soares Barbosa (1875), cujas descrições e normatizações, assentadas na construção castiça das frases e períodos da língua portuguesa, foram apropriadas pelo autor de o *Tratado da Língua Vernácula*.

O fato de essa obra apresentar assuntos que não estão presentes, por exemplo, na *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, de Soares Barbosa (1875), como é o caso das figuras e vícios de linguagem, já indica a liberdade da qual Cardoso (idem) acreditava gozar para construir uma gramática a seu modo, ou seja, usando seu entendimento do que seria um tratado e suas necessidades como professor que era não só de Gramática como também de Retórica e poética.

Tanto assim o é que, em o *Tratado da Língua Vernácula*, encontra-se um subitem referente a essa disciplina: Do discurso. Depois de definir o discurso como “a toda e qualquer concatenação lógica de pensamentos totais, quer esta se faça com intervenção de

metro e rima, quer sem ela: por outras palavras, a série de raciocínios lógicos ou retóricos em que se desenvolve uma tese ou se sustenta uma opinião”, enumera as leis que o regem: invenção, disposição e elocução.

A partir desse ponto, então, o *Tratado da Língua Vernácula* assume as lições de retórica, contrapondo-as às lições puramente gramaticais:

Quadro 21- Diferença entre os elementos da gramática e da retórica

Retórica	Gramática
... os diferentes tons convenientes aos diversos gêneros de eloquência e às diversas partes do discurso, são peculiares à importantíssima disciplina que traz o nome de Retórica .	As leis da conversão dos pensamentos em proposições e períodos são peculiares à Gramática , embora, depois de traduzi-los em linguagem literal, a mesma Retórica os aderece e esmalte com as flores da elocução.
Os retóricos chamam frase à reunião de palavras que formam um sentido completo. Chamam período à reunião de muitas frases ou proposições formando um sentido completo: mas nunca excedente de quatro. Inciso é um sentido fechado em uma oração cujo número não é completo. Membro é um sentido fechado em uma oração, cujo número é completo; mas que, desmembrado do corpo do pensamento total, por si não conclui. Período , que quer dizer âmbito, circuito, compreensão, continuação e circunscrição, é, segundo Aristóteles, uma oração que por si mesma tem um princípio e um fim, além disto uma grandeza tal, que de uma vista d’olhos se pode correr facilmente.	Qualquer proposição lógica composta só de sujeito, verbo e atributo, para nós constitui o período gramatical simples, que equivale, já às frases oratórias, já aos incisos, já aos membros da frase ou do período oratório. O período gramatical consta de proposições gramaticais, que são denunciadas pela presença de seus respectivos verbos, sujeitos e atributos. O período gramatical pode ser complexo ou incomplexo. É complexo, quando o sujeito e o atributo recebem proposições modificativas, que chamamos incidentes; é incomplexo, quando não sofrem alterações, nem o sujeito, nem o atributo.

Fonte: CARDOSO (1944, p. 248-50).

Assim, ele leva á cabo, as explicações acerca das orações – expressão verbal de um juízo – e das proposições – oração ou juízo que precisa de demonstração. Parte dessas explicações baseia-se em Soares Barbosa (idem), mas de tão sucintas e voltadas mais à escrita do que à descrição de fatos existentes quanto ao uso, distancia-se dessa obra. Logo depois, Cardoso (idem) discorre sobre o discurso poético, justificando essa atitude por meio da alegação de que a poesia é a primeira forma de manifestação das leis e da história: “... o finado Visconde de Castilho desejou introduzir [a poesia] nas escolas como meio de facilitar o ensino, [e por isso], devemos os gramáticos muita consideração” (CARDOSO, 1944, p. 255).

Para ele, a gramática era ciência que ensinava os métodos que os homens seguiram na análise do pensamento e a versificação, “que é a arte melodiosa do pensamento, é de seu domínio, é de sua jurisdição”. Um dos aspectos mais recorrentes, em o *Tratado da Língua Vernácula*, é o fato de o autor estar sempre criando “pontes” de assuntos externos aos

assuntos gramaticais propriamente ditos com a importância de estudá-los nesse espaço restrito – como pode ser percebido nesse caso.

Depois, então, de definir poesia, comentar sua origem e estabelecer a diferença entre o poeta e o prosador e de descrever os princípios gerais da versificação (classificação de rimas, versos, estrofes), o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* traçou um panorama dos diversos gêneros de composições poéticas usadas na literatura brasileira:

Quadro 22: gêneros líricos, conforme Cardoso (1944)

Gêneros líricos¹²⁰	
epigramático	Epigrama Soneto Madrigal Décima fábula
Lírico	ode profana sagrada
	Canção Cançoneta Ditirambo Epitalâmico Cantata Lira Poemeto Trova
Pastoril ou bucólico Elegíaco	Elegia própria Nênia Epicedio Epitáfio Endeixa
	Alegoria Apólogo Metamorfose Contos Enigmas Charadas Logogrifos Salmos Hinos Cânticos Pindárica Epódica Sáfica Anacreôntica Alcaica recitativo ária

¹²⁰ Não é objetivo deste trabalho pormenorizar as definições dadas, mas apresentar uma análise de como essas definições foram apropriadas.

Gêneros líricos		
Didático	Poesia didática Epistolar Satírica epigramática	Pessoal Geral
Descritivo		
Épico		
Dramático	Tragédia Comédia Drama Farsa Melodrama Ópera	Atos Cenas Caráter Enredo Seria Bufa

Mas, talvez, o aspecto que mais chama a atenção neste momento é a falta de referências, tanto nas definições usadas quanto nos exemplos dados. Se, em Barbosa (1875), não há esse assunto e não existe uma referência explícita de alguma obra ou de algum retórico, filólogo, etc., de quem, então, Cardoso retirou esse quadro? O fato de mencionar todos esses gêneros, conceituá-los e exemplificá-los sem se reportar a algum teórico pode apontar para a sua própria autoridade neste assunto, se se levar em consideração suas aulas de poética. É uma hipótese apenas.

Além dos gêneros poéticos, Cardoso (idem) envereda pela literatura, descrevendo três escolas literárias: a clássica, a romântica e a realista. As ideias contidas na caracterização dessas escolas dizem muito a respeito do intelectual oitocentista:

Quadro 23- Caracterização das escolas literárias

Escolas	Caracterização
Clássica	a que se conforma com os preceitos deduzidos nas obras dos autores gregos e latinos; Ela, além disto, tem o grande pecado de substituir pela imitação dos autores gregos e latinos a inspiração e a originalidade próprias de cada país, e o não menor de ter-se tornado um tipo de perfeição absoluta, e portanto imutável, o que é contrario á natureza humana, máxime quando se trata das produções do espirito.

Continua...

... continuação

Escolas	Caracterização
romântica	<p>é a escola que foi buscar sua origem nos cantos dos trovadores, que se inspiravam no cristianismo e na cavalaria, servindo-se da língua romam ou romance;</p> <p>é uma reacção contra a Escola Clássica, reação feita pelas tendências dos povos modernos, por suas crenças, por seus usos e costumes;</p> <p>A Lessing, Goete, Schiler, Herder, Staël e Chateaubriand deve esta nova escola sua existência e seus fulgores;</p> <p>cometeu o grave pecado de emancipar-se completamente das regras convencionais, o grave pecado de inspirar-se só nas próprias luzes, repudiando com desdém todas as lições da experiência;</p> <p>tendo a Escola Romântica, ao mirar um novo ideal, dado direito de cidade ao feio e ao grotesco, e reconhecido nos contrastes grandes recursos de arte, chegando ao ponto de confessar que as discordâncias e incoerências eram elementos da harmonia, o bom senso universal ergueu-se contra os devaneios geradores de obras informes dos que se haviam libertado das leis da crítica.</p>
realista	<p>como uma metamorfose, um novo aspecto dessa escola desbragada, tomando por ponto de partida a realidade, isto é, a natureza em seus inumeráveis fenômenos;</p> <p>é uma observação do principio de Goethe, que buscava o belo na reprodução fria e calma da natureza, ao invés de Shiler, que, em seu idealismo excessivo, se perdia nos nevoeiros da abstração e do absoluto, diz o sr. cônego Fernandes Pinheiro; esgrimindo contra a Escola Romântica, pintou a natureza ao vivo; antepôs a verdade à verossimilhança; arrancou do coração humano as paixões mais vis, os móveis mais ignóbeis de muitas ações, e expôs à luz, com horrorosa minudência, tudo, vícios e crimes, que se deveriam afastar das vistas dos leitores;</p> <p>A Escola Realista, esta barregã de nova espécie, produziu obras perniciosas, que fizeram a França de nossos dias gemer oprimida sob o peso de mil desastres;</p> <p>Os romances de Eugenio Sue e Victor Hugo aí estão para prova do que fica dito;</p> <p>A Visita de Nupcias de Dumas Filho é um notável espécimen dessa escola imoral.</p>

Ao que parece, Cardoso condena todas as escolas, principalmente, porque elas não contemplam a religiosidade. Mais uma hipótese.

Quando se pensa que a quarta parte acabaria neste ponto, apresentam-se ainda as transcendências gramaticais, título de um subitem que compreende as lições de Balmés, a quem Cardoso se dirige como “um dos mais excelentes que tenho lido” e que, por isso, forneceu-lhe quase literalmente as páginas que tratam da lógica dos substantivos, da percepção (ato com que se conhece a coisa sem lhe afirmar e negar nada = ideia), da lógica do juízo e da proposição, da conversão das proposições, da oposição e equivalência das proposições, da suposição e da verdade, certeza, opinião e dúvida. Em outras palavras, trata-se de assuntos ligados à lógica filosófica.

Antes, porém de empreender essas explicações, justifica-se o autor:

Duas palavras antes de começar a ultima e necessária parte da sintaxe de minha Gramática, cujo plano obedece a um pensamento diretor: organizar um tratado da língua vernácula que nada deixe a desejar aos que, preparando-se para o magistério público primário, não podem frequentar aulas de logica e elocução, e aos que só aprendendo para, como homem bem educado, falar polidamente o idioma nacional, não podem, por algumas razões que não convém declarar,

entregar-se ao árido trabalho de compulsar autores e autores. São elas muito simples: “Se aprender gramática é aprender a ler e escrever sem erros, como rezam as definições, ninguém pode conseguir semelhante coisa, ignorando a teoria das ideias, que é a mesma dos substantivos, ignorando a numeração, definição e valor das proposições, a oposição, conversão e equivalência das mesmas, a extensão e compreensão dos sujeitos e dos atributos”, razão por que, sem a mínima cerimônia, bate às portas da filosofia a pedir-lhe quanto segue, cuja ignorância importa miopia literária. (CARDOSO, 1944, p. 278-9).

4.1.5. A quinta parte: ortografia e pontuação

A quinta, e última, parte foi dedicada aos estudos da ortografia e subdividida em: primeira parte- da união bem ordenada das letras de qualquer vocábulo, correspondentes aos seus sons e à ordem destes na boa pronúncia do mesmo; segunda parte- da pontuação; dos sinais e do uso dos sinais ortográficos .

4.2. A hibridação como método

Para justificar e/ou legitimar sua obra, um autor, geralmente,

... ora recorria à etimologia, ora aos dicionários, ora à gramática portuguesa, ora aos grandes clássicos latinos e portugueses, ora à índole da língua brasileira, ora ao estilo, ora a argumentos políticos referentes à emancipação política do Brasil, ora às exigências da civilização, ora ao gênio do escritor (...) (MUSSALIN, 2004, p. 79).

De que maneira, então, o *Tratado da Língua Vernácula* foi construído teoricamente? Quais foram as referências bibliográficas que o apoiaram? Quais os autores foram selecionados para dar suporte a quais explicações?

Cardoso (1944, p. 17) admitia ser a sua gramática obtida por hibridação: “Digo que esta gramática, que vai ser publicada quase depois de quarenta anos de escrita, foi obtida por hibridação, como sucedeu a muitos animais e a muitas plantas, e também a muitas palavras compostas”. Entretanto, mostrava-se ele preocupado com as possíveis críticas advindas de seus leitores, principalmente, no que se referia à apropriação de teorias ou conceitos, representados em o *Tratado da Língua Vernácula*. Depois de estruturar a gramática em partes, como já dito anteriormente, escolheu seus apoios teóricos, citando-os de forma explícita para evitar que o chamassem de plagiador:

Quebrar-se-me-ia o coração com mágoa, se algum Juvenal caricato, algum desses que mofam dos moços, que, obedecendo a seu coração, tomam a pena no silêncio de seus gabinetes e escrevem livros – isto é, na frase de Voltaire, cartas aos amigos desconhecidos que se têm sobre a terra – em vez de desperdiçarem seu tempo em passeios inúteis, depois de perlustarem seus olhos protervos pelas páginas de meu livro, exclamasse em semi-tom de desdém: **Plagiou!** — Odeio o plágio como um crime muito grave; por isso, e para que não me digam que sou meio-relevo em caráter, digo eu a todos a verdade toda: inspirei-me nos grandes mestres, imitei-os, às vezes copiei-os, às vezes resumi-os. Isto não é desairoso, é até louvável. (idem, p. 89-90. Grifo do autor).

Não há osso, não há articulação, não há músculo, não há artéria em nossa ubérrima frase, que não esteja agora presente a vosso conhecimento. Tenho certeza de não haver errado, porque nada criei, nada inventei, nada inovei. Meu trabalho foi apenas de sistematização. Na lição crastina, passar-me-ei à estrutura do período e teçume do discurso. (p.248. Grifo meu)

A prática, portanto, de usar citações, ou de “copiar” trechos, ou até mesmo capítulos de outras obras era comum no século XIX. Para a história cultural, essa é uma prática de apropriação, que permite delinear as determinações fundamentais, que são sociais, institucionais e culturais. A partir dessa condição, é possível analisar tanto o trabalho das representações, isto é, das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço, quanto dos processos com os quais se constrói um sentido. (Cf. CHARTIER, 1990).

Um dos maiores objetivos de Cardoso (1944) era o de fazer uma gramática que fosse completa, uma gramática que pudesse dar aos seus alunos o conhecimento suficiente da língua materna. Ele buscou, então, em autores de diversas áreas, tudo que ele achava necessário para a concretização de um tratado da língua vernácula.

Falando sem o menor inflatório e com a maior direiteza, digo que me darei por muito satisfeito e ficarei muito ancho de mim, se consonas vozes, indicando os erros deste trabalho, não obstante afirmarem: — “É uma gramática completa no atinente à concepção e ao método”. Se isto se der, revogorado como um Anteu ao levantar-se da queda, empreenderei a difícil tarefa de sua expurgação e correção. Sou dócil à verdade como um cordeiro é dócil às caricias. (idem, p. 281. Grifo meu).

As justificativas sempre presentes em toda a obra para o uso de citações de outras gramáticas revelam, por vezes, a maneira pela qual se concebia a construção de uma obra destinada a discípulos:

O que nobilita o grande sacerdote civil, o grande magistrado moral, que se chama **mestre**, não é mais do que seu discernimento e juízo na escolha das doutrinas que vasa no espírito de seus alunos, a clareza de sua exposição, a vida

de sua palavra, o fresco de seu estilo, a excelência de seus métodos, e finalmente a moralidade de seus costumes. (CARDOSO, 1944, p. 127).

A escolha, portanto, das doutrinas, dos referenciais teóricos, dava-lhe a autoridade de que precisava para sua reconhecida atuação. “Não me corra de vergonha por constituir-me eco sonoro dos primeiros e mais abalizados gramáticos da língua. O mestre, que é senão um eco de verdades, um repetidor de doutrinas? (idem, p. 127). Então, era-lhe imprescindível o uso dos mais conceituados gramáticos, filólogos, filósofos, educadores e de algumas obras, que, no momento da construção, eram legitimadas perante a comunidade intelectual.

Em alguns momentos, Cardoso (idem) chamava a atenção do leitor, não só para a obra que tinha usado para escrever este ou aquele item do seu tratado, como também para a tradução que poderia não ser a mais conveniente:

O tratado de Balmés, um dos mais excelentes que tenho lido, forneceu-me quase literalmente as páginas que ides perulstrar. É bem provável que encontrareis nelas grandes jaças, diminuindo-lhes o esplendor, porque, conhecendo mui pouco a língua de Lopes da Vega e Calderon, não podia ser exato e fiel em minha tradução. (idem, p. 281). (grifo meu).

O fato de usar, em suas explicações, autores reconhecidos, não dava o direito de diminuir a importância e a seriedade de sua obra, embora não a considerasse original a ponto de ser aclamada como tal:

Os que se derem ao enfado de cotejar O Gênio da Língua e Tratado Vernáculo, conhecer-lhes-ão as diferenças, e por conseguinte darão ao meu trabalho o devido apreço. Dê-se-me somente aquilo que for meu. A justiça não pode, nem deve passar além, nem ficar aquém dos limites do **suum cuique tribuere**, do mesmo modo as pretensões do compilador não podem, nem devem aspirar aos foros da originalidade. (ibidem. Grifo meu).

Digo que esta gramática, que vai ser publicada quase depois de quarenta anos de escrita, foi obtida por hibridação, como sucedeu a muitos animais e a muitas plantas, e também a muitas palavras compostas. Em suas paginas sente-se a pressão e o calor de minha pena. Mas tudo que nela se encontra não é original. (idem, p.17).

É certo que o conceito de originalidade na construção de uma gramática é muito controverso. Se, de um lado, espera-se que um autor inove nos conceitos (como se acredita que Júlio Ribeiro o tenha feito ao publicar sua obra baseada nos pressupostos da teoria evolucionista), de outro lado, acredita-se que toda a suposta “inovação” está inserida, num

determinado contexto filosófico, científico e cultural em que foi gestada, apropriando-se daquilo que já foi dito em algum momento e lugar.

Com o desenvolvimento das instituições de pesquisa, os textos nelas produzidos apresentam citações (diretas ou paráfrases) de outros estudiosos sobre o mesmo tema proposto, a fim de fazer jus, principalmente, a quem já se consagrou naquele território. No século XIX, essa prática não era diferente: as referências apareciam, ora de forma direta, ora, indireta, embora nem sempre as fontes fossem reveladas, talvez, porque se acreditasse no conhecimento do público intelectual acerca desta ou daquela citação.

No *Tratado da Língua Vernácula*, além de gramáticos já consagrados, como Jerônimo Soares Barbosa, seu maior inspirador, talvez, João de Barros e Leoni, encontram-se autores de manuais de Retórica como Du Marsais, educadores, como Condillac e obras sem autor explícito, como L'Ecole Mutuele. Além dessas fontes explícitas, encontram-se, também, referências generalizadas, mitológicas e opositivas entre o antigo e o moderno, como se verá a seguir.

4.2.1. As referências teóricas gramaticais

Um dos autores mais citados por Brício Cardoso em o *Tratado da Língua Vernácula* foi Jerônimo Soares Barbosa, cuja gramática – *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa* – é considerada a de maior expressão da língua portuguesa do século XVIII. Essa obra “abriu um novo espaço para a vocação gramatical em língua portuguesa, a ponto de constituir escola e adeptos que se estenderam ao longo do século XIX até as primeiras décadas do século XX”. (BEZERRA, 1985, p. 137).

As referências a essa gramática contidas em o *Tratado da Língua Vernácula*, portanto, são justificadas por serem elas detentoras de autoridade reconhecida por mais de um século. Apesar de escolher Barbosa (1875) como um dos referenciais teóricos na construção de sua gramática, Cardoso (1944) pondera alguns conceitos, no processo mesmo de apropriação, reinterpretando-os, adaptando-os à sua necessidade, conforme sua experiência e seu objetivo, ou seja, conforme sua utensilagem mental.

Em relação ao uso dos infinitivos pessoal e impessoal, por exemplo, Cardoso (1944, p. 55) explica:

Para jogar-se com estes dois infinitos, Jerônimo Soares estabeleceu duas regras gerais. São estas: Quando em uma frase se encontram um verbo regente e outro regido servidos pelo mesmo sujeito, o verbo regido fica no infinito impessoal. Ex.: Eles projetaram viajar juntos. Quando em uma frase se encontram um verbo regente e outro regido por sujeitos diversos, o verbo regido fica no infinito pessoal. Ex.: Creio estarem os meus estudantes bem preparados. Assim, pois, quando o infinito não tem sujeito próprio, e faz com outro verbo uma forma composta, conserva-se invariável; quando, porém, tem sujeito próprio, torna-se variável.

Em Soares Barbosa (*idem*), entretanto, a regra estabelecida é mais complexa:

Regra III

Nas parciais integrantes do infinito impessoal, o sujeito da ação do verbo regido, sempre é o mesmo que o do verbo regente; e esta identidade faz a sua concordância. Porém as orações feitas do infinito pessoal sempre tem um jeito diferente do da oração regente. Por isso não é coisa indiferente empregara uma forma ou outra. No pessoal disse bem Camões, Lus. X, 76:

Faz-te mercêem barão, a sapiência
Suprema, de c'os olhos corporais
Veres o que não pode a vã ciência.

E Garcez, Comm.tom.II, pág.281, not. 480, não teve razão de tachar de bastantemente a locução de c'os olhos veres, pois o sujeito do verbo veres pe diferente do do verbo faz.

Mais razão teve Manoel de Faria e Souza, Comm.tom.III,col.335, para notar os dois lugares de Camões, Lus. CII, 72:

..... e folgarás de veres a polícia
e VI, 15:

..... Não te espantes
De a Bacco nos teus reinos receberes.

Nestas duas orações os sujeitos dos verbos regidos são os mesmos que os dos verbos regentes, e assim devia dizer: *e folgarás de ver, e não te espantes de receber*, para guardar a concordância. Contudo algumas vezes se encontram nos clássicos exemplos de infinitos pessoais com o mesmo sujeito do verbo principal, a que servem do complemento. Mas ou vem antes dele, ou, se vem depois, em todo o caso é sempre para tirar qualquer equivocação ou incerteza que possa haver, sobre se é ou não o mesmo sujeito de ambos os verbos. Fora desses casos, só se encontra algum exemplo, que é raro, deve-se ter por pouco correto e por um pleonasma escusado.

O que se vê, nesse exemplo, é a forma pela qual Cardoso (*idem*) apropria-se da regra estabelecida por Soares Barbosa (*idem*) e a representa, tentando clarificar, por assim dizer, o mecanismo que rege o uso do infinitivo verbal. Seria uma paráfrase? Talvez, se assim o víssemos com olhos do presente, pois, para o autor de *o Tratado da Língua Vernácula*, parafrasear é sinônimo de fazer citação direta, explicitando a referência bibliográfica: “Acento, diz o grande Jerônimo Soares, em uma definição parafrástica, quer dizer canto...” (CARDOSO, 1944, p. 80, grifo meu). Quando comparado ao que diz a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, percebe-se que a definição é escrita com as mesmas palavras na mesma ordem.

Sendo citação direta ou paráfrase, não faz muita diferença: defendo a ideia de que toda apropriação é um ato de co-criação, de ressignificação dependendo do objetivo proposto e do público-alvo a quem se destina a obra, além do contexto histórico no qual estava inserido o autor.

Não se trata, portanto, apenas de uma cópia *ipsis litteris*, como alguns pesquisadores afirmam. Trata-se de uma apropriação dos conceitos, das regras impostas pelos estudiosos da língua, do modo de estruturar a obra, mas sempre de forma criativa, que condiz com a utensilagem mental do autor, com sua bagagem teórica. Ainda neste exemplo, vê-se a preocupação de resumir a regra – “Assim, pois, quando o infinito não tem sujeito próprio, e faz com outro verbo uma forma composta, conserva-se invariável; quando, porém, tem sujeito próprio, torna-se variável” – talvez, com o intuito de tornar mais fácil a aquisição deste conhecimento por seus alunos ou, ainda, para tornar esse regra mais prática.

Além dessa preocupação, os exemplos utilizados por Cardoso (*idem*) foram diferentes dos exemplos dados na *Gramática Filosófica* – versos de Camões e de Manoel de Faria e Souza. Eles foram construídos, referindo-se aos seus alunos, embora isso não seja explícito: (a) “Eles projetaram viajar juntos” e (b) “Creio estarem os meus estudantes bem preparados”. Essa prática, a de referir-se aos seus alunos nos exemplos da gramática, é constante em o *Tratado da Língua Vernácula*, como veremos adiante no subitem que diz respeito aos exemplos.

Nas 311 páginas do *Tratado da Língua Vernácula*, além da citação comentada anteriormente, existem apenas doze referências explícitas à gramática de Jerônimo Soares Barbosa. Dentre elas, apenas cinco são citações diretas (as citações 1, 2, 3, 4 e 8); as outras são paráfrases ou resumos, como se pode verificar no quadro comparativo a seguir:

Quadro 24: Comparação entre as citações contidas no *Tratado da Língua Vernácula* e na *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*

	<i>Tratado da Língua Vernácula</i>	<i>Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa</i>	
	Assunto	Citação	
1	Das modificações prosódicas que nascem do acento, acrescentadas aos vocábulos	“Acento, diz o grande Jerônimo Soares, em uma definição parafrástica, acento, que quer dizer canto acrescentado à palavra ou tom, é a maior ou menor elevação relativa à palavra ou tom, é a maior ou menor elevação relativa com que se pronunciam as vozes, nascida da maior ou menor intensidade que as fibras da glote dão ao seu som”. (p. 80).	“Acento, que quer dizer canto acrescentado à palavra, ou tom, é a maior ou menor elevação relativa com que se pronunciam as vozes, nascida da maior ou menor intensidade que as fibras da glote dão ao seu som” (p. 28).
2	Dos vícios da pronúncia	O vício pior de todos, conforme diz o distinto Sr. Jerônimo Soares, é o de inverter os sons das palavras, perturbando a ordem de suas sílabas, exemplos: Crelgo, por Clerigo, maninconia por melancolia, perguntar por perguntar. (p. 88).	“Mas o pior vício de todos, e o que mostra mais rusticidade, é o de inverter os sons das palavras perturbando a ordem de suas sílabas, e dizer, por exemplo: alvidrar por arvirrar, cléigo por clérgo, fról por flor, contraíro por contrário, maninconia por melancolia, pouchana por choupana, fanatego por fnatico, percissão por prociissão, perguntar por perguntar, prove por pobre, socresto por sequestro, e assim infinitas outras”. (p. 38).
3	Do nome Deus e seus semelhantes	Da vulgar definição dada pelo comum dos gramáticos portugueses até o mesmo general em chefe deles o Snr. Jerônimo Soares: Nome próprio é o que convém a uma só cousa ou pessoa, tira bons motivos de solidez o argamassado de razões que acabo de apresentar-vos. (p. 101).	“... Nome próprio é aquele que convém só a uma pessoa ou coisa, como Homero, Camões, Céó, Terra, Portugal, Lisboa”. (p. 80).
4	Do nome Deus e seus semelhantes	Todos os nomes próprios, diz ele, não foram em sua origem senão nomes apelativos e comuns, como se vê em quase todos os nomes próprios hebraicos, gregos e romanos, e ainda nos nossos. E’ de muito valor e inteiro critério esta declaração do Snr. Jerônimo Soares. (p.103).	“Pode-se ainda dizer que todos os nomes próprios não foram na sua origem senão nomes apelativos e comuns, como se vê em quase todos os nomes próprios hebraicos, gregos e romanos e, ainda, nos nossos, que sendo comuns a muitas pessoas e coisas, somos obrigados a individualizá-los com os sobrenomes, apelidos e outros caracteres que os especificquem, como D. João primeiro, segundo, etc. Vianna do Minho, Vianna do Alentejo, etc.” (p. 80-1).

Continua...

<i>Tratado da Língua Vernácula</i>		<i>Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa</i>	
Assunto	Citação	Assunto	Citação
5 Do nome Deus e seus semelhantes	Diz ainda o mesmo Sr. Jerônimo Soares que, apresentando os nomes próprios só indivíduos sem relações comuns e gerais, se a cada indivíduo ou cousa se desse um nome próprio, sendo infinito o numero dos indivíduos, seria o nome próprio o mais impróprio para isto; pois dependendo nossos conhecimentos da análise e comparação dos objetos, teríamos de ver-nos a braços com uma infinidade de indivíduos insulados, sem caracteres comuns, sem relações mais ou menos gerais. (p. 103-4).	Do nome substantivo	“Se a cada indivíduo ou coisa se desse um nome próprio, sendo os indivíduos infinitos, e mais que as areias do mar, seria preciso uma infinidade de nomes, a qual esmo de nada aproveitaria, assim por ser incompreensível, como porque nada adiantaria os nossos conhecimentos. Pois dependendo estes da análise e comparação dos objetos, os nomes próprios seriam os mais impróprios para isso, por apresentar só indivíduos em relações comuns e gerais, que são os mananciais dos conhecimentos humanos”. (p. 80).
6 Do gênero neutro	Os dois maiores filólogos da língua portuguesa, João de Barros, que foi o primeiro que pôs em arte nossa língua, e Jerônimo Soares Barbosa, a quem tanto deve a mesma, afirmam que ha nomes neutros e desinências designativas deste gênero, entre as palavras do nosso bellissimo idioma. (p. 120).	Do nome substantivo	“... Todos os mais seres que não têm sexo algum, deveriam ser arranjados na classe ou gênero neutro, isto é, formarem todos uma terceira classe, em que entrassem os nomes dos indivíduos e das coisas que nenhum sexo tem, nem masculino nem feminino” (p. 86).
7 Do gênero neutro	Jerônimo Soares diz que são neutras as terceiras terminações de alguns de nossos adjetivos de três formas, a primeira dos adjetivos de duas, e ainda a única dos adjetivos de uma só, quando se empregam no discurso ou substantivamente, ou para modificarem orações inteiras. (p.120).		“não encontrado”.
8 Da sintaxe e construção	A sintaxe, diz o célebre Jerônimo Soares, não consiste senão nos sinais escolhidos por qualquer [língua] para indicar as correlações e relações das ideias expressas pelas palavras. (p. 208).	Da construção direta da oração portuguesa	“A Sintaxe não consiste senão nos sinais escolhidos por qualquer Língua para indicar as correlações e relações das ideias exprimidas pelas palavras”. (p. 288).

Continua...

<i>Tratado da Língua Vernácula</i>		<i>Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa</i>	
Assunto	Citação	Assunto	Citação
9 Das duas construções de nossa proposição	“A proposição portuguesa tem duas construções: uma direta, outra invertida; ambas naturais, necessárias e em grande uso. Destas construções nenhuma altera nem destrói as sintaxes precitadas, embora estas se conformem, como observa Jerônimo Soares, com as diferentes disposições, que, ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o gênio do escritor”. (p. 240).	Da construção da direita oração portuguesa	“A construção, porém, consiste nas diferentes colocações que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvas suas concordâncias e regências. Ora, como estas colocações das palavras e das frases podem variar, segundo as diferentes disposições que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o gênio do escritor, as construções são também diferentes, porém, a sintaxe fica a mesma. Todas as construções se reduzem a duas gerais, que são a direita e a invertida”. (p.288).
10 Das construções de nossa proposição	Remeto os senhores estudantes para as paginas 424 e 434 da luminosa gramática de Jerônimo Soares, onde acharão, que farte, exemplos apropriados e explanações de grande preço que, certamente, não posso dar; e peço-lhes antes de o fazerem, que estejam continuamente de sobreaviso para não se enganarem na distinção muito necessária dos caracteres da inversão e do hipérbato, como na distinção do que seja ligação e relação entre as ideias parciais de um pensamento e entre as palavras que as exprimem. (p. 244).	Da construção da invertida oração portuguesa	[Na edição de 1875, essa referência corresponde às páginas 295 a 303].
11 Da lei de posição	Em Jerônimo Soares e Padre Duarte, acham-se bem exemplificadas todas estas regras [da construção direita e invertida da oração complexa] cuja suma acabo de dar-vos. (p. 247).	Da construção da direita oração portuguesa e Da construção da invertida oração portuguesa	[Essas regras encontram-se diluídas em todo o capítulo que trata da construção da oração portuguesa: Cap. IV e V, páginas 288 a 303].

<i>Tratado da Língua Vernácula</i>		<i>Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa</i>	
Assunto	Citação	Assunto	Citação
12 Do uso dos sinais ortográficos	É indispensável não desprezar os acentos vogais nos livros que se destinam á primeira instrução da mocidade, ao uso de povos estrangeiros, como observa o sr. Jerônimo Soares; e, mui particularmente, quando estes acentos fazem mudar de espécie, de caso e de número o mesmo vocábulo, também conseguintemente de significação, como nestas palavras: pára, pará, bésta, besta, bestial, gósto, gósto, gostoso, e infinitas outras. (p. 311).	Da ortografia ou boa escrita da Língua Portuguesa	“Todos convém em que para representar todas as nossas 10 vozes orais (...) nos sirvamos só dos cinco das vogais a, e, i, o, u; porém com a difernça dos acentos vogais com que se distinguem, todas as vezes que esta distinção for necessária para uma palavra unívoca se não confundir com outra, como sem eles se confundiriam para vervo com para preposição, sê nome com sê verbo e se conjunção, avó feminino com avô masculino (...).” (p. 43).

O exemplo 7 é um dos mais curiosos. Nele, Cardoso (1944, p. 120) cita Jerônimo Soares Barbosa para explicar o gênero neutro de algumas palavras da língua portuguesa: “Jerônimo Soares diz que são neutras as terceiras terminações de alguns de nossos adjetivos de três formas, a primeira dos adjetivos de duas, e ainda a única dos adjetivos de uma só, quando se empregam no discurso ou substantivamente, ou para modificarem orações inteiras”. Depois de várias leituras atentas, entretanto, não foi encontrada essa informação na *Gramática Filosófica*. Talvez essa também fosse uma das maneiras de como Cardoso se apropriava das leituras que fazia: reunia, sob a égide de um nome autorizado, as ideias ou o conhecimento já adquirido em leituras, outras em uma informação generalizada.

A *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, embora tenha sido uma das mais importantes fontes usadas por Cardoso (idem), não foi a única obra que deu sustentação teórica ao *Tratado da Língua Vernácula*. Outras leituras, outras pesquisas foram realizadas e, cada uma delas foi partícipe da construção do conhecimento acerca da língua portuguesa, que, de forma resumida, apresenta os seguintes números, por ordem decrescente de incidência direta: Condillac (8); Leoni (6); Visconde Castilho (5); Sotero dos Reis (4); João de Barros, Dumasais e Fernandes Pinheiro (3); Blair, Cândido Lusitano, Carneiro Ribeiro, Dr. Guilherme, Guizot, José Inácio Roquete, L'École Mutuelle e Silvestre Pinheiro (2); e, por fim, Afonso Miranda, Alexandre Passos, Bluteau, Dicionário Universal de Educação e ensino, Du Bos, Duarte Nunes de Leão, Francisco Solano Constâncio, José da Fonseca, Professor Murici, Reid, Reis Lobato, Revista da Instrução, Sanches e Teófilo Braga, com uma única citação direta.

Esses dados podem ser melhor visualizados no quadro a seguir:

Quadro 25: Referências teóricas de o *Tratado da Língua Vernácula*

Autor/obra	Assunto	Citação
João de Barros	Dos vícios de pronunciação	Preferindo não alcinhar de idiotas aos futuros pedagogos da província, como fazia João de Barros contra os de Portugal, desde já advirto a todos quantos me lêem que em exames e concursos serei o mais severo e exigente a respeito da Ortoepia e da Prosódia, aliás tão descuradas. (p.89)
	Do gênero neutro	Os dois maiores filólogos da língua portuguesa, João de Barros, que foi o primeiro que poz em arte nossa língua, e Jeronymo Soares Barbosa, a quem tanto deve a mesma, afirmam que ha nomes neutros e desinências designativas deste gênero, entre as palavras do nosso bellissimo idioma. (p. 120).
	Do gênero neutro	João de Barros classifica como neutros tanto os nomes das letras do alfabeto, como os nomes verbaes, formados do infinito do presente, e também o determinativo al . (p. 120)
Afonso de Miranda	Linhas de precaução	Este demonstrativo conjunto emprega-se em lugar de senão , como se vê do seguinte exemplo de Afonso de Miranda: “Para mim não quero outro pregador que o sr. Anselmo”. (p. 53)
Alexandre Passos	Dos idiotismos	O sr. Alexandre Passos escreveu no seu importante dicionário gramatical: “ O idiotismo, em geral, tem tanta força entre os naturais do país, que ninguém lhe resiste; emprega-se quase involuntariamente, e todos lhe acham beleza por ser a expressão co que o ouvido está mais acostumado. Passando-se, porém, a usar de outra expressão na sociedade mais ilustrada, vae aquela forma do uso popular diminuindo da elegância que tinha, até ficar depreciada, como acontece com o antigo Eu parece-me , que hoje ninguém escreve, apesar de ver-se usada por Camões uma variante deste idiotismo no emprego do pronome eu sem o respectivo verbo, na estância 54 do quinto canto dos Lusíadas .” (p. 38).
Blair	Da estrutura da linguagem	O verbo tem algumas relações com o adjetivo por exprimir como ele o atributo, ou a propriedade de uma pessoa ou de uma cousa, como diz Blair. (p.95).
	Das figuras	Em apoio desta assertiva [a d que por ser a gramática a ciência da linguagem, não pode ser estranho a ela o tratado da linguagem figurada] vem isto de Blair: “Bem que o estylo figurado se desvia da forma mais simples do discurso, não somos forçados a concluir que tenha ele alguma cousa de extraordinario ou sobrenatural; ao contrario nós o empregamos em muitas occasiões como a maneira mais comum e mais natural de exprimir nossas ideias.” (p. 226).
Bluteau	Dos sinônimos	Sinônimo é o vocábulo que tem a mesma ou quasi a mesma significação que o outro, posto que os dois sejam diferentes em sódo (?), ortografia e derivação. De acordo são Bluteau, o sr. José da Fonseca e o padre Ignacio Roquete. (p. 39-40).

Continua...

Autor/obra	Assunto	Citação
Cândido Lusitano	Linhas de precaução	Opiniões diversas tem havido sobre a irregularidade e a regularidade desse verbo, sendo a mais especiosa a do eminente filólogo sr. Candido Lusitano. Diz ele: “ Construir , quando significa o mesmo que verter de uma língua para outra, é verbo irregular, e conjuga-se: construo, construes, construem. Quando vala o mesmo que edificar, é regular, e conjuga-se: construo, construes, construem. Isto é somente para o verbo construir e não para muitos outros verbos como destruir , instruir , luzir , pois não se diz: destroem , introem , lozem . (51-2).
Carneiro Ribeiro	Do pronome se	E’ bem verdade, como já vos tenho observado, que a língua portuguesa tem suas riquezas especiaes, tem suas propriedades nativas de linguagem, taes como as proposições do infinito pessoal, as diferentes formas de apassivar os verbos transitivos, os idiotismos, que, sendo exclusivamente seus, não seguem as regras da gramática latina, posto que, como diz Candido Lusitano, concordem com as de outras línguas vivas. (p. 128).
Carneiro Ribeiro	Da gramática	O dr. Carneiro sustenta que a gramática é ciência, porque ensina a conhecer os principios geraes da linguagem, os elementos que a constituem; e é arte, porque expõe nos preceitos, as regras relativas á mesma linguagem. (p. 59)
Carneiro Ribeiro	Do supino	Os gramáticos, sendo que eles, ao formarem estes tempos compostos tomam significação activa, e não admitem variação de gênero ou de numero, enganaram-se redondamente, confundindo-o com o supino; engano tanto mais saliente, quanto mais se pondera que não guardamos dos latinos a forma de seu supino. Isto é um engano. A verdadeira lição é esta, que se encontra no dr. Carneiro e outros gramaticos de elevadas reputações. (p. 151).
Condillac	Da linguagem	... vou concluir com a affirmativa de Condillac, affirmativa que resume tudo quanto tenho dito e poderiam dizer grandes philosophos: –“Nós não podemos pensar sem signos” – mas acrescentando a essa affirmativa que os symbolos tiram sua origem dos proprios pensamentos que representam (p. 24).
Condillac	Participios ativos do pretérito	M. Du Marsais e Condillac e o auctor da gramática da L’Ecole Mutuele professam esta opinião; porque um verbo não pode ter por objeto senão uma cousa que existe ou que consideramos como exstente, isto é, uma cousa que se designe por um nome substantivo. (p. 146)
Condillac	Sintaxe concordância	Do tratado da arte de escrever de Condillac extrahi o exemplo seguinte que deveis imitar: “Turenne, que atacou as tropas do imperio com um exercito muito inferior, que as derrotou em muitos combates successivos, e que poz nossas fronteiras a coberto de todo e qualquer insulto.” (p. 214)
Condillac	Sintaxe concordância	Ha um meio de evitar o defeito, diz Condillac, é cortar a conjunção e fazer da subordinada uma principal coordenada, visto que, como subordinada, onde se acha, causa confusão e embaraço, referindo-se á principal e parecendo referir-se á subordinada immediata que a precede. (p. 215).

Continua...

Autor/obra	Assunto	Citação
Condillac	Sintaxe de concordância	Abraço notadamente a opinião de Condillac, que é muito mais filosofia. “A regra geral que deveis observar nesta sorte de casos, diz ele, consiste em não prestar a mínima atenção à forma material do discurso; em não examinar qual seja o último substantivo; e sim em considerar a ideia para a qual nosso espírito se volta mais naturalmente.” (p. 217).
	Das figuras	Tomemos como regra e modelo este trecho de Condillac: “Je dis au coontraire quae’s on necessidade saurait trop les multiplier: mais j’ajoute quae’s il est essentiel de se conformer toujours à la liaison des idées”. (p. 226)
	Da diferença entre o poeta e o prosador	O poeta deve escrever com mais arte que o prosador, diz Condillac. (p. 258).
	Da diferença entre o poeta e o prosador	O poeta difere do prosador, como o homem que dança do homem que caminha, isto é, naturalidade dos movimentos que naquele exige mais estudos que neste. E’ de Condillac esta bem discernida observação. (p. 258)
Dicionário universal de educação e ensino	Linhas de precaução	Estas linhas de precaução foram escritas depois de lido o Dicionário Universal de Educação e Ensino , traduzido por Castelo Branco. (p. 54).
Dr. Guilherme	Dos idiotismos	Idiotismos são em geral construções, torneios de frases, ou modos de dizer particulares de uma língua, que á primeira vista parecem afastar-se dos preceitos mais vulgares da gramática universal, escandalizando, como disse o sr. Dr. Guilherme, as regras da concordância.(p. 37).
	Do nome Deus e seus semelhantes	O nome comum distingue os generos; o apelativo , as espécies e o proprio , os individuos. O finado dr. Guilherme e o Professor Murici são desta mesma opinião. (p.105)
Du Bos	Sintaxe de concordância	“O corregio (exemplo ainda de Condillac) estava tão cheio do que ouvia dizer de Rafael, que imaginou que era preciso que o artista, que fazia uma tão grande fortuna no mundo, fosse um de mérito muito superior.” (Du Bos). Mas o grandissimo defeito não está na inumerabilidade do que, e sim servir a mesma conjunção, como se vê no exemplo citado, para marcar subordinações todas diferentes. O emprego de mais de dous ques, como fez Du Bos no exemplo citado, faz perder o fio das ideias. Cautela, portanto. (p. 215)
Du Marsais	Das declinações e dos casos dos nomes	Quando dizemos, v. g.: o rio Tibre , tiramos a idéa de extensão que tem o nome rio, limitando-a e circunscrevendo-a, mas não a explicamos; porque o nome Tibre não é a causa, nem a explicação do nome rio. E’ isto mesmo o que pretende e diz Du Marsais.(p.117).
	Participios ativos do pretérito	M. Du Marsais e Condillac e o auctor da gramática da L’Ecole Mutuele professam esta opinião; porque um verbo não pode ter por objeto senão uma cousa que existe ou que consideramos como exustente, isto é, uma cousa que se designe por um nome substantivo. (p. 146).
	Dos sinónimos	Os sinónimos nos vêm finalmente: primeiro, da translação das palavras do sentido próprio ao figurado, translação necessária; porque diz Dumarsais, e sabemos todos: “As línguas mais ricas não têm sufficiente numero de palavras para exprimir cada idéa particular por um termo que não seja senão o sinal próprio desta ideia” ... (p. 41)

Continua...

Autor/obra	Assunto	Citação
Duarte Nunes de Leão	Do pronome se	Não há quem ignore que em sua origem ela foi latina, que quando os godos a corromperam, foi ampliada e reformada com vocábulos latinos; que ela ainda conserva a pronúncia da latina, e finalmente que com esta tem tanta semelhança que, se não fossem nossos artigos, poderíamos, como observa Duarte Nunes de Leão, escrever muitos períodos que fossem juntamente latinos e portugueses. (p. 128).
Fernandes Pinheiro	Do elegíaco	A elegia deve recomendar-se pela resignação e conformidade com os decretos da Divina Providencia, como observa o snr. conego Fernandes Pinheiro. (p. 268).
	Das escolas	O Realismo é uma observação do principio de Goethe, que buscava o belo na reprodução fria e calma da natureza, ao envez de Shiler, que, em seu idealismo excessivo, se perdia nos nevoeiros da abstracção e do absoluto, diz o sr. conego Fernandes Pinheiro. (p. 279)
	Das escolas	Pensando de accôrdo com o sr. conego Fernandes Pinheiro, digo, ao finalizar esta parte de minha gramática, que a combinação do elemento ideal com o real, como havia imaginado Goethe em suas ultimas producções (especialmente no Fausto), parece-me ser o verdadeiro termometro da literatura hodierna. (p. 280).
Francisco Solano Constâncio	Do gênero neutro	Francisco Solano Constancio, porém, que assz se occupou da ciência gramatical, nega a existencia do genero neutro, alegando que não temos terminações correspondentes ás latinas ud, um e al .
Guizot	Dos sinônimos	Rejeitamos semelhante opinião, por mais respeitavel que seja; e, com mui eminentes homens de letras, entre os quaes o notabilíssimo Guizot, afirmamos que todas as vezes que certas palavras se acham ligadas por uma idéa generica, comum, e que se diferenciam entre si por idéas particulares, accessorias não mui distantes, e que uma análise fina pode distinguir, tornam-se ou são synonymas. (p.40).
	Dos sinônimos	Do notabilíssimo Guizot já citado é o seguinte excerto aqui colocado como um farol para o esclarecimento da matéria que estamos a rever: “ O estudo dos sinônimos exerce a sagacidade do entendimento, acostumando-o a distinguir o que seria fácil confundir o que seria fácil confundir; determinando o sentido próprio dos termos, previne as disputas de palavras de que são quase sempre causa os equívocos e anfibologias; fixa o uso do qual vem a ser a testemunha e o interprete; collige, por assim dizer, as folhas dispersas em que se contém os oráculos desta imperiosa sibyla; pode supri-las ajudando-se dos recursos que a análise lógica e gramaticalmente lhe ministra; faz adquirir ao estilo aquella propriedade de expressão aquella precisão, que é a pedra de toque dos grandes escriptores; enfim enriquece a língua de todos os termos, aos quais distingue de um modo positivo porque não é repetição dos mesmos sons, senão a das mesmas idéias, repetição que enfastia a cansa ao leitor. (p. 41-2).

Continua...

Autor/obra	Assunto	Citação
José Inácio Roquete	Das declinações e dos casos dos nomes	O sr. José Ignacio Roquete pensa à justa como ele, como se vê da excelente nota que se encontra em sua gramática francesa, publicada em Paris: “Os gramáticos vulgares têm cometido até agora um grande erro dizendo que os casos são as diferentes terminações dos nomes; e, como nas línguas portuguesa, castelhana, francesa, italiana, etc., não ha terminações dos nomes, como na grega e latina, decidiram pedantescamente que naquelas línguas não havia casos . Este erro vem de uma falsa interpretação... (p. 115).
	Dos sinónimos	Sinónimo é o vocábulo que tem a mesma ou quasi a mesma significação que o outro, posto que os dois sejam diferentes em soído (?), ortografia e derivação. De acordo são Bluteau, o sr. José da Fonseca e o padre Ignacio Roquete. (p. 39-40).
José da Fonseca	Dos sinónimos	Sinónimo é o vocábulo que tem a mesma ou quasi a mesma significação que o outro, posto que os dois sejam diferentes em soído (?), ortografia e derivação. De acordo são Bluteau, o sr. José da Fonseca e o padre Ignacio Roquete. (p. 39-40).
L'École Mutuele	Da sintaxe de nossas palavras	Syntaxe de concordancia é aquela pela qual uma palavra se acorda e liga com outra em genero, numero, etc.: syntaxe de regencia é aquela pela qual uma palavra dependente de outra palavra se liga á mesma, que por isto se diz regel-a. Ambas estas definições foram extraídas da importante gramática de l'École Mutuele, impressa em Paris em 1874. (p. 209).
	Participios ativos do pretérito	M. Du Marsais e Condilac e o auctor da gramática da L'École Mutuele professam esta opinião; porque um verbo não pode ter por objeto senão uma cousa que existe ou que consideramos como exustente, isto é, uma cousa que se designe por um nome substantivo. (p.146).
Leoni	Dos infinitos dos verbos tomados como nomes cognatos	Os infinitos dos verbos por especial lusitanismo, como assevera Leoni, têm a propriedade de ser considerados como outros tantos substantivos designativos de acção, a qual muitas vezes não é denotada pelos substantivos cognatos dos mesmos verbos. (p. 107).
	Das declinações e dos casos dos nomes	Falando à luz da primeira definição, podemos assegurar que não há declinações e casos em portuguez; falando á luz da Segunda, somos forçados a confessar que os há. Esta sensata distinção é de Leoni, quicá o mais estimável dos escritores da gramática portuguesa.(p. 115).
	Do género neutro	Concluindo este artigo, cuja suma é de Leoni, diremos que não fazemos hoje distincção alguma entre os dous mencionados géneros masculinos e neutro , e que fôra uma impertinência e ociosidade gramatical toda distincção que se pretendesse assinar entre nomes que se confundem assim na própria desinência, como na dos adjetivos que pedem, pela regra de concordância. (p.122).

Continua...

Autor/obra	Assunto	Citação
Leoni	Dos adjetivos demonstrativos	Diz Leoni que Constancio, não teve razão alguma em reprovar ter dito Barros: “ O tempo não gastará doutrina, costumes, linguagem que os portugueses nestas terras deixaram ”, porque, segundo-se o complemento que os Portuguezes nestas terras deixaram, doutrina, doutrina, costumes, língagens, ficam particularizadas e, portanto, não precisam de determinativo. Se Barros tivesse dito a doutrina, os costumes, a linguagem, os determinativos seriam ociosos, e nada aumentariam á elegancia. Muito razoavel e filosofico é o laudo do erudito Leoni. (p. 135).
	Do supino	Copiemos a comparação, que, para maior clareza, adduziu Léoni em sua obra imortal — O genio da língua portuguesa, pag. 270. “Se um viajante ao entrar em uma floresta ouvir passaros a cantar, fontes a correr, leões a rugir, notará o cantar, o correr, o rugir, sem saber quando cada um destes actos teve começo, nem quando ha de ter fim; porque só lhe serão presentes no tempo em que estão a executar-se.” (p. 150).
	Da preposição	Aqui encerro a teoria das preposições quasi ipsis verbis extractada da excelente obra — Genio da Língua Portuguesa — do grande filologo Francisco Evaristo Leoni; (p.205)
Professor Murici	Do nome Deus e seus semelhantes	O nome comum distingue os generos; o apelativo, as espécies e o proprio, os individuos. O finado dr. Guilherme e o Professor Murici são desta mesma opinião. (p.105).
Reid	Da Gramática	Terminando aqui as explanações qyue fiz com o intuito de tomar comprehensivel que a gramática, a ciência da linguagem, é conjuntamente arte e ciência, entrar-se-me-ia o coração, se não referisse estas notaveis palavras de Reid: “Como Hume nol-o fez observar, toas as ciências têm algum ponto de contacto com a natureza humana, e embora o objeto de algumas pareça desvial-as da natureza humana, comtudo não deixam de ocorrer á mesma por algum conduto subterrâneo. O espirito humano é o centro e o teatro principal de todas as ciências; nós de posse uma vez deste lugar, fácil se nos torna estender por todas as partes nossas conquistas.” (p. 59).
Reis Lobato	Das modificações dos prosódicas dos vocábulos	Convém repetir que não se deve, como o gramático Reis Lobato, confundir a quantidade com o acento, pois que são cousas mui diferentes, segundo já vimos e imos ver na lição seguinte.(p. 80).
Revista da Instrução	Da vernaculidade da língua portuguesa	Bons serviços têm prestado á causa da vernaculidade e pureza da língua nacional os senhores escritores da Revista da Instrução, jornal que se publica na Côte. (p. 36).
Sanches	Dos nomes derivados	Os nomes gentílicos não são outra cousa senão, como diz Sanches, meros adjetivos; porque as desinencias de que se compõem são as mesmas dos adjetivos latinos de duas e tres formas. (p.106)
Silvestre Pinheiro	Da gramática	Conforme o sr. Sylvestre Pinheiro, têm [as matemáticas] o vicio radical de se assentar sobre suposições contraditórias, o vicio de partirem do abstracto para o real, de reputarem como evangelhos as definições e axiomas, que podem perder sua exactidão e sua fecundidade ao entrar no mundo moral.(p. 59).
	Da gramática	Não é para desvaliar estas grandes ciências, a cujos impulsos deve o mundo a maior parte de seus progressos, que repito as palavras do sr. Sylvestre Pinheiro. (p. 59).

Continua...

Autor/obra	Assunto	Citação
Sotero dos Reis	Do nome Deus e seus semelhantes Do pronome se	Nome apelativo ou comum, diz o erudito gramático Sotero dos Reis, é o que designa a pessoa ou cousa genericamente. (p.105). Esta asserção, fundamenta-se na passagem seguinte de nosso imperecedouro Sotero dos Reis, o qual ides ouvir: “Nesta proposição, por exemplo: O nome de João, precursor de Cristo, fez-se grande na terra,” equivalente a esta outra: “O nome de João, precursor de Cristo, teve engrandecimento , ou foi engrandecido , para os habitantes da terra ,” se, indefinido, tem, como na versão de Vigilio: “E receio o paradeiro que terão agasalhos de Juno”: — á letra: “E receio para onde se voltem ou voltarão agasalhos Junonios.” “ Et vereor quo se Junonia vertant hospitia ” toda analogia com se de referencia indirecta em latim.(p. 130).
	Do pronome se	Vive-se e morer-se equivale a a vida ou o viver , a morte ou o morrer , é facto ou propriedade fatal para os entes animados, ou para todo o animal , diz Sotero dos Reis. (p. 131).
	Dos adjetivos	Prestando-se o chamado artigo a obrigar a subentender-se na oração um nome indeterminado ou um verbo, e a representar também às vezes de determinativo relativo: “Os grandes feitos que os portugueses obraram neste dia o Oriente os diga”, não temos necessidade alguma, como fez o Sr. Sotero dos Reis, de recorrer á gramática francesa, para que esta nos acorra com seu adjetivo pronominal. (p. 136).
Teófilo Braga	Do poema heróico-cômico	Trago para aqui umas notáveis palavras do sr. Teófilo Braga: “Ao sublime do patético eleva-se todo o que sofre. E’ a verdade da naturalidade; mas suplantar a dor e rir dela, eis o grande contraste do coração do homem,a inspiração da duvida e do desespero, traduzida na vida pela ironia .” (p. 274).
Visconde de Castilho	Da vernaculidade da língua portuguesa	Ninguém poderá dizer que é vernáculo, com a consciência e ciência de sua gente, com o jeito que melhor recorde sem violentas afetações o falar de seus maiores, e tenha um não sei que cheiro á terra em que nasceu e criou-se.(p. 35).
	Dos galicismos	Se considerarmos que, como diz o sr. Visconde de Castilho, com o rodear dos anos os idiomas se metamorfoseiam, se encorpam e acompanham por seus passos contados a civilização... (p. 43)
	Dos galicismos	A nossa frase nacional é da mais rica construção: o nosso período vernáculo, como diz o sr. Visconde de Castilho, sobreleva tanto em <i>donaire</i> , em efeitos de composição, em variedade de <i>cortes</i> , em meneio e música, em razão lógica, em prestígios retóricos e poéticos, e talvez em clareza, ao engoiado período francês. (p. 44).
	Do pronome se	Classicos de uma língua são todos os seus escritores de primeira plana, são, diz o snr. Visconde de Castilho, os abalizados por excelência de linguagem, altura de ideia, e primor de estilo. (p. 129)
	Da poesia	Á poesia, primeira forma da manifestação das leis a da história, à poesia que embalde o finado Visconde de Castilho desejou introduzir nas escolas como meio de facilitar o ensino, devemos os gramáticos muita consideração. (p. 255).

Embora tenha acompanhado todos os estudos de sua época e toda a efervescência dos novos modelos gramaticais, inclusive o de seu aluno João Ribeiro, Brício Cardoso, em sua revisão, não reelaborou seus conceitos e nem desistiu de manter suas referências teóricas. Permaneceu, portanto, referindo-se aos gramáticos e filólogos, de forma direta ou indireta, como Bauzée, Du Marsais, Condillac, Jerônimo Soares, Blair, Latino Coelho, Freire de Carvalho, Bento José de Oliveira, Caldas Aulete, Sotero dos Reis, Alexandre Passos, Silva Túlio, padre Duarte, Cônego Fernandes Pinheiro¹²¹, Guilherme Rabelo e Ernesto Carneiro.

4.2.2. Os escritores dão o suporte

Quase todos os assuntos apresentados no *Tratado da Língua Vernácula* eram acompanhados de exemplos a fim de melhor compreender a teoria explicitada. Esses exemplos quase sempre eram retirados de obras de escritores já consagrados na Literatura, principalmente, da portuguesa, como o eram Camões e Pe. Antônio Vieira, cânones atemporais.

Quando não era encontrado um exemplo nessas obras, Cardoso (1944) recorria, muitas vezes, aos exemplos dados por alguns gramáticos, como João de Barros, Lucena, etc. (ver tabela 4).

Além dos exemplos caso a caso, o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* dava conselhos aos leitores acerca das leituras que se deveriam fazer para melhorar este ou aquele aspecto: “Aprende-se a ser vernáculo respeitando o mais que ser possa o gênio da língua, lendo todos os dias páginas e páginas de Lucena, Jacinto Freire, Fr. Luiz de Souza, João de Barros, e Padre Vieira, simultaneamente combinados com outras tantas dos clássicos brasileiros, que também os há, sem dúvida, e de levantado merecimento”.(idem, p. 35).

Ainda em relação à aprendizagem do bom vernáculo, ele recomendava

as esplêndidas composições de Alencar, Manuel de Almeida, Juvenal Galeno, Porto-Alegre, Machado de Assis, Joaquim Serra, Castro Alves, Guimarães, França Junior, Gentil Homem, Salvador de Mendonça, José do Amaral, Teixeira

¹²¹ Lente de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Colégio Pedro II em 1857. Em sua extensa bibliografia sobressaem as obras didáticas de Religião, História do Brasil e Literatura, destinadas às escolas primárias e secundárias.

de Melo, Dias Carneiro, Bitencourt Sampaio, Melo Moraes (pai e filho), Pedro de Calazans, Gonçalves Dias, e tantos outros, que não se podem contar”.(idem, p. 36).

Quando queria ratificar determinada informação, e até, mostrar erudição, Cardoso (idem) enumerava vários autores de diversas áreas, como observado nas explicações da origem da língua portuguesa:

que a língua portuguesa é principalmente oriunda da latina, prova-se primeiro com a opinião autorizada dos melhores clássicos: João de Barros, Duarte Nunes, João de Lucena, Fr. Heitor Pinto, Fr. Luiz de Souza, D. Hyeronimo Osorio, Jorge Ferreira, Bernardes, Francisco de Moraes, Vieira, Felinto Elysio, Camões, Alexandre Herculano, Garret, Castelo Branco, Latino Coelho, Castilho, que lhe chama moderno latim, e tantos outros, d’aquém e d’além mar, que seria fastidioso enumerar (idem, p. 28).

ou na discussão acerca da função da partícula “se:

embora ameace tragar-me toda essa tromba de blasfêmias ilustres arremessadas de uns lábios, que sou o primeiro a catar por sua eloquente erudição; desta cadeira, que sinto engrandecer-me, hei de, constituindo-me eco sonoro de Jerônimo Soares, Latino Coelho, Sotero dos Reis, padre Duarte, Caldas Aulete, Alexandre Passos, Clodoveu, e outros, que seria enfadonho dizer, ensinar sempre que **se** é elemento gramatical da proposição, que **se** não pode exprimir nem as relações de sujeito, nem as de vocativo. (idem, p. 127).

ou ainda, do uso dos infinitivos pessoal e impessoal:

Conforme já disse, clássicos respeitáveis, como Couto, Lucena, Camões, Vieira, Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, fazem uso das regras e exceções apontadas como a frase melhor lhes soa aos ouvidos. Não produzo exemplos, porque nos melhores livros o seu encontro é fácil. (idem, p. 56).

A maioria desses nomes elencados fazia parte, sobretudo, do período áureo, assim considerado por ele, das idades da língua portuguesa:

A de seu esplendor: começa com o desaparecimento desses grandes engenhos que a ampliaram e opulentaram, e estende-se aos tempos contemporâneos em que foram e são conhecidos autores do maior merecimento, como Castilho, Garret, Passos Manuel, Alexandre Herculano, Mendes Leal, Rebelo da Silva, Tomaz Ribeiro, João de Lemos, Bulhão Pato, Camilo Castelo Branco, Vieira de Castro, Curvo Semedo, Pinheiro Chagas, Faustino Xavier, Xavier Botelho, Bingre, Nunes Cardoso, D. Gastão, a Marquesa de Alorna, o Morgado de Assentiz, o Conde de Sabugal, Leitão de Gouveia, Pimentel Maldonado, D. Josefa de Balsemão, Pinto Rebelo de Carvalho, Vicente Pedro Nolasco, Cyro Pinto Osório, Soares dos Passos, Pereira Marrecos, Freire Cardoso, o Duque de Palemla, Correia Caldeiros, João de Aboim, Silveira Malhão, e tantos outros, já

portugueses, já brasileiros. Inferior é o catalogo dos autores brasileiros, mas em compensação escrevem eles o português na América com tanta graça, suavidade e doçura, que não parece ser a mesma linguagem de seus maiores (idem, p. 33).

Os dicionários eram também importantes e, em alguns momentos, eles eram chamados à baila: “finalizamos, recomendando aos alunos que constantemente manuseiem os dicionários de sinônimos da nossa língua, notadamente o de composição de Ignácio Roquete e José da Fonseca, donde haurimos a doutrina deste capítulo [dos sinônimos], assim como os exemplos que seguem”. (idem, p. 42).

A erudição se mostrava não só com o uso de autores consagrados, mas também com o uso de referências relativas à mitologia, ou aos filósofos gregos, prática bastante percebida no século XIX, como se pode observar nos exemplos a seguir:

“A civilização, o progresso e a luz nasceram da palavra – velho dente **sui generis** do lendário Cádmo”. (CARDOSO, 1944, p. 23).

“Para corroborar o que digo sobre a palavra sucesso, lembro que no Capitólio havia uma divindade denominada Sucesso, com os emblemas que denotam o jubilo e o descanso que se gozam depois do triunfo”. (idem, p. 50).

“Quem diz, pois, os Sócrates, os Demóstenes, transgride as leis da gramática, ainda que com alguma razão, visto tratar-se de nomes dos mesmos indivíduos, não como tais, senão como representantes de uma classe.” (idem, p.122).

“As imagens ou são descrições e quadros como lhes chama Longino, ou comparações como lhes chama Aristóteles.” (idem, p. 235).

“Como Jano, tem a eloquência duas faces, uma é a estampa da prosa, outra a do verso”. (idem, p. 255).

“Os gregos atribuem a invenção da poesia a Orfeu, Lino e Museu: não é fato conteste”. (idem, p. 257).

4.2.3. As referências generalizadas

Um dos recursos largamente utilizados por Cardoso são informações atribuídas a autores sem nome, mas identificados pela área profissional que ocupam. Assim, foram referência clássicos, gramáticos, filólogos, literatos, retóricos e professores de gramática, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 26: Referências generalizadas

Referências	Tratado da Língua Vernácula (1944)
Clássicos	Das preposições: “Nada ha tão difícil em português, como o emprego das preposições. Os clássicos gozavam da mais ampla liberdade no uso delas”. (p. 163).
Filólogos	Sintaxe de concordância: “Quando a última parte do sujeito múltiplo é cada, cada um, ou quando o último substantivo é ligado à ideia predominante, o verbo fica no singular. Nos clássicos encontram-se exemplos em contrário” (p. 212).
Filósofos	Dos infinitos pessoal e impessoal. “Este segundo infinitivo, que os gramáticos capitulam como idiotismo, é uma riqueza da nossa pátria língua, dá variedade, energia e harmonia à frase, facilitando a enunciação do pensamento e tornando mais atraente o colorido das ideias, que, à sua mercê, se afastam dos equívocos às vezes produzidas pelo infinitivo impessoal”. (p. 55).
Gramáticos	Das duas construções de nossa proposição: “Os mestres da filosofia da gramática justificam destarte as inumeráveis anástrofes a que se presta este nosso moderno latim”. (p. 242)
	Dos infinitos pessoal e impessoal. “Este segundo infinitivo, que os gramáticos capitulam como idiotismo, é uma riqueza da nossa pátria língua, dá variedade, energia e harmonia á frase, facilitando a enunciação do pensamento e tornando mais atraente o colorido das ideias, que, à sua mercê, se afastam dos equívocos às vezes produzidas pelo infinitivo impessoal”. (p. 55).
	Dos infinitos pessoal e impessoal: “Quando a esse fato, os gramáticos ainda não firmaram regras absolutas, e, portanto, os que falam e escrevem, navegam por um mar de dificuldades, onde estão esparsos os escolhos da contradição.” (p. 55)
	Das consonâncias: “Os gramáticos contemporâneos chamam às consonâncias articulações ; mas nós não os acompanharemos para não confundirmos as vozes, que também são articulações, com as consonâncias, e para respeitarmos melhor a natureza particular destas modificações que nunca soam por si, mas só juntas às vozes.” (p. 65).
	Do nome Deus e seus semelhantes: “Todos os indivíduos da natureza humana, ou os espirituais, que subsistem por si, podem ser encarados de um modo genérico; porque qualquer deles, constitua, ou não, uma ideia individual, exprime uma ideia geral ou de classe, vindo daí o dizerem os gramáticos que apelativo é o que compete a muitas coisas ou pessoas”. (p. 105).
	Das figuras: “Não sou do número daqueles gramáticos que julgam ter feito seu ofício, quando ensinam a escrever e falar sem solecismo, nem barbarismos”. (p. 224).
Literatos	Da ortografia: “Prefiro acompanhar os homens literatos a fazer adoção sob minha responsabilidade.” (p. 302).
Outros	Dos galicismos: “... como gramático, e em nome da filologia, isto é, em nome do bom dizer dos nossos maiores, e como retórico também, e em nome não só da mão d’obra que liga e trava os materiais do discurso, mas ainda em nome da arquitetura e ornamentação que resultam da colocação regular e simétrica dos mesmos materiais, isto é em nome da luz, da força e da graça que se pode adicionar à escrita: devemos opor-nos á sua invasão, que é assoladora, como se fosse de bárbaros”.(p. 43).

Continua...

<i>Tratado da Língua Vernácula (1944)</i>	
Referências	
Professores de gramática	<p>Do pronome “se”: “Ocupa-se nossa lição de hoje, de uma questão que não há muito travou em certame renhido os doutos professores da gramática filosófica residentes na Bahia”. (p.126).</p> <p>Do pronome “se”: “Querem alguns [professores de gramática], os que consideram o pronome se elemento lógico do discurso, que, quando o sujeito é indeterminado ou indefinito, a expressão mais sucinta que possui a língua para o revelar, seja este mesmo pronome se, o qual dizem equivaler-se ao on dos franceses ou ao one dos ingleses (...); Querem outros, os que o consideram elemento gramatical da proposição, que se, sendo indefinito, seja complemento objetivo só aparente, mas em rigor, termo de relação ou indicio desse termo...” (p. 126).</p> <p>Do pronome “se”: Fácil é de mostrar que a razão se acha ao lado dos segundos. Embora os modernos corifeus da não plausível doutrina do se elemento lógico da proposição, á vista de minhas palavras me malsinem (cito as objurgatórias de um talento superior) de supersticioso respeitador das construções latinas de soldado desta cruzada que se tem levantado contra as locuções francesas, que em seu favor exclama a cada passo: Galicismo!...:(p. 127)</p>
Retóricos	<p>Das figuras: “Os retóricos dividem as figuras em figuras de pensamento e figuras de palavras.” (p. 227).</p>

Essas generalizações estão ora dando suporte a afirmações metalingüísticas, ora ratificando os conceitos em que acredita, ora explicitando a posição tomada pelo autor do *Tratado da Língua Vernácula* diante de algumas questões gramaticais que oferecem divergências.

A referência generalizada também serviu para não expor um amigo, que era também um gramático, mas de quem Cardoso (idem, p. 139) discordava: “Um gramático, a quem tenho muita afeição, disse que o complemento direto pode levar as preposições **de**, **em** e **por**. Não concordo com ele, porque quando se diz **tirar da espada**, o verbo **tirar** fica intransitivo”.

Há também uma referência aos livros de forma generalizada, referindo-se tanto às gramáticas – “Há outras particulares esparsas pelas gramáticas rudimentares das escolas”. (CARDOSO, idem, p. 122) – quanto a outros livros incógnitos – “creio ter chamado à baila quanto de bom se poderia colher nos livros recomendados sobre o assunto que mais interessa àqueles que pretendem bem escrever e falar”.(idem, p. 238).

Quando se trata da explicação de algum assunto mais complexo, como é o caso da origem da poesia, utiliza-se apenas a denominação de autores, mas sem especificadores – de gramática, de literatura, de filosofia, de história etc.: “Creem alguns autores que é mais velha do que a prosa; Homero e Hesíodo, celebrando as lendas gregas, antes de Heródoto vazá-las, nos moldes monumentais da história, forçam-nos a dar assenso a esta opinião, que não repugna”. (p. 257). Além de referir-se a um antepassado grego, o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* também usa o plural “nós”, talvez, com o intuito de se distanciar ainda mais da afirmação ao mesmo tempo em que se inclui entre os autores referendados. O fato é que existe uma modalização necessária para manter-se autorizado em seu discurso.

Mas, nem sempre, o uso de referências generalizadas relaciona-se a comprovações de suas afirmações. No assunto “do pronome se”, por exemplo, ao discutir as posições dos autores sobre a função dessa partícula e seu uso, Cardoso (idem, p. 129), vocifera: “aqueles que trabalham por deturpar a galharda construção do período nacional, aqueles que trabalham por extinguir o gosto dessa formosa e boníssima cousa, ‘que se chama vernaculidade’ são uns bárbaros assoladores, dignos das fogueiras inquisitoriais”. Acrescentam-se às generalizações os argumentos ligados ao gênio da língua:

E não só a forma material das preposições e conjunções nos convence de ser a língua latina a origem e fonte primaria da portuguesa, mas também a força, o

valor, o sentimento das mesmas, o emprego que têm na oração e a maneira por que modificam os vocábulos, do que resulta **um certo modo de ver** que propriamente constitui o gênio da língua (idem, p. 31).(grifo meu).

Apesar de reconhecer ser a língua portuguesa brasileira diferente da língua portuguesa europeia, o autor a filia à língua latina: “Mas haveis de concordar que ter a língua portuguesa opulências peculiares, não é diferir essencialmente em gênio, índole e construção da língua latina”. (p. 128). (grifo meu).

O gênio da língua, ora confundido com a vernaculidade, era também alvo de defesa: “Se considerarmos que o galicismo fraseológico, ou adoção da construção francesa, vem ferir a arca santa da gramática (sua sintaxe), a qual constitui o que se chama **gênio da língua**, e que por isso mesmo deve manter-se, senão inalterada, ao menos o mais livre que ser possa de ousadias e adulterações”. (idem, p. 43).(grifo do autor).

Quando ele trata da sintaxe de concordância, outro aspecto torna-se explícito: o uso da metalinguagem para posicionar-se politicamente:

O pronome **vós**, referindo-se assim a um só individuo, tem sua explicação, na figura silepse, mas não deixa de ser uma irregularidade filha do sentimento bajulatório do povo, que, querendo amplificar a grandeza dos nobres, em vez de **tu**, que é singular, lhes chama vós, como querendo exalçá-los à altura da divindade. A conservação do adjetivo no singular é o mais significativo e eloquente protesto. (idem, p. 211).

Todas essas formas de sustentação teórica são indícios da maneira como o autor de o *Tratado da língua Vernácula* apropriou-se dos discursos autorizados que circulavam naquele momento, que, de forma criativa e individual, foram ressignificados de acordo com suas crenças e experiências. Esse processo, portanto, dá ao autor a liberdade de tomar posições, recriar, contestar o que já existe.

4.2.4. As contestações

A contestação de alguns conceitos e posições é recorrente no desenvolvimento de o *Tratado da Língua Vernácula*, apesar de tanta reverência aos autores consagrados. Essas posições contrárias são, na verdade, indícios da construção de um conhecimento a partir das apropriações, conforme seu modo de perceber determinados assuntos, uma vez que já lhe era dado o acesso a estudos linguísticos que circulavam em sua época. Se, por um lado,

ele resistia à modernidade traduzida pelo evolucionismo, grosso modo, por outro lado, ele sugeria rever algumas posições tomadas por seus antecessores, como é o caso do próprio Jerônimo Soares Barbosa, seu autor dileto:

Não concordo com a opinião de Jerônimo Soares, quanto ao modo de desfazer a ambiguidade gerada pela má colocação do conjuntivo **que**. Não sucede, porém, assim, quando o segundo substantivo tem também artigo. Então o **que** pode referir-se ao primeiro ou ao segundo; e neste caso deve-se variar a forma do relativo para tirar a ambiguidade, como neste exemplo: “Um milagre da Divina Providencia **que** é grande”. (idem, p. 216).

Para não ofender este ou aquele gramático, explicitando seus nomes, Cardoso opta por generalizá-los, como em “Os gramáticos, sendo que eles, ao formarem estes tempos compostos tomam significação ativa, e não admitem variação de gênero ou de número, enganaram-se redondamente, confundindo-o com o supino; engano tanto mais saliente, quanto mais se pondera que não guardamos dos latinos a forma de seu supino. Isto é um engano”.(idem, p. 151). E, completa sua contestação citando Carneiro Ribeiro: “A verdadeira lição é esta, que se encontra no dr. Carneiro e outros gramáticos de elevadas reputações. (ibdem).

Uma das estratégias para justificar o uso de algumas classes de palavras, quando não se lhe ofereciam uma regra comum a todos, era a de mostrar a própria dificuldade em se estabelecer uma única direção, como é o caso das preposições, consideradas como um dos empregos mais difíceis na língua portuguesa. Os clássicos gozavam de maior liberdade em relação ao seu uso. Embora não tenha “nenhuma lei restritiva (...), não se deve usar delas, senão quando em sua rigorosa e geral aceção, senão escrupulizando empregá-las em sentido contrário à significação que o uso atual lhes dá, embora este ou aquele escritor autorize um emprego extraordinário. (p. 163).

As preposições ofereceram várias opiniões dissidentes e, nem sempre, favorecendo este ou aquele gramático. Contrastar o antigo com o moderno foi uma saída encontrada por Cardoso (idem) para enfrentar as divergências:

Nossos antigos escritores não confundiam jamais as preposições **per** e **por**, dando a cada uma o emprego que lhe é próprio; porquanto **por** servia para mostrar a causa por que alguma coisa se fazia, e **per** para denotar o meio por que era feita, como se pode ver no seguinte trecho de João de Barros: “Por contrariar aquela ordem, determinou de o matar **per** manha”. Hoje, porém, empregamos indistintamente a preposição em ambos os casos, e só nos servimos da preposição **per** nalgum particular idiotismo e como partícula inseparável dos verbos e nomes. (p. 191).(grifo meu).

Em relação à construção das frases da língua portuguesa, ele faz uma comparação entre como era antes e como é considerado em seu tempo, talvez a fim de mostrar que, apesar de a nomenclatura da língua, principalmente, ser passível de mudanças, não se deve confundi-las: “os gregos e os latinos chamavam anástrofes às inversões que constituem o que chamamos construção invertida, e não as confundiam absolutamente com os hipérbatos. Muitos dos modernos gramáticos se apazem em chamar hipérbatos a essas inversões o que não deixa de ser absurdo”. (idem, p. 241).

Uma de suas pretensões era a de alargar o “âmbito das gramáticas de nossas escolas, chamando à baila assuntos de momentosa necessidade, que os nossos melhores filólogos não tinham ainda incluído nos seus magníficos tratados, feitos para o ensino secundário”. (idem, p. 18). Apesar disso, ele preferiu não substituir “vocábulos já conhecidos por outros que, perante o vulgo ignaro, me pudessem salpicar o livro com escumas de balofa erudição” (ibidem).

Seus estudos linguísticos, na verdade, permitiam-lhe ir além de citações postas de forma irrefletida, como pensam alguns intelectuais desta área de investigação. Ele também era detentor de clareza suficiente para não aceitar algumas regras, ou até mesmo, impropriedades de suas construções, como em

Se prevalecesse a razão de Constâncio, poderíamos também sustentar que não são masculinos os nomes portugueses, tomados dos latinos, que formam o nominativo em **us**, porque nenhum nome português tem esta terminação. O que ha de verdade é o seguinte: formados nossos vocábulos do ablativo do singular dos nomes latinos, os que provêm dos neutros não perderam a desinência distintiva do gênero, mas sendo esta desinência a mesma que a dos nomes masculinos, tomados do referido caso, os dois gêneros deviam confundir-se e efetivamente se confundiram; porque na época da formação da língua portuguesa a ignorância não permitia conservar-se uma diferença que, não se dando, digamo-lo assim, materialmente, só podia considerar-se de uma maneira intelectual, e por dedução etimológica, o que não tinha proveito algum real, e não era de esperar de um povo sem cultura e sem letras. (CARDOSO, 1944, p. 121).

Ou ainda em: “O objetivo é a palavra ou oração sobre que recai a significação do verbo ativo. Só lhe cabe a antonomásia de regime direto. Só pede preposição quando é nome próprio. Em outra parte explanarei esta questão condenando uma opinião do Sr. Aulete”. (idem, p. 221).

Quando o assunto é poesia, e mais especificamente, são as figuras de linguagem, o autor de o *Tratado da Língua Vernácula* mostra-se mais relutante quanto à posição dos gramáticos:

À sovinação dos pobres gramaticões sem gosto nem graça que voluntariamente se encerram nestes círculos de ferro — concordância e regência —, oporei sempre, em nome das expressões necessárias para desenvolver um pensamento em todas as suas modificações, em nome dos diversos coloridos de que ele é susceptível, das imagens de que deve acercar-se para produzir todos os seus cambiantes reflexos, este grande grito reclamatório — cores e luzes! (idem, p. 225).

Talvez o fato de ser ele também professor de Retórica e Poética tenha contribuído para a presença dos assuntos referentes à poesia em sua gramática e sua defesa quase sempre prioritária em relação à própria gramática, como se pode observar em

À pureza das palavras quando isoladas e formando sinais representativos de nossas ideias, à sua correção quando ligadas ou agregadas pelos artifícios da sintaxe e formando expressões representativas de todas as operações de nosso espírito, quero se sobreponha aquele verniz e sobredeirado que chamam vernaculidade, aquelas filigranas e arrendados de finíssimo lavor, que chamo elegância. (idem, p. 224).

Seu empenho, na verdade, estava circunscrito, principalmente, à defesa da seleção e compilação de muitas obras, cujos autores eram legitimados, na construção de o *TVL*, advertindo àqueles que poderiam criticá-los de que, apesar de copiar algumas citações de autores consagrados, não diminuía o valor de sua obra, porque ele não só as ampliava, adaptava, resumia, como também explicitava as fontes, a fim de evitar ser chamado de plagiador.

Aqui encerro a teoria das preposições quasi **ipsis verbis** extractada da excelente obra – **Genio da Língua Portuguesa** – do grande filólogo Francisco Evaristo Leoni. Digo quasi *ipsis verbis*, e isto é uma verdade; mas advirto que, tomando conselho sobre o como as extractaria, entendi dever cortar as abundâncias e desenvolvimento do notabilíssimo Sr. Francisco Evaristo Leoni. (CARDOSO, 1944, p. 205). (grifo meu).

A construção, portanto, de o *Tratado da Língua Portuguesa* é um exemplo de como a apropriação dos discursos que circulavam no momento de sua execução se faz de acordo com a utensilagem mental do autor. É um processo de co-criação e não de mera cópia de autores reconhecidos.

Conclusão

As gramáticas são consideradas instrumentos de sistematização de uma língua, do saber metalinguístico. Em sua origem, na Grécia, a gramática representava o mecanismo geral de regulamentação da interdependência dos elementos, ou ainda, “sistema regulador da combinação de elementos linguísticos, constituindo o modelo de combinação dos gêneros” (NEVES, 2002, p. 21). O responsável pela transposição das ideias gramaticais gregas para a língua latina foi Varrão, onde o estudo do Certo e do Errado se sobrepôs à linha lógica e filosófica dos estudos sobre a linguagem.

No século XVI, as primeiras gramáticas da língua portuguesa surgiram. Seus autores usavam os padrões da gramática latina preocupada, sobretudo, com a segmentação do discurso em categorias gramaticais. Essas gramáticas já apresentavam também categorizações e definições de ordem filosófica, baseadas na Lógica de Aristóteles. Dessa fase, são Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Duarte Nunes do Lião (1596) e Pero de Magalhães de Gândavo (1574). Nesse período, as gramáticas tornaram-se uma “técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”. (AUROUX, 1992, p. 36).

As causas do processo de gramatização, principalmente acelerado pelo aparecimento da imprensa, porém, são uma soma de múltiplos fatores que vão desde a administração dos grandes Estados, à literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, às viagens e comércio. Para Auroux (1992, p. 29), “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem”.

A gramática é, então, produto de uma prática cultural. Assim, considera-se, nesta tese, a gramática como um bem cultural, ou seja, um objeto produzido pelo homem com finalidades social e culturalmente construídas, que apresenta tanto um saber específico, quanto um lugar onde se pode perceber a própria história do conhecimento linguístico. Para analisá-la, foram propostos critérios que envolvem não só a história externa – produção e circulação – como também a história interna – discursos e estrutura.

Cada leitor produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa tentou vincular, em uma mesma análise, a circulação e a apropriação dos textos (discursos) por Brício Cardoso na construção de sua

obra o *Tratado da Língua Vernácula* a fim de defender a hipótese de que, no processo de apropriação das ideias que circulam, o sujeito-autor constrói representações do mundo social, que, por sua vez, são determinadas pelos interesses do grupo que as constrói e por elas esse grupo é mantido.

As apropriações diferenciadas de textos/obras estão inscritas nas práticas culturais que autorizam moldar o pensamento e as condutas da maioria leitora. Essas práticas são

siempre creadoras de usos o de representaciones em modo alguno reductibles a las oluntades de los productores de discursos y de normas. De ninguna manera el acto de lectura puede por tanto ser anulado em el texto miesmo, ni los comportamientos vividos em la prohibiciones y los precptos que pretenden regularlos. La aceptación de los modelos y de los mensajens propuestos se opera a través de adecuaciones, rodeos y em ocasiones resistencias que manifiestan la singularidad de cada apropiación. (CHARTIER, 1995, p.12).

Analisar as leituras feitas por Brício Cardoso e a apropriação dos mais diversos textos, em o *Tratado da Língua Vernácula*, requer a análise dos modos de utilização e de compreensão que proporcionaram a construção de sentido. Essa apropriação não se faz sem regras nem limites, uma vez que a leitura é uma prática traduzida por gestos, espaços e hábitos. Existem estratégias usadas pelo próprio texto, que permitem produzir efeitos, ditar uma postura, obrigar o leitor a ter esta ou aquela compreensão. Além disso, existem as estratégias editoriais que constituem, elas também, limites às práticas de leitura. Essas inúmeras coerções não impedem, entretanto, que o leitor seja um criador, posto que ele é um efeito do texto.

A partir, então, da noção de apropriação, e excluindo as dicotomias erudito/popular, criação/consumo, é possível perceber que a leitura que se faz dos textos não é anulada no próprio texto, pois que é sempre criadora de usos e de representações. “A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural”. (CHARTIER, 1990, p. 137).

Vendo por esse ângulo, ou melhor, considerando o *Tratado da Língua Portuguesa* – objeto desta tese – como objeto cultural, propôs-se, então, não só descrever sua estrutura interna, mas também observá-lo em sua materialidade, considerando a autoria, as instâncias de aprovação, os programas de ensino ao qual estava atrelado, a circulação – tipografias, livrarias e editores – e os discursos nele representados. São esses elementos que permitirão reconhecer as práticas de apropriação cultural, as formas diferenciadas de interpretação das ideias que circulavam numa determinada época.

O *Tratado da Língua Vernácula*, escrito por Brício Cardoso em 1874 não foi publicado em formato livro neste mesmo ano. Esse fato, talvez, pode ser justificado, observando-se o processo de publicação de livros no Brasil, que envolvia não só as tipografias, as livrarias, como também as instâncias censoras de aprovação das obras e a obediência às exigências dos programas escolares. Apesar de existir uma tipografia – a Typografia do Jornal do Aracaju – em Sergipe, que poderia imprimi-lo, e de já ter sido aprovado, em 1878, pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia, essa obra somente circulou em 1932, quando os filhos do autor resolveram homenageá-lo, imprimindo sua obra. Antes disso, foram seus capítulos impressos no *Jornal do Aracaju*, entre 1873 e 1874. Se, então, não era por falta de tipografia ou de aprovação oficial de sua obra, a razão pode estar centrada na distância entre as ideias veiculadas na obra e as que se apresentavam como modernas.

Para alguns autores, as livrarias chegavam a oferecer vantagens e, em alguns casos, a pagar direitos autorais, uma vez que alguns deles eram, antes de tudo, seguidores dos programas oficiais propostos pela política educacional e atentos às novidades pedagógicas. Talvez, esse não tenha sido o caso de Brício Cardoso. Apesar de ser reconhecidamente um excelente professor de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense, estabelecimento de ensino secundário que acompanhava os programas do Colégio Pedro II, ele não construiu sua gramática de acordo com as novas tendências científicas – método positivo das ciências que gerou os estudos de Max Müller, Adolfo Coelho, Littré, Bréal, Diez e Whitney, que visavam a romper com a tradição das gramáticas filosóficas, em relação ao conteúdo e a difundir as novas doutrinas científicas no ensino secundário.

O *Tratado da Língua Vernácula* não acatava essas novas ideias, ou seja, oferecia resistência à modernidade imposta pelas teorias advindas das ciências naturais, pois manteve-se fiel às teorias da Gramática Filosófica da Língua Portuguesa de Jerônimo Soares Barbosa, modelo difundido desde o século XVIII. Embora não se tenha ainda um levantamento exaustivo das gramáticas produzidas no final do século XIX no Brasil, não é difícil afirmar que aquelas que mantiveram, em seu discurso, as teorias e os princípios das gramáticas filosóficas e das tradicionais portuguesas, foram, paulatinamente, esquecidas nas estantes, ou melhor, excluídas do meio cultural cujos anseios estavam voltados para a manifestação da ciência em todas as áreas do saber. Esse movimento de forças, portanto, é constituído não só pela construção de objetos culturais, mas pelos desafios e afrontamentos de determinada disciplina no campo do qual faz parte.

Essa obra é, na verdade, o reflexo das crenças de seu autor, da apropriação que fez das leituras realizadas, das escolhas a partir de suas experiências, de suas crenças, de seus valores e de seus princípios, ou seja, de sua utensilagem mental. Os discursos produzidos nessa obra expressam a posição de quem e para quem os proferiu. Assim, na busca de legitimação de seu discurso, Brício Cardoso se apropriou dos discursos – filosóficos, linguísticos e pedagógicos – que atendiam aos seus interesses, reinterpretando-os, conforme suas expectativas, suas condições intelectuais, construindo sentidos pelo desvio, pela resistência, pelos distanciamentos.

Além do exame sistematizado dos discursos que permearam a construção do texto de o *Tratado de Língua Vernácula*, também foi proposta a análise da estrutura interna e da descrição dos fatos linguísticos, da maneira pela qual foram organizados os capítulos e foram utilizadas as mais diversas fontes. Essa investigação permite afirmar que toda apropriação é um ato de co-criação, de ressignificação dependendo do objetivo proposto e do público-alvo a quem se destina a obra, além do contexto histórico no qual estava inserido o autor. Em outras palavras, a apropriação se dá de forma heterogênea, obedecendo ao campo intelectual do qual o sujeito histórico faz parte, para recriá-las na construção dos objetos sociais. Não existem, portanto, gramáticas mais, ou menos importantes, por serem elas vistas como “inéditas” ou “cópias de outras já famosas”, como acreditam alguns pesquisadores. Na verdade, existe uma apropriação dos conceitos, das regras impostas pelos estudiosos da língua, do modo de estruturar a obra, mas sempre de forma criativa, que condiz com a utensilagem mental do autor, com sua bagagem teórica.

Uma das contribuições desta tese, portanto, é a de chamar a atenção para o fato de as gramáticas produzidas serem todas elas importantes artefatos culturais de seu tempo, e por isso, fonte histórica que apresenta indícios de experiências singulares. Outra contribuição está em acrescentar informações aos estudos do campo da história intelectual no Brasil (Brício Cardoso, autor da obra aqui analisada), da história dos livros e da leitura (ao analisar a obra), da história da educação escolar (o livro didático gramática, as práticas de ensino professadas). Além disso, ainda se propôs um aprimoramento da metodologia (modelo) de pesquisa sobre história das gramáticas da língua portuguesa no Brasil.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

AGUIAR e SILVA, Vítor Emanuel. *Teoria da literatura*. 5ed. Coimbra, Almedina, 1983.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da Instrução pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989. Tradução: Antonio Chizzotti.

ANDRADE, Primo Nunes de. *Perspectiva filosófica e visão cosmológica: nos confins da filosofia com a religião e a ciência*. Rio de Janeiro: Record, 1970.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999.

ARIÈS, Philippe. *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIe siècle*. Paris: Self, 1971.

_____. História das mentalidades. In.: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. [sob a direção]. *A História Nova*. 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AUROUX, Silvain. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga Editeur, Tomo 1, 1999.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ed. Brasília: Editora UNB, 1963.

_____. Introdução. In.: AZEVEDO, Fernando de. (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, [s/d]. p. 7-38.

AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. XXVIII, parte 2, 1865, p. 169-224.

BARBOSA, Antônio da Cunha. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1900. Tomo LXIII, parte 2, p. 239-62.

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou princípios da gramática geral aplicados a nossa linguagem*. 6ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1875.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARRETO, Tobias. *Obras completas* (Vários escritos). Edição do Estado de Sergipe. Aracaju, 1926.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARROS, Nívea da Silva & SOUZA, Márcio Andrey Pereira. *Os galicismos na língua portuguesa: a posição teórica de Brício Cardoso, gramático sergipano do século XIX*. Trabalho de Conclusão de Curso. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2007.

BASSETO, Bruno Fregni & MURACHCO, Henrique Graciano. Prefácio à edição brasileira. In.: ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BASSETO, Bruno Fregni. *Conceito de filologia*. In.: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(12\)8-28.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(12)8-28.html), acessado em 14/05/2009.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In.: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Séc. XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. A educação como espetáculo. In.: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Séc. XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005(a).

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. *Contribuição à história da gramática portuguesa: o século XVI*. São Paulo. Dissertação. PUC-SP, 1981.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro. Porta de línguas: gramática e ensino numa visão plurilíngüe. In.: BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro. (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BASTOS, Neusa Barbosa; BRITO, Regina Helena Pires de & HANNA, Vera Lúcia Harabagi.. Gramaticografia novocentista: raízes maximinianas. In BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História Entrelaçada 2: A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, Evanildo. A tradição gramatical luso-brasileira. In.: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS Neusa Barbosa e MARQUESI, Sueli Cristina (orgs.). *Língua Portuguesa: pesquisa e ensino*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2007.vol.1. p. 29-41.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850). In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BESSELAAR, José Van Den. *As interpretações da História através dos séculos: de Homero ao evolucionismo moderno*. São Paulo: Herder, 1957.

_____. *Introdução aos estudos históricos*. 5ed. São Paulo: EPU, 1979.

BEZERRA, Antônio Ponciano. *Norma e linguagem: um estudo sobre a representação da norma em gramáticas de Língua Portuguesa*. São Paulo. Tese de doutoramento. USP, 1985.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura. (1810-1910). In.: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

_____. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2009.

_____. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

_____. *Introdução à história*. Rio de Janeiro: Europa-América, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores. In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BURKE, Peter. *A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. 2ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.

CADIOU, François et. al. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa. *Anais de Seminários do Gel*, Grupo de Estudos Linguísticos (GEL), Bauru, São Paulo, 1985. p.93-97.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CARDOSO, Brício. *Tratado da Língua Vernácula (Grammatica)*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. [1932].

_____. Apostila de gramática. In.: *Jornal do Aracaju*. Aracaju, 01 de novembro de 1873.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 7ed. São Paulo: Brasiliense: 1988.

_____. História e paradigmas rivais. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1998.

CARDOSO, Hunald Santaflor. *Oração proferida na solenidade conjunta do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” e “Academia Sergipana de Letras”, em homenagem ao Professor Brício Cardoso na passagem do centenário do seu nascimento aos 09 de julho de 1944*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa, 1944.

CARDOSO, Simão. *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Língua Portuguesa –autores portugueses. Porto: Biblioteca Central-Serviço de publicações, 1994.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria & VEIGA, Cynthia Greive Veiga (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Livros e revistas para professores: configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In.: PINTASSILGO, Joaquim *et al.* (orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006.

CASTRO, José Ariel. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 4ed. São Paulo: Global, 1997.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In.: *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Instituto de Língua Portuguesa, 2002, n. 23.

CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. Trad. Reginaldo de Moraes.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UNB, 1994.

_____. *Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura*. (Séculos XI-XVII). São Paulo: Editora da UNESP, 2007. Trad. Luzimara Curcino Ferreira.

_____. *Sociedad y escritura em la edad moderna: la cultura como apropiación*. México: Instituto Mora, 1995.

CHERVEL, André. *L'enseignement du français à l'école primaire*. Paris: INRP/Econômica, 1992.

_____. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*, n.2, 1990.

_____. Quando surgiu o ensino secundário? In: *Revista Faculdade de Educação*. São Paulo, v.18, n.1 p. 99-112, jan/jun. 1992a.

CHRISTINO, Beatriz. *A lepra corrosiva do funesto xenophilismo linguístico*. IV ENAPOL – Encontro dos alunos de pós-graduação em linguística. São Paulo: USP.

COELHO, Maricilde Oliveira. *Uma história dos livros escolares do Pará (1890 – 1910)*. Disponível em: alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Cohilile/H089.doc.

COMENIUS. *Didática Magna*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das ideias no Brasil*. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

COULANGES, Fustel de. *La monarchie franque*. Paris, [s.n]. 1888.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7ed. Rio de Janeiro: ao livro Técnico, 1978.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 8ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In: *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DOWNS, Robert. B. *Fundamentos do pensamento moderno*. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1969.

DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DURANT, Will. *A história da filosofia*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000. Trad. Luiz Carlos do Nascimento Silva.

EBY, Frederick. *História da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais*. 2ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

ECO, Humberto. *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Bauru: EDUSC, 2001.

ELIA, Silvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

_____. *Ensaio de Filologia e Linguística*. 2ed. Rio de Janeiro: GRIFO; Brasília: INL, 1975.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1.

FALCON, Francisco. *História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. p. 91-125.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Breve compêndio de gramática portuguesa – Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 3, p. 89-103, 1999.

_____. “A produção gramatical brasileira no século XIX – da gramática filosófica à gramática científica”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2000.

_____. O ensino no Império: 1837-1867 - Trinta anos do Império Colégio de Pedro II. In: ORLANDI, Eni P. & GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2002, v. 1, p. 113-167.

_____. Gramática é a arte... In.: ORLANDI, Eni P. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas,SP: Pontes; Cárceres,MT: Unemat Editora, 2001. p. 59-70.

_____. O Brasil e um ideal republicano - a educação. In: Bastos, Neusa M. Bastos. (Org.). *Língua Portuguesa - cultura e identidade*. São Paulo: EDUC, 2010, v. 1, p. 285-294.

_____ & MOLINA, Márcia. *As concepções linguísticas no século XIX: a Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. Do ensino e de gramática: revisando a escola nos primeiros anos da República. In: LARA, Gláucia Muniz Proença. (Org.). *Linguagem, texto, discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, v. 01, p. 51-69.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2ed. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

FERNANDES, Florestan. *Karl Marx e Friedrich Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983.

FORTES, Herbert Parente. *A língua que falamos*. Rio de Janeiro: Edições G.R.D., 1956.

FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A noite editora, 1944.

_____. Galicismos. *Revista de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1, set. 1919.

FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2006.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1970. Vol XXI (1927-1931).p. 75-171.

FURET, François. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1975.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8ed. São Paulo: Ática, 2001.

GALLY, Christiane de M. *Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense*. (1870-1874). Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2004.

_____. Métodos de ensino para a escola primária: as prescrições de Brício Cardoso no final do séc. XIX. In.: *Cadernos UFS- História da Educação*. São Cristóvão: EdUFS, 2006.p. 91-104.

_____. A vernaculidade americana vs a vernaculidade europeia: em busca de uma identidade linguística brasileira no século XIX. In.: *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora, 2010. n.37/38.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira & BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In.: FONSECA, Thais Nívea de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo horizonte: autêntica, 2003.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GAUER, Gustavo. Debates epistemológicos entre empiristas e racionalistas-II. In.: GOMES, W.B; Gauber, Gustavo & SOUZA, M.L. *História da Psicologia*, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Alfredo. *Grammatica da Língua Portuguesa*. 12ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

GUARANÁ, Armino. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: [s/e], 1925.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In.: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni P. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A Queiroz; EdUSP, 1985.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa. Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1989.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: *Revista Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

HOBBSBAM, Eric. *Sobre História*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. *Revista de História*, v. 50, n. 100, 1974, p. 431-482.

_____. *L. Von Ranke - História*. São Paulo: Ática, 1979.

JOSEPH, Irma Miriam. *O Trivium: as artes liberais da lógica, gramática e retórica*. São Paulo: E Realizações, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista brasileira de História da Educação*. N. 1. Jan/jun 2001.p. 10-43.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LANGLOIS, Charles-Victor & SIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1983. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In.: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.32- 84.

_____. *O imaginário medieval*. Rio de Janeiro: Estampa, 1994.

_____. *Para um novo conceito da Idade Média*. Rio de Janeiro: Estampa, 1993.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva*. 5ed. São Paulo: Francisco Alves & Cia, 1914.

MALMBERG, Bertil. *As novas tendências da linguística: uma orientação à linguística moderna*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

MARTINS, Estevão Rezende. *História*. Disponível em http://criticanarede.com/fil_historia.html. 30 de ago.de 2004. Acessado em 18/08/2010.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3ed. São Paulo: Ática, 2002.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941a.Vol. 1.

_____. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941b.Vol. 2.

_____. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a História da Educação no Brasil. 1835-1889. São Paulo: Editora Nacional, 1939. 2º vol: Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Coleção Biblioteca pedagógica brasileira.

MOISES, Alzenira Francisca de Azevedo. *O colégio Pedro II: controvérsias acerca de sua fundação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. 2007. Disponível em http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2007_alzenira.pdf.

MONGELLI, Lênia Márcia. (org.). *Trivium e quadrivium: as artes liberais na Idade Média*. São Paulo: Ibis, 1999.

MONTEIRO, Libério. Carta. (ocasião do falecimento de Brício Cardoso). In.: CARDOSO, Hunald Santaflor. *Oração proferida na solenidade conjunta do “Instituto Histórico e*

Geográfico de Sergipe” e “Academia Sergipana de Letras”, em homenagem ao Professor Brício Cardoso na passagem do centenário do seu nascimento aos 09 de julho de 1944. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa, 1944.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

NEF, Frederic. *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2ed. São Paulo: UNESP, 2005.

NÓVOA, António. *Evidentemente*. Histórias da Educação. 2ed. Lisboa: ASA, 2005.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. In: *Revista Brasileira de Educação*. Número especial: 500 anos de educação escolar. N. 14, 2000.

ORLANDI, Eni P. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes, 2001.

_____ & GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In.: ORLANDI, Eni P. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

POPKIN, Richard. Ceticismo moderno. In.: DANCY, Jonathan & SOSA, Ernest (org.s). *A companion to epistemology: blackwell companion to philosophy*. 1997. Trad. Jaimir Conte. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/conte/txt-popkin.pdf>

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Textos críticos e teóricos, 1- 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos; São Paulo: USP, 1978. p. 28

RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados en la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Economica, 1948.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. São Paulo: cidade dos livros escolares. In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. *Escola dos Annales - a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RENAURO, Hilma. O legado de Jerônimo Soares Barbosa. In.: *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga/Portugal: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga. n.º 7, 2003. p.253-265.

RIBEIRO, Hélio. O pronome se (como objeto direto, objeto indireto, partícula de espontaneidade de ação, partícula expletiva, partícula apassivadora, índice de indeterminação do sujeito). *Revista de Língua Portuguesa*. (39-42) Ano X, n.º 59, mai. 1929.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Curso Medio; 2º anno de portuguez. 31ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

_____. Murrião e largições. Aves agoureiras. Hespanha, Espanha. Ilheenses ou ilheoenses. Mashoroca. A propósito do pronome “se”. Rebolcar. Acaparar. *Revista de Língua Portuguesa*. (175-184) Ano VI, n.º 31, set. 1924.

RIBEIRO, Júlio. *Procellarias*. 17 de abril de 1887.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1988.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 1983.

ROCHA Jr., Rosevelt Araújo da. *João Ribeiro entre história, gramática e filologia*. In.: www.filologia.org.br/revista/36/06.html, acessado em 06/05/2009.

ROMERO, Sílvio. *O Evolucionismo e o positivismo no Brasil* 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. Trad. Fulvia Moretto.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

RUSSELL, Bertrand. *História do pensamento ocidental: a aventura das ideias dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 6ªed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Uma resposta à questão do esperanto como proposta de língua universal sob a ótica da problemática das identidades*. Disponível em <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/13%20-%20UMA%20RESPOSTA.pdf>

SANTOS, Daniela Maria dos. *Os galicismos na construção da identidade da língua brasileira no século XIX*. Trabalho de Conclusão de Curso. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2004.

SANTOS, Maria Helena Pessoa. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria oitocentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In.: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Séc. XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SCHOLLES, Robert. *Protocols of reading*. New York: Yale University, 1989.

SCRUTON, Roger. *Uma breve história da filosofia moderna: de Descartes a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. Trad. Eduardo Francisco Alves.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectivas históricas e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969.

SILVA, João Carlos da. *Educação e positivismo no Brasil: arquivos e fontes para a pesquisa*. Disponível em http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/historia/educacao_positivismo_brasil_arquivos_fontes_pesquisa.pdf. Acessado em 20/10/2010.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Maurício Pedro da. Fundamentos do discurso gramatical brasileiro: a Grammatica Portuguesa (1887) de João Ribeiro. In.: BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro. (orgs.). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a. p. 41-60.

_____. A gramática brasileira novecentista: uma história. In.: *Revista Letra Magna*. Ano 03-n.04, 2006b.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1979.

SILVA, Shirley Cabarite da. Influência das ideias dos filósofos no discurso de Monteiro Lobato. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xicnlf/13/influencia_das_ideias.pdf, acessado em 18/05/2009.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. Decorar, lembrar e repetir: o significado de práticas escolares na escola brasileira do final do século XIX. In.: SOUSA, Cyntia Pereira de. (org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. 3ed. São Paulo: Escrituras Editoras, 2003. p. 83-93.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

SUASSUNA, Livia. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. 3ed. Campinas/SP: Papirus, 1995.

SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la pensée linguistique: analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIX Siècle*. Paris: Press Universitaires de France, 1997.

TAVARES, Luis Guilherme Pontes & ROSA, Flávia Garcia. Apontamentos para a história do livro na Bahia. In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *Livros escolares na Corte e a participação dos professores*. Disponível em www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/gisbat.pdf. Acesso em 23/03/2011.

TORRESINI, Elisabeth W. Rochadel. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In.: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. p. 441-449.

_____. História das mentalidades e história cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. p. 127-162.

VALDEMARIN, Vera Teresa. “O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado”. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa & ALMEIDA, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa, segundo as preleções aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das lições práticas de português arcaico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1912.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical - História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Schwarcz, 1991.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Editores Tavares Cardoso, Livraria Universal, 1890.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: EdUNB, 1982.

VICHESSI, Beatriz. [s/t]. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/fundamentos/427786.shtml>

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria & VEIGA, Cynthia Greive Veiga (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.p.95-131

_____ *et. al.* Rotas Atlânticas: um poeta português, um professor baiano, destinos cruzados no Rio de Janeiro do século XIX. *Anais. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. 2009.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1991.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 1992.